UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CRISTIANE LOPES DA MOTA

INTERIORIZAÇÃO DO GOLPE DE 1964 NO RECÔNCAVO BAIANO: ESTRATÉGIAS, ADESÕES E OPOSIÇÕES (1962-1970)

TESE DE DOUTORADO

SALVADOR
2022

CRISTIANE LOPES DA MOTA

INTERIORIZAÇÃO DO GOLPE DE 1964 NO RECÔNCAVO BAIANO: ESTRATÉGIAS, ADESÕES E OPOSIÇÕES (1962-1970)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Relações de Poder e Região.

Orientadora: Prof Dra. Lucileide Costa Cardoso.

SALVADOR
2022

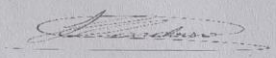
CRISTIANE LOPES DA MOTA

INTERIORIZAÇÃO DO GOLPE DE 1964 NO RECÔNCAVO BAIANO: ESTRATÉGIAS, ADESÕES E OPOSIÇÕES (1962-1970)

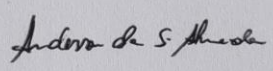
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Data da defesa: 19 de janeiro de 2022.

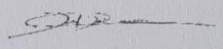
Banca Examinadora:



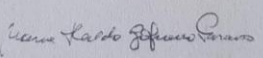
Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso – **Orientadora**
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



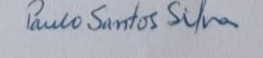
Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



Profa. Dra. Célia Costa Cardoso
Universidade Federal de Sergipe (UFS)



Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Prof. Dr. Paulo Santos Silva
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Com todo o meu amor para Guilherme e Alícia.

AGRADECIMENTOS

Estudar, para mim, sempre foi a luz que adentra as frestas e permite uma existência mais consciente e respeitosa frente às diversidades sociais. Muitas pessoas contribuíram para que eu pudesse dar continuidade aos estudos.

Começo agradecendo à Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso, minha orientadora, que com compromisso, sensibilidade e primor conduziu as orientações. Obrigada por ter me proporcionado uma experiência de muito aprendizado!

Agradeço a todos os membros da banca por aceitarem compartilhar desse momento e contribuir com suas arguições, em especial, aos professores que participaram do Exame de Qualificação. À Profa. Dra. Célia Costa Cardoso, suas sinalizações certamente me ajudaram a aprofundar algumas análises propostas na tese. Ao Prof. Dr. Paulo Santos Silva, meu orientador de mestrado, por conceder a honra de contribuir mais uma vez com a minha caminhada acadêmica.

Obrigada a todos os Professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, especialmente aos docentes da Linha de Pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região. Aos Professores da Graduação em História e do Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – Campus V.

À Profa. Angela Cristina Guimarães Santos, pela contribuição como professora da Graduação e revisora dessa tese.

Quero agradecer também à Rosalina, minha primeira professora da Escola Santo André na Zona Rural. Professora Fátima, seus braços abertos e olhar carinhoso minimizaram os meus medos em estar em uma escola grande na cidade, guardo com amor aquela experiência. À Profa. Dilma Filgueira, obrigada pela prática de ensino crítico e emancipatório, nos idos dos anos de 1990, como minha professora de História da 5ª série. À Profa. Nora de Cássia, obrigada por fazer parte da minha trajetória acadêmica desde a graduação como professora e orientadora de TCC. Com você desenvolvi ainda mais o gosto pelo estudo e a pesquisa, obrigada por segurar sempre a minha mão.

À minha turma de doutorado, obrigada a todos os colegas! À João Reis, pela primeira carona. À Jessica e Dielson por me auxiliarem e minimizarem minha insegurança com relação à condução da Federação ao Cabula. Obrigada à Polli pelas conversas e trocas, à Cristian pelas conversas, risadas e descontração. Não

podemos esquecer do nosso projeto de montar uma dupla (Cristian e Cristiane) – risos.

Agradeço a todos os funcionários dos Arquivos Municipais e Estaduais. A todos os depoentes que compartilharam suas lembranças e contribuíram com essa pesquisa. Uma especial gratidão àqueles que se disponibilizaram em realizar a entrevista por mediação tecnológica, seguindo os protocolos do isolamento social definidos pela Organização Mundial de Saúde, por conta da pandemia do Coronavírus (Covid-19), entre os anos de 2020 e 2021.

Ao CNPq, pela concessão da Bolsa, sem a qual a finalização desse trabalho exigiria um esforço muito maior.

Aos colegas, professores da UNIFACEMP, a minha gratidão pela compreensão e solicitude durante a escrita dessa tese.

À minha família e amigos, vocês contribuíram imensamente para que eu concluísse essa pesquisa em tempos ainda mais desafiadores e incertos. Com vocês aprendi que não precisa ir muito longe para encontrar o amor. Meu pai, Elizeu, me ensinou a trilhar meus sonhos com responsabilidade e honestidade. Venância, minha mãe, faz com que a vida fique mais leve e o amor se torne grande em pequenos gestos. Meus irmãos, José, Paulo, Graça, Vane, Terezinha, Zezeu, Vando, Fernando e David são companheiros e amigos de todas as horas. Amo vocês!

Dentre estes, minha irmã Vane que, com muito carinho, preparou as refeições para a minha família; Zezeu por ter contribuído com imensa dedicação às crianças; e Fernando, que me auxiliou à desbravar São Miguel das Matas, esteve presente em todas as entrevistas, além de encontrar caminhos possíveis para o acesso às fontes daquele município.

Bia, minha sobrinha, é difícil encontrar palavras para agradecer o quão você foi importante para que eu conseguisse concluir essa tese! Seu amor pelos meninos e o deles por você é lindo como a poesia. Te amo!

Meu esposo Ursicino, muito obrigada por fazer dos meus sonhos os seus, sempre cúmplice e companheiro, e que tem o poder de tornar as coisas mais simples. Amo você!

Guilherme, meu menino arteiro e travesso, com você, as palavras e coisas ganham novos significados, desde o seu nascimento já não faz mais sentido guardar o coelho na cartola. Seu olhar faz o meu coração sorrir. Te Amo!

Alícia, minha menininha gigante, você mudou o ritmo da minha dança e me ensina todos os dias “a força de um querer.” Arriscar é preciso! Te amo!

Aos tios, tias, primos, primas, cunhados e cunhadas, sobrinhos, sobrinhas e afilhados, valeu pela solicitude e afagos.

Á minha cunhada Edna e meu irmão Vando, padrinhos amorosos, que muito contribuíram com Alícia. E à Larinha também, por todo o seu amor.

Ao meu sobrinho Samuel, obrigada pelo companheirismo e ajuda com as crianças.

Nelson, meu sogro, quanta falta você faz! Ainda me pego refletindo sobre os seus conselhos, me encorajando para continuar a estudar. Te amo para sempre!

Minhas amigas, obrigada! Daniela Mota, Daniela Lima, Dilma, Juciana, Lidy, Liliane, Lorena, Lu, Myla, Meire e Rosemary, pessoas especiais que marcaram a minha história em diferentes momentos.

À Lu, você é poesia que me ensina com leveza e profundidade. Amo você!

À Monique Bonfim, pelas conversas e reflexões.

Nesse caminhar, embalada por mil sensações, prevalece a consciência de que tudo é fugaz, mas o amor cultivado nunca se desfaz. Obrigada a todos pelo amor!!!

COM ESTAS MÃOS

Cultivarei o chão da manhã.
Com estas mãos
Ainda algemadas.

Não importa o sangue,
se ele brota dos meus dedos
ou da terra ferida.

Não importa se a colheita de luz tarda,
ou se os depósitos da noite permanecem
intactos.

Não importa que a passagem do inimigo
só tenha deixado destroços.

Cultivarei o chão da manhã,
embora, hoje, eu deva recompor
o corpo de meu irmão feito em pedaços.

Não importa se tarda a colheita de luz.

Pedro Tierra (2013)

RESUMO

O recorte temporal-espacial da tese engloba uma análise de três cidades baianas a partir do processo de interiorização do golpe de 1964. As motivações anteriores e posteriores ao golpe guiam a análise comparativa, cujo pressuposto é destacar o caráter individual e único de cada objeto observado. Os documentos confirmaram a tese de que o contexto de cada lugar, anterior ao desferimento do golpe, singularizou os desdobramentos e marcou, de forma profunda, o *modus operandi* da política local, confirmando o quanto a ditadura interferiu e controlou a história dos sujeitos, que viveram no interior do Brasil. Em Santo Antônio de Jesus, a política institucional demonstrou alinhamento aos governos ditatoriais, mas houve vozes dissonantes, mesmo que minoritárias e isoladas, que se tornaram alvos da repressão. De forma diferente, o município de São Miguel das Matas conservou expressiva oposição ao golpe e à ditadura, a exemplo da Juventude Agrária Católica e do Sindicato do Trabalhador Rural, direcionados pela ação progressista do Padre Gilberto Vaz Sampaio. Contudo, este setor enfrentou Ademário Villas Boas, ex-militar e várias vezes prefeito dessa localidade, defensor fervoroso dos militares e civis golpistas, fato que favoreceu uma permanente vigilância e ações repressivas destinadas à região e ao seu entorno. Já em Cruz das Almas, a história política foi marcada pela forte presença da oligarquia dos Passos. Este poder de cunho conservador passou a sofrer reveses com o crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro, ao elegerem membros progressistas para a Câmara dos Vereadores. Ademais, a expansão de uma consciência nacionalista e crítica aos efeitos do imperialismo foi demarcada pela formação da Frente Nacionalista de Cruz das Almas. Essa cidade, retratada como o "*lócus* dos comunistas", conviveu com o expressivo Movimento Estudantil (secundário e universitário), oriundos do Colégio Alberto Torres e da Escola Agronômica da Bahia, respectivamente. Adesões e resistências foram dois polos constitutivos das três cidades do Recôncavo Baiano, fato observado no decorrer dos primeiros governos militares. Os conflitos e negociações foram evidenciados nas fontes oficiais, produzidas pelo poder legislativo, imprensa e fontes de natureza repressiva, entendidas como documentos sensíveis produzidos pelo Estado. Na ausência de arquivos municipais ou de acervos organizados, adotamos o método da história oral como fio condutor para captar histórias encobertas pelas narrativas oficiais. Deste modo, descobrimos que houve graus diferenciados de resistência à ditadura e passamos a recolher depoimentos de sujeitos que deixaram sua família, seus amores, sua identidade para seguir lutando em favor da liberdade, através da crença de que somente a luta armada seria capaz de derrotar a ditadura. Outros, por sua vez, de forma mais moderada e pacífica, preservam lembranças e esquecimentos de um tempo difícil, em que eles, os seus familiares e amigos sofreram com interrogatórios, indiciamentos, prisões arbitrárias e cerceamentos de todo tipo. Por fim, a história e a memória, concebidas enquanto embate de forças opostas, foram tomadas como perspectivas teóricas dessa tese, cujo valor é demonstrar a ocorrência da luta política no interior da Bahia, como parte importante da recente história do Brasil, que até hoje nos atormenta.

Palavras-chave: interiorização; ditadura civil-militar; golpe de 1964; Recôncavo Baiano; Cruz das Almas; Santo Antônio de Jesus; São Miguel das Matas.

ABSTRACT

The time-space scope of this dissertation covers a study on three towns in Bahia, Brazil, taking into account the consequences of the 1964 Coup d'état in the countryside. Anterior and posterior stimulus to the Coup guide the comparative analysis, whose assumption is to highlight the individual and unique disposition of the object of study. Our thesis is supported by documents that inform how the context of each city distinguished the Coup's unfolding and intensely marked local politics and its modus operandi. By that, it becomes evident the extent of Brazilian dictatorship's interference and control of the lives of those who lived in the countryside. Town-government in Santo Antônio de Jesus aligned with Federal dictatorship, even though there were some resistance by few people, who were then targeted by repressive authorities. The town of São Miguel das Matas followed a different inclination and manifested great resistance to the Coup and to the dictatorship, as local organizations such as the Young Rural Catholics and the Rural Workers Syndicate, guided by Father Gilberto Vaz Sampaio, a progressive priest. However, such resistance faced Ademário Villas Boas, a former military officer who had been the local mayor in different terms and who also was an enthusiast of civil and military supporters of the dictatorship, and that resulted in repressive surveillance and actions in the region. In the town of Cruz das Almas, politics history was influenced by a local oligarchy known as dos Passos. Such conservative state of affairs suffered a setback when Brazilian Workers' Party broadened in importance by electing many local councilors. Besides that, at that moment, a nationalist conscience and a critique of imperialism effects were spread mainly by means of the work of Cruz das Almas Nationalist Front. That town became the communist site due to its important Students Mobilization (college and secondary levels), from Alberto Torres School and Agronomy School of Bahia. Alignment and resistance were the opposing forces that dominated in the three towns in Recôncavo Baiano, a situation that characterized the first years of military governments. Conflict and negotiation were confirmed by official sources such as the legislative power, the press and other sources of a repressive sort, which considered such documents as state sensitive data. Because of the lack of local archives, we rely on oral stories in order to trace the history covered-up by official narrative. Thus, we found out different forms of resistance to the dictatorship and so we collected testimonies from people who left family, partners and their identities behind, so that they could fight for freedom. That reaction came out from the belief that only the armed struggle could defeat the dictators. Other people, who opted to a rather moderate and pacific response, handle a process in which memory and oblivion shape a harsh moment in which family members and friends were targets of interrogation, indictments, arbitrary arrests and every sort of curtailment. By way of conclusion, memory and history are considered in a field of opposing forces, and such is the theoretical perspective of this dissertation. It aims to demonstrate political struggles in Bahia's interior, which is an important part of Brazilian's recent history and it is still haunting the present.

Keywords: interior expansion; civil-military dictatorship; 1964 Coup d'état; Recôncavo Baiano; Cruz das Almas; Santo Antônio de Jesus; São Miguel das Matas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Cruz da Matriz 72

Figura 2 – Poesia sobre Cruz das Almas 73

Figura 3 – 1970: A Bahia está crescendo com paz, trabalho e confiança 104

Figura 4 – ARENA briga no interior e aumentam pedidos de tropa 112

Figura 5 – 1970: Abstenção no pleito preocupa candidatos 113

Figura 6 – Processo crime envolvendo os correligionários da ARENA 1 e 2 114

Figura 7 – Relato escrito por Marialva Cruz sobre a prisão do seu esposo, Geraldo da Bicicleta 136

Figura 8 – Relatório de Sindicância, Salvador / Bahia, 16 de setembro de 1970 137

Figura 9 – Relatório de viagem à São Miguel das Matas / Bahia, em 1970 159

Figura 10 – Folheto Camponês, São Miguel das Matas / Bahia 169

Figura 11 – Padre Gilberto montado em Beija-flor, em uma de suas primeiras viagens à São Miguel das Matas / Bahia. 172

Figura 12 – Capa do livro de Ismar Vilas Boas 174

Figura 13 – As trabalhadoras da indústria do fumo, Cruz das Almas-Bahia 186

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos municípios pesquisados no Recôncavo Baiano / Bahia, 2019 40

Mapa 2 – Localização do município de Santo Antônio de Jesus / Bahia, 2012 41

Mapa 3 – Localização do município de São Miguel das Matas / Bahia, 2021 57

Mapa 4 – Localização do município de Cruz das Almas / Bahia, 2021 72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vereadores eleitos no pleito de 1962 e filiação partidária de Santo Antônio de Jesus / Bahia. 50

Quadro 2 – Vereadores eleitos no pleito de 1962 e composição das bancadas em Santo Antônio de Jesus / Bahia. 51

Quadro 3 – Vereadores eleitos no pleito de 7 de outubro 1962 e filiação partidária de São Miguel das Matas / Bahia. 70

Quadro 4 – Composição da mesa diretora para o quadriênio 1963-1966 de São Miguel das Matas / Bahia. 71

Quadro 5 – Vereadores eleitos no pleito de 7 de outubro 1962 e a composição das bancadas em Cruz das Almas / Bahia. 86

Quadro 6 – Composição da mesa diretora para o quadriênio 1963-1966 de Cruz das Almas / Bahia 86

LISTA DE SIGLAS

ABES	Associação Baiana de Estudantes Secundários
ACB	Ação Católica Brasileira
ADS	Aliança Democrática Santantoniense
AI-1	Ato Institucional número um
AI-2	Ato Institucional número dois
AI-5	Ato Institucional número cinco
ALER	Academia de Letras do Recôncavo
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BA	Bahia
BC	Batalhão de Caçadores
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CC	Comitê Central
CEAT	Colégio Estadual Alberto Torres
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CENTRAL	Colégio Estadual da Bahia
CERIN	Centro Regional Integrado
CEU	Comitê Estadual Universitário
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operação e Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CPC	Centro Popular de Cultura
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CRUSP	Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
DALA	Diretório Acadêmico Landulfo Alves
DGP	Departamento Geral de Pessoal

DMB	Departamento de Material Bélico
DOI	Destacamento de Operações e Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EAB	Escola Agronômica da Bahia
EGBA	Empresa Gráfica da Bahia
ELN	Exército de Libertação Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
ETFBA	Escola Técnica Federal da Bahia
FAB	Força Aérea Brasileira
FARCS	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FMP	Frente de Mobilização Popular
FNCA	Frente Nacionalista de Cruz das Almas
GATEB	Grupo Amador de Teatro Estudantil da Bahia
GLECA	Grêmio Lítero Esportivo Castro Alves
GTA	Grupo Tático Armado
IAL	Instituto Agronômico do Leste
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEIA	Instituto Central de Educação Isaías Alves
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC-	Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for*

USAID	*Development*
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
OB	Organização de Base
OBAN	Operação Bandeirantes
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
Pe.	Padre
PL	Partido Libertador
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
QG	Quartel General
RJ	Rio de Janeiro
RM	Região Militar
SAJ	Santo Antônio de Jesus
SFICI	Serviço Federal de Informação e Contrainformações
SNI	Serviço Nacional de Informação
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Supremo Tribunal Militar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDN	União Democrática Nacional

UEB	União dos Estudantes da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UIE	União Internacional dos Estudantes
UNE	União Nacional dos estudantes
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**21**
2	**SANTO ANTÔNIO DE JESUS, SÃO MIGUEL DAS MATAS E CRUZ DAS ALMAS: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E COLIGAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS NO PRÉ-GOLPE DE 1964**	**39**
2.1	**Recôncavo Baiano: o lugar da pesquisa**	**39**
2.2	**Panorama histórico-político de Santo Antônio de Jesus**	**41**
2.2.1	Coligações político-partidárias nos idos de 1960	44
2.3	**São Miguel das Matas: "Um pedaço do mundo se estende pelo Vale do Jaguaripe, dourado chão de ouro da Bahia"**	**55**
2.3.1	Movimentos Jacistas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais	59
2.3.2	Às vésperas do golpe: coligações político-partidárias	63
2.4	**No planalto, ergueu-se a cidade de Cruz das Almas**	**71**
2.4.1	Contexto político: As premissas de movimentos e instituições que lutaram contra os governos ditatoriais	77
2.4.2	Legislativo cruzalmense: Coligações político-partidárias anteriores ao golpe	80
3	**ESTRATÉGIAS, ADESÕES E OPOSIÇÕES EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS NO ANO DE 1964 E DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR**	**88**
3.1	**Embates entre grupos políticos divergentes dentro e fora do Poder Legislativo nas prévias do Golpe de 64**	**88**
3.2	**Tensões, conflitos e negociações no momento crucial do golpe e dos seus desdobramentos**	**89**
3.3	**Milagre econômico e os anseios políticos santantoniense**	**102**
3.4	**Disputas pelo poder local entre ARENA 1 e ARENA 2**	**107**
3.5	**Oposição e resistência: alguns enredos a descortinar dos críticos da ditadura em Santo Antônio de Jesus**	**116**
3.6	**Prisões santantonienses às vésperas do Golpe de 1964: fragmentos memoriais de parentes dos "comunistas"**	**121**

4	**TRAMAS GOLPISTAS E A INSTAURAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM SÃO MIGUEL DAS MATAS**	**144**
4.1	**A conjuntura do golpe em São Miguel das Matas**	**144**
4.2	**São Miguel das Matas e o cenário político local**	**145**
4.3	**Política partidária após o AI-2 e a implantação do bipartidarismo**	**148**
4.4	**Alvos da repressão ditatorial: movimentos religiosos, sindicatos e associações**	**150**
4.5	**Nos fios da memória: narrativas escritas e orais sobre os efeitos do golpe de 64 na cidade**	**163**
4.6	**O "Livro do Tombo" e a "memória dividida" em São Miguel das Matas**	**172**
5	**IMPACTOS DA INFLEXÃO POLÍTICA DE 64 E DA DITADURA EM CRUZ DAS ALMAS**	**180**
5.1	**Cenário político nas prévias do golpe**	**180**
5.2	**Cruz das Almas: no caminho tinha a Frente Nacionalista, associações, sindicatos e a Escola Agronômica da Bahia**	**181**
5.3	**Os vereadores "nacionalistas" de Cruz das Almas**	**186**
5.4	**A dita "Revolução de 1964" chega ao planalto cruzalmense**	**196**
5.5	**Caminhos cruzados: (Re)construção da memória do Golpe e do governo Castelo Branco**	**206**
6	**ROMPENDO COM LIMITES INSTITUCIONALIZADOS: RESISTÊNCIA E CONEXÃO COM A LUTA ARMADA EM SÃO MIGUEL DAS MATAS E CRUZ DAS ALMAS**	**214**
6.1	**Claudionor Froes Couto e a resistência armada no Recôncavo Baiano**	**214**
6.2	**"O Dedo do Padre" e a Ditadura Militar: Um texto autobiográfico**	**220**
6.3	**As prisões de Getúlio Gouveia e Marie Héléne Russi e o processo de desarticulação do COLINA / VAR-PALMARES**	**234**
6.4	**Prisões de Nemésio e Chantal na Fazenda Bom Jesus, em São Miguel das Matas: esconderijo contra os "lobos"**	**243**
6.5	**A desarticulação da luta armada no Recôncavo Baiano: fugas,**	**252**

	prisões e torturas	
6.6	**“A vida clandestina é dura, difícil e cruel”: a saga de Claudionor para escapar dos militares e sua experiência no exílio**	**265**
7	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**282**
	REFERÊNCIAS	**288**
	FONTES ESCRITAS	**299**
	FONTES ORAIS	**308**

1 INTRODUÇÃO

Na madrugada do dial 14 de outubro de 1969, um aparelho situado numa Fazenda no Município de São Miguel das Matas/Bahia, cerca de 300 Km de Salvador, foi estourado por agentes da 2ª Seção da 6ª Região Militar (RM), sendo presos em flagrante Nemésio Garcia da Silva e Chantal Russi, que se encontravam "homiziados" nesse local. O trecho do processo crime, do Ministério da Justiça do Departamento de Polícia Federal, cujo assunto é o *Estouro de Aparelho em São Miguel das Matas*, evidencia a interiorização do golpe de 1964 no Recôncavo Baiano e os impactos nas diversas cidades brasileiras. Embora esse documento, produzido em 1970, se refira à realidade de São Miguel das Matas, ao longo da tese demonstraremos, a partir de diversas fontes, as transformações no *modo vivendi* dos sujeitos das outras cidades em estudo.

Os mais recônditos lugares do país sofreram os impactos da ditadura e os sujeitos tiveram suas vivências redirecionadas pela conjuntura imposta em 1964, tudo em nome do desenvolvimento econômico e da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Esta tese investiga a interiorização do golpe civil-militar imposto ao país em 1964 e os primeiros anos da ditadura em cidades situadas no Recôncavo Baiano[1]. O enfoque desse estudo está centrado nos seguintes municípios: Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas e Cruz das Almas. Assim, o objetivo é analisar, a partir de um estudo comparativo, os impactos do golpe nessas cidades, a fim de mostrar suas particularidades, considerando, contudo, o contexto nacional. A intenção é discutir que um dos pontos de diferenciação dos conflitos políticos no ano do golpe e no transcorrer dos primeiros anos da ditadura nestas localidades se deve à trajetória socioeconômica, cultural e política anterior à 1964. Nos municípios mais polarizados politicamente, em que era expressiva a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e dos movimentos de cunho nacionalistas, socialistas e comunistas, as consequências e repressões sofridas foram maiores[2].

---

[1] O Recôncavo, em termos físico e político-administrativo, corresponde à região em forma fértil crescente, em torno da Baía de Todos os Santos, possuindo aproximadamente 10.397km^2. Ele se situa a leste com o Atlântico, ao sul com os municípios de Antônio Cardoso, Santo Estevão e Castro Alves, e ao norte com Feira de Santana, Coração de Maria, Pedrão, Alagoinhas e Entre Rios.

[2] A construção dessa tese, assim como a definição da proposta, está relacionada com dois trabalhos: 1) a produção do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), que teve como objetivo compreender alguns aspectos referentes aos projetos dos governos militares durante a ditadura civil/militar (1964-

Por essa via, a proposta alicerçada na comparação das três cidades se baseia na "[...] busca de precisão, do exato, do certo, o que leva a destacar o caráter individual e único de cada objeto observado", mas também na "corrida para as verdadeiras descobertas, que exige o apelo à comparação e à abstração". Estes autores chamam a atenção para as armadilhas do comparatismo como o "anacronismo", "analogias superficiais" e as "polêmicas inúteis e mal colocadas" (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979). Na tentativa de evitar esses erros, se busca compreender as trajetórias específicas dos municípios pesquisados e defender o argumento de que a construção política, econômica e sociocultural de cada cidade, anterior ao golpe de 1964, singularizou suas reverberações e evidenciou suas analogias. Nesse sentido, Marcel Detienne também alerta sobre o perigo de estabelecer uma pesquisa comparativa com o objetivo principal de elencar as similitudes. Na obra *Comparar o Incomparável*, Detienne (2004) discute a importância de compreender os objetos de pesquisa considerando as particularidades e as estruturas política, econômica e sociocultural.

A escolha das três cidades é justificável pela proximidade geográfica, integrando o espaço denominado como Recôncavo Baiano, bem como por suas particularidades históricas que engendraram diferentes contornos e similitudes ao vivenciarem a inflexão política de 64. Santo Antônio de Jesus à primeira vista aparece como a cidade da ordem, não expressou resistência à ditadura, muito pelo contrário, a tessitura da política local foi uma total demonstração de apoio aos militares e civis golpistas. Já nos primeiros dias de abril, os poderes executivos e legislativos, representados pela Prefeitura e pela Câmara Municipal de Vereadores, perpetuaram em seus discursos e ações o poder da dita "Revolução de 1964" e celebraram os seus feitos. Todavia, mesmo que esta tenha sido a força política hegemônica na cidade, no decorrer da pesquisa, notamos que houve tímidas

---

1985), voltados para a educação, principalmente para o ensino de História em Santo Antônio de Jesus; e 2) a dissertação de mestrado "*O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus",* defendida em 2013, e publicada em 2016. Nesse último, a finalidade foi analisar a recepção ao golpe de 1964 e os primeiros anos da ditadura em Santo Antônio de Jesus, abrangendo o processo de implantação do bipartidarismo, a partir do Ato Institucional número 2 (AI-2), a composição da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a sua subdivisão em ARENA 1 e ARENA 2. Além disso, as homenagens aos militares, que comandaram o país, e o posicionamento de distintos sujeitos santantonienses frente aos ideais disseminados pela ditadura são abordados (MOTA, 2016). Por conta dessas investigações, o contato com as fontes escritas, orais e iconográficas ajudou a pensar acerca das atitudes, em âmbito local, referentes ao golpe e à instalação do novo regime em outras cidades próximas, a fim de ampliar a pesquisa e estabelecer um trabalho comparativo. O critério para a escolha das cidades pesquisadas surgiu a partir de leituras de trabalhos com temáticas próximas e também de análise documental.

oposições. Desse modo, descortinamos prisões, perseguições, com destaque para a atuação de Gonzalo Rozendo Blanco Quesada, Ezequias José Sampaio, Humberto Carneiro, Geraldo Martins e também o Padre Gilberto Vaz Sampaio, que atuou em São Miguel das Matas e em outras cidades baianas, a exemplo, de Santo Antônio de Jesus. Os depoimentos e documentos de natureza repressiva evidenciaram que outras vozes ecoaram contra a ditadura, e por isso, sofreram as perseguições descritas nos autos.

Em São Miguel das Matas, os militares também obtiveram o apoio imediato do executivo e do legislativo, tal como Santo Antônio de Jesus. As brigas e disputas aparecem ligadas à experiência política local entre os partidários do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN) alicerçadas nos anos de 1950. A resistência à ditadura encontrou espaço nos movimentos religiosos, sindicatos e associações, além da postura combativa de Padre Gilberto Sampaio. Por lá, os militares também montaram acampamento, perseguiram e prenderam.

O cenário político de Cruz das Almas era mais polarizado, devido à atuação dos vereadores do PTB e do prefeito municipal, que venceu o pleito de 1962 com o apoio do PTB e da Frente Nacionalista de Cruz das Almas (FNCA). No entanto, a bancada udenista teceu votos de congratulações e apoio aos militares. Como consequência de um cenário marcado por disputas acirradas, Cruz das Almas foi duramente manietada e os opositores perseguidos, presos e torturados, além do episódio posterior ocorrido em Pernambuco, o assassinato do ex-estudante de agronomia da Escola Agronômica da Bahia (EAB) e militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Eudaldo Gomes da Silva. Por conta da atuação do Movimento Estudantil secundarista e universitário, a cidade ficou no olho do furacão e a repressão atuou de forma incisiva naquele município. Assim, embora as três localidades estejam geograficamente próximas e tenham sua história construída a partir do domínio oligárquico de famílias que buscavam comandar todos os setores sociais e econômicos, outros fatores singularizaram a história dessas cidades frente à ditadura civil-militar.

Entendemos que os segmentos dessas cidades se posicionaram após o golpe e estabeleceram ligações com a política estadual e nacional. Com base nas realidades locais, identificamos as estratégias adotadas para apoiar o primeiro governo militar, sob o comando do General Castelo Branco, pautadas nas junções e

nas dissidências político-partidárias, nas oposições, bem como nos grupos que disputaram o poder em âmbito local.

Quanto ao recorte temporal, optamos por uma cronologia, que permita pensar no golpe e na ditadura como resultado de articulações anteriores à 1964, para melhor acompanhar seus desdobramentos nas cidades referidas. Por isso, o ano de 1962 foi fixado como marco inicial para analisar o último pleito eleitoral realizado nos municípios e por ter encontrado nessa data os primeiros documentos que revelam o processo político dessas cidades, diretamente relacionados com a conjuntura de 1964. As reverberações foram intensificadas com a institucionalização do regime, durante o governo do General Castelo Branco, sobretudo, a partir de 1965, com a instituição do bipartidarismo e, em 1967, com a nova Constituição, ao absorver instrumentos arbitrários, a exemplo do Ato Institucional número cinco (AI-5), implementado pelo presidente Costa e Silva, inscrito e denunciado com o lema “o golpe dentro do golpe”, em 1968. O ano de 1970 é o marco final do recorte temporal aqui adotado, por evidenciar alguns desdobramentos da política repressiva nas cidades pesquisadas, que atingiram opositores do regime, seus familiares e amigos próximos. Tais dados foram demonstrados através de fontes de natureza repressiva produzidas por órgãos governamentais e datadas deste mesmo ano.

Na construção dessa tese, utilizamos o termo ditadura civil-militar por compartilhar com alguns autores que os militares não se mantiveram no poder por 21 anos exclusivamente por meio da repressão, da censura e da prisão política, mas também pelo apoio social. “[...] As dicotomias estritas, frequentes a princípio, como colaboracionismo ou resistência, deram lugar a um quadro mais complexo e fino das muitas relações possíveis da sociedade com os regimes autoritários e ditatoriais”. A historiografia recente vem confirmando o apoio de parcelas da sociedade civil para além das classes empresariais, mas de vários segmentos, sobretudo, das classes médias (ROLLEMBERG, 2006). Logo, nas três cidades pesquisadas, identificamos importantes segmentos civis que apoiaram o golpe, especialmente setores políticos civis, como Ademário Villas Boas, político, ex-militar, seis vezes eleito prefeito de São Miguel das Matas, além de personagens oriundos das classes médias, fervorosos defensores do golpe e da ditadura, como a Madre Maria do Rosário, em Santo Antônio de Jesus; o vereador udenista, Edmundo Pereira Leite, em Cruz das Almas e tantos outros.

A obra *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura*, de Lucileide Costa Cardoso, traz uma abordagem pormenorizada sobre as produções diversas que contemplam os anos de 1964-1985. De um lado, escritos que buscam legitimar o governos militares; de outro, relatos que possibilitam preservar uma memória social de luta e resistência para escapar à dominação. No bojo dessa disputa memorialística, não por acaso, várias nomenclaturas, que anseiam caracterizar aquele período da história do país, são encontradas: Golpe, Contra golpe, Revolução ou Movimento de 1964, Contrarrevolução ou ainda Revolução Gloriosa (CARDOSO, 2012).

No campo da pesquisa historiográfica, sobre os 21 anos em que fomos governados por generais-presidentes, os termos regime militar, ditadura militar, regime autoritário e ditadura civil-militar são alvos de intensos debates. Vale ressaltar que ditadura militar ou ditadura civil-militar convive com os embates mais recentes, especialmente no meio acadêmico, não havendo consenso quanto ao seu uso. Para tanto, ressaltamos os debates revisionistas em torno da conceituação da ditadura imposta ao país entre os anos de 1964 a 1985, suscitado pelo próprio tema, e entendemos a necessidade de aprofundamento de pesquisas sobre o período. A multiplicidade de nomes revela um campo conflituoso e, ao mesmo tempo, a importância de continuidade de investigações a partir de diversos lugares, sujeitos e olhares (CARDOSO, 2012).

Um dos objetivos dessa pesquisa é evidenciar as políticas de sustentação da ditadura em municípios baianos, como as mudanças dos nomes de ruas, desfiles, a realização da Marcha da Família com Deus pela Democracia e o apoio de alguns indivíduos ao regime. A tentativa de analisar essas “áreas cinzentas” parte do pressuposto de que há muito para descortinar, que extrapola o apoio e a resistência declarada à ditadura, e reside na concordância e ajuda de muitos sujeitos com as arbitrariedades praticadas no período ditatorial (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010).

O conceito “Zona Cinzenta” tem relação direta com a produção de Primo Levi, a partir de sua experiência em *Auschwitz*, na Alemanha nazista, ao escrever sobre as engrenagens do campo de concentração como sistema de opressão, em que as vítimas eram levadas a se transformar em algozes. Os autores, que utilizam este termo nas investigações sobre a ditadura civil-militar, partem do princípio de analisar o período para além da ideia de dominador e dominado, mas de múltiplos lugares e sujeitos que tiverem suas vivências impactadas pela conjuntura estabelecida. Denise

Rollemberg e Janaína Cordeiro, ao proporem algumas reflexões sobre o que se convencionou chamar pelos acadêmicos de revisionismo, partem de análises que defendem a relevância da produção de pesquisas que superam a díade adesão *versus* resistência. Assim, segundo estas autoras, “para pensar as relações da sociedade com o regime em sua complexidade, a ideia da existência de uma zona cinzenta foi particularmente promissora”, pois parte do pressuposto de investigar vários aspectos, como a adaptação e a acomodação pela sociedade, “ora recusando certos arbítrios do regime, ora aceitando ou adequando-se a outros”. Elas igualmente ressaltam a importância da obra de Dreifuss (1987) em demonstrar a participação e apoio civil com base na elite empresarial, mas endossa o avanço na historiografia em considerar outros setores sociais como as classes populares (ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021, p. 35).

No momento em que a instauração da ditadura civil-militar completa 57 anos, as reflexões sobre esse acontecimento ratificam o interesse por um tema importante da história política brasileira e apresenta a expansão das dimensões “do político” assinaladas na obra *Por Uma História Política*, escrita por René Remond. O autor discute que o político não escapa das determinações externas, das pressões e das solicitações postas em cada contexto vivido. Remond parece reivindicar um *status* diferenciado para a história política, ao afirmar, quando organizou seu livro em 1988, que estava ocorrendo o “retorno” dessa história, mas sob óticas bastantes diferentes da chamada história política tradicional (REMOND, 1996).

Entendemos, portanto, que um novo olhar sobre o político, sobretudo, a partir da década de 1970, ampliou o campo de atuação dos historiadores e lhes sugeriu novas abordagens. Isso tem como consequência o uso de variadas fontes que, ao serem cruzadas, apresentam múltiplos caminhos de pesquisa a partir de um mesmo objeto de estudo, inclusive no que tange à história local. A história política é constituída por realidades heterogêneas, imbricadas e inter-relacionadas em seu conjunto, o que possibilita dinâmicas sociais muitas vezes conflituosas.

A relação poder e política ganhou novos contornos, a “Nova História Política” passou a dialogar cada vez mais com outras áreas, mesclando a análise social com a sociologia e os aspectos culturais intrinsecamente relacionados. Nessa perspectiva, segundo Michael Foucault, pensar em poder nos estudos políticos está para além da esfera do Estado e não se limita a governantes e governados, o poder está em qualquer outro espaço (FOUCAULT, 2006). Nos estudos que elegem a

dimensão do político, essas transformações viabilizaram à sociedade brasileira rememorar parte de sua história não muito distante, que pela pretensão dos golpistas e de seus aliados deveria ficar escondida, haja vista a repercussão negativa da ditadura durante o processo de abertura política.

Ainda que não se tenha realizado aqui um levantamento exaustivo dos estudos acerca do tema, cabe elencar alguns outros trabalhos que têm sustentado nossa investigação. Logo, sendo um dos objetivos da pesquisa compreender o pré-golpe nos municípios baianos, a obra *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe,* de René Armand Dreifuss, nos inspira e possibilita pensar em outros sujeitos e setores civis que apoiaram o golpe de 1964. Essa pesquisa se apropria do termo "golpe civil-militar" pelo consenso historiográfico estabelecido desde a publicação do seu livro em 1981 e tantas outras investigações que registraram a participação de segmentos da sociedade civil à inflexão de 1964. O autor, a partir de uma análise institucional, analisou as estratégias de desestabilização do governo de João Goulart pela ação de uma elite orgânica, formada por empresários, tecno-empresários, intelectuais, religiosos, jornalistas e militares, o denominado complexo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/ Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD), cuja base era composta por empresários civis e militares (DREIFUSS, 1987)[3].

No que diz respeito aos trabalhos que tratam do assunto em municípios do interior, cabe citar a dissertação de Thiago Machado de Lima, *Entre a política e a religião*: *O golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada, Bahia.* Esta pesquisa relata os efeitos na cidade de Esplanada após 31 de março de 1964, como a deposição do prefeito, a perseguição ao comunismo, além de sinalizar as relações entre política e religião como ponto de tensão no cotidiano da cidade (LIMA, 2015), porém o autor trata apenas de uma cidade.

No trabalho *Nacionalismo de esquerda: frente de mobilização popular de Una*, Soanne Cristino Almeida dos Santos analisa a organização e a formação da Frente de Mobilização Popular de Una, município do Sul da Bahia. Este trabalho evidencia que as frentes pensadas por Leonel Brizola, em 1962, também foram organizadas em municípios baianos e discute singularidades e semelhanças. Ademais, destaca os conflitos ideológicos no cenário político da cidade, sobretudo após o desferimento

[3] A primeira edição do livro foi publicada em 1981, portanto dentro do período do regime civil-militar. A edição aqui utilizada é a de 1987.

do golpe de 1964. A relevância do trabalho de Soanne dos Santos para a abordagem aqui desenvolvida está em mostrar a existência de conexões políticas dos municípios com o estado e o país (SANTOS, 2010).

A pesquisa de Heber José Fernandes de Oliveira sobre a FNCA se aproxima das discussões de Soanne dos Santos, ao demonstrar as conexões da FNCA com a Frente Nacional e também a repressão imediata aos membros da FNCA após o golpe de 1964 (OLIVEIRA, 2013). Contudo, o nosso trabalho busca compreender como a FNCA polarizou o cenário político local junto ao Partido Trabalhista Brasileiro, fator que pode ter provocado uma repressão mais dura e imediata em relação à São Miguel das Matas e Santo Antônio de Jesus.

Ao tratar do projeto de modernização em Feira de Santana, empreendido no governo do prefeito João Durval Carneiro, de 1967 a 1971, Diego Carvalho Corrêa abordou a trajetória da UDN no município e as mudanças conferidas por essa frente, antes e depois do golpe de 1964, na organização política de Feira de Santana (CORRÊA, 2009). Essa situação pode ser percebida nas fontes sobre Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas e Cruz das Almas, com as devidas diferenças. As análises mostraram que os projetos do legislativo desses municípios, em especial dos udenistas, coadunavam com os anseios econômicos da ditadura. Cabe ressaltar que é objetivo desse trabalho demostrar os conflitos político-partidários nos municípios pesquisados. O estudo aqui proposto busca compreender o contexto político dos anos 1960 em cidades baianas, com a finalidade de evidenciar os efeitos no cotidiano dessas localidades do interior, assim como descentralizar as discussões em torno de contextos marcantes da história brasileira.

Nas cidades em estudos, os partidos com mais força na política eram a UDN, o PSD, o PTB e o Partido Republicano (PR). A UDN, fundada em 7 de abril de 1945 como uma reunião de partidos estaduais e correntes de opinião contra a ditadura estadonovista, se caracterizou fundamentalmente pela oposição constante à Getúlio Vargas e ao getulismo (SKIDMORE, 1982). Segundo Maria Victória de Mesquita Benevides, a UDN agregou as mais variadas tendências políticas e raízes históricas: “Adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos jurados reúnem-se com a finalidade única de apressar a queda de Vargas e suprimir seu regime” (BENEVIDES, 1981, p. 29).

Na Bahia, os “autonomistas procuravam costurar alianças para a formação do núcleo baiano da UDN, pois contavam, também, com os ex-adversários

provenientes do antigo PSD de Juracy Magalhães" (SILVA, 2011, p. 52). Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais até 1965 (BENEVIDES, 1981). Entre 1959 e 1963, a Bahia era governada por Juracy Magalhães a partir de duas tendências diversas, a de continuidade da modernização, fincada em ideais de planejamento e industrialização; e a de preservação de interesses tradicionais, enraizados na política baiana.

No ano do golpe, Lomanto Júnior estava à frente do governo da Bahia, quando venceu o pleito de 1962, a partir da reunião de diversas forças, como: a base municipalista, o apoio do PR de Manoel Novais, por quase toda tradição autonomista concentrada no Partido Libertador (PL) e pelo Partido de Representação Popular (PRP). Todavia, a adesão à sua candidatura de maior ênfase e contradição ficou a cargo do PTB e UDN, partidos rivais em âmbito nacional e local, além de ser o candidato apoiado por Juracy Magalhães e João Goulart. Os artigos *O golpe de Estado de 1964 na Bahia,* de Muniz Gonçalves Ferreira (2004), e *As estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura*, de José Alves Dias (2007), elucidam as contradições políticas e econômicas em Salvador e o malabarismo de Lomanto Junior, então governador da Bahia, no início da ditadura para se manter no poder.

A permanência de Lomanto Júnior no governo baiano ainda é fruto de indagações, visto que sua gestão demonstrava alinhamento com o governo federal e a adesão a uma retórica nacional-popular que ficou cada vez mais evidente. Paulo Fábio Dantas Neto mencionou uma matéria do *jornal A tarde* que destaca, em 04 de março de 1964, a ida de Lomanto Júnior à TV e o fato de ter afirmado que o seu governo não estava a serviço nem da esquerda e nem da direita. No entanto, nos dias seguintes, ele recebeu o apoio de sindicatos e representações estudantis. Na ocasião, o governador ficou ainda mais próximo de João Goulart e garantiu que a Bahia estava junto com o presidente e a favor das reformas. Para o autor, a fase final do governo Jango trouxera surpresas ao primeiro ano de mandato de Lomanto Júnior, pois o colocou em desentendimento crescente com os partidários udenistas. Apesar disso, ele permaneceu no cargo durante os anos iniciais do regime. **(**DANTAS NETO, 2006)

Diante de tal postura, parecia evidente que o governo baiano não conseguiria continuar à frente do cargo após a implantação da ditadura, visto que a onda de

cassações e perda dos diretos políticos iniciada em 1964, atingiu lideranças e prefeitos, igualmente apoiados pelo PTB, como foi o caso de Virgildásio Senna (Salvador) e Herval Soledade (Ilhéus). Além disso, é válido lembrar as deposições de Francisco Pinto (Feira de Santana) e Pedral Sampaio (Vitória da Conquista), pelo PSD (FERREIRA, 2004).

Em primeiro de abril de 1964, Lomanto Júnior parecia estar a meio caminho e não queria se comprometer com o golpe, mas no dia quatro, ele foi à TV e verbalizou que a "minoria de agitadores não pode mais dominar". No dia sete do mesmo mês, a integralização à nova ordem estabelecida foi anunciada pelo governo baiano. Segundo Dantas Neto (2006), a aparente adesão se revelou como uma luta obstinada para permanecer como governador da Bahia, bem como ter sido crucial para sua permanência o apoio do General Justino Bastos, comandante do IV Exército, que esteve no início de abril em Salvador e foi recebido no aeroporto por Lomanto Júnior. Na ocasião, aquele ato parecia concretizar sua adesão aos militares golpistas. Para se conservar no governo, Lomanto Júnior aceitou a reorganização da sua administração pelos militares e civis aliados e buscou meios de se beneficiar da conjuntura imposta (DIAS, 2016).

Sobre o processo de deposição de João Goulart, Maria Victória Benevides destaca as posições da UDN. Para os aliados da UDN, Goulart era tido como herdeiro da política getulista nos aspectos sociais e econômicos. Esses fatores levaram a UDN "a se associar aos militares, aos empresários e aos políticos da Ação Democrática Nacional, na preparação e efetivação do golpe de 64" (BENEVIDES, 1981, p. 119).

Em Santo Antônio de Jesus, a maioria das congratulações feitas aos militares foi versejada pelos políticos partidários da UDN. Como muitos apoiadores, os vereadores receberam a notícia do golpe como a solução para os problemas brasileiros. As atas e periódicos analisados confirmaram que, após oito dias do golpe[4], alguns vereadores das cidades pesquisadas, ao defenderem a "ordem", a "paz" e a "prosperidade", já estavam afinados com os anseios do novo regime (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1964a).

Em São Miguel das Matas, embora tenhamos encontrado os votos de apoio do legislativo à nova ordem estabelecida, parte daquela Câmara se colocou como

[4] Neste período era prefeito da cidade o senhor José Trindade Lobo.

opositora, com a finalidade prioritária em fazer frente ao Executivo municipal do que para se posicionar contra os militares. Conforme os registros, a oposição ficou por conta dos vereadores do PSD, que travavam disputas ferrenhas com Ademário Villas Boas e os correligionários da UDN desde os anos de 1950. As fontes não revelam fundamentação ideológica na resistência dos pessedistas, mas a permanência dos conflitos alicerçados no desejo de poder e dominação local. Entretanto, o ambiente político-religioso dos movimentos jacistas[5] e dos sindicatos questionavam as desigualdades e lutavam fervorosamente pela garantia dos direitos. Esses movimentos progressistas eram liderados pelo Padre Gilberto Vaz Sampaio e se tornaram o "calcanhar de Aquiles" dos militares e apoiadores da ditadura.

Dentre as três cidades pesquisadas, Cruz das Almas se apresentou com o cenário político mais polarizado à época, ao eleger três vereadores pelo PTB. Esse ambiente mais contestador se deveu à atuação do Movimento Estudantil (ME) vinculado ao Colégio Alberto Torres e à EAB, além de associações, de sindicatos e da FNCA. Tal postura combativa determinou a presença constante dos militares na cidade e perseguições de diversas ordens aos que ousaram questionar a ordem instalada.

As pesquisas que contemplam o período da ditadura na Bahia, como em todo o país, têm ampliado nos últimos anos, sobretudo com os olhares voltados para os impactos em cidades interioranas. Contudo, há carência de trabalhos comparativos que tenham o objetivo de elucidar as particularidades entre municípios próximos frente à conjuntura do golpe de 1964. Para a construção desta tese, utilizamos

[5] Esses movimentos fazem parte do que ficou conhecido como Ação Católica. Uma organização que significa apostolado católico geral e apostolado social. A Ação Católica tem sua origem marcada oficialmente no pontificado de Pio XI, em 23 de dezembro de 1922, mas sua história remonta à 1867. Sobre a atuação desse movimento no Brasil, tinha como base uma associação de católicos que, participavam ativamente na missão apostólica da Igreja. Deve-se à Ação Católica o mérito de levar a doutrina social da Igreja às escolas, às universidades, às fábricas, aos meios de comunicação, aos sindicatos e também o estímulo de criar inúmeros outros movimentos sociais de inspiração cristã. Conforme as análises de Ney de Souza, a atuação da Ação Católica Brasileira (ACB), pode ser classificada em dois momentos distintos. O primeiro, com a chamada Ação Católica Geral (de 1932 a 1950), e o segundo momento, a Ação Católica Especializada (de 1950 a 1960). Essa última, com cinco organizações destinadas aos mais jovens: a Juventude Agrária Católica (JAC), formada por jovens do campo; a Juventude Estudantil Católica (JEC), formada por estudantes do ensino médio (secundaristas); a Juventude Operária Católica (JOC), que atuava no meio operário, a Juventude Universitária Católica (JUC), constituída por estudantes de nível superior e a Juventude Independente Católica (JIC), formada por jovens que não fossem abrangidos pelas organizações anteriores (SOUZA, 2006). Em São Miguel das Matas, a JAC era a mais atuante e exercia um trabalho de politização com os trabalhadores do campo, o que rendeu perseguição aos seus membros por parte dos fazendeiros e alguns políticos locais.

processos crimes, ofícios expedidos e recebidos, livros de registro diário, portarias e decretos que se encontram nos arquivos municipais, e as atas e fichas dos vereadores da Câmara Municipal das cidades pesquisadas. Esses documentos, especialmente as atas, foram fontes fecundas para o estudo, por apresentarem o cenário político-econômico dos municípios e trazerem discursos que evidenciam tramas políticas, além da afinação com os ideais conservadores identificados nos projetos do Legislativo e do Executivo em determinadas localidades e a ligação com a política nacional e estadual.

As *fichas de assentamento individual de vereador* com os dados pessoais (filiação, profissão, grau de instrução), indicação dos cargos que ocuparam na legislatura e do partido político a que eram vinculados permitiram compreender os acordos e as dissidências político-partidárias dos edis.

Com a renovação do estudo da história política, os pesquisadores recorrem com frequência às fontes jornalísticas, que “cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2005). Desse modo, fizemos o levantamento dessas fontes no Arquivo Público da Bahia, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Associação Baiana de Imprensa, Jornal do Brasil (digitalizado), e os verbetes do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Entre os periódicos locais, encontramos o Jornal *Nossa Terra, O Nacionalista* e *O Planalto,* que circularam em Cruz das Almas; *Folha das Palmeiras*, em Santo Antônio de Jesus; e *O Alvitre*, em Nazaré.

Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) investigados demonstraram as engrenagens do sistema repressivo, como aponta Mariana Joffily (2013), através da importância conferida aos órgãos responsáveis de alinhamento e conexão entre si para manutenção da Segurança Nacional nos moldes do período ditatorial. Ademais, foi possível captar a finalidade primeira dos processos, cujo intuito preestabelecido era acusar os investigados de comunistas subversivos, sendo, portanto, perigosos para a sociedade (CZAJKA, 2013).

As fontes de natureza repressiva analisadas nesse trabalho evidenciaram a presença dos militares nas três cidades, desde o início da ditadura e em todo o seu percurso. Assim, podemos afirmar que estavam vigiando o *modo vivendi* dos sujeitos antes de 31 de março de 1964, visto que, em Santo Antônio de Jesus, as prisões ocorreram em 29 de março e, nas outras cidades, os impactos foram

imediatos a partir de informações colhidas previamente. As análises dos IPMs desvelaram que os órgãos repressivos estavam atentos às ligações entre os municípios, a exemplo do cruzamento de informações das atividades pastorais de São Miguel das Matas e Santo Antônio de Jesus. As atividades de pesquisa estiveram concentradas também em plataformas digitais, especialmente os acervos dos sites *Memórias Reveladas* e *Brasil Nunca Mais*, para além de vídeos disponibilizados no canal do *Youtube* e de algumas páginas que informam sobre os municípios pesquisados.

De forma complementar, as fontes de cunho memorialístico, a exemplo de livros de memória e de depoimentos orais de sujeitos que vivenciaram o período em estudo, foram utilizadas. Essas memórias apresentaram o contexto sociopolítico dos municípios, bem como traçaram o perfil de alguns sujeitos e relatos de acontecimentos relevantes para a composição desse trabalho. O universo memorialístico e historiográfico, como campo revelador da tensão entre militares, políticos, civis e ex-militantes da esquerda armada, na construção de narrativas que buscam explicar e dar sentido aos acontecimentos passados, foram discutidos por Lucileide Costa Cardoso, em *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura* (2012). Essa abordagem ajudou não só a entender as diferentes construções da memória, mas permitiu uma maior atenção no trato com a fonte memorialística para não perder de vista, quem está falando, de onde e qual é a sua intenção.

Para realizarmos este estudo, que trabalha expressivamente com fontes memorialísticas, dialogamos com alguns autores que discutem a relevância e o cuidado no trato com a memória nos estudos históricos. Segundo Jacques Le Goff, “a memória contém os elementos básicos para a construção de uma concepção histórica” (LE GOFF, 2003, p. 13). Para Pierre Nora (1993), a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. As experiências são rastros significativos e podem se tornar pontos de referência para qualquer estudo histórico, sobretudo quando os indícios esquecidos ou ignorados revelam interpretações distintas de histórias já consolidadas (POLLAK, 1989).

Nesse entendimento, a memória desconfia de uma reconstituição que não esteja atenta aos direitos da lembrança, direitos de vida e de justiça e a consciência de sua carga subjetiva. Beatriz Sarlo alerta para o entendimento conflituoso da lembrança como objeto de estudo, pois ela é fruto também da dinâmica do presente.

Logo, “poderíamos dizer que o passado se faz presente” dentro das revisões e enquadramentos de cada tempo vivido (SARLO, 2007, p. 10).

De acordo com alguns estudiosos que elegem a memória como objeto de pesquisa, o século XX foi palco da emergência da memória, por conta das fragmentações históricas após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. No contexto do “colapso das utopias”, as produções memorialísticas[6] anseiam reconstruir identidades e demarcar espaço. A historiografia recente sobre memória permite um olhar mais apurado e criterioso para lidar com as fontes memorialísticas. Com a ampliação do conhecimento, estamos mais aptos a diferenciar silenciamentos de esquecimentos, bem como estar atentos aos enquadramentos da memória, suas pausas e recuos. Dentro da nova perspectiva de utilização de variadas fontes na construção da pesquisa histórica, o uso de livros de memória nas pesquisas sobre a interiorização do golpe de 1964 na Bahia se fez relevante, sobretudo para entendermos os anos de ditadura nas cidades baianas. Essas memórias, além de apresentarem o contexto sociopolítico dos municípios, viabilizaram traçar o perfil de alguns sujeitos e os relatos de acontecimentos imprescindíveis para a composição desse trabalho.

Por esse prisma, utilizamos os depoimentos dos sujeitos que vivenciaram aquele momento nas cidades pesquisadas. Padres, freiras, ex-vereadores, ex-prefeitos, professores, estudantes, membros de sindicatos, movimentos de caráter nacionalistas e religiosos são depoentes que, a partir de suas memórias, propiciaram uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento dos seus espaços de inserção no contexto do golpe de 1964 e da instalação da ditatura. O uso da fonte oral para esta pesquisa tem como finalidade conhecer e aprofundar aspectos sobre os municípios, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os laços do cotidiano e o contexto político. Esses dados foram obtidos através de conversas com pessoas (relatos orais) que, a partir de suas lembranças pessoais e coletivas, permitiram conhecer outras realidades (JOUTARD, 1998).

O uso do testemunho oral na escrita da história vem se avolumando nas últimas décadas, tanto na perspectiva da ampliação das fontes, como também se justifica pela importância desses atos de memória para períodos onde houve a

[6] Sobre memória consultar: *A Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs; *Memórias europeias: perspectivas emaranhada*, de Enzo Traverso; *A ética da memória europeia: o que deve ser feito*?, de Luisa Passerine; e *Memória, Esquecimento e Silêncio*, de Michael Pollak.

destruição de documentos e o acervo de diversas ordens, na tentativa de apagar as marcas do passado, a exemplo da ditadura civil-militar no Brasil, e em outros países da América Latina (SARLO, 2007).

A leitura das obras, juntamente com a pesquisa documental, possibilitou compreender a interiorização do golpe civil-militar, bem como os primeiros anos da ditadura em cidades baianas, na medida em que se buscou explicitar as ligações desses municípios com os projetos estaduais e nacionais e entender as diferentes composições partidárias dos grupos locais, que estavam no poder político no período.

Diante do exposto, a tese está organizada em sete capítulos, incluindo a *Introdução* e *Considerações Finais*. Desse modo, no segundo capítulo, *Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas e Cruz Das Almas: Contexto Sócio-Histórico e Coligações Político-Partidárias no Pré-Golpe de 1964,* investigamos os sindicatos, associações, movimentos religiosos que atuavam nestas cidades, anterior a 1964. Com atenção para as particularidades de cada município, discutimos o desferimento e a recepção ao golpe, assim como os votos de congratulações aos militares. Os gestos de apoio são relacionados aos ideais propostos pela conjuntura governamental dos militares, o que contribuiu para a adesão ao regime, principalmente, das classes que estavam em processo de ascendência econômico-social e os políticos que lutavam pela permanência no poder. Ainda nesse capítulo, fizemos uma abordagem referente às coligações político-partidárias e sobre como o ambiente de cada município antes de 31 de março de 1964 se diferenciou nos desdobramentos, bem como na intervenção dos militares nessas localidades.

O terceiro capítulo, *Estratégias, Adesões e Oposições em Santo Antônio de Jesus no ano de 1964 e Durante a Ditadura Civil-Militar,* buscou evidenciar como o contexto político-econômico e sociocultural anterior ao golpe singularizou os rumos dessa cidade após o estabelecimento do governo militar. A partir dessa hipótese, discutimos os embates políticos entre os grupos que apoiaram e os que contestaram a ditadura. Ademais, traçamos um panorama da atuação do movimento de oposição no município, como também o processo da “operação limpeza”, realizado pelos militares através das prisões ocorridas em 29 de março, anterior ao desferimento do golpe. Com a implantação do AI-2 e o estabelecimento do bipartidarismo, as disputas pelo poder ficaram mais acirradas, por isso os conflitos entre Aliança

Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) são objeto de análise. Ainda nesse capítulo, investigamos as marchas e homenagens aos militares, enquanto instrumentos de sustentação ao governo estabelecido e como efeito da representação do anticomunismo no Brasil. Sobre essas marchas, nos inspiraram as investigações de Ediane Lopes de Santana (2009), que destacou a importância das ações das mulheres na organização das marchas, pois além de auferir um tom de espontaneidade ao movimento, contribuiu para legitimar os discursos das Forças Armadas sobre a necessidade de intervenção militar.

Quanto às discussões presentes no quarto capítulo, *Tramas Golpistas e a Instauração da Ditadura Civil-Militar em São Miguel das Matas,* semelhante ao anterior, analisaremos as adesões, estratégias e oposições em São Miguel das Matas. A partir de um leque diversificado de fontes, como os documentos de natureza repressiva, livros de memória e os depoimentos orais, investigaremos os impactos do golpe e dos primeiros anos ditatoriais no município. Conforme os estudos, para além do apoio do legislativo e executivo, no caso de São Miguel das Matas, a igreja se posicionou e travou uma luta sustentada pelos movimentos de inspiração libertária, como a JAC e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), encabeçada pela ação pastoral do Padre Gilberto Vaz Sampaio. Vários sujeitos, portanto, não se calaram frente ao poder dos militares, configurando aquela localidade como espaço de perseguições e lutas contra a conjuntura ditatorial.

Para o quinto capítulo, *Impactos da Inflexão Política de 64 e da Ditadura em Cruz das Almas,* discutiremos, baseado nas investigações referentes às adesões do legislativo local, os posicionamentos dos vereadores apoiadores ao primeiro governo militar de Castelo Branco, bem como as oposições dos edis tidos como nacionalistas e do prefeito Jorge Guerra, que renunciou ao seu mandato. Além disso, a análise estará centrada nos movimentos de resistência e contestação à ditadura, através de sindicatos, associações e da FNCA, fortalecidos pelos movimentos estudantis secundaristas e universitários; e a consequente vigilância dos militares na cidade após o golpe de 1964, que resultou nas deposições, fugas, prisões e torturas.

Além das fontes documentais, como as atas dos legislativos de cada cidade, matérias jornalísticas e dos IPMs, nos capítulos supracitados, o golpe de 1964 e os primeiros anos ditatoriais nos municípios pesquisados foram investigados pautados no uso de memórias dos sujeitos, no tempo e espaço de suas experiências. Com base nos livros de memória e nos depoimentos orais, se buscou resgatar

experiências ainda não reveladas sobre aquele período da história e evidenciar a participação das cidades do interior baiano. A finalidade residiu em observar os movimentos de oposição e resistência, e também as forças de permanências fundamentadas no conservadorismo. Assim, alguns agentes foram decisivos não só no processo de desestabilização do governo de João Goulart e desferimento do golpe, como na consolidação e permanência de uma ditadura no país, o que justifica para essa pesquisa o uso do termo ditadura civil-militar.

Além do mais, este capítulo confere especial atenção para a trajetória de alguns sujeitos que estiveram diretamente envolvidos no cotidiano de suas cidades, como base de apoio ao governo ou como opositores moderados ou mais radicalizados ao denunciarem as arbitrariedades do período. Para tanto, perscrutaremos o envolvimento dos grupos mais visíveis nesta resistência, composto de estudantes, professores, padres, sindicalistas, dentre outros segmentos.

Por fim, a última discussão, presente no capítulo intitulado *Rompendo com Limites Institucionalizados: Resistência e Conexão com a Luta Armada em São Miguel das Matas e Cruz das Almas,* versa sobre algumas tentativas de organização de resistência armada no interior, especialmente em São Miguel das Matas e Cruz das Almas, em conexão com o ME de Salvador. A partir da trajetória de Claudionor Froes Couto, militante do Comando de Libertação Nacional (COLINA), seguimos os rastros de organizações e indivíduos que apostaram no caminho armado como forma de combater o regime ditatorial. As suas lutas estavam conectadas com movimentos de outros Estados a nível nacional. Como registra Sandra Regina Barbosa da Silva Souza (2013), em alguns episódios ocorreram atuações diretas desses sujeitos, por isso a Bahia não deve ser vista exclusivamente como área de recuo. Por essa perspectiva, a Bahia teve um papel importante como espaço para muitos militantes se resguardarem da repressão, e esteve à frente na organização e articulação de movimentos armados.

Neste cenário, a Fazenda Bom Jesus, localizada na zona rural de São Miguel das Matas, serviu de refúgio para companheiros ligados à Claudionor e ainda foi palco da invasão dos militares, ocorrendo a prisão de dois militantes do COLINA e apreensão de todo o arsenal de munições existentes naquele sítio. Os militares baianos, sob o comando de ordens nacionais, permaneceram alguns meses naquela Fazenda, tentando encontrar dinamites que, supostamente, tinham sido enterradas pela organização armada, que se instalou na fazenda naqueles idos de 1969. Como

consequência, essa ocupação causou alvoroço e interferiu no cotidiano dos miguelenses.

Por último, informamos que a cidade de Santo Antônio de Jesus não comparece nas investigações deste capítulo, por não fazer parte da rota de resistência armada, que foi articulada por Claudionor Froes Couto, dentre outros atores. Ao ter como foco a sua trajetória e os tensos acontecimentos que se desencadearam no munícipio de São Miguel das Matas, convém salientar que só nos foi possível problematizar o tema das ações armada em perspectiva comparada com os casos de Eudaldo Gomes e Amílcar Baiardi, que marcaram a história da cidade de Cruz das Almas. Diante do exposto, desejamos que durante a leitura da tese, as principais questões destacadas nos capítulos sejam elucidadas, de modo a evidenciar que o mote de nossas investigações foi orientanda pela convicção de que a história da nossa última ditadura não pode ser contada e nem escrita apenas do ponto de vista dos episódios ocorridos nos grandes centros urbanos, especialmente no eixo sul-sudeste, mas a partir de diversos municípios e regiões, a exemplo dessa pesquisa que trada sobre a *interiorização do golpe de 1964 no Recôncavo Baiano.*

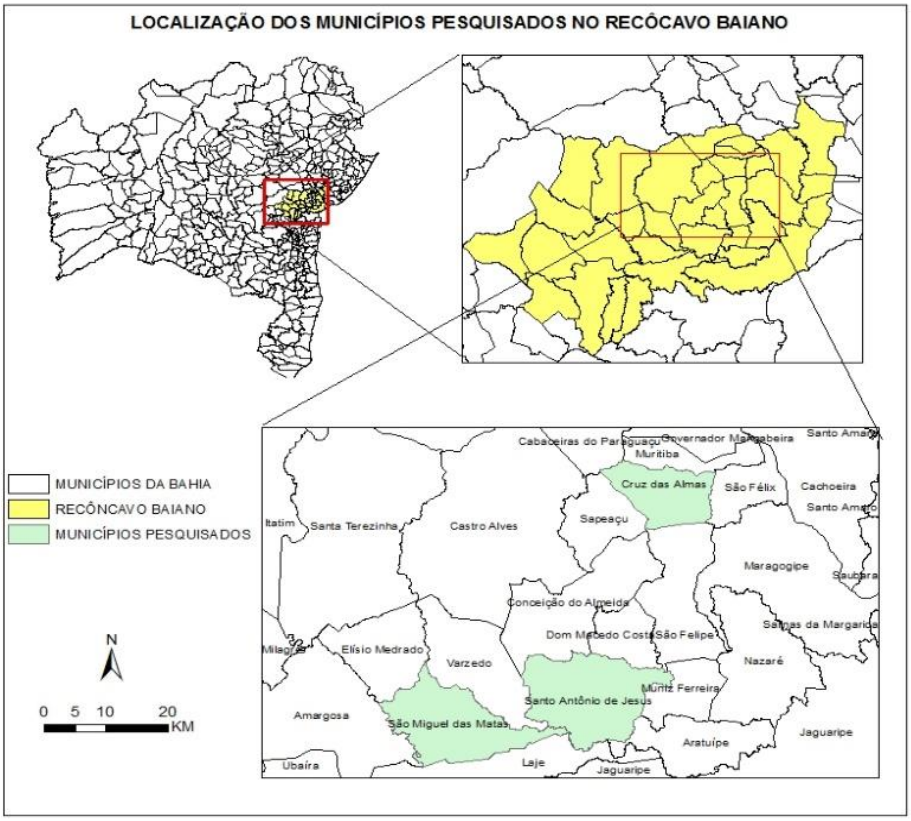
2 SANTO ANTÔNIO DE JESUS, SÃO MIGUEL DAS MATAS E CRUZ DAS ALMAS: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E COLIGAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS NO PRÉ-GOLPE DE 1964

2.1 Recôncavo Baiano: o lugar da pesquisa

A região denominada de Recôncavo Baiano está situada na costa leste do Brasil, especificamente no Nordeste, numa área de clima tropical, com uma relação físico-cultural bastante diversificada. Segundo os geógrafos Miguel Cerqueira dos Santos e Maria Gonçalves Conceição Santos (2015), a presença de uma paisagem composta por brisas e ventos oceânicos, com o balanço frequente das ondas do mar, rodeado por dunas, restingas e manguezais constituiu os principais atrativos para a formação da diversidade natural e cultural encontrada na região. Esses autores atentam para as concepções de recôncavo, a partir das mutações territoriais encontradas nos últimos anos e evidencia a análise da literatura sobre o assunto que o caracteriza a partir de uma região côncava, situada ao fundo da Baía de Todos os Santos, onde as relações entre o físico, o social e o cultural vão sendo processadas ao longo de sua história (SANTOS; SANTOS, 2015).

Ainda segundo os autores supracitados, a partir dos anos de 1960, vários estudos foram desenvolvidos sobre o Recôncavo Baiano, com ênfase nas dimensões físicas, bióticas, culturais e socioeconômicas. Alguns destacam a importância do processo histórico para a formação das diferentes subunidades que integram o Recôncavo, enquanto outros fazem alusão às mutações territoriais ocorridas ultimamente, as quais retratam os contrastes existentes entre o tradicional e o moderno. Por certo, existem sérias dificuldades em delimitar os municípios desta região. Diante da complexidade, o trabalho aqui proposto entende ser o Recôncavo Baiano composto por dezenas de municípios situados ao entorno da Baía de Todos os Santos (mapa 1), onde as relações físico-culturais, processadas ao longo da história, se encontram representadas nas suas diferentes subunidades, que se apresentam conectadas (SANTOS; SANTOS, 2015).

Mapa 1 – Localização dos municípios pesquisados no Recôncavo Baiano / Bahia, 2019.



Fonte: OLIVEIRA[7], Santo Antônio de Jesus, 2019.

Assim, três cidades que integram o Recôncavo Baiano serão objetos dessa pesquisa: Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus (SAJ) e São Miguel das Matas. Para iniciar as discussões sobre a interiorização do golpe na Bahia, o principal objetivo desse capítulo é traçar um perfil histórico dos municípios para facilitar a compreensão dos desdobramentos do golpe, tanto no cenário político, como também no social, econômico e religioso dessas localidades. Para isso, analisaremos as coligações partidárias, a composição política do Executivo e Legislativo, com maior atenção para o pleito de 1962, que elegeu as bancadas que estiveram à frente dessas urbes em 1964, no ano do desferimento do golpe civil-militar. Além disso, a atuação dos movimentos, associações e sindicatos existentes também serão discutidos. A intenção, portanto, é corroborar com a tese de que o contexto histórico de cada lugar, anterior a 1964, mesmo se tratando de cidades próximas, como é o caso dessa pesquisa, diferenciou os impactos da ditatura no cotidiano dos munícipes.

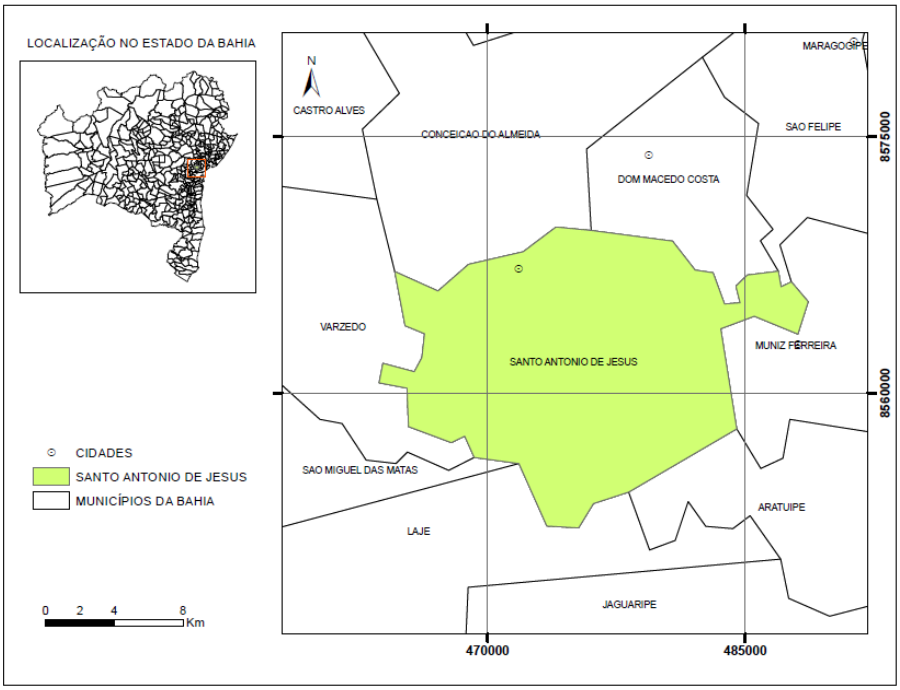
[7] Silvana Nery Oliveira, geógrafa, elaborou esse mapa com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Santo Antônio de Jesus, 2019.

2.2 Panorama histórico-político de Santo Antônio de Jesus

A cidade de Santo Antônio de Jesus, anteriormente denominada de Capela do Padre Matheus, Capela de Santo Antônio de Jesus e, depois, apenas Capela, tem suas origens relacionadas ao sítio da Capela. Esse, por sua vez, foi construído em terras doadas pelo Padre Matheus Vieira de Azevedo, em 27 de setembro de 1776, ao redor do qual foi sendo edificada a cidade, como narra o memorialista Fernando Pinto de Queiroz, no livro intitulado *A Capela do Padre Mateus* (QUEIROZ, 1995).

Até o ano de 1852, essas terras estavam ligadas eclesiasticamente ao município de Nazaré, quando a Capela foi elevada à categoria de Freguesia. Em 1880, tornou-se Vila, tendo a sua Câmara instalada em 04 de março de 1883. Por fim, ela foi elevada juridicamente à categoria de cidade, em 1891. Do ponto de vista geográfico, ela se limita ao norte com os municípios de Conceição do Almeida e Dom Macedo Costa; ao sul, com Laje, São Miguel das Matas e Aratuípe; ao leste, com Muniz Ferreira e São Felipe; e ao oeste, com Varzedo (mapa 2).

Mapa 2 – Localização do município de Santo Antônio de Jesus / Bahia, 2012.



Fonte: OLIVEIRA[8], Santo Antônio de Jesus, 2012.

[8] Silvana Nery Oliveira, geógrafa, elaborou esse mapa com base nos dados do IBGE. Santo Antônio de Jesus, 2019.

A cidade está localizada na Região do Recôncavo da Bahia, mais especificamente no Recôncavo Sul, às margens da BR-101, a 187 km (por via terrestre) e 90 km (via mar) de Salvador, capital da Bahia. Ademais, possui uma extensão territorial de 252Km² e uma população estimada em 100 mil habitantes, segundo o censo de 2018. Devido a sua centralidade geográfica, a cidade tem importância como núcleo comercial e de serviços em todo o Recôncavo Baiano, sendo assim considerada a "Capital do Recôncavo" (HISTÓRIA..., 2012).

Em relação às três cidades pesquisadas, Santo Antônio de Jesus aparece como um município que vivenciou de maneira mais eloquente os ideais de modernização. Os projetos do legislativo, a partir de 1958, estão voltados para as transformações da paisagem urbana do município e ao abastecimento de energia elétrica. No que tange aos ideais modernizantes, de acordo com a historiografia, a partir da década de 1950, o Brasil, que já vinha trilhando um caminho de industrialização, alça voos mais altos em seu processo de urbanização, visto que naquele momento o país foi marcado pela transição de uma população predominantemente rural para uma sociedade cada vez mais urbana. A luz elétrica chega às casas de milhares de brasileiros, trazendo consigo mudanças de vida e novas perspectivas para as pessoas. A chegada da energia elétrica reforçou o pensamento "civilizador" revelado nas medidas de organização do espaço urbano e "limpeza das cidades" (DANTAS NETO, 2006).

Dentro desse contexto, outro fator importante foi a construção de rodovias, que possibilitou o entrelaçamento entre as várias cidades brasileiras e os principais polos comerciais do país, impulsionando o desenvolvimento e o crescimento da economia nacional. A chegada da Petrobrás, por seu turno, favoreceu também um novo impulso à economia do país, porém, o governo brasileiro ofereceu as garantias intervencionistas necessárias à sua concretização, contribuindo para o fortalecimento de sua aliança com o capital internacional.[9]

Com a construção de rodovias, as distâncias encurtaram-se, promovendo uma maior relação, principalmente econômica, entre as cidades do Recôncavo e também dessas com a capital, Salvador. No que diz respeito a Santo Antônio de

[9] A Petrobrás foi criada oficialmente no dia 03 de outubro de 1953, pelo então presidente Getúlio Vargas, em tom nacionalista: "É portanto, com satisfação e orgulho patriótico que hoje sancionei o texto de lei aprovado pelo poder legislativo, que constitui novo marco de nossa Independência econômica." (GANDRA, 2013, s/p).

Jesus, a construção da rodovia BR-101[10], acompanhando o percurso da antiga ferrovia[11] entre Nazaré e Varzedo, passando por aquela cidade, impulsionou seu desenvolvimento, além de configurar novos anseios comerciais principalmente da elite da cidade. Os estudos feitos por Miguel Cerqueira dos Santos enfatizam que a posição geográfica de destaque em que Santo Antônio de Jesus se encontra, tornando-a importante centro de comercialização e contato com outras cidades da região, favoreceu a elevação do espaço urbano em questão "[...] não apenas à condição de centro local, mas à função de polo comercial regional" (SANTOS, 2002, p. 76).

Assim, Santo Antônio de Jesus, a partir do meado do século XX, passou a atrair as atenções de muitos municípios vizinhos, alcançando um relevante crescimento urbano. A partir dessas notáveis mudanças, a cidade foi se redimensionando e "organizando" cada vez mais seu espaço urbano, principalmente o centro, sendo estes anseios alimentados por um ideal progressista.

No que se refere à política local, a cidade esteve entrelaçada por interesses familiares, construídos desde suas primeiras formações, sobretudo a partir da criação do Conselho de Intendência após a Proclamação da República, em 1889. Os treze intendentes que governaram a urbe, de 1889 a 1930, exerceram profissões de status para época: eram médicos, funcionários públicos, tenentes, padres e empresários (COSTA, 2012). Alguns desses intendentes tiveram filhos que se envolveram na política da cidade nos anos de 1940, 1950 e nas décadas seguintes. De tal modo, alguns filhos e parentes desses intendentes e ex-prefeitos apareceram nos registros da Câmara Municipal da cidade, recepcionando o golpe em 1964 e congratulando-se com os militares e com os projetos propostos pelo regime.

[10] A BR-101 foi considerada obra prioritária do governo militar, realizada em duas etapas: do Rio à Ubatuba e de Ubatuba até Cubatão. O primeiro trecho foi concluído no primeiro semestre de 1971, dando origem ao lançamento oficial, em 1973, no Ano Nacional do Turismo. A construção da estrada pretendia dar condições para o desenvolvimento do turismo na região e servia de modelo para a implantação de outras rodovias do gênero, como a ligação entre o Rio de Janeiro e a Bahia, pelo litoral. (UM POUCO..., 2011).

[11] Desde o final do século XIX, a cidade contava com a presença de uma estação da linha férrea que ligava Santo Antônio de Jesus à cidade de Nazaré e depois a São Roque do Paraguaçu, dando acesso à capital. Com a ligação dessa ferrovia a Santo Antônio de Jesus, abre-se, festivamente, em data de Sete de Setembro de 1880, o tráfego definitivo de Nazaré a Santo Antônio de Jesus, da *Tram-Road*, depois denominada, Estrada de Ferro de Nazaré, cujos trilhos foram prolongados até alcançarem a cidade de Jequié (QUADROS, 2009).

2.2.1 Coligações político-partidárias nos idos de 1960

Para melhor compreensão das discussões sobre as coligações político partidárias em Santo Antônio de Jesus, de alguns anos anteriores ao golpe e, consequentemente, sobre a configuração política da cidade em 1964, cabe uma breve análise da trajetória dos partidos em âmbito local.

Em 1960, uma moção sobre o acordo do Partido Republicano (PR) com a União Democrática Nacional (UDN) na Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus foi apresentada. A história desses dois partidos, em alguns momentos da trajetória política brasileira, foi marcada por alianças e separações na busca pelo poder em nível local, estadual e nacional. Esse fato também será percebido nas estratégias políticas da cidade (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1960).

Em Santo Antônio de Jesus, a moção de apoio ao acordo entre o PR e a UDN em 1960, mesmo diante de um quadro de aproximações e afastamentos, foi aprovada pela maioria do Legislativo municipal. Inicialmente, vereadores do PR local anunciaram que seus candidatos a presidente e vice eram o Marechal Teixeira Lott e João Goulart, “por serem os mesmos, nacionalistas”. Entretanto, diante do contato que os vereadores de Santo Antônio tiveram pessoalmente com Jânio Quadros em um comício, eles afirmaram “que o candidato é de muita sensibilidade, mostrando na sua oratória clareza e corretismo”, logo votariam em Jânio Quadros (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1960). Dessa forma, a aliança firmada em torno da candidatura de Jânio Quadros passava a ter o apoio local por parte da maioria dos vereadores. Os políticos eleitos em 1960 tinham uma relação acentuada de dependência com os votos do interior, ou seja, com a máquina partidária estadual e municipal (SOUZA, 1976).

Todavia, a adesão à candidatura de Jânio estava relacionada à coligação formada por vários partidos, entre eles, o PR e a UDN e ao apoio do governador do Estado, Juracy Magalhães. O vereador José Fraga, do PR, contou na sessão da câmara que no comício em que participara em 1960, Juracy Magalhães afirmou que “o eleitorado da Bahia não tinha dono” (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1960). Provavelmente, ele se referia sobretudo ao Partido Social Democrático (PSD), partido de grande poder na época, predominante na maioria das cidades do interior, que apoiavam o Marechal Teixeira Lott (SKIDMORE, 1982).

O PR foi constituído em 1950, tendo como um dos seus fundadores Manoel Novais, liderança que influenciou a política santantoniense, através do apoio aos candidatos do PR local[12]. Este líder é apontado por Paulo Santos Silva (2011) como um político habilidoso, que Juracy Magalhães escolheu para fazer a cooptação de lideranças municipais, tendo como resultado a vitória do então interventor nas eleições realizadas em 1933 e 1934, como também a eleição do próprio Manoel Novais para deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte (SILVA, 2011).

Por essa vertente, Manoel Novais exerceu forte influência sobre Antônio Magalhães Fraga, chefe do PR local. Fraga, como ficou conhecido pelos santantonienses, nasceu em Santo Antônio de Jesus, em 1906 e faleceu em Salvador, no dia 22 de novembro de 1964 (FRAGA, 2009). Ele era filho de Francisco Magalhães Fraga e Maria Augusta Fraga, e estudou nos colégios Antônio Vieira e Carneiro Ribeiro, ambos situados em Salvador. Antônio Magalhães Fraga, além de político, era proprietário de fazendas de criação de gado e de culturas cítricas, bem como foi também exportador de fumo em associação com a Companhia Inglesa Carleoni Ltda. Os seus filhos, Haroldo Carlos Argolo Fraga e José Antônio Argolo Fraga, foram vereadores de 1955 a 1963 pelo PR, em Santo Antônio de Jesus (VALADÃO, 2005).

Antônio Fraga tornou-se prefeito de sua cidade natal, exercendo mandato de 1947 a 1950. Em outubro desse mesmo ano, ele disputou uma cadeira na Assembleia Legislativa da Bahia pela legenda do PR, foi eleito e exerceu o mandato entre 1951 e 1955. No entanto, ele foi novamente prefeito de Santo Antônio de Jesus entre os anos de 1955 e 1959 e, ao fim desse mandato, se candidatou, com êxito, à deputado federal na Bahia pelo PR, para a legislatura de 1959 a 1963 (VALADÃO, 2005).

[12] Após a extinção do Estado Novo, Manoel Novais reelegeu-se deputado na Bahia, agora na legenda da UDN. Em outubro de 1950, foi eleito deputado federal na legenda da Aliança Democrática, integrada pelo PR, do qual foi um dos fundadores na Bahia e que presidiria até a extinção do partido em 1965. Tornou-se vice-líder do PR na Câmara dos Deputados, em 1952, e em 1954 voltou a se reeleger, dessa vez na legenda da Aliança Republicana Cristã, constituída pelo PR e pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Nas eleições de outubro de 1958, teve renovado o seu mandato federal, ao qual concorreu pela legenda da Aliança Trabalhista, integrada pelo PR, o Partido de Representação Popular (PRP) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reeleito em 1962. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional número dois, de 27 de outubro de 1965, e a posterior implantação do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do Regime Militar, instalado no país em abril de 1966. Depois de 1966, ele se reelegeu outras vezes pela ARENA e se filou a outros partidos, após a extinção do bipartidarismo. Em Janeiro de 1987, deixou a Câmara dos Deputados, ao final da legislatura e se retirou definitivamente da vida política.

Além do apoio de Manoel Novais, Fraga galgou esse espaço na política local e estadual por praticar atos considerados paternalistas. Hélio Valadão[13] escreve que o seu carisma era tanto que "gente esclarecida dizia: se ele indicar um cachorro para prefeito, eu votarei no cachorro. Ele é o nosso Galo de Ouro, o Deus santantoniense" (VALADÃO, 2005, p. 82). Fraga ficou conhecido como forte liderança local, se mantendo no poder em Santo Antônio de Jesus por longos anos. Segundo Reis (2010), um depoente de 83 anos, ele tinha como mentor Manoel Novais.

O prestígio de Fraga começou a enfraquecer quando Juracy passou a ser governador pela UDN (1959-1963). Assim, Fraga deixou a câmara dos deputados em janeiro de 1963, ao término da legislatura, não tendo conseguido se reeleger em outubro de 1962. Segundo Valadão (2005, p. 84), "inicialmente seu sucesso foi tão grande que ele resolveu ser dono do próprio nariz, rompeu com o Dr. Gorgônio Araújo, criou o PR local, aliou-se aos grupos que haviam lutado contra sua própria eleição." Quando eleito em 1947, Fraga era do PSD, apoiado por Gorgônio José de Araújo[14], líder deste partido em âmbito local.

Além de prefeito de Santo Antônio de Jesus, Gorgônio Araújo, assim como seu pai, na primeira metade do século XX, foi um importante líder político: Deputado Estadual em 1947, Secretário de Finanças de Salvador e Secretário Estadual de Saúde e Assistência Social no governo de Antônio Balbino (1955-1959). Gorgônio de Almeida Araújo liderava a facção majoritária que se constituiu no PSD local.

Sérgio Miceli, ao traçar um perfil dos componentes da bancada do PSD e da UDN, diz que a predominância desses partidos na política se deveu à tradição de grupos dominantes e de políticos profissionais surgidos nas décadas de 1930 e 1940 (MICELI, 1986). Após a queda de Getúlio Vargas, o PSD herdou a máquina que ele havia criado a partir dos círculos dos políticos locais (PAGE, 1972). Desse modo, é

[13] Nascido em Prata, município da região do Triângulo Mineiro, o memorialista, Hélio Valadão, chegou à Santo Antônio de Jesus em 1966. Ele exerceu a função de contador de várias empresas da cidade, corretor imobiliário, foi Presidente do Lions Clube Internacional e colunista do quinzenal Folha das Palmeiras, em 1989. Como escritor, se tornou membro da Academia Santantoniense de Letras e membro fundador da Academia de Letras do Recôncavo (ALER). Na política, Valadão foi vereador entre os anos de 1979 e 1981. Intrigado, escrevia cartas ao Presidente da Câmara e ao Prefeito, apresentando desacordos políticos e dúvidas referentes às contas públicas.

[14] O médico Gorgônio de Almeida Araújo, filho de Gorgônio José de Araújo (intendente entre 1912 e 1915), nasceu em 1904, em Santo Antônio de Jesus, de uma família de tradição política local, desde os tempos de Freguesia e Vila. Nos anos de 1939 a 1945, ele foi prefeito desta mesma cidade. O seu filho, Gorgônio José de Araújo Neto, deputado federal de 1983 a 1987, também aparecerá nas discussões do segundo capítulo deste trabalho.

possível colocar como exemplo o pleito de 1947: dos doze vereadores eleitos em Santo Antônio de Jesus, oito foram do PSD e quatro do PR.

O PSD elegeu presidentes da República, governadores e prefeitos, senadores, deputados e vereadores, ocupou ministérios e secretarias, proveu equipes para todos os escalões administrativos do país. Lúcia Hippolito explica que o PSD foi o principal responsável pela superação das crises políticas, "constituindo-se ao longo de sua história em verdadeiro fiador do regime político que sucedeu ao Estado Novo" (HIPPOLITO, 1985, p. 27).

Antônio Fraga ainda contou com o apoio de outro político da cidade, Humberto Guedes de Araújo[15], que fazia oposição ao grupo de Gorgônio Araújo. Por desafetos políticos, Humberto registrou em cartório a simplificação do seu nome para "Humberto Guedes", a fim de evitar desagrados e comparações com Gorgônio Araújo.

O Executivo e o Legislativo, eleitos em 07 de outubro de 1962, administraram Santo Antônio de Jesus até 1967, compondo o quadro político da cidade no ano do golpe, como também nos primeiros anos da ditadura civil-militar. A disputa eleitoral de 1962 envolveu Antônio José Gonçalves e Antônio Veiga Argolo, cunhado de Antônio Fraga, forte liderança política municipal, enfrentando o "quase desconhecido" José Trindade Lobo.

Além de fazendeiro, José Trindade Lobo representava a firma Almerindo Portugal, armazém de fumo localizado na Avenida Barros e Almeida, tendo assumido, em março de 1950, a consultoria da Congregação Mariana. Segundo Valadão (2005), em 1962, quando procuraram um candidato para prefeito que tivesse condições de lutar e, se possível, derrotar o candidato de Antônio Magalhães Fraga, missão considerada quase impossível, todos os prefeituráveis selecionados se recusaram.

José Trindade Lobo, que não era sequer cogitado, aceitou o desafio. "Surpreendentemente", ele venceu e marcou o início de uma "nova era" na política em Santo Antônio de Jesus. Ainda segundo Valadão (2005), Zeca Lobo, como era

[15] Humberto Guedes era advogado, nascido em Santo Antônio de Jesus, em 1907, faleceu em 2000. Ele foi eleito deputado estadual pelo PR (1955-1959) e suplente de deputado estadual (1959-1963), também pelo PR. Em 1963, ele foi eleito novamente deputado estadual, sendo reeleito pela Arena para os anos de 1967 a 1971. Entre 1971 e 1975, ele foi suplente de deputado estadual por esse mesmo partido. Seu filho Carlos Humberto Guedes foi delegado em Santo Antônio de Jesus e durante o regime ele interferiu, juntamente com seu pai, no processo político da cidade, como será visto ainda neste trabalho.

chamado, deu à sua campanha um cunho diferente. O memorialista enfatiza que José Trindade Lobo venceu por sua “modéstia, humildade e sinceridade.” Registrou: “O povo já se deparou com aquele homem simples como ele mesmo, desprovido de qualquer tipo de vaidade, sem prometer nada, sem comprar voto, um homem comum, amante de sua própria família, todo o povo gostou, aprovou e o elegeu” (VALADÃO, 2005, p. 86). De forma complementar, ele acrescenta:

> Zeca fez uma administração sem alardes, cumpriu o seu dever, o que foi muito bom. O povo compreendeu, então, que a vida era simples, e que o gerenciamento de uma cidade poderia ser feito por qualquer um, desde que fosse honesto, honrado e a amasse. Foi um bom prefeito. Não fez milagres, mas fez aquilo que era possível. Calçou muitas ruas, melhorou estradas, conservou calçamentos, jardins, deu melhor assistência à educação municipal. O escolhido para o mandato tampão 1970/1972, foi novamente José Trindade Lobo, que veio a ser substituto de seu próprio sucessor. Seu adversário dessa vez foi o valoroso Aurino Leal Sales, comerciante, nascido em Amargosa, homem de visão acima da média de seus conterrâneos. Zeca Lobo, dessa vez, não foi tão feliz como na primeira gestão. Também, a sua maneira de dirigir os negócios municipais não era mais novidade. Mesmo assim, sua administração foi discreta e proveitosa (VALADÃO, 2005, p. 86).

As declarações feitas pelo memorialista demonstram um posicionamento favorável ao prefeito Zeca Lobo, haja vista que Valadão também era envolvido no cenário político da cidade e ocupou uma cadeira no Legislativo como vereador substituto entre os anos de 1979 e 1981. A sua narrativa demarca ainda a animosidade existente em relação à Antônio Magalhães Fraga, ex-chefe político da cidade, que tinha lançado o nome de Antônio Veiga Argolo como oponente de Zeca Lobo.

José Trindade Lobo, mencionado em livros de memória, atas da Câmara Municipal e depoimentos orais, em sua maioria, aparece nas narrativas como homem honesto, simples e cumpridor dos seus compromissos. Aspectos que, segundo essas fontes, permitiram desbancar o candidato apoiado pelo prefeito Antônio Magalhães Fraga.

A vitória de Zeca Lobo é consequência, também, do apoio das elites políticas de Santo Antônio de Jesus, visto que esta cidade ganhara impulso no seu comércio a partir das décadas de 1950 e 1960, no contexto desenvolvimentista do país, levado a cabo por presidentes como Juscelino Kubitschek. Com as iniciativas de implantação da indústria petrolífera, iniciar-se-ia a abertura de rodovias e assegurar-se-ia a chegada da energia elétrica à região, viabilizada pela “construção da

Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), além de outras realizações subvencionadas por instituições estatais como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)" (SOUZA, 2008, p. 42).

O apoio local e do governador da Bahia elucida também a permanência de Zeca Lobo como prefeito da cidade após o golpe de 1964, o que não ocorreu em outros municípios baianos, como Cruz das Almas, Vitória da Conquista, Ipiaú, Feira de Santana e Salvador. Tais municípios se somam a tantos outros que viveram a experiência da perseguição, da renúncia, da cassação e do dano aos direitos políticos nesse período (DIAS, 2009). Esses eram, portanto, chefiados por partidários de João Goulart e poderiam se tornar possíveis focos de resistência. Por isso, eles foram rapidamente neutralizados pelos militares que se apressaram nas intervenções e mudanças de comando (SANTANA, 2009). O ambiente de intervenção para sucumbir às agitações populares insufladas no governo Jango[16] vinha sendo preparado, tendo à frente a imprensa baiana conservadora e o setor hegemônico da Igreja Católica (ALMEIDA, 2010).

Voltando à posse de José Trindade Lobo, em 14 de março de 1963, na presença de oito vereadores e autoridades "ilustres" da cidade e do estado, sob a presidência do vereador Waldemar Pinto Queiroz, foi aberta a sessão de posse do prefeito: "Isto feito, depois de prestado juramento legal, o presidente o declarou empossado, tendo se ouvido delirante e vibrante salva de palmas" (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1963a).

O Executivo ficou sob o comando de José Trindade Lobo, eleito pela UDN, que derrotou o cirurgião dentista Antônio Veiga Argolo, do PR, e Antônio José Gonçalves, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ele administrou Santo Antônio de Jesus entre 07 de abril de 1963 e 07 de abril de 1967, eleito novamente para o período entre 01 de fevereiro de 1971 e 31 de janeiro de 1973, pela ARENA 2, derrotando o empresário Aurino Leal Sales, candidato pela ARENA 1.

Já a composição legislativa ficou distribuída em cinco partidos, organizados em três legendas (quadros 1 e 2). Assim, a maioria das cadeiras, conquistadas na Câmara Municipal em 1962, ficou a cargo do PR (quadro 1), diferentemente de outras cidades do país, como aborda Maria Celina D'Araújo ao afirmar que, nesse

[16] O Governo Jango se refere a João Goulart.

pleito, as lideranças foram distribuídas entre a UDN e o PSD (D'ARAÚJO, 1994). A força do PR local, apesar do candidato a prefeito não ter vencido as eleições em 1962, tem explicação na influência dos deputados Manoel Novais e Humberto Guedes e na força política exercida por Antônio Fraga.

Quadro 1 – Vereadores eleitos no pleito de 1962 e filiação partidária de Santo Antônio de Jesus / Bahia.

ELEITOS	PARTIDOS
Adalício José de Almeida	PTB
Ademário Francisco dos Santos	UDN
Deraldo Félix de Jesus	PR
Domício Francisco de Andrade	PR
Durval Samuel de Souza	PSD
Edvaldo Oliveira Souza	PL
João José das Mercês	PL
José Pereira Reis	UDN
Manoel José de Souza	PSD
Maria do Carmo Nogueira Amâncio	PR
Misael Maia Matos	PR
Waldemar Pinto Queiroz	PR

Fonte: Autoria própria[17], 2021.

De acordo com a ata da câmara de 14 de abril de 1963, no Legislativo, os doze vereadores eleitos no pleito de 1962 ficaram distribuídos em três bancadas (quadro 2): Ademário Francisco dos Santos, Manoel José de Souza, Edvaldo Oliveira Souza, Waldemar Pinto Queiroz, José Pereira Reis, Durval Samuel de Souza e Misael Maia Matos na Aliança Democrática Santantoniense (ADS) pertenciam à agremiação política de orientação conservadora, que congregava os políticos locais, sobretudo, os ligados à UDN; Maria do Carmo Nogueira Amâncio, João Mercês, Domício Francisco de Andrade e Deraldo Félix de Jesus estavam na bancada do PR; e Adalício José de Almeida na bancada do PTB.

[17] Elaboração a partir da consulta feita na Ficha de Assentamento Individual de Vereador, localizada na Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio de Jesus, Bahia.

Quadro 2 – Vereadores eleitos no pleito de 1962 e composição das bancadas em Santo Antônio de Jesus / Bahia.

ELEITOS	BANCADAS
Adalício José de Almeida	PTB
Ademário Francisco dos Santos	ADS
Deraldo Félix de Jesus	Partido Republicano (PR)
Domício Francisco de Andrade	PR
Durval Samuel de Souza	ADS
Edvaldo Oliveira Souza	ADS
João José das Mercês	PR
José Pereira Reis	ADS
Manoel José de Souza	ADS
Maria do Carmo Nogueira Amâncio	PR
Misael Maia Matos	ADS
Waldemar Pinto Queiroz	ADS

Fonte: Autoria própria[18], 2021.

É possível observar, a partir da análise dos quadros, que os candidatos eleitos pelo mesmo partido, a exemplo do PL e PR, ficaram em lados opostos na composição das bancadas. Desse modo, a agremiação Aliança Democrática Santantoniense concentrou a maioria dos vereadores na Câmara. Diferentes desta, as outras bancadas permaneceram com a denominação de partidos, no caso, o PR e o PTB. Eis o texto que registra a posse:

> Aos sete dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e três, às quatorze horas, na sala das reuniões da Câmara de Vereadores, localizada no edifício da Prefeitura Municipal desta cidade, sob a presidência do Exmº Sr. Dr. Juiz Eleitoral desta 56ª zona – D. D. Bel. José Efrem Barreto Pereira – presente os doze vereadores eleitos no pleito de sete de outubro do ano passado e numerosa assistência, foi declarada aberta a sessão. (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1963b).

Posteriormente, a votação para composição da mesa legislativa foi iniciada. Para presidente, Waldemar Pinto Queiroz – oito votos; vice-presidente, Edvaldo Oliveira Souza - oito votos; primeiro secretário, Ademário Francisco dos Santos – oito votos; segundo secretário, Adalício José de Almeida – oito votos. Nessa ata consta ainda o registro de quatro votos em branco (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1963b). Majoritariamente, os cargos ficaram sob o comando da ADS, com exceção

[18] Elaboração a partir da Ata da Sessão solene para a posse dos vereadores eleitos no pleito de 07 de outubro de 1962 e eleição da mesa em 07 de abril de 1963 (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1963b).

de Adalício José de Almeida do PTB, mas que já na cerimônia de posse se aliou a essa referida bancada.

Waldemar Queiroz, eleito presidente da Câmara Municipal para o pleito de 1963 a 1967, foi um líder de influência na política da cidade. Ele nasceu em 1902, em Santo Antônio de Jesus e era servidor público. Em 1947, iniciou o primeiro mandato como vereador de sua cidade natal, pelo PR, sendo reeleito por este mesmo partido por mais três candidaturas. Ele se filiou à UDN para o período de 1963 a 1967.

Waldemar Queiroz foi vereador por longos anos, segundo levantamento feito nos arquivos da prefeitura, durante as quinze vezes em que foi presidente da Câmara, assumiu o cargo de prefeito municipal por vinte vezes. Os seus filhos, Ursicino Pinto de Queiroz e José Edmundo Pinto Queiroz, também foram formadores de opinião e propagadores dos projetos do regime de 1964, em Santo Antônio de Jesus. Ursicino Pinto de Queiroz se formou em medicina e foi prefeito da cidade pela ARENA nos anos de 1976 a 1982; e José Edmundo Pinto Queiroz, militar, foi eleito vereador, também pela ARENA, para esse mesmo período.

Voltando à mesa legislativa empossada em 1963, os vereadores que faziam parte da Aliança Democrática Santantoniense foram questionados pelo presidente se ficariam na Câmara sob tal bancada ou se subdividiriam cada qual pelo seu partido. A resposta dada foi “que a mesma continuaria em toda sua Plenitude”, com o acréscimo de Adalício Almeida, que passou a fazer parte da ADS (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1963a). A composição da mesa ficou a cargo da situação, primeiro porque sua bancada era maioria, segundo porque foi reforçada com um voto a mais de Adalício de Almeida[19].

A junção de políticos à bancada majoritária não é algo singular na sociedade brasileira e para isso concorrem vários fatores: interesses particulares para se manter na política, estratégia para fazer oposição sem temer maiores riscos, visto que o partido pelo qual foi eleito era de pouca expressão na cidade, ou se candidatar por um partido que o levaria ao poder e posteriormente desvinculação. Em momentos diferentes foram observados nas três cidades estudadas que a escolha

[19] Nascido em Santo Antônio de Jesus, em 1926, funcionário público, Adalício de Almeida, eleito vereador, em 1962, desenvolveu várias funções no legislativo local. Ele foi secretário por quase toda legislatura e membro das comissões de Justiça, Redação, Finanças e Orçamentos. Em 1962, Adalício de Almeida exerceu a função de secretário do Diretório do PTB, como também foi nomeado delegado desse mesmo partido em agosto de 1962. Juntamente com ele concorreram outros nove candidatos a vereador nas eleições de outubro de 1962 pelo PTB.

partidária de alguns políticos estava muito mais atrelada aos interesses pessoais do que a crença em determinadas ideologias divulgada por seus correligionários. Acompanharemos melhor essa tendência quando formos falar do bipartidarismo implantado em 1965.

Historicamente, o Partido Trabalhista Brasileiro representava o esforço de Vargas para bloquear a marcha dos comunistas e se beneficiar com o voto da classe operária de importância crescente. A partir da promulgação do Ato Adicional n. 9, em 28 de fevereiro de 1945, começou a se articular a criação do PTB por inspiração do próprio presidente Vargas (SKIDMORE, 1982). Segundo Alzira Vargas do Amaral Peixoto, o PTB, na concepção de Vargas, “destinava-se a ser um anteparo entre os verdadeiros trabalhadores e o Partido Comunista que tinha então voltado à legalidade”. Sabendo que os trabalhadores não se filiariam ao PSD nem à UDN, ao contrário, iriam compor os quadros do comunismo, o PTB serviria como freio contra a expansão comunista (FERREIRA, 2009).

A trajetória do PTB foi marcada por alianças e cisões. Para Maria Celina D’Araújo, João Goulart foi à única pessoa na direção do partido a “imprimir-lhe estabilidade”. Segundo a autora, “novas lideranças surgiam dentro do partido, mas só se mantiveram na agremiação desde que respeitado o esquema Janguista”. Desse modo, nas eleições de 1962, o PTB teve um crescimento expressivo, embora, em termos proporcionais, as lideranças das cadeiras conquistadas permanecessem com o PSD e a UDN (D’ARAÚJO, 1994).

A expressão política do PTB em Santo Antônio de Jesus, nas eleições de 1962, estava relacionada ao momento de maior mobilização das classes populares, à vitória de Lomanto Junior na Bahia e ao fato de ser João Goulart o líder nacional do PTB. Nos anos de 1960, o poder político parecia estar se deslocando, de modo lento, mas perceptível, de um círculo de famílias ricas para segmentos identificados com os setores populares. Mesmo tendo apenas um candidato eleito, constatamos esse fenômeno no pleito que compôs o corpo político de Santo Antônio de Jesus, em 1962, com a eleição de Adalício Almeida.

Santo Antônio de Jesus, a partir dos meados do século XX, passou a atrair as atenções de muitos municípios vizinhos, alcançando um relevante crescimento urbano. A cidade foi se redimensionando e organizando cada vez mais seu espaço, principalmente o centro. De alguma forma, as transformações realizadas pelos governos populistas e a política urbana, estabelecida em 1964, “são incorporadas

nas cidades do recôncavo durante as décadas de 1950 e 1960, a cidade ciência mostrou-se de forma mais acabada e predominou a ideia de progresso que tudo pode" (SANTANA, 2009, p. 268).

É diante desse quadro que Valadão (2005) fala de eventos esperançosos para as décadas seguintes, quando o poder ficaria ainda mais centralizado no governo dos militares. Contudo, não sem a intervenção e o apoio dos setores da sociedade civil no processo de desestabilização do presidente João Goulart, de tomada de poder e organização de estratégias voltadas para o desenvolvimento econômico, durante todo o transcurso do regime.

A política desenvolvimentista sempre foi alvo de muitas análises e carrega ambiguidades em sua prática. Segundo alguns estudiosos, esta política é influenciada por outras experiências históricas das economias centrais, mas o fenômeno é diretamente relacionado aos países periféricos do sistema capitalista. No que se refere aos países latinos americanos, apesar dos modelos externos, eles forjaram suas próprias características. Conforme Pedro Cezar Dultra Fonseca, no que se refere ao Brasil, no início do período republicano, vários intelectuais, empresários, políticos e militares estudavam as possibilidades de construir uma nação a partir dos ideais desenvolvimentistas (FONSECA, 2008).

O período considerado de maior expressão dessa política foi durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e resultou em muitas transformações do sistema econômico e um acentuado desnível socioeconômico em vários âmbitos, com as diferenças de investimentos entre as regiões brasileiras. A ideia de grandeza nacional como destino é própria do desenvolvimentismo e as expressões do memorialista Valadão (2005) demonstram essa afinidade do discurso em relação ao crescimento de Santo Antônio de Jesus.

Após o estabelecimento dos governos militares, as políticas desenvolvimentistas foram aprofundadas, enquanto modelo econômico e ideológico levado a cabo no período. Em Santo Antônio de Jesus, os registros do legislativo evidenciam a afinidade dessa prática. Em São Miguel das Matas e Cruz das Almas foi constado o mesmo cenário também, mas tinham um contraponto melhor demarcado por conta da oposição dos movimentos sociais e religiosos em São Miguel, e a atuação da Frente Nacionalista, dos vereadores do PTB, além de outros movimentos, no caso de Cruz das Almas.

Com o aumento das atribuições do Estado, é cada vez mais comum ações e decisões cotidianas expressarem sua dimensão política, como as crises econômicas, os conflitos armados, o desenvolvimento de políticas públicas e a ampliação do domínio da ação política. Para Florestan Fernandes, “não se pode dissociar o Estado, o governo e a sociedade. Se isso fosse feito, não se poderiam entender as origens, os limites e as funções do Estado [...].” (FERNANDES, 1982, p. 10). Dessa forma, o apoio do Executivo e do Legislativo de Santo Antônio ao golpe pode ser pensado a partir dessas construções históricas permeadas por interesses, que balizaram os conflitos e alianças entre partidos diante dos anseios pretendidos, numa rede de entrelaçamentos sociais na construção do Estado Nacional.

2.3 São Miguel das Matas: “Um pedaço do mundo se estende pelo Vale do Jaguaripe, dourado chão de ouro da Bahia”

> São Miguel das Matas! Pobre e apartada, alguns a relembram rica e cheia de ouros, refugiada em passado no qual a vida não era bem assim, assim pobre e vazia. Às cidades destina-se idêntico lanço dos homens: *tive ouro, tive gado, tive fazendas* (OLIVEIRA, 2009, p. 15).

“Um pedaço do mundo se estende pelo Vale do Jaguaripe, dourado chão de ouro da Bahia, onde multidões de camponeses derramaram sangue e suor aos pés do mártir São Miguel”. Os mais antigos dizem que os louvores ao Padroeiro, Cavaleiro da Igreja Católica, ainda embalam os sonhos de liberdade e de esperança do povo simples e guerreiro de São Miguel das Matas, por onde passavam os trilhos da estrada de ferro, vindos do porto de São Roque, no Recôncavo da Bahia, em busca de Jequié, nas Bandas do Rio de Contas, hoje fica na carreira de pouquíssimos viventes. E da cidade, nos últimos tempos, foram se desviando os novos caminhos, não de ferro, mas de asfalto, ou melhor, de betume da Judeia. No presente, “os dias transcorrem sem variação”, as ruas cada vez mais vazias, varridas pelo vento morno do entardecer, desobrigado de mover as folhas do cata-vento na torre da igreja que, de tão enferrujadas, se despediram do movimento (OLIVEIRA, 2009).

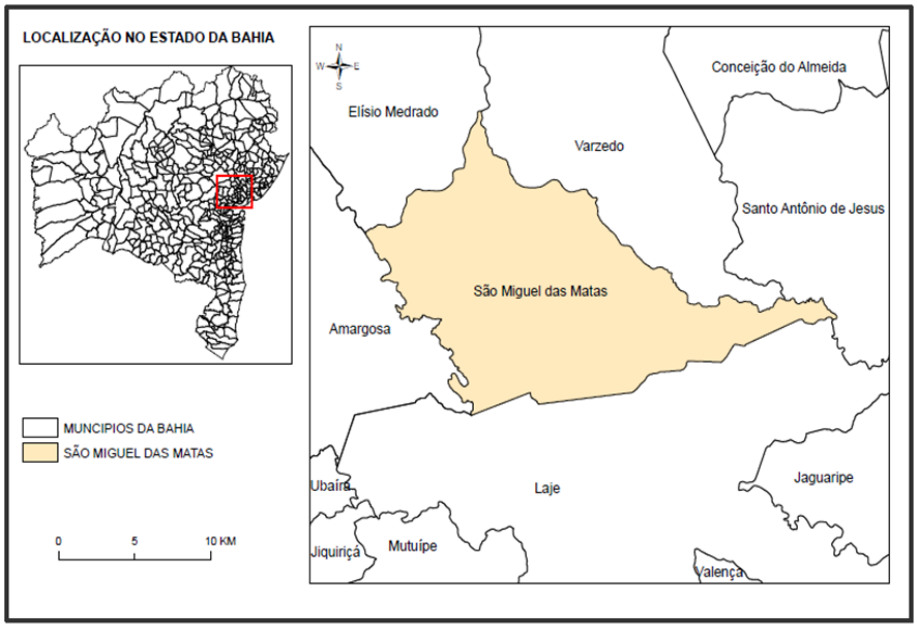
São Miguel das Matas, pelos olhares memorialísticos que almejam cartografar a sua história, ora é descrita a partir da luta de um povo guerreio, mas também

religioso que segue seu mártir São Miguel; ora é vista pelo olhar saudosista que descreve uma cidade pacata e com poucas mudanças ao longo de sua história. Diante dessas primeiras impressões, a intenção é compreender os desdobramentos do golpe de 1964 no município, que embora pequeno, revelou histórias interessantes de adesão, oposição, prisões e também espaço de fuga de grupos que participavam da resistência armada em outras regiões do país. Para tanto, é necessário traçar um panorama histórico-político da cidade.

A formação da cidade de São Miguel das Matas não é diferente de tantas outras cidades baianas que surgiram de uma fazenda ou em torno de uma capela. Assim foi com as vilas de Nossa Senhora da Ajuda, de Jaguaripe; Nossa Senhora da Purificação, de Nazaré; Santo Antônio dos Índios de Jaguaripe de Cruz das Almas; e de Santo Antônio de Jesus, que inicia a sua formação ao redor de uma capela, posteriormente chamada de Capela do Padre Mateus (MENEZES, 2016).

Geograficamente, o município de São Miguel das Matas está localizado no Recôncavo Sul do Estado da Bahia, limitando-se ao norte com os municípios de Elísio Medrado e Varzedo; ao sul, com o município de Laje; a Oeste, com Amargosa; e, a Leste, com Santo Antônio de Jesus, do qual foi desmembrado em 1º de junho de 1891 (mapa 3). O município de São Miguel possui apenas um distrito, o distrito sede, que fica a uma distância de 35 Km de Santo Antônio de Jesus, 84 Km de Cruz das Almas e, a 224 Km, de Salvador, capital do Estado (MENEZES, 2016).

Mapa 3 – Localização do município de São Miguel das Matas / Bahia, 2021.



Fonte: OLIVEIRA[20], Santo Antônio de Jesus, 2021.

O memorialista Emanoel Castro Oliveira descreve o cenário da cidade nos idos dos anos de 1960 pelo viés educacional. Em suas narrativas, este autor afirma que o ato de estudar no munícipio era privilégio, e para poucos. Segundo ele, “os afortunados de conta certa”, que concluíam o curso primário, ganhavam o rumo dos colégios da Bahia ou de cidades próximas. Se meninas, inevitavelmente as esperavam os colégios de freiras em Amargosa e Santo Antônio de Jesus, “cobertas de blusa branca e saia azul plissada, enquanto aguardavam o canudo de professoras primárias – normalistas a passearem pelos nossos devaneios, atemporais”. Poucas as que se desvencilhavam de cumprir a sina de donas de casa, tomando outras trilhas, outros caminhos. “Se te chamarem flor, / toma cuidado: / vê se não é gente que te quer pôr / numa redoma – lindo objeto – a vegetar / alheia ao tempo e lugar”. Os mesmos que se deixavam ficar, ganhavam os balcões de comércio, um dos aprendizados possíveis; talvez um dia se juntassem à leva dos migrantes[21], nessa errância sem rei nem roque. (OLIVEIRA, 2009, p. 147).

[20] Silvana Nery Oliveira, geógrafa, elaborou esse mapa com base nos dados do IBGE. Santo Antônio de Jesus, 2021.

[21] Na obra A República dos Miguelenses de Durval Lemos Menezes, os miguelenses são representados como uma república, constituída por uma comunidade composta por vários grupos sociais de imigrantes oriundos dos municípios de São Miguel das Matas, Santo Antônio de Jesus, Varzedo, Laje, Amargosa, Santo Amaro, Mutuípe, Nazaré das Farinhas e outras localidades daquela região geográfica do Vale do Jaguaripe. Segundo este autor, na época da escrita desse livro, a população de Vitória da Conquista já se aproximava de quatrocentos mil habitantes, e a comunidade

Esse autor, ao brincar com as palavras, se mostra atento às imbricações que rondam a história de um lugar, ou melhor, do seu lugar também. Ao longo dos seus escritos, evidencia o espaço que ocupou naquela localidade como "filho sem pecúnia". Ao escrever, o capítulo intitulado "*Nos começos dos sessenta",* para deslindar suas lembranças daquela década, Emanoel Castro Oliveira assinala a descontinuidade do tempo contínuo, ao narrar os múltiplos significados que guarda na memória daquela "cidadezinha de cinco mil almas" (PROST, 2000).

Emanoel Castro Oliveira (2009) evidencia os problemas que os moradores enfrentavam para estudar, acima de tudo, os desafortunados que não tinham possibilidades de sair da cidade. Essa realidade contradiz o texto da ata do legislativo municipal de maio de 1961. O então prefeito Ademário Villas Bôas, ao fazer um balanço de alguns setores do município referente ao exercício do ano de 1960, foi enfático em seu posicionamento sobre o setor educacional:

> A minha chefia no executivo não se tem descurado do combate ao analfabetismo. Em todo Município, na própria zona rural, se acham diversas escolas, todas elas com suas regentes e debaixo de fiscalização, bem como materiais escolares, inclusive didáticos, sendo todas elas mantidas ou ministradas criteriosamente a merenda escolar. A soma gasta atingiu a importância de Cr$ 364.904,00 (SÃO MIGUEL DAS MATAS, 1961).

Na história política do país, os discursos fervorosos em torno da educação são comuns, muitas vezes, baluarte de campanhas eleitorais e tentativas de manutenção de poder. Na prática, com as devidas diferenças de cada tempo, os projetos educacionais são atravancados e mantém um cenário que não valoriza os profissionais da educação, nem os conteúdos e disciplinas que, de maneira mais direta, possibilitam a autonomia do indivíduo, enquanto cidadão político em sua construção indenitária. A partir desta prática, muitos governantes de outrora através de seus descendentes se perpetuam na política brasileira e mantém uma conjuntura ainda oligárquica.

Considerando o domínio político de Ademário Villas Boas, em São Miguel das Matas, entre os anos de 1951-1996, sua fala enfática sobre a educação daquela localidade nos anos de 1960, como também os registros memorialísticos, pode-se inferir que faltavam muitos investimentos para o município ter uma educação de qualidade e que contemplasse a todos os miguelenses.

---

dos miguelenses dentro de Conquista já era superior a vinte mil pessoas, correspondendo, aproximadamente, ao dobro da população de São Miguel das Matas (MENEZES, 2016).

No que concerne aos aspectos econômicos de São Miguel das Matas, outro registro escrito pelo pároco na época Gilberto Vaz Sampaio relata que o município era predominantemente, agrícola e com uma base produtiva não muito diversificada. Os cultivos de cana-de-açúcar, do fumo, da mandioca, da laranja e tangerina eram destacados como os mais representativos numericamente, além de outras culturas, como o aipim, abacate, batata doce e limão. A indústria era incipiente e o comércio detinha o maior número de estabelecimentos distribuídos entre os ramos atacadista e varejista; sendo, portanto, o principal agente empregador no município na época (SAMPAIO, [s. d.])[22].

O cenário, até aqui configurado, evidencia São Miguel das Matas como uma cidade pequena, dominantemente agrária e com dificuldades para realizar os serviços básicos para a sua população. Essa realidade cruza com muitos outros municípios brasileiros naquele período e um dos fios de permanência dessa história de desigualdade social está na política oligárquica e conservadora, praticada em quase todo território nacional. Assim, diante dessa conjuntura de acentuada desigualdade, os seguintes aspectos serão analisados: a recepção ao golpe de 1964, as alianças e conflitos, especificamente no cenário sociopolítico, bem como a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Movimentos Jacistas na cidade.

2.3.1 Movimentos Jacistas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Entre 1955 e 1964, mudanças significativas ocorreram na Igreja Católica. O contexto sugeria a necessidade de aproximação da igreja com as lutas sociais, numa perspectiva mais politizada e transformadora. Tais aspectos permitiram alguns estudiosos a denominarem de igreja reformista, marcada, sobretudo, pelo Concílio Vaticano II. Esse Concílio “enfatizou a missão social da igreja, declarou a importância do laicato [...]”, dentre outras modificações. Ao mesmo tempo em que estes documentos ressaltavam o caráter hierárquico da igreja e colocava a sua missão acima da política, “a nova doutrina revia de modo significativo os padrões de

[22] Esses escritos não têm ano, local nem editora.

autoridade da igreja e a sua relação entre a fé e o mundo" (MAINWARING, 2004, p. 63).

Conforme as análises de Scott Mainwaring (2004), mesmo sendo o Vaticano II um movimento europeu, seus efeitos foram mais significativos em países da América Latina do que na Europa. Além da maior participação dos leigos na igreja, as desigualdades sociais evidentes na disparidade entre pobres e ricos explicam esta aproximação entre a igreja e o povo, nos países latino-americanos. Nessa perspectiva, partes da igreja se voltaram para as classes pobres e passaram a atuar de forma mais intervencionista. São Miguel das Matas demonstrou, na prática, esses redirecionamentos na postura da igreja, a partir da figura do padre Gilberto Vaz Sampaio e da atuação de Movimentos, como a Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

A história desse município, entre as décadas de 1950 e 1960, se entrelaça com a trajetória do Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio. Diante da situação de pobreza da maioria da população daquela cidade, o então sacerdote se lançou em defesa das classes mais pobres. Conforme Mayra Sara Teixeira Caldas, em 1957, o padre Gilberto se envolveu no Movimento da Ação Católica, participando do grupo de Juventude Agrária Católica (JAC). Chegou a ser Assistente Estadual em todo o Estado da Bahia e fez com que São Miguel das Matas recebesse o título de Paróquia Pioneira do Movimento Jacista (CALDAS, 2012).

Na década de 1960, um novo movimento religioso ganhou força no interior da Igreja Católica e conquistou a América Latina: a Teologia da Libertação. Esse movimento é caracterizado como uma ação que engloba várias correntes de pensamento e interpretam os ensinamentos de Jesus como libertadores de injustas condições sociais, políticas e econômicas. A comunidade de São Miguel das Matas, então tomada pelo discurso libertador, intensificado após a Conferência de Medellín (Colômbia, 1968), adquiria outras feições e se posicionava de maneira menos passiva (BOFF, 2001).

Nesse sentido, devemos compreender a Teologia da Libertação contextualizada com as rebeliões juvenis que eclodiram em várias partes do mundo, a partir de meados da década de 1960, lutando por mais liberdade. As instituições tradicionais se constituíram alvo de críticas à família, ao Estado burocrático e à cultura dominante, por seu caráter autoritário e centralizador. Desse modo, parte da igreja se identificou com o discurso libertador, se aproximando das classes

desfavorecidas, e somou forças com esses indivíduos na construção de uma sociedade mais autônoma (BOFF, 2001).

Essas transformações, em alguns segmentos da Igreja Católica, foram percebidas em São Miguel das Matas. Para analisar a atuação dos movimentos jacistas na cidade, principalmente da Juventude Agrária Católica (JAC), fizemos entrevista em agosto de 2016, com uma integrante do movimento, Dona Maria do Carmo de 81 anos. Dona Carminha, como é conhecida pelos miguelenses, é uma professora leiga e participava da JAC antes mesmo de chegar a São Miguel, em 1964. Segundo esta depoente, o movimento jacista foi fundado na cidade pelo Padre Gilberto Vaz Sampaio e teve como pessoas responsáveis Maria Júlia Souza Santos (que foi enviada para a França para representar a juventude miguelense), Eunice Andrade e Leda Andrade (DIAS, 81 anos, 2016). Essas mulheres ficaram à frente do movimento e formaram vários núcleos em localidades próximas, como Ponta da Serra e Riachão. Dona Carminha rememora também com entusiasmo os domingos sem missa:

> Temos a felicidade de dizer, que os domingos sem missa, como eram chamados naquele tempo, foi fundado aqui em São Miguel e hoje recebe o nome de celebração da palavra e foi aceito pelo mundo católico de todo o mundo, mas a origem foi aqui em São Miguel, né? E esse movimento era: ver, julgar e agir, não escandalizava, mas procurava agir para resolver (DIAS, 81 anos, 2016).

O depoimento de Dona Carminha propõe pensar a atuação da Igreja Católica, em São Miguel das Matas, integrada à pauta do Concílio Vaticano II, ou seja, de construir uma igreja mais próxima e atuante na sociedade. Inspirados no lema da Ação Católica “Ver – Julgar – Agir”, nos ideais sociopolíticos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Teologia da Libertação, esses grupos tinham posições mais atuantes na sociedade e se inclinavam para as classes mais pobres. Tudo isso era fortalecido pelo desejo de mudança e sustentado pela consciência cristã, leitura da palavra nos Círculos Bíblicos e vivência em comunidade.

As CEBs têm uma importância histórica significativa no Brasil. Muitos projetos sociopolíticos desses grupos vinculados à Teologia da Libertação atuaram e ainda atuam de maneira a minimizar as desigualdades. Para tanto, eles travam lutas, em diversas frentes, contra forças estruturais da economia e da política brasileira. As CEBs são caracterizadas como sendo “congregações Católicas nas quais o clero e

os agentes pastorais estão engajados, de uma forma ou de outra, para despertar a consciência política e social" (BURDICK, 1996, p. 116).

De acordo com Dona Carminha, a cidade de São Miguel das Matas, na década de 1960, carecia de muitos serviços para a população: saúde precária, poucos tinham acesso à educação, sem muitas opções de emprego e a sua riqueza estava concentrada nas mãos de alguns fazendeiros, que detinham o poder econômico do município. Sendo assim, é possível conjecturar que essas desigualdades permitiram a atuação da JAC com grande força na cidade. Quanto à reivindicação do pioneirismo de São Miguel das Matas referente aos "Domingos sem Missa", a hipótese é que este município se destacava em relação às cidades próximas, ou até mesmo no Estado na Bahia, por conta do desempenho do pároco Gilberto Vaz Sampaio.

Na continuação da entrevista, Dona Carminha enfatiza que o objetivo da JAC era a "Reforma Agrária e aposentadoria. Por isso que achavam que era para tomar terra, quando o pensamento não era esse" (DIAS, 81 anos, 2016). A fala de Dona Carminha evidencia o efeito dos discursos contra a reforma agrária, quando ressalta que não era objetivo da JAC "tomar terra". Seu depoimento expressa um tom de defesa e revolta, pois, durante a ditadura, o movimento "parou, parou. Todo mundo ficou com medo, mas nos corações ele estava vivo" (DIAS, 81 anos, 2016).

Em São Miguel das Matas, depois da JAC, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC) foram também formadas (CALDAS, 2012). A Pastoral da Juventude passou a ganhar cada vez mais força e a influenciar, especialmente, as esferas políticas, econômicas e sociais. No dia 8 de setembro de 1963, o STR de São Miguel das Matas foi fundado, com o objetivo de defender os direitos do homem do campo. Por conta do caráter politizado desses movimentos, após o golpe de 1964, seus integrantes e líderes ficaram na mira da repressão do governo militar, que perseguiu e prendeu alguns desses sujeitos. Quanto às contenções dos governos militares a esses movimentos e aos seus membros, a análise seguirá no próximo capítulo.

2.3.2 Às vésperas do golpe: coligações político-partidárias

A história política de São Miguel das Matas é acentuada por mandos e desmandos, rixas que desembocaram em brigas acirradas entre os correligionários do PSD, grupo que comandou o município nas décadas de 1940 e 1950, e a UDN, liderada por Ademário Villas Boas, eleito seis vezes prefeito dessa circunscrição administrativa. Tradicionalmente conhecido como partido dos latifundiários, o PSD exercia muita influência em cidades do interior e de economia agrária. A UDN foi composta através da luta contra a ditadura varguista e tinha os ideais liberais como inspiração primeira, “para finalmente, quase vinte anos depois, surgir vitorioso num esquema de poder, que instalaria um regime militar de arbítrio, repressivo e autoritário.” (BENEVIDES, 1981, p. 11).

Para melhor compreensão das discussões sobre as coligações político-partidárias em São Miguel das Matas, no período de alguns anos anteriores ao golpe e, consequentemente, sobre sua configuração política em 1964, cabe uma breve análise da trajetória dos partidos em âmbito local. A predominância do PSD e da UDN na política se deveu à tradição de grupos dominantes e de políticos profissionais surgidos nas décadas de 1930 e 1940. Em São Miguel das Matas, até os anos de 1950, este domínio esteve a cargo do PSD, fato comum para a época, em que a principal fonte de dominação dos “velhos caciques políticos do PSD” eram os municípios do interior e as áreas rurais. Depois do pleito de 1950, esse comando teve fim, com a eleição de Ademário Villas Boas (DELGADO, 1989).

Ora herói, ora bandido, Ademário é descrito como um líder para a cidade de São Miguel das Matas. A sua história é lembrada a partir da participação na Segunda Guerra Mundial. Conforme narrativas, para a guerra que surgia na Europa, “São Miguel enviou um filho seu, chamado Filadelfo Sandes, que lutou na Itália e foi nosso herói naquele episódio da história mundial, voltando vitorioso” (SAMPAIO, [s. d.]). Entre os voluntários miguelenses havia um que mais tarde ocuparia o cenário político da cidade, era Ademário Villas Boas, “com um brilho ímpar batendo todos da cidade, elegendo-se prefeito por seis mandatos, interrompidos por cinco mandatos nos quais elegeu os correligionários indicados por ele” (SAMPAIO, [s. d.]).

Para compreender o domínio que Ademário passou a ter na cidade, especialmente após a eleição de 1950, para prefeito, o entrevistamos em 22 de julho de 2017. No ano da entrevista, o depoente tinha 96 anos de idade. Fomos à sua

fazenda em Corta Mão, Zona Rural de São Miguel das Matas, um lugar bem simples. Quando chegamos por voltas das onze horas da manhã, ele estava lendo na rede, falamos sobre o nosso interesse de pesquisar o contexto dos anos ditatoriais em alguns municípios do Recôncavo Baiano e ele prontamente aceitou conceder seu depoimento. Naquele mesmo momento já ficamos em uma mesa da varanda e iniciamos a entrevista.

Ademário Villas Boas, filho de José Antônio Villas Boas e Laudelina Santos Villas Boas, nasceu na Fazenda Pedreiras, a seis quilômetros da sede do município de São Miguel das Matas, em 11 de abril de 1921. Aos treze anos de idade, foi trabalhar como balconista em uma venda de secos e molhados, na cidade de Nazaré das Farinhas. Nas palavras de Ademário: “Em Nazaré das Farinhas eu era balconista, de Nazaré eu fui para Salvador, trabalhei no comércio, numa pastelaria, Mimosa, ali no beco Maria da Paz, ali no relógio São Pedro” (VILLAS BOAS, 96 anos, 2017). Quando completou 18 anos, Ademário foi para o exército: “de 1939 a 1944, eu estava lá no exército, então eu fui soldado, cabo a sargento. Depois fui graduado, eu era cabo, aí eu comandava a patrulha, ali na rua das Laranjeiras” (VILLAS BOAS, 96 anos, 2017). De Salvador, Ademário seguiu para o Batalhão de Ilhéus.

> Lá criamos o batalhão e participei de toda formação do batalhão, colaborei bastante, foi convocado aquele pessoal todo de Ilhéus, de Itabuna. Aquela zona foi toda convocada para a guerra de 1944 e eu só não fui para Guerra porque..., eu não podia sair, porque eu era quem fazia a seleção do pessoal, aí não fui, mas também não forcei nem pra ir, nem pra não ir (VILLAS BOAS, 96 anos, 2017).

No Exército, Ademário desempenhava a função de Padioleiro, indivíduo que carrega a padiola e é responsável pela remoção de feridos do campo de batalha. Ele também era instrumentador, desempenhava a função de enfermeiro e era treinado para fazer partos de emergência. Diante dessas habilidades, ele foi tido como um médico para São Miguel das Matas, entre as décadas de 1950 a 1970. Após fazer o parto de sua esposa, Ademário passou a ser chamado para realizar outros partos, como também dar conta de outras intercorrências relacionadas à saúde dos miguelenses.

Por conta de sua experiência na área da saúde, ele enfatizou as realizações desse setor por ter estado à frente do executivo municipal: “criei o serviço de saúde que não tinha, não tinha serviço de saúde em São Miguel, eu criei lá o primeiro

posto médico e depois uma clínica e a clínica funcionou muito tempo. Eu participei do serviço de saúde todo que eu conhecia e conheço o serviço de saúde todo" (VILLAS BOAS, 96 anos, 2017).

Como já destacamos, em São Miguel das Matas, as disputas no cenário político eram intensas e ficavam a cargo dos partidários do PSD e da UDN, desembocando conflitos no contexto da implantação da ditadura em 1964. Em depoimento, Ademário Villas Boas relata um pouco desses conflitos:

> Cheguei em São Miguel é... começou logo o pessoal... eu fui militar, me chamaram logo para ser delegado. Eu fiquei como suplente de delegado, aí o delegado deu problema lá, ficou afastado, aí eu assumi. Depois briguei com o delegado, [por]que o delegado queria fazer algumas coisas que eu achava que não estava certo. Por isso [...] a oposição viu em mim um elemento que podia fazer frente ao outro grupo, me convidaram para ser candidato a prefeito, eu aceitei [e] fui prefeito seis vezes (VILLAS BOAS, 96 anos, 2017).

O delegado que Ademário faz referência era Oldack Sampaio, um dos líderes do PSD local, seu arqui-inimigo em São Miguel das Matas. No período pesquisado, as grandes disputas ocorreram entre os integrantes do PSD, entre esses está Oldack Sampaio, delegado durante doze anos e mandatário da cidade juntamente com Evaristo Costa, prefeito por dois mandatos e várias vezes vereador, e Agapito Rodrigues de Quadros, três vezes prefeito de São Miguel (SAMPAIO, [s. d.]).

Contudo, ressalta-se a ligação de Ademário com os Partidários do PSD local. Agapito Rodrigues de Quadros, o então prefeito de São Miguel, era o seu padrinho e financiou um curso na cidade de Nazaré para aprender a elaborar as contas do orçamento municipal, pois esses trabalhos eram realizados em Nazaré das Farinhas. Quando Ademário retornou do curso, ocupou o cargo de Diretor de Secretaria da Câmara e realizava o trabalho burocrático do município. Já Oldack Sampaio, que posteriormente se tornará inimigo declarado de Ademário, foi seu padrinho de casamento na celebração matrimonial com Oclenídia Cavalcanti (BOAS, [s. d.]).

Conforme as narrativas memorialísticas, a origem das desavenças com os líderes do PSD, principalmente, com Oldack Sampaio iniciou quando Ademário assume o lugar de delegado da cidade, substituindo o próprio Oldack. Segundo nosso depoente, ele queria continuar "mandando e desmandando", mesmo não sendo o delegado do município (VILAS BOAS, [s. d.]). Voltando à candidatura de Ademário Villas Boas, quando perguntado sobre seu interesse pela política municipal, ele responde:

> O pessoal, todo me conhecia, tinha serviço prestado, o pessoal, acharam assim que eu seria um camarada que iria enfrentar uma política de quarenta anos, um pessoal de Agapito, Evaristo, Oldack, era uma política de muito tempo e a oposição achou que eu era o elemento que podia enfrentar. Aí me chamaram e perguntaram se eu aceitava ser candidato a prefeito, aí eu fiquei meio surpreso, candidato a prefeito, eu disse: eu não tenho condição, não sou político, não sou nada. Não você, coisa e tal, aí consultamos o pessoal, um amigo meu disse: olha, se o padre apoiar você ganha, aí eu cheguei lá conversei com o pessoal, o pessoal, e o padre apoia? O padre apoia. Era o padre João Félix Neto. Aí foi lá, formou o pessoal todo, coisa e tal e eu saí candidato a prefeito (SAMPAIO, [s. d.]).

Ademário encontrou apoio da igreja e utilizava das missas para fazer campanha política. Segundo os escritos do padre Gilberto Sampaio, o então padre João Neto, o aconselhou que frequentasse todas as missas nas fazendas para aproveitar as pessoas que estavam presentes e realizar pequenos comícios antes e depois das missas. “O próprio padre nos sermões e até mesmo nos confessionários, discretamente tentava convencer os seus amigos a votarem no seu candidato” (SAMPAIO, [s. d.]). Assim, depois de vários meses de campanha eleitoral, chegou o dia da eleição. Após a contagem dos votos em Santo Antônio de Jesus, Ademário venceu com 120 votos de frente. Na entrevista, ele pareceu reviver a emoção daquele dia nos idos de 1950.

> Quando olhei pra fora assim, tinha gente assim [bateu na mão, expressando muita gente]. Na estação, tinha três máquinas apitando bebeeeeeeeeeee, fiquei louco rapaz, quando fui saltando me carregaram, pegaram e me levaram na cidade toda, me carregaram lá e começou assim uma nova vida em São Miguel. Eu acabei com aquele negócio de perseguição, perseguiam lá, qualquer coisa o adversário sofria o diabo, eu acabei, aqui eu sou o prefeito e vou administrar, não tenho nada contra ninguém e tudo muito bom (VILLAS BOAS, 96 anos, 2017).

O padre João Félix Neto marcou missa em ação de graças e convidou os miguelenses para festejar a eleição do prefeito Ademário. Após a eleição, os embates ficaram ainda mais acentuados. Segundo as memórias de Ismar Vilas Boas, filho de Ademário Villas Boas, Oldack se aproveitava do seu prestígio político para boicotar os projetos do seu pai. Outro agravante no início da sua administração foi à eleição do candidato pessedista Regis Pacheco para Governador do Estado, que escolheu como assessor Waldir Pires, “que se iniciava na política. Este último tinha familiares em Amargosa e era muito amigo do grupo do PSD em São Miguel” (VILAS BOAS, [s. d.], p. 180).

Diante da derrota no pleito de 1950, Oldack e Evaristo Sampaio “partiram para saciar a sua sede de vingança.” Nas palavras de Ismar Vilas Boas “foi um festival de perseguições, usando como mentor o seu amigo Waldir Pires para influir e conseguir do Governador Regis Pacheco uma série de atos mesquinhos” (VILAS BOAS, [s. d.], p. 180). Por conta dessas perseguições, segundo Ismar, seu pai enfrentou muitas dificuldades, viu por muitas vezes os seus projetos serem atravancados e “resolveu assumir com os recursos exclusivos da prefeitura, a sua administração” (VILAS BOAS, [s. d.], p. 183).

Numa entrevista realizada por João Neto, disponibilizada no YouTube, Marieta Aquino dos Santos, popularmente chamada de Dona Mocinha[23], relata brevemente sobre o contexto político de São Miguel das Matas. Quando perguntada sobre a política da cidade e a atuação de Ademário Villas Boas, em tom enfático ela responde: “Misericórdia, a política de Seu Ademário só fartava acabar com todo mundo”. Em seguida narra o contexto anterior, “primeiro foi Oldack e o pai[24], foi uma política porca, foi uma briga, era briga, gente pegava, gente batia, gente fazia e acontecia, chamava, quem não votava era a mesma coisa que é agora, era assim...”. Dona mocinha encerra sua breve fala sobre a política, relembrando o início do governo de Ademário. “Depois Ademário ganhou, pra gente tava no céu. Quando Ademário ganhou, mudou tudo. Oldack ficou lá no canto sendo delegado, depois tiraram Oldack e botaram outro aí pra ser delegado, era assim” (SANTOS, 2011).

O cenário político descrito por Dona Marieta Aquino evidencia um contexto de mando e desmando dos governantes, bem como os conflitos, lutas pelo poder e a exposição dos munícipes às brigas políticas, típicos de muitas outras cidades brasileiras. Diante dessa conjuntura, analisaremos as contradições partidárias em São Miguel e a permanência dos embates na década de 1960.

A partir das fontes pesquisadas, foi observado que desde o momento que Ademário passou a ser o prefeito de São Miguel, em 1951, pela UDN, os partidários do PSD fizeram frente ao governo municipal e seus vereadores não participavam das sessões do legislativo. Isso se repetiu inúmeras vezes, principalmente a partir da figura de Evaristo Costa Sampaio, que já tinha sido prefeito da cidade duas vezes: em 1926-1927 e 1948-1951 (PSD). Depois de 1951, ele se manteve no

[23] O objetivo central dessa entrevista foi a narrativa sobre as festas tradicionais, realizadas em São Miguel das Matas.
[24] O pai de Oldack Sampaio era Evaristo Costa Sampaio, prefeito por dois mandatos e várias vezes vereador de São Miguel das Matas pelo PSD e depois de 1965 ocupou as cadeiras do MDB.

legislativo por um longo período, mesmo não indo para nenhuma sessão, exceto a de posse. Em alguns casos, nem na de posse, ou seja, só comparecia bem depois, sob ameaça de perder o cargo, mas foi eleito em todos os pleitos aqui acompanhados. Com a instalação da ditadura civil-militar, após a implantação do bipartidarismo em 1965, Evaristo vai compor o quadro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esta discussão será feita no quarto capítulo desse trabalho.

Esses conflitos políticos, juntamente com a atuação do Padre Gilberto Vaz Sampaio, munido dos ideais progressistas e de libertação vividos por parcelas da igreja Católica nos anos de 1960, descortinaram, a partir de 31 de março de 1964, um ambiente de lutas ainda mais acirradas. Com a ditadura instalada, Ademário Villas Boas, que já vinha crescendo na cidade, ganhou mais força e poder por ser um ex-soldado do Exército Brasileiro, fruto dos créditos obtidos por ter servido na Segunda Guerra Mundial. Diferente de Ademário, padre Gilberto Sampaio ficou no fio da navalha por ser um dos líderes e idealizadores do STR e dos movimentos jacistas, em particular, da JAC.

Para tratar do golpe de 1964, bem como dos primeiros anos da ditadura, será traçado um panorama do último pleito anterior ao golpe, a partir das eleições gerais de 1962, na Bahia. Em 1962, além das disputas para vereadores e prefeitos, os deputados estaduais e federais, senadores, governador e vice-governador concorriam também aos cargos eletivos. Nesse período, as eleições eram gerais na Bahia, como também em outros dez estados brasileiros[25].

Para compreender a composição político-partidária de São Miguel das Matas foi feita a leitura das atas do legislativo, desde 1958, e as posições giravam em torno da UDN e PSD. Até a composição do pleito de 1962, um dos anos de maior interesse para essa pesquisa, não foi encontrado nenhuma menção a outro partido. A historiografia sobre partidos políticos deu conta em evidenciar o domínio desses partidos no país, seguido também do PTB. Esse município se diferencia de Santo Antônio de Jesus, pois, no pleito de 1962, elegeu candidatos da UDN, PSD, PTB, PR e Partido Libertador (PL), e de Cruz das Almas, que, no referido ano, elegeu três vereadores pelo PTB.

[25] Entre os estados que participaram das eleições de 1962, estavam: Amazonas, Ceará, Espirito Santo, Goiás Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A Constituição de 1946 deu autonomia para os estados brasileiros determinarem a sua vida eleitoral. Um dos pontos estabelecido foi o tempo de mandato do Executivo e Legislativo. A Bahia, em sua Constituição de 1947 optou pelo tempo de governo de quatro anos para prefeito, vereadores e governadores (NICOLAU, 2012).

As atas do legislativo de São Miguel das Matas são bem técnicas, em sua maioria, elas iniciam e terminam com discussões e aprovações de projetos. Praticamente não se falou de políticas em nenhum âmbito, quer municipal, estadual ou nacional. No ano de 1961, não tem registros da renúncia de Jânio Quadros e, em 1962, pouco se comentou sobre as eleições de sete de outubro daquele ano. Em setembro de 1962, há um ofício do então prefeito Ademário Villas Bôas comunicando seu afastamento do cargo no executivo municipal por conta da sua candidatura a deputado estadual, “cujo registro foi efetuado em data de -9-9-62, pelo Tribunal Eleitoral deste Estado. De acordo como a lei me confere. Voltarei a assumir o cargo de prefeito depois das eleições, que realizar-se-á em data de 7-10-962” (SÃO MIGUEL DAS MATAS, 1962).

Em 1963, os trabalhos do legislativo municipal começaram em abril, com uma sessão extraordinária. As atividades iniciaram com o relatório de prestação de contas do prefeito Ademário, como de costume, e também de uma mensagem com tom de despedida de seu trabalho no executivo municipal:

> A magna tarefa que me foi confiada pelo povo deste munícipio, parece que desempenhei com cuidado de quem deve ter em mira a sua superioridade, que de uma grande missão lhe houver sido conferida. O que posso garantir que tenho a consciência tranquila, pois se erros houverem são eles filhos da falsa indução, descuidos involuntários, sem preocupações secundárias. Esses meus atos já relatados acima ponho nas mãos de V.V.E. Excias. Julgando-as, estou certo que o seu veredito será dentro das raias da justiça. Não quero concluir sem render homenagem particular a preciosa colaboração que a todos os meus trabalhos, prestou essa ilustre câmara, cujos representantes, homens dignos dos seus mandatos, portaram-se durante a minha gestão na altura dos que enveredam desapaixonadamente, sem o empecilho da mordaça partidária. A todos os meus sinceros agradecimentos. Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel das Matas. Março de 1963. Ademário Vilas Boas – Prefeito (SÃO MIGUEL DAS MATAS, 1963b).

Mesmo contendo um tom saudosista na mensagem, que marcou o fim do pleito 1959-1962, a maioria das fontes registra a extensão do poder de Ademário na cidade, pois, mesmo não estando à frente do executivo municipal, foi o principal mandatário do município. Entre 1951 a 1996, venceu todas as eleições e quando não podia ser ele, era um candidato de sua indicação. Esse foi o caso do prefeito eleito em outubro de 1962, Manoel Lemos Sandes, que quase não é citado nos livros de memória, nas atas e nem nos depoimentos orais. Na maioria dos entreveros, após o golpe de 1964, Ademário Villas Boas se destacou, sobretudo

como porta voz dos militares. O pouco que encontramos sobre a administração de Manoel Lemos Sandes está registrado no livro de memória de Ismar Vilas Boas. A gestão de Manoel Sandes como prefeito foi de 1963 a 1966. Conforme Ismar, seu pai Ademário ajudava no que podia o novo prefeito, orientava e acompanhava nas reuniões e audiências com o governador, em Salvador. No entanto, Ismar enfatiza que, depois de algum tempo, a administração do então prefeito Manoel Sandes desagradava não só Ademário como muitos munícipes. Ademais, ele acrescenta ter Manoel Sandes desviado verbas da prefeitura para enriquecimento próprio, e cita como evidência que, ao final do mandato, em 1966, Manoel Sandes era proprietário de duas fazendas, um prédio de apartamentos de três andares, duas casas no Bairro do Bonfim e uma casa de veraneio em Itapoã, em Salvador (VILAS BOAS, [s. d.]).

A composição do quadro político da cidade, eleito em outubro de 1962, para o quadriênio 1963 a 1966, ficou a cargo de seis vereadores da UDN, dois do PSD e a eleição do prefeito Manoel Lemos Sandes também da UDN. Nos quadros 3 e 4 estão elencados os nomes de vereadores, os respectivos partidos e a composição da mesa diretora.

Quadro 3 – Vereadores eleitos no pleito de 7 de outubro 1962 e filiação partidária de São Miguel das Matas / Bahia.

ELEITOS	**PARTIDOS**
Almerindo de Jesus Souza	UDN
Alírio Ataíde de Andrade	UDN
Aloísio Albano de Andrade	UDN
Álvaro Lemos Sandes	UDN
Evaristo Costa Sampaio	PSD
Félix de Souza Neri	UDN
Lourival Farias Peixoto	UDN
Manuel Erudino Barreto	PSD

Fonte: Autoria própria[26], 2021.

[26] Elaboração a partir da Ata da 1ª Sessão Solene de instalação da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia, realizada aos sete dias do mês de abril de 1963 (SÃO MIGUEL DAS MATAS, 1963a).

Quadro 4 – Composição da mesa diretora para o quadriênio 1963-1966 de São Miguel das Matas / Bahia.

ELEITOS	PARTIDOS
Almerindo de Jesus Souza	UDN
Alírio Ataíde de Andrade (Presidente com 06 votos)	UDN
Aloísio Albano de Andrade (Segundo Secretário com seis votos)	UDN
Álvaro Lemos Sandes (Primeiro Secretário com seis votos)	UDN
Evaristo Costa Sampaio	PSD
Félix de Souza Neri (Vice-Presidente com cinco votos)	UDN
Lourival Farias Peixoto	UDN
Manuel Erudino Barreto	PSD

Fonte: Autoria própria[27], 2021.

Aparentemente, os quadros acima demonstram um ambiente político que não causou maiores problemas aos militares diante do desferimento do golpe de 1964, uma vez que os eleitos eram, em sua maioria, udenistas, o então partido de sustentação ao projeto de intervenção militar. Contudo, entende-se que a composição heterogênea dos partidos abrigavam interesses distintos e conflituosos, mas é certo que o cenário político de São Miguel das Matas, dominado por dois partidos com posicionamento de direita, dificultou a atuação de sujeitos contrários ao governo militar, porém não impediu a atuação desse município como espaço de embates e refúgio para indivíduos ligados à luta armada no país. O contexto político de São Miguel das Matas nos anos de 1960 esteve pautado nas antigas e permanentes disputas pelo poder entre o PSD e a UDN. Esses conflitos foram percebidos, sobretudo, depois da implantação do bipartidarismo no ano de 1965.

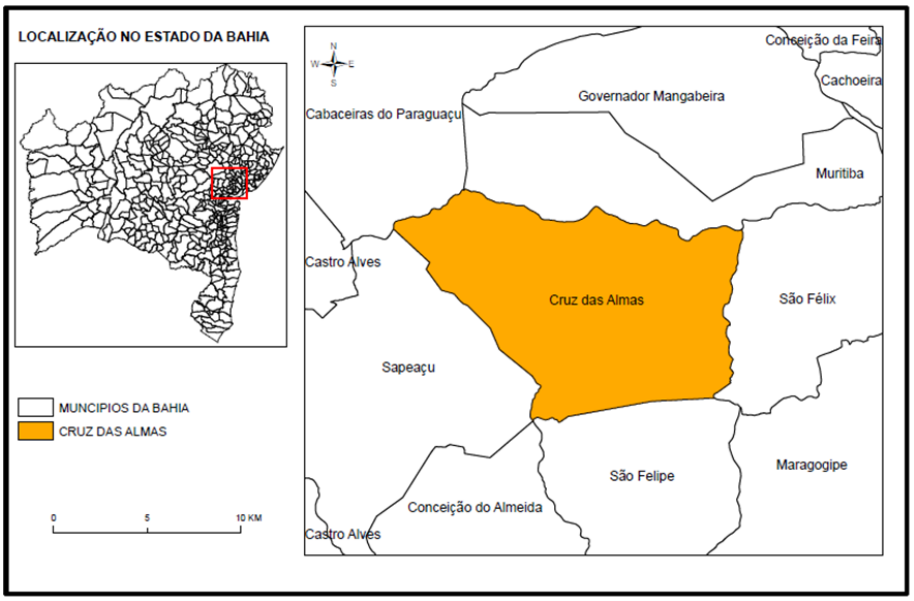
2.4 No planalto, ergueu-se a cidade de Cruz das Almas

O município de Cruz das Almas foi criado através da Lei n. 119, de 29 de julho de 1897, tendo sido desmembrado de São Félix (mapa 4). A origem do nome é explicada pela existência de um grande cruzeiro fincado em uma encruzilhada, onde

[27] Elaboração a partir da Ata da 1ª Sessão Solene de instalação da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia, realizada aos sete dias do mês de abril de 1963 (SÃO MIGUEL DAS MATAS, 1963a).

se faziam orações e que era ponto de referência, ou seja, era comum dizer: “ali na Cruz das Almas” (figura 1).

Mapa 4 – Localização do município de Cruz das Almas / Bahia, 2021.



Fonte: OLIVEIRA[28], Santo Antônio de Jesus, 2021

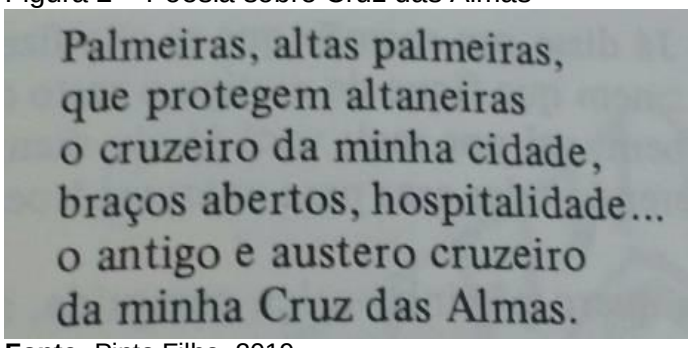
Figura 1 – A Cruz da Matriz

Fonte: Pinto Filho, 2019.

[28] Silvana Nery Oliveira, geógrafa, elaborou esse mapa com base nos dados do IBGE. Santo Antônio de Jesus, 2021.

O poema abaixo (figura 2), de Mario Pinto da Cunha também faz relação ao Cruzeiro e aos inícios da história da cidade. Os primeiros povoadores do município procederam de São Félix e Cachoeira, no século XVIII, atraídos pela uberdade do solo. Dentre os pioneiros no município, se destacou a tradicional família Rocha Passos, brasileira, descendente de portugueses, que dominaram a cidade, com destaque para o setor econômico e político (BAHIA, 1997).

Figura 2 – Poesia sobre Cruz das Almas



Fonte: Pinto Filho, 2019.

Os precursores estabeleceram plantação de cana-de-açúcar, fundaram engenhos e iniciaram a construção do Arraial no grande planalto, à margem da estrada real que, partindo de São Felix, se dirigia ao Rio de Contas e em seguida para Minas Gerais e Goiás. O novo Arraial pertencia à Freguesia de São Félix. A Capela existente foi elevada depois à Freguesia, com o nome de Nossa Senhora do Bonsucesso da Cruz das Almas, por Alvará Régio de 22 de janeiro de 1815. Até o fim do Império, pertencia à Freguesia de Outeiro Redondo e, nove anos depois da Proclamação da República, obteve a independência. Assim, o Arraial foi elevado à categoria de Vila e Município, ficando autônomo em 29 de julho de 1897 (BAHIA, 1997). Este município está localizado no Recôncavo Sul da Bahia, distando 146 quilômetros da capital do Estado, Salvador, a qual se liga pela BR-101 e BR-324. Sobre o princípio, de acordo com o olhar poético de Mario Pinto da Cunha:

> [...] eram apenas algumas casas em meio à mata circundante. Poucas, pequenas e modestas moradias, plantadas, descuidadas e despretensiosamente, no solo fecundo, nos meados e fins do século XIX. Quem as visse, então, não diria que ali estava o embrião de uma futura urbe, o núcleo de uma cidade em que, juntamente com o desenvolvimento material, andariam as coisas do espírito, concretizadas no estudo das humanidades, da ciência agronômica, da análise, observação e investigação científica. Bem modesto, pois, o início da cidade, o que maior mérito acrescenta ao progresso e

> desenvolvimento dessa que recebeu, ao alvorecer dos seus dias, o nome de Cruz das Almas (CUNHA, 1983, p. 11).

As impressões de Mario Pinto da Cunha permitem destacarmos a perspectiva progressista da maioria dos memorialistas que se dedicam a escrever histórias sobre a gênese das cidades. Sobressai o teor positivista, próprio de um escritor que viveu em meados do século XX e teve forte influência da Escola Metódica Alemã, que tanto destacou o rigor científico nos estudos históricos. Queremos evidenciar também a ênfase dada à análise e pesquisa por ser um município pequeno para a época, mas já dotado de Ensino Superior com a Escola Agronômica da Bahia. A faculdade em Cruz das Almas foi um fator de diferenciação na recepção ao golpe de 1964 e instalação da ditadura, em comparativo com outras cidades do Recôncavo, que só ofertavam até o Ensino Secundarista.

Heber José Fernandes de Oliveira, em sua pesquisa sobre a Frente Nacionalista de Cruz das Almas, analisou uma publicação do jornal *Nossa Terra*[29], no ano de 1955, que expõe alguns dados sobre a cidade. No setor econômico, a produção do fumo se destacava, tanto no cultivo, como na venda em armazéns e com as fábricas de charutos existentes. O autor cita também a existência de cinema, agência do Banco Econômico da Bahia, agência dos Correios e Telégrafos, órgão de imprensa, etc. O periódico destacou ainda, dados referentes à educação, a exemplo de uma instituição de Ensino Superior, a Escola Agronômica da Bahia (EAB); um estabelecimento de pesquisa e experimentação ligado ao Ministério da Agricultura, o Instituto Agronômico do Leste (IAL); e o Colégio Estadual Alberto Torres (CEAT), à época uma Escola Secundária com curso primário, ginasial, pedagógico e colegial (OLIVEIRA, 2013).

Outra fonte que informa sobre o contexto histórico, sociopolítico e econômico de Cruz das Almas é o registro do discurso da vereadora e professora Ubaldina da Silva Passos, durante uma sessão solene, realizada em 22 de julho de 1961, em comemoração ao 64º anos de Emancipação Política do Município da cidade. Naquela ocasião, com tom ufanista, ela pronunciou o seguinte discurso:

> Há precisamente 64 anos, Cruz das Almas, nesta data, debutava. Junto a uma cruz onde os viajantes descansavam das fadigas e até agradeciam mais um dia de trabalho e a garantia portanto, para seu sustento. Cruz das Almas nasceu, cresceu e em 29 de 1897, se desligava de São Félix, ou melhor, completava seus 15 anos.

[29] O *Jornal Nossa Terra* fundado em 1954, era um semanário a serviço de Cruz das Almas, com publicação aos domingos. O diretor era o jornalista Verdival Pitanga.

> Senhora de seus atos, poderia viver a sua vida e, na fascinação de menina moça chegavam os pretendentes para fazê-la mais bela, progressista, harmoniosos, que plantada num escrínio maravilhoso da natureza ia se desenvolvendo; e como na magia da primeira valsa, se envolveria nos rodopios do progresso tornando-se numa cidade exuberante, culta para a alegria daqueles que lhe acompanharam os primeiros passos [...] (CRUZ DAS ALMAS, 1961a).

Conforme a fala da vereadora, nos fins do Império, onde a República já se anunciava, era percebido o amadurecimento político de Cruz das Almas. Logo, os seus gestores governaram os seus domínios sem a interferência de terceiros: "já divisava o norte luminoso, a liberdade, que iluminava os povos e assim soube amar as instituições, a ensiná-las e a defende-las". A vereadora enfatiza o trabalho dos seus precursores, Manoel Caetano e Themistocles da Rocha Passos. Nas suas palavras, os cruzalmenses "vivem para o trabalho, para a ação, onde todos os dias se encontram uma diante da outra, numa eterna compreensão, a mão calorosa do lavrador e a do homem culto, de inteligência aprimorada, aperfeiçoada." (CRUZ DAS ALMAS, 1961a).

A vereadora Maria Ubaldina da Silva Passos proferiu um longo discurso, que ocupa dez páginas da ata. Ela fala da gênese do município, destaca o contexto desenvolvimentista com ênfase na agricultura e na educação. Além disso, discorre sobre a luta dos precursores, que não por acaso é a sua família e o amor pela "terrinha". Enfatiza também o contexto político. Conforme as suas palavras, no cenário do mundo tem tipos variados de representantes do povo e os divide em três classes: o "político ambicioso" que promete tudo no calor da campanha, mas só visa a sua posição para auferir privilégios; o "político profissional", que faz da política o seu meio de vida, sem se lembrar que o povo da terra o elegeu, clama por uma voz que o represente, trabalhe em favor de sua terra, defenda seus direitos – esse tipo de político, porém só se volta a essa terra quando se aproximam as eleições; e o "político patriota" que ama a sua terra, que não titubeia em lhe prestar serviços para que a ela nada falte e não a esquece um só instante (CRUZ DAS ALMAS, 1961a).

Fica evidente, na fala da vereadora, que ela e a sua família se enquadram no terceiro tipo e continuou dando exemplo do "político patriota":

> Confere todas as atenções aos seus representantes, seja um homem humilde de mãos grossas ou um fazendeiro abastado; o operário simples e cansado ou o negociante opulento, a todos recebe com o coração aberto, porque está ali um pedaço de sua terra natal. Dos dois primeiros, Cruz das Almas se os tem, não os repele por ter o

> coração generoso, mas ressente. Quanto ao último, abre seus braços num anelo enternecedor. Porque esta terra é naturalmente acolhedora e extremamente fiel aos seus princípios históricos e políticos (CRUZ DAS ALMAS, 1961a).

Para compreender esse discurso é importante assinalar o domínio dos Passos nos primórdios da cidade. A história do município, com destaque para os setores político e econômico, se confunde com a biografia dessa família. *O Livro do Centenário Marcos do Progresso de Cruz das Almas, de* Alino Matta Santana ao narrar sobre a história da cidade, desvela a trajetória de alguns sujeitos que ele denominou de "vultos responsáveis pela origem e evolução histórica" de Cruz das Almas (SANTANA, 1997). Começa por falar de Temístocles da Rocha Passos[30] e o classifica como "o patriarca da emancipação política", tendo esse sido o autor do projeto apresentado em 22 de abril de 1897, que aprovado, elevou à categoria de Vila e criou o município de Cruz das Almas.

A atuação dessa família no cenário político econômico exemplifica seu domínio naquela região. O filho de Temístocles, o Major Alberto Velloso da Rocha Passos foi Intendente do município por dois mandatos. O caçula, Manoel Caetano da Rocha Passos, elegeu-se Deputado Estadual por três mandatos e encerrou sua carreira política em 1950. O filho do Major Alberto Veloso, Dr. Luiz Eloy Passos, portanto, neto de Temístocles, "foi líder por mais de 40 anos, em Cruz das Almas" (SANTANA, 1997, p. 93). Ele era médico, mas se notabilizou como político e homem de negócios no setor agropecuário.

O também médico e neto de Temístocles, Lauro de Almeida Passos[31], se tornou deputado federal em 1934 e prefeito de Cruz das Almas de 1967 a 1971. Em

---

[30] Temístocles da Rocha Passos nasceu na antiga Freguesia de Nossa Senhora do Bonsucesso de Cruz das Almas, atualmente Cruz das Almas, foi batizado em 1832. Na ocasião, a cidade vivia sob a jurisdição da então Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira e São Félix, atualmente cidade de Cachoeira. Filho de Manoel Caetano de Oliveira Passos e Balbina Maria do Amor Divino. No Livro do Centenário, Alino Santana narra a longa trajetória política de Temístocles Passos, que foi iniciada com sua filiação ao Partido Liberal, agremiação esta que tinha no seu pai um dos mais importantes chefes. Representando sua Freguesia em 7 de setembro de 1864, foi eleito vereador do município de Cachoeira e exerceu o mandato de 1865 a 1868. Até assumir o cargo de Intendente de Cruz das Almas, de 1901 a 1903, quando teve que deixar a condição de Intendente, para assumir a função de senador (SANTANA, 1997).

[31] Lauro de Almeida Passos nasceu em Afonso Pena, atual município de Conceição do Almeida (Bahia), no dia 24 de agosto de 1899, filho de Alfredo Veloso Rocha Passos e de Clementina de Almeida Passos. Estudou no Ginásio Ipiranga, em Salvador, e se formou na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1921. Nesse mesmo ano, se tornou médico-auxiliar do Departamento Nacional de Saúde Pública da Bahia, função que exerceu até 1928. Ademais, ele foi também médico do Serviço de Profilaxia Rural e membro do conselho diretivo da Escola Agrícola da Bahia. Fazendeiro, produtor de fumo e batata, se elegeu no pleito de maio de 1933 a deputado na Assembleia Nacional Constituinte pela Bahia, na legenda do PSD de seu estado. Assumindo o mandato em novembro do

1934, nasceu o bisneto de Temístocles, Manoel de Almeida Passos Filho, que se elegeu três vezes Deputado Estadual, ocupando as seguintes funções: vice-líder do governo Roberto Santos e de Antônio Carlos Magalhães, líder da gestão de João Durval, presidente da Comissão de Agricultura e vice-presidente da comissão de turismo (SANTANA, 1997).

Segundo as memórias de Alino Santana, como Deputado Estadual, Manoel de Almeida Passos Filho conseguiu alguns benefícios para Cruz das Almas. É importante ressaltar que, na maioria das vezes, em que os Passos não estavam diretamente no controle do executivo municipal, atuavam políticos indicados e apoiados por aquela oligarquia (SANTANA, 1997). A família Passos era partidária da UDN, liderava a bancada udenista e fazia frente aos políticos da bancada Democrática Trabalhista, composta principalmente pelos correligionários do PSD e do PTB. Os conflitos entre aqueles vereadores ficaram ainda mais evidentes com o golpe de 1964, que culminou com a cassação daqueles que foram classificados como comunistas e responsáveis pela “infiltração da desgraça vermelha” na cidade de Cruz das Almas.

2.4.1 Contexto político: As premissas de movimentos e instituições que lutaram contra os governos ditatoriais

Em Cruz das Almas, existiam algumas instituições públicas e privadas que possibilitavam a emergência de um sentimento mais crítico em relação à conjuntura política nacional, se diferenciando dos outros municípios objetos dessa pesquisa.

---

mesmo ano, participou da elaboração da nova Carta e, com a promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934, teve seu mandato prorrogado até maio de 1935. Ele foi reeleito na mesma legenda, no pleito de outubro de 1934, e, no ano seguinte, integrou a delegação brasileira à Conferência Comercial Pan-Americana, reunida em Buenos Aires. Permaneceu na Câmara até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país. Em 1938, se tornou presidente da Caixa Econômica da Bahia, função que exerceu até 1941. Com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, e a consequente redemocratização do país, se elegeu em dezembro de 1945, como suplente de deputado à Assembleia Nacional Constituinte pela Bahia, na legenda da UDN, não chegando a assumir o mandato. Ele ainda foi prefeito de Cruz das Almas (BA), presidente do Instituto Baiano do Fumo e membro da Sociedade Botânica do Brasil. Faleceu em Salvador no dia 13 de abril de 1982. Era casado com Lélia Pereira Passos, com quem teve dois filhos (PASSOS, 2019).

Instituições como a Escola Agronômica da Bahia (EAB)[32]; o Diretório Acadêmico Landulfo Alves (DALA); o CEAT[33], o Grêmio Lítero Esportivo Castro Alves (GLECA); o Sindicato dos Operários do Fumo; a Associação dos Tarefeiros da própria EAB, que mantinha uma importante luta em defesa do campesinato; e a Associação Beneficente das Mães Pobres, um movimento liderado por mulheres, donas de casa da cidade de Cruz das Almas, configurou um ambiente polarizado e de disputas[34]. Segundo Heber José Fernandes de Oliveira, estas entidades se tornaram referências nos embates dos nacionalistas cruzalmenses contra os conservadores locais, o que explica o fortalecimento do PTB na cidade, que discutiremos no próximo tópico (OLIVEIRA, 2013).

Ainda em relação à este ambiente, Lucileide Costa Cardoso ressalta os indícios das relações entre o movimento universitário da EAB e o movimento secundarista do CEAT, bem como destaca a inserção da Escola de Agronomia no quadro mais amplo de atuação na comunidade cruz-almense, nas décadas de 1960 e 1970. Segundo essa autora, o Movimento Estudantil (ME) na EAB, nos anos sessenta e setenta, pode ser dividido em três fases. A primeira foi marcada pela influência da Frente Nacionalista em Cruz das Almas, bem como sua atuação no legislativo municipal. Os “seus principais líderes de 1962 a 1964 foram José Alberto Bandeira Ramos, presidente do Diretório Acadêmico em 1962, Ciro Mascarenhas e Amílcar Baiardi”. A segunda fase correspondeu ao período pós-64 até 1969, com os integrantes e dirigentes do DALA, “formado pelos estudantes Ygor Coelho, Abdon Jordão Filho, Eudaldo Gomes, Armando Rosa, entre outros. Neste período, greves e diversas mobilizações para manter a qualidade do ensino agronômico na Bahia se fizeram sentir” (CARDOSO, 2012, p. 197). Em 1964, a EAB foi palco de conflitos, com a invasão de militares, na tentativa de conter o movimento de resistência, liderado pelo DALA, contra o governo ditatorial. A terceira e última fase demonstrou a urgência de reorganização do ME no plano nacional, fazendo ressurgir na EAB as ações estudantis por volta de1977, no contexto de luta pela Anistia Política (CARDOSO, 2012).

---

[32] A Escola Agronômica da Bahia se instalou a partir do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, em 1943. Em 1967, passou a ser federalizada como Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA), e, em 2005, se tornou a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

[33] De acordo com as fontes, já na aula inaugural da EAB, os professores da mesma solicitaram que fosse construída uma escola, para que seus filhos pudessem estudar. O CEAT foi inaugurado, em 1948, com este objetivo, posteriormente, se transformou no maior colégio da região.

[34] O papel dessa associação beneficente, denominada como *O Clube das Mães Pobres*, será retomada no capítulo cinco.

Desde a década de 1950, os discursos nacionalistas já permeavam o contexto político daquela localidade com a eleição de João Gustavo da Silva, em 1958, membro da Frente Nacionalista de Cruz das Almas (FNCA), e a votação expressiva no mesmo pleito em outros quatros candidatos integrantes da Frente. O crescimento do nacionalismo no município contextualizava com sua ascendência no país. O nacionalismo, nos meados da década de 1950, começou a ocupar posição importante no Brasil tanto no âmbito do Parlamento, quanto na sociedade civil.

Salientamos que a criação da Petrobras, a tentativa de criação da Eletrobrás, a morte em circunstâncias trágicas do presidente Getúlio Vargas e o símbolo em que se transformou sua carta-testamento serviram para aglutinar o debate (FRENTE..., 2009). Contudo, a partir da década de 1960, houve um redirecionamento de discurso dos integrantes da FNCA, onde passou a ser questionada a perspectiva desenvolvimentista e a inclinação em favor das reformas de base, ficando cada vez mais próximo das esquerdas. Essas mudanças também foram percebidas na atuação de alguns vereadores de Cruz das Almas que começaram a questionar a vinda de empresas estrangeiras, lutaram também em favor dos direitos dos trabalhadores, bem como pela garantia de benefícios para a Associação Beneficente das Mães Pobres e para as instituições públicas de ensino.

Em relação à Associação Beneficente das Mães Pobres, o memorialista Mario Pinto da Cunha, ressalta que aquele era “um dos pontos mais visados pelos ‘Democratas Cristãos’ locais, entidade que reunia mães proletárias e pessoas carentes, prestando-lhes precário auxílio” (CUNHA, 1983, p. 161), tendo sido considerada célula comunista, após 1964. O termo “democratas Cristãos” pode ser pensado no âmbito da igreja progressista e libertadora, que teve um crescimento preponderante nos anos de 1950 e 1960 no Brasil e no mundo, redirecionando seus discursos e práticas para os mais pobres e desfavorecidos.

Mario Pinto da Cunha relembra que havia também um vago “Clube dos Onze”, a exemplo dos que existiam em muitas localidades brasileiras, à época. Segundo suas impressões, o movimento era “incipiente e inócuo. Dialética ingênua, rarefeita. Forças atuantes dispersas, sem liderança e fracamente organizadas” (CUNHA, 1983, p. 161). O movimento que o memorialista se refere ficou conhecido como Grupos dos Onze Companheiros, criado em fins de outubro de 1963 pelo então deputado federal Leonel Brizola, com o objetivo de lutar em favor da implantação das reformas de base (agrária, urbana, educacional, bancária etc.)

anunciadas pelo presidente João Goulart. O movimento foi desarticulado após o golpe de 31 de março de 1964 (LAMARÃO, 2009).

A ideia dos grupos dos Onze[35], foi difundida por Brizola através de uma rede nacional de emissoras de rádio: a Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro. O recrutamento para os grupos também era feito por intermédio de organizações nacionalistas como a Frente de Mobilização Popular (FMP), além da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e outras. Na prática, porém, o movimento nunca teve um funcionamento efetivo. Uma das poucas atividades desenvolvidas de forma mais sistemática foi a venda, a divulgação e a coleta de assinaturas do semanário nacionalista O Panfleto, nos meses de fevereiro e março de 1964 (LAMARÃO, 2009).

Cruz das Almas nas décadas de 1960 e 1970, se deslindou como uma cidade politizada, em que parte da sua população integrava movimentos que possibilitavam questionar a realidade, em consonância com suas instituições de ensino a partir dos movimentos estudantis em nível secundarista e superior, da atuação de sindicatos e associações e da FNCA. Esse processo de politização foi construído principalmente na década de 1950, com a estruturação dos movimentos já mencionados. Com o estabelecimento da ditadura civil-militar, o cenário aqui explanado se tornou alvo preferencial para intervenção e atuação dos militares no processo de desarticulação e perseguição a grupos e opositores que ousaram lutar contra os homens de bota. Essa abordagem será discutida no capítulo cinco.

2.4.2 Legislativo cruzalmense: Coligações político-partidárias anteriores ao golpe

Na condição de cidade pequena à época, Cruz das Almas apresenta uma polarização política mais acentuada. Nas eleições de 1955, a chapa presidencial da coligação PSD-PTB venceu as eleições. Nesse período, as cidades interioranas somavam grande força na eleição de partidários da UDN, como também do PSD. Em Santo Antônio de Jesus, as disputas eram mais intensas entre a UDN e o PR

[35] Como o nome indica, cada Grupo dos Onze era formado por 11 pessoas, uma das quais o comandava. Onze grupos compunham uma unidade-distrito, 22 distritos constituíam uma província e 11 províncias integravam uma região. Segundo Glauco Carneiro, chegaram a existir no Brasil 1.298 grupos dos Onze. No início de 1964, Brizola afirmou que os grupos já contavam com cerca de duzentos mil integrantes. (LAMARÃO, 2009)

por conta de Manoel Novais, grande liderança desse partido que influenciava a política local.

Em Cruz das Almas, os Passos dominavam a política local. De 1947 a 1964, a cidade foi administrada durante três mandatos por esta família vinculada à UDN. É interessante ressaltar que este domínio decorre do início da história daquela localidade, principalmente após sua emancipação política em 1879. Os membros dessa família foram conselheiros, intendentes, vereadores e prefeitos, além de deputados. Esse comando dos Passos será quebrado por conta da polarização política alavancada pelos movimentos estudantis secundaristas e superior, que influenciaram no crescimento da Bancada Democrática Trabalhista, marcado, sobretudo, pela eleição de Jorge Guerra para chefe do executivo municipal em 1950. Ele foi o primeiro prefeito a se eleger no município sem o apoio da oligarquia local pela coligação PSD/PTB, tendo sido reeleito em 1962. Logo, ele ficou à frente do executivo municipal de 1951 a 1955 e de 07 de abril de 1963 a 15 de maio de 1964.

Jorge Guerra nasceu em Tanapé, antigo Piedade, distrito de Caetité, em 1899. Em 1915, foi morar em São Félix e se casou com a cruzalmense, Isolina Andrade. Em 1927, fixou residência em Cruz das Almas e montou um comércio em sociedade com Lauro Passos, posteriormente se desvinculou dessa sociedade. No âmbito político, em 1950, Jorge Guerra foi candidato e venceu as eleições para prefeito pelo PSD/PTB. Em 1954, foi eleito vereador e o seu candidato a prefeito perdeu para Ramiro Passos. Em 1958, disputou novamente o executivo local, mas os Passos se mantiveram no poder pela UDN, elegendo Fernando Carvalho de Araújo. Nas eleições de 1962, Jorge Guerra derrota José Alberto Passos e assume a prefeitura.

A trajetória política de Jorge Guerra na cidade esteve imbricada com o acordo local entre o PSD e o PTB. Conforme as memórias de Alino Matta Santana, ele começou na política participando do Partido Autonomista[36] com Otávio Mangabeira, Nestor Duarte, João da Costa Pinto, Nelson Carneiro, Aliomar Baleeiro e outros. “Depois foi para a UDN, em seguida para o PSD”. Esse memorialista elogia a administração de Jorge Guerra e enfatiza: “Foi o primeiro político a derrotar a

[36] Sobre o “autonomismo” baiano, Paulo Santos elucida: recuperar a autonomia política do estado foi a aspiração que mobilizou a elite política baiana entre 1930 e 1945. O “autonomismo” se transformou em uma bandeira de luta capaz de reunir diferentes facções locais, colocando lado a lado antigos adversários, velhas e jovens lideranças. Dispersos pela ação dissolvente do golpe de 1937, os “autonomistas” voltariam a se encontrar em 1945, procurando recuperar posições políticas subtraídas pela ditadura estadonovista (SILVA, 2011).

oligarquia da família Passos, quando bateu o Sr. Ramiro Magalhães Costa na eleição de 1950, o qual era candidato dos Passos" (SANTANA, 1982, p. 100).

Embora a carreira política de Jorge Guerra estivesse relacionada à coligação PSD/PTB, as análises de Heber José Fernandes de Oliveira apontam uma afinidade mais estreita com o PTB cruzalmense, que tinha seus quadros compostos em sua maioria por trabalhadores, com destaque para os operários do fumo e os que atuavam no Sindicato dos Trabalhadores. Outro ponto é a sua postura nacionalista que pode ser analisada a partir das atas da Câmara Municipal como também nas páginas do *Nossa Terra*, semanário fundado em 1954, que circulou no município e região até 1957. Após a morte do seu fundador Verdival Pitanga, em 1956, o *Nossa Terra* passou a ter como redatores Jorge Guerra e João Gustavo da Silva, ambos acentuaram o teor nacionalista. "Naquele momento, discussões referentes ao nacionalismo já ocupavam as páginas do *Nossa Terra*. Notas intituladas Triunfa a Petrobras e Apoiando a Petrobras apareciam nas páginas do *Nossa Terra*" (OLIVEIRA, 2013, p. 44-45).

A luta em defesa do nacionalismo foi sendo estruturada e culminou com a organização da FNCA. Heber José Fernandes de Oliveira discute que a FNCA embora fosse de inspiração dos getulistas locais, congregava diferentes setores até mesmo udenistas. Destaca também a necessidade dos seus membros distinguirem nacionalismo de comunismo, por conta das acusações dos seus opositores. No entanto, na década de 1960, de acordo ao contexto nacional, o pensamento comunista influenciou tanto as discussões da FNCA como o ambiente político cruzalmense.

Sobre o legislativo municipal, em 1961, com a renúncia do então Presidente da República Jânio Quadros, a Câmara teve uma sessão mais acalorada por conta do desejo de parte da população, que solicitou, através de um memorial assinado por representantes de várias entidades, um posicionamento em apoio à posse de João Goulart e em defesa da legalidade. No entanto, aquela casa estava em recesso e alguns vereadores não compareceram à sessão e alegaram que não poderiam ferir o regimento interno da casa (CRUZ DAS ALMAS, 1961b).

Os vereadores Moacyr Ferreira, Manuelito Roque Sá e João Gustavo da Silva declararam que estavam todos eles na obrigação de transgredir o regimento da casa, naquele momento em que o

> Brasil atravessava uma crise política-militar, que abalou todo o país e quase o transformava em polos de acontecimentos os mais sangrentos. Deveria a Câmara se reunir para consolidar com o povo desta terra, que os colocou para os representar e também em atendimento ao memorial que os enviaram CRUZ DAS ALMAS, 1961b).

O vereador Adherbal de Souza Pereira ressaltou que Cruz das Almas não foi a única cidade a não se reunir naquele momento e se fosse convocado não compareceria, pois não feriria o artigo 69 do Regimento Interno da casa, “e não viria aqui para dar satisfação a um grupinho de nacionalistas camuflados”. O vereador João Gustavo da Silva pediu um aparte e disse que Cruz das Almas não podia acompanhar os rastros das outras cidades, por ser um município de nível cultural mais elevado CRUZ DAS ALMAS, 1961b).

A ata evidencia a animosidade do ambiente político local e revela as divergências partidárias. Como já analisado, o comando político de Cruz das Almas girava em torno da UDN e da coligação PSD/PTB. Na década de 1960, a atuação da FNCA se fazia efetiva através da eleição de alguns dos seus membros, em especial a de João Gustavo da Silva, tido como líder da Frente. Nesse sentido, é possível perceber a provocação do vereador Adherbal de Souza Pereira ao caracterizá-los como um “grupinho de nacionalistas camuflados” para insinuar que tinham um posicionamento comunista, visto que naquela conjuntura o comunismo era relacionado ao mal e à destruição, por isso, qualquer atitude voltada para questões sociais era caracterizada como comunista. Outro fator relevante para ser analisado é a postura de parte da população ao se envolver com a política do país, o que pode ser creditado à existência das instituições educacionais e ao movimento estudantil existente em Cruz.

Nas sessões seguintes do legislativo municipal, o destaque ficou na atuação do vereador João Gustavo da Silva[37]. Em outubro de 1961, o projeto que visava conceder um auxílio de cinco mil cruzeiros, à associação beneficente de trabalhadores da EAB e à União de trabalhadores de Cruz das Almas, constituídas na comissão Cruzalmense para a primeira Conferência Baiana de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, foi de sua autoria. No entanto, os vereadores da bancada udenista votaram contra o respectivo projeto. João Gustavo se posicionou contra a

[37] Nasceu em 12 de fevereiro de 1918, na localidade de Jenipapo, município de Castro Alves, Bahia. Filho de Luiz Gustavo da Silva e Lucila Melo da Silva. Ainda jovem veio para Cruz das Almas, onde se casou com Jandira Sampaio Silva e tiveram nove filhos. Escreveu crônicas e poesias, foi vereador de 1954-1958, se notabilizou pela defesa do trabalhador e luta nacionalista. (SANTANA, 1982).

vinda de indústria norte-americana e denunciou as estratégias de consolidação do capitalismo através do domínio de grandes empresas, a exemplo dos trustes[38]. Heber José Fernandes de Oliveira também destacou a atuação do vereador em publicações no *Nossa Terra* de ordem combativa e questionadora, em defesa dos trabalhadores e sindicalistas. Em quase todas as edições do Semanário tinham textos de João Gustavo da Silva. O comerciante foi um agente político no município, "pois se tornou um dos artífices da FNCA, fazendo parte da cúpula que constituiu o movimento na cidade" (OLIVEIRA, 2013, p. 43). Ele foi também o primeiro representante da FNCA a ocupar uma cadeira no legislativo municipal.

As atas da Câmara Municipal de Cruz das Almas trazem registros constantes sobre a política Nacional, se diferenciando de Santo Antônio de Jesus e, principalmente, de São Miguel das Matas, que tem seus registros bem técnicos, versando mais sobre os projetos de lei. Em 13 de dezembro de 1962, o presidente do legislativo de Cruz das Almas se referiu ao Plebiscito que ocorreu em 06 de janeiro de 1963, para a escolha da continuidade do parlamentarismo ou pelo presidencialismo. O referido vereador "fez um apelo em nome da Câmara e de todos os cruzalmenses para comparecerem às urnas naquele dia depositando o seu voto, dizendo sim ou não de acordo com a sua consciência, mas que contribuíssem para a estabilidade do regime" (CRUZ DAS ALMAS, 1962). Todavia, numa ata anterior, a casa demonstrou ser favorável ao presidencialismo, visto como solução para a crise existente no país.

O esboço do contexto anterior ao golpe de 31 de março de 1964 se faz necessário para melhor compreendermos seus desdobramentos em Cruz das Almas. Naquele ano, o panorama político se mantinha constituído pelos principais partidos do cenário nacional, a UDN, o PSD e o PTB, que vinha ganhando força no município desde o pleito de 1958 e se manteve em 1962. Uma das hipóteses para essa diferença em relação ao crescimento do PTB, é que a cidade de Cruz das Almas era dotada de curso superior, o que favoreceu uma organização estudantil mais atuante voltada para os problemas sociais, e a crítica à realidade existente. O PTB fazia parte da estrutura triangular partidária que se tornou hegemônica no

[38] Os **trustes** correspondem à fusão ou união entre duas empresas de um mesmo ramo ou de áreas diferentes da economia, constituindo uma única companhia ou um grupo de associados de maior porte. Essa forma de monopólio é muito utilizada por grandes empresas que se vêm ameaçadas pelo crescimento de pequenas concorrentes em fase de rápido crescimento, mas também pode envolver empresas de porte maior.

conjunto dos partidos constituídos em 1945 (UDN, PSD e PTB). Nas palavras de Lucília de Almeida Neves Delgado, “seus principais quadros foram recrutados entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto aos funcionários públicos que integravam a poderosa máquina do Ministério do Trabalho em todo território nacional” (DELGADO, 2003, p. 140).

Na sessão de posse, em 07 de abril de 1963, compareceram os seguintes vereadores eleitos para o quadriênio 1963-1966: Dr. Ramiro Eloy Passos, Dr. Jeronimo de Andrade Tôrres, Dr. Edmundo Pereira Leite, Dr. Geraldo Carlos Pereira Pinto, Sr. Claudomiro Dias Pomponet, Dr. Zinaldo Figuerôa de Souza, Sr. Alino Matta Santana e Dr. José Alberto Bandeira Ramos. Além disso, “numerosa assistência de pessoas deste e dos municípios vizinhos e representações de classes” também estavam presentes. Dr. José Alberto Bandeira Ramos, ao longo do seu mandato, teve dois suplentes, respectivamente Hélio Pitanga e Mario Santos, ambos membros da FNCA e ligados ao PTB local. Naquela oportunidade aconteceu a solenidade para posse do prefeito eleito no último pleito. Eis o seguinte registro: “O senhor presidente declarou aberta a sessão, tendo como finalidade especial empossar o Sr. Jorge Guerra no cargo de Prefeito deste Município, para o qual foi eleito pelo voto popular e legalmente diplomado pelo Juiz eleitoral desta 17ª Zona” (CRUZ DAS ALMAS, 1963e).

Nos quadros 5 e 6 estão os nomes de vereadores, com os respectivos partidos e a composição da mesa diretora.

Quadro 5 – Vereadores eleitos no pleito de 7 de outubro 1962 e a composição das bancadas em Cruz das Almas / Bahia.

ELEITOS	BANCADA
Ramiro Eloy Passos	Udenista
Jeronimo de Andrade Tôrres	Udenista
Edmundo Pereira Leite	Udenista
Geraldo Carlos Pereira Pinto	Udenista
Claudomiro Dias Pomponet	Democrática Trabalhista
Zinaldo Figuerôa de Souza	Democrática Trabalhista
Alino Matta Santana	Democrática Trabalhista
José Alberto Bandeira Ramos (Membro da FNCA)	Democrática Trabalhista

Fonte: Autoria própria[39], 2021.

Quadro 6 – Composição da mesa diretora para o quadriênio 1963-1966 de Cruz das Almas / Bahia.

ELEITOS	BANCADA
Ramiro Eloy Passos (Presidente – 04 votos)	Udenista
Jeronimo de Andrade Tôrres (Vice-Presidente – 04 votos)	Udenista
Edmundo Pereira Leite (Primeiro Secretário – 04 votos)	Udenista
Geraldo Carlos Pereira Pinto (Segundo Secretário – 04 votos)	Udenista
Claudomiro Dias Pomponet	Democrática Trabalhista
Zinaldo Figuerôa de Souza	Democrática Trabalhista
Alino Matta Santana	Democrática Trabalhista
José Alberto Bandeira Ramos (Membro da FNCA)	Democrática Trabalhista

Fonte: Autoria própria[40], 2021.

Infelizmente, não foi possível, a partir da leitura dos livros de atas do legislativo municipal nem de outras fontes, precisar os partidos em que cada vereador era vinculado, também não foram encontradas as fichas que poderiam nos ajudar a melhor detalhar as informações sobre as filiações partidárias. Por isso, identificaremos por bancada: a Udenista e a Democrática Trabalhista composta majoritariamente pela coligação PSD/PTB, que entre os eleitos estava José Alberto Bandeira Ramos, membro da FNCA. No transcorrer daquela legislatura, outros dois

[39] Elaboração a partir da Ata da Primeira Sessão Solene de Instalação da Câmara Municipal de Cruz das Almas, munícipio do Estado da Bahia, realizada aos sete dias do mês de abril de 1963 (CRUZ DAS ALMAS, 1963f).

[40] Elaboração a partir da Ata da Primeira Sessão Solene de Instalação da Câmara Municipal de Cruz das Almas, munícipio do Estado da Bahia, realizada aos sete dias do mês de abril de 1963 (CRUZ DAS ALMAS, 1963f).

vereadores componentes da FNCA atuaram como suplentes na Câmara Municipal. A partir da análise dos quadros, pode-se perceber que o ambiente político de Cruz das Almas no contexto pré-golpe era bem polarizado, com a eleição de 04 vereadores pela bancada Democrática Trabalhista. Por conta dessa polarização, bem como da atuação do ME, dos sindicatos e associações, a repressão na cidade após 31 de março de 1964 foi imediata.

Nesse capítulo, o destaque esteve centrado nas investigações referentes às posições políticas/partidárias de alguns anos anteriores ao golpe de 1964, como também na eleição do último pleito antes da instalação de um governo militar. Contudo, será visto nos capítulos seguintes que os desacordos entre os correligionários da UDN e do PSD, construídos ao longo da história política dos municípios pesquisados, descortinaram conflitos que foram revelados especialmente após o estabelecimento do bipartidarismo em 1965. Outro ponto a ser discutido se refere ao posicionamento de alguns indivíduos, que questionavam as desigualdades do país, com destaque para os partidários do PTB. Esses foram perseguidos, presos, torturados e mortos pela política repressiva, mas muitos ousaram continuar lutando de diversas maneiras pela garantia dos direitos, dentre este a liberdade de existir e resistir.

Nos próximos capítulos da tese seguem a divisão por cidades, buscando particularizar suas realidades vivenciadas neste período da história do Brasil. Ao tomarmos ciência da complexidade do que ocorreu em cada munícipio e do volume de fontes selecionadas, decidimos aplicar a cada um deles um capítulo para alcançar uma análise acurada do acontecido. Tal investigação gerou na pesquisadora a necessidade de dedicar o último capítulo do trabalho as duas cidades que mais acumularam episódios de resistência à ditadura e que comprovam o quanto no interior da Bahia o mote de colaboração não foi necessariamente uma regra a ser seguida. Por mais que devamos considerar a existência de uma “área cinzenta” como determinante, especialmente em Santo Antônio de Jesus, observamos nas outras cidades graus diferenciados de contestação que nos fizeram optar por aprofundamentos ao final desta tese.

3 ESTRATÉGIAS, ADESÕES E OPOSIÇÕES EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS NO ANO DE 1964 E DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

3.1 Embates entre grupos políticos divergentes dentro e fora do Poder Legislativo nas prévias do Golpe de 64

As discussões desse capítulo estão pautadas em analisar os embates políticos entre os grupos que apoiaram e os que contestaram a ditadura na cidade de Santo Antônio de Jesus. A finalidade é rastrear a atuação de sindicatos, associações e movimentos no município pesquisado, como também o processo da "operação limpeza", realizado pelos militares, através de destituições de cargos políticos e prisões de diversas ordens. Com a implantação do Ato Institucional número dois (AI-2) e o estabelecimento do bipartidarismo, as disputas pelo poder ficaram ainda mais acirradas, por isso os conflitos entre ARENA e suas subdivisões e o MDB são objetos de apreciações.[41]

Investigamos as marchas e homenagens aos militares enquanto instrumentos de sustentação ao governo estabelecido e, também, como efeito da representação do anticomunismo no Brasil. A leitura das atas do legislativo local, os documentos de natureza repressiva, os livros de memória e depoimentos orais permitiram perceber que muitos foram os embates após a deflagração do golpe civil-militar, mas apontaram que os conflitos tiveram suas raízes construídas na história dessa cidade, ao longo dos anos anteriores à década de 1960.

Com o objetivo de aprofundar as discussões, encontramos um lote documental significativo que nos possibilitaram ampliar as investigações sobre o grupo de adesão e oposição em Santo Antônio de Jesus. Depoimentos, relatórios do Serviço Nacional de Informação (SNI), bem como documentos referentes à

[41] Dada à quantidade de fontes encontradas, dividimos essas discussões em dois textos, portanto a mesma temática orienta os próximos capítulos. Assim, nos capítulos 3, 4 e 5 o objetivo é evidenciar como o contexto político-econômico e sociocultural anterior ao golpe se tornou um fator de diferenciação nos rumos de cada cidade, após o estabelecimento dos governos militares. No primeiro momento, faremos as análises sobre Santo Antônio de Jesus. Aqui, cabe ressaltar que Santo Antônio foi o meu objeto de pesquisa na construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação e também da dissertação de Mestrado. Desse modo, as fontes encontradas para esses dois momentos evidenciaram uma cidade adesista aos ideais do primeiro governo militar, chefiado pelo Marechal Castelo Branco, através da política institucional e o grupo de oposição apareceu de forma tímida naquelas investigações.

instalação do Comitê do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1962 sugeriram que a resistência na cidade tinha suas bases anterior ao golpe de 1964 e, apesar das evidências de adesismo à ditadura civil-militar por parte dos setores institucionais, a oposição era fortalecida em seus propósitos, com reuniões embasadas em leituras marxistas, e lutou e resistiu contra a lógica dos governos militares. Em consequência, seus membros sofreram prisões que macularam a sua imagem na cidade como subversivos e afetaram sobremaneira a vida dos seus familiares.

3.2 Tensões, conflitos e negociações no momento crucial do golpe e dos seus desdobramentos

Entre as cidades pesquisadas, Santo Antônio de Jesus demonstrou um maior alinhamento à nova ordem estabelecida a partir de 1964. Os setores empresariais do munícipio encontraram ressonância no binômio desenvolvimento e segurança, potencializado pelo projeto dos militares que assumiram o poder. Conforme as análises de Miriam Limoeiro Cardoso, o ideal de prosperidade, na ideologia desenvolvimentista, veio acompanhado do pressuposto de manter a ordem, inibir qualquer força contrária, para garantir o crescimento econômico em nome de um país forte e livre do comunismo (CARDOSO, 1978).

Desse modo, os interesses dos empresários da cidade, centrados na ideia de crescimento econômico a qualquer custo, viram no novo regime uma chance de investimentos com financiamentos facilitados. Com isso, passaram a pressionar o campo legislativo a agir conforme os seus anseios. Os registros demonstram que as divergências no legislativo municipal estavam muito mais atreladas às tradições partidárias e à influência do empresariado local do que às questões ideológicas voltadas para o social.

A expressão dos interesses dos legisladores locais foi percebida de imediato a partir dos gestos de congratulações dos vereadores ao General comandante da 6ª Região Militar, Justino Alves Bastos, ao governador do Estado, Lomanto Júnior, e ao presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Orlando Spínola. No início dos trabalhos no legislativo, em abril de 1964, já na primeira sessão daquele ano, o registro dos votos de apoio ao golpe de Estado foi feito: “Interpretando o sentimento

do Senhor Prefeito[42] e de todo o povo deste município, congratula-se com Vossas Excelências pela patriótica solução dada ao problema Nacional, que nos garantirá um período de Paz, Ordem e Prosperidade." (SANTO ANTONIO DE JESUS, 1964).

As palavras, "patriótica", "paz", "ordem" e "prosperidade", observadas nas atas, se tornaram recorrentes nos discursos proferidos pelos vereadores durante as sessões da Câmara. As propostas e propagandas políticas exaltavam o nacionalismo ufanista, pregando a ordem e a paz. Essa política que tinha por finalidade a consolidação econômica do país, à custa do cerceamento dos direitos e do exercício da cidadania, se refletia na administração da cidade.

Assim, podemos perceber, através dos registros e análise dos quadros examinados no capítulo anterior, referente à eleição de 1962, que das três cidades aqui pesquisadas, Santo Antônio se apresentava mais conectada com os ideais desenvolvimentistas dos governos militares e sem oposição aparente, visto que o único vereador eleito pelo PTB se juntou a bancada da União Democrática Santantoniense já na sessão de posse, em abril de 1963.

Seguindo a ordem das congratulações à ditadura, o vereador Domício Francisco de Andrade enfatizou: "vitorioso o movimento militar que afastou do poder o governo cuja associação com o credo comunista comprometia seriamente a estabilidade da democracia no Brasil." Depois da fala, Domício Francisco pediu ainda para todos os vereadores do PR assinarem a ata como forma de representar "os pensamentos dos seus líderes", como também do "eleitorado do município", demonstrando "aplausos e confiança" às Forças Armadas que "salvaram a nação das garras que ameaçavam as liberdades democráticas". (SANTO ANTONIO DE JESUS, 1964).

Outro ponto que merece destaque é o referido pedido do vereador para os demais assinarem a ata como forma de representar as ideias do legislativo local em comunhão com as aspirações da população santantoniense. O político Domício Francisco, ao se referir às Forças Armadas, interpreta seus anseios e convicções como sendo os mesmos do eleitorado municipal.[43]

---

[42] Neste período, o senhor José Trindade Lobo era prefeito da cidade.

[43] Essas manifestações do corpo político local favoráveis a ditadura também pôde ser verificadas em cidades circunvizinhas a exemplo de Nazaré, como demonstra o jornal O Alvitre. O periódico foi lançado em 1954, circulou na região por um período e retornou em 1972: "A Câmara Municipal de Nazaré cumprimenta o jornal O Alvitre, tradicional órgão de imprensa da região, pelo seu reaparecimento nesta data. Nazaré 25 de fevereiro de 1972." (O ALVITRE, 1972). Logo no primeiro exemplar, em 05 de julho de 1954, foi enfatizado pelo colunista que a posição do jornal seria neutra

À semelhança de muitos apoiadores, a maioria dos vereadores recebeu a notícia do golpe como se fosse a solução para os problemas brasileiros ou quis fazer crer que assim pensavam. Após oito dias, alguns afirmavam o desejo de ordem, paz e prosperidade, procurando se identificar com os anseios do novo regime. O ideal dos militares em disseminar sua ideologia de "remédio para os males" do país, dentro de uma estratégia de fortalecimento da economia, mesmo que esse progresso econômico resultasse em um fechamento político e na depreciação das liberdades individuais, entre elas a de expressão, teve apoio imediato da maioria dos representantes políticos de Santo Antônio de Jesus.

Muitos políticos evidenciaram sua adesão ao governo militar, por intermédio do apoio ao General Humberto de Alencar Castelo Branco, que foi nomeado Presidente do Brasil após as eleições indiretas de 1964 e comandou o país até 1967. Seu governo, apesar de ser considerado mais brando por alguns estudiosos, como Elio Gaspari, que denominou os primeiros momentos como ditadura envergonhada (GASPARI, 2002), foi responsável por implantar e estruturar as bases de um poderoso sistema de repressão, que caracterizou os 21 anos de ditatura civil-militar, como analisa Carlos Fico, na obra *Como eles agiam,* ao investigar o funcionamento das instituições de informação e repressão da ditadura civil-militar brasileira (FICO, 2001).

Nas primeiras horas após o golpe, esse alinhamento dos anseios dos vereadores de Santo Antônio pode ser analisado a partir dos discursos de estabilidade econômica do país, como uma das justificativas para o golpe, além de ter se tornado a bandeira mais divulgada durante o primeiro Governo Militar. De acordo com Elio Gaspari, Castelo Branco buscou inicialmente exercer suas funções a partir de um viés legalista e concentrar suas forças no equilíbrio inflacionário e no desenvolvimento econômico para garantir o que ficou denominado por Segurança

---

no que diz respeito à política: "Não temos a mínima ligação com qualquer partido, motivo pelo qual aceitaremos toda publicação partidária, artigos e notas." (O ALVITRE, 1954). Contudo, quando retornou em 1972, o noticiário girou em torno de sustentar as políticas da ditadura através de congratulações e homenagens. Não de maneira diferente dos vereadores de Santo Antônio de Jesus, os de Nazaré se congratularam pelo aniversário do regime ditatorial, como podemos ver na nota proferida pelo Presidente da Câmara, Raymundo de Araújo Pereira: "No transcurso do VIII aniversário da Revolução de março a Câmara Municipal de Nazaré congratula-se com as nossas Forças Armadas e toda a Nação brasileira pelo histórico acontecimento que consolidou os ideais de ordem e progresso para a nossa querida Pátria." (O ALVITRE, 1972). Em 1973, O Alvitre publicou um convite enviado pela Prefeitura Municipal de Nazaré, convocando todos da cidade "para tomarem parte da Sessão Cívica que será realizada na prefeitura, em justa homenagem de mais um aniversário da benéfica Revolução de 1964." (O ALVITRE, 1973).

Nacional. Entretanto, as consequências próprias de uma ditadura foram vistas de imediato por meio da suspensão das garantias constitucionais, quando o Executivo se valeu da prerrogativa de cassar mandatos eletivos, suspender os direitos políticos de cidadãos e anular o direito à estabilidade dos funcionários públicos civis e militares (GASPARI, 2002).

Dessa forma, o General buscou uma prerrogativa conciliatória para governar e dissociar a sua administração da postura reacionária dos sujeitos de extrema direita: “Ponderava que a revolução tinha sido feita para assegurar desenvolvimento econômico continuado e justiça social para todos”. No entanto, para se manter no poder e seguir com os seus projetos desenvolvimentista e anti-inflacionário, ele fechou cada vez mais o sistema político do país (SKIDMORE, 1972, p. 375). Nas análises de Maria Helena Moreira Alves, fica explicito que a condução do governo tinha como objetivo central moldar as estruturas do Estado em prol da Segurança Nacional e do desenvolvimentismo. “Em nome do anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional, com sua ênfase na segurança interna, leva inexoravelmente ao abuso do poder, às prisões arbitrárias, à tortura e a supressão de toda a liberdade de expressão.” (ALVES, 1964, p. 26).

As fontes orais coletadas seguem o rastro das análises historiográficas e confirmam os efeitos oficiais que Castelo Branco quis injetar ao seu governo. Nesse sentido, o depoimento, em 2010, do vereador José Pereira Reis, eleito em 1962 pela UDN, é um exemplo. Ao narrar os acontecimentos com sentimentos saudosistas daqueles tempos de “ordem e progresso”, destacou que todos viviam apavorados frente à ameaça de uma “guerra civil”. Segundo José Reis, Santo Antônio foi o primeiro município do Brasil a ir à região de Minas Gerais apoiar as tropas do general Mourão e prestar solidariedade, tendo sido o intermediador: “tanto que em função disso todas às vezes que os militares vinham para cá fazer reuniões, mostrar para o povo que o governo daquela época não desejava acabar com a vida de ninguém, e sim dar outra vida ao Brasil, eu era convidado para fazer parte das comissões” (REIS, 83 anos, 2010). Conforme suas palavras, “um regime inicialmente bom, muito bom, mas depois como tudo no Brasil prevaricou, o que passou a desacreditar inclusive da Revolução”[44].

[44] Entrevista concedida a esta pesquisadora em 19 de abril de 2010, momento em que foi elaborada a minha dissertação de mestrado, já publicada em formato de livro em 2016, com o título *O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus.*

José Reis[45] falou com empolgação sobre o início do que considerou uma "revolução" no país e a sua participação efetiva de apoio aos golpistas civis e militares evidencia posição coerente como político aliado dos militares. Todavia, quando ele mencionou que a "revolução prevaricou", sua fala expressa um tom de decepção com o projeto, sem discernir o sentido de prevaricação, apenas insinuando algo que fracassou de acordo com os anseios fundamentais do seu projeto inicial.

A primeira intervenção concreta dos militares em Santo Antônio de Jesus aconteceu com a presença de membros do Exército Nacional – Henrique Almir Masiere e Manoel Mendes Pereira – em uma sessão da Câmara Municipal, nomeada como "Sessão Especial", visando redirecionar os trabalhos do Legislativo e do Executivo da cidade, no intuito de enquadrar suas ações ao projeto proposto pela dita "revolução".

Apesar de não haver como recuperar completamente o conteúdo da interferência dos representantes do governo, sob o comando do General Castelo Branco, é possível fazê-lo a partir de alguns fragmentos de discursos proferidos pelos vereadores e registrados em Ata. Essa intervenção aponta a ligação da cidade com a política nacional, como também demonstra que Santo Antônio sofreu os impactos do golpe e modificou sua dinâmica organizacional demandada pelos novos preceitos. Isso ajuda a pensar no alcance do golpe de 1964 para além dos grandes centros urbanos, geralmente consagrados pela historiografia que estuda o período.

Conforme a Ata, o presidente da Câmara Municipal nomeou uma comissão composta por vereadores a fim de conduzir os homenageados à mesa. Em seguida, concedida a palavra ao tenente Masiere, representante do Segundo Exército, e ao general Manoel Mendes Pereira, comandante da 6ª Região Militar da Bahia, eles fizeram uma exposição minuciosa a respeito do que houve antes e depois do golpe de 31 de março, e ainda do que poderia acontecer daquele momento em diante. No referido documento consta que os oradores transmitiram aos presentes, com muita

[45] José Reis nasceu em 1927, no município de Jandaíra (Bahia). Em 1945, ingressou na Força Aérea Brasileira (FAB) como voluntário, se especializou em mecânica de automóveis e aviões e fez cursos de Cabo e Sargento da Infantaria. Em 1953, veio para Santo Antônio de Jesus para gerenciar o Banco Econômico da Bahia. Ele foi eleito vereador pela UDN (1963-1967) na cidade e líder do partido, assumiu o cargo de auditor fiscal da Secretaria da Fazenda Estadual em 1971, período em que foi também assessor do Secretário Estadual da Fazenda, Luiz Sande. José Reis se bacharelou em Direito pela Universidade Católica de Salvador, em 1981.

eloquência, a mensagem[46] do presidente Humberto Castelo Branco e do comando revolucionário (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1964d).

Ao encerrar, agradeceram a acolhida que tiveram na cidade, aproveitando para orientar os vereadores de como deveriam conduzir os trabalhos Legislativos. Franqueando a palavra, dela fez uso o líder da maioria na casa, o vereador José Pereira Reis, que, ao exaltar as Forças Armadas, dirigiu os agradecimentos ao orador que lhe antecedeu, fazendo também ligeiro relato a respeito dos últimos acontecimentos do país. O orador hipotecou solidariedade às Forças Armadas em nome da Loja Maçônica Deus é Amor, e enviou também mensagem de solidariedade da câmara ao Comando Revolucionário (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1964d).

Provavelmente, as orientações dadas pelos referidos militares conferiram mudanças na organização legislativa e executiva local, tendo sido refletidas nos diversos setores da cidade e no cotidiano das pessoas. A fala do vereador José Pereira Reis, ao exaltar as Forças Armadas, tomou como ponto de partida o governo anterior de João Goulart associado à desordem e à má utilização dos ideais democráticos. O destaque para a Loja Maçônica Deus é Amor, conforme um político da época, estava relacionado com a participação da maioria dos vereadores, expressivamente udenistas, nessa congregação.

Vários documentos apontaram o envolvimento político de Santo Antônio de Jesus prol Golpe de 1964, com as esferas estaduais e nacionais. Ademais, eles sinalizaram também que esta cidade era importante no contexto político de então. Outros exemplos dessa conexão são os ofícios[47] citados na ata e enviados pelos secretários da Agricultura e da Segurança Pública do governo do Estado da Bahia em agradecimento “à comunicação da eleição e posse da nova mesa” da Câmara Municipal, e uma carta de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, “agradecendo a solidariedade do vereador Ademário Francisco dos Santos[48] naquele momento histórico da nacionalidade” (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1964c).

[46] Procuramos a mensagem nos arquivos da Câmara, mas não a encontramos.
[47] Esses ofícios não foram encontrados durante a pesquisa na Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus.
[48] O vereador Ademário Francisco dos Santos, nasceu em Santo Antônio de Jesus em 1923, e se tornou funcionário público estadual. Homem de destacado poder político na cidade, ele exerceu seu primeiro mandato para vereador pelo PSD em 1959, tendo sido eleito e reeleito várias vezes até 1988. Sempre ocupou cargos importantes da Câmara Municipal, a saber, secretário, membro da comissão legislativa, finanças, justiça e cultura. Em 1973, foi líder da Arena.

No que concerne à posição de Adhemar de Barros no cenário político do país após 1964, Célia Costa Cardoso propõe algumas reflexões em torno do seu apoio ao golpe civil-militar, bem como de outras personalidades como Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara. A autora ressalta que esses políticos posteriormente conspiraram na tentativa de desestabilizar o governo Castelo Branco e levá-lo a renúncia ou promover um contragolpe. Esses fatores contribuíram para a aproximação de antigos conspiradores descontentes com os rumos do movimento civil-militar, mas esse envolvimento teve consequências. Carlos Lacerda não conseguiu eleger seu substituto para o governo do Estado nas eleições de 1965 e Adhemar de Barros foi afastado após o estabelecimento do AI-2.[49] Segundo as análises de Célia Cardoso, tais posições tiveram relação com a busca de solução para a democratização do país, em atendimento das plataformas partidárias ou causas personalistas (CARDOSO, 2014).

Em relação ao alinhamento dos discursos do Legislativo local com o governo Castelo Branco, notamos a presença de um consenso na posição dos vários vereadores de que o município santantoniense estava no caminho certo, de que a harmonia entre o poder Municipal, Estadual e Federal contribuía para o avanço e a consolidação da cidade. O vereador Albertino Lira falou do prazer que sentia ao ver as obras que estavam sendo realizadas, principalmente na praça Padre Mateus e nas rodovias municipais. Na mesma sessão, o vereador Misael Maia Matos enfatizou que fazia sentido o contentamento dos santantonienses, porque as coisas na terra estavam tomando o endereço certo. Segundo ele, em Santo Antônio de Jesus não existia nenhuma ameaça ou coação por parte do Executivo, do Legislativo nem das autoridades policiais. Em suas palavras, só exista um caminho a seguir: “Estender seu incondicional apoio a essas autoridades no sentido de engrossar as fileiras daqueles que desejam bem servir a esta terra” (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1970).

Na Bahia, outras autoridades também demonstraram seu apoio ao governo Castelo Branco. O governador Lomanto Junior, numa visita à Associação Comercial

[49] O AI-2, de 27 de outubro de 1965, transferiu para a justiça militar a competência para julgamento dos crimes contra a Segurança Nacional, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal federal (STF) de 11 para 16, determinou o fim das eleições diretas para Presidente da República, extinguiu os partidos políticos, admitiu a cassação e a suspensão de direitos políticos, suspendeu as garantias da vitaliciedade, estabilidade e inamovibilidade, excluiu da apreciação do Poder Judiciário os atos praticados pelo comando da revolução e pelo governo federal com fundamento no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, no próprio AI-2 e em seus Atos complementares.

da Bahia, em 1966, enfatizou a necessidade de demonstrar “às classes produtoras, a identidade e a perfeita harmonia entre os que governavam a Bahia no momento e os que lutavam para construir a sua grandeza e o seu progresso” (A TARDE, 1966).

Em 1965, com o golpe civil-militar já consolidado, Castelo Branco sentiu dificuldade para administrar o país com as instituições remanescentes do sistema democrático, fruto também das pressões de grupos militares sob seu governo, após a vitória da oposição nas eleições para Governador em Minas Gerais e na Guanabara (Rio de Janeiro), em 1965 (D’ARAÚJO; CASTRO; SOARES, 1994). Conforme a discussão de Maria do Carmo Campello de Souza, a dispersão dos partidos em amplas coligações, entre os anos de 1945 a 1964, favoreceu a fragmentação e o realinhamento do sistema partidário. Esse fato induziu à participação e à ampliação de partidos menores como o PTB no corpo político do país (SOUZA, 1976). O crescimento dificultava a administração do governo, que tinha por base a centralização do poder.

Para conter a dispersão partidária e as oportunidades de maiores mobilizações populares, o AI-2 foi baixado, criando, portanto, o bipartidarismo, com o intuito de reduzir a instabilidade política supostamente causada pelo pluripartidarismo. O AI-2, além de eliminar todos os partidos, constituiu eleições indiretas para presidente da República, aprovou a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos (BENEVIDES, 1981). Esse Ato funcionou como instrumento político visando, sobretudo, concentrar prerrogativas no Executivo sobre o qual as Forças Armadas possuíam completo poder.

Com o AI-2, Castelo Branco transferiu as ações políticas para a justiça militar. Nesse sentido, um processo de corrosão da cidadania foi iniciado, impedindo os brasileiros de exercerem seus direitos (GASPARI, 2002). Em novembro de 1965, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foram criados, cumprindo os dispositivos do AI-2, que instituíam o bipartidarismo, tendo sido esses partidos oficializados em março de 1966. Segundo Florestan Fernandes, o regime de dois partidos tutelados foi adotado por motivos conhecidos: a necessidade de articulação política das forças sociais heterogêneas, que preparou e liderou o golpe de 1964, como também, a de forjar uma imagem democrática desta República no exterior, que precisava dessa visibilidade em seus circuitos políticos internos (FERNANDES, 1982).

A partir de novembro de 1966, com a criação do Ato complementar número 26, que instaurou o recurso da sublegenda, esses grupos políticos passaram a ser denominados de Arena 1 e Arena 2. A sublegenda era mais favorável à Arena, pois era o partido da situação, e a regra facilitava a manutenção do poder (JACOBINA, 2010). “A Arena reunia, na maioria dos Estados, quadros dos dois antigos partidos conservadores PSD e UDN, numa só legenda, cuja tensa unidade seria mantida e regulada por instituições casuísticas, como as sublegendas” (DANTAS NETO, 2006, p. 253).

Em Santo Antônio de Jesus, no primeiro período Legislativo de 1966, o presidente da Câmara Municipal consultou o plenário para saber como eleger a comissão técnica da casa, com a extinção do pluripartidarismo. Desse modo, o plenário deliberou que se obedecesse ao mesmo critério que vinha sendo adotado na Câmara, isto é, um grupo, pertencente à extinta “Aliança Democrática Santantoniense”, representando a maioria na casa, que passou a ser a ARENA 1; e o outro, pertencendo ao extinto Partido Republicano, representando a minoria, denominado como ARENA 2 (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1966).

Em 1967, o vereador Oséas Guimarães de Souza apresentou uma indicação subscrita pelos vereadores da ARENA 2, compondo as várias comissões e declarando, que alguns vereadores, eleitos no pleito de 15 de novembro de 1966 pela Aliança Renovadora Nacional, “comunicam à mesa executiva que a partir desta data, passam a compor neste Legislativo a bancada denominada Arena dois” (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1967). Muitas vezes, os políticos que em determinado pleito era ARENA 1, no seguinte poderia estar ligado à ARENA 2. Infelizmente, as fontes consultadas não mostram em qual ARENA cada vereador estava vinculado, e nas fichas de assentamento individual de vereador consta somente a informação de ter sido eleito pela ARENA, não especificando se um ou dois (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1947-1981).

Com a instalação do bipartidarismo foi criado também o MDB, em março de 1966, com a finalidade estratégica para a implantação de Emendas Constitucionais propostas ao Congresso. O objetivo era criar o bipartidarismo “com um grande partido de sustentação do governo e um pequeno de oposição formal, que propiciasse uma fachada democrática ao regime militar” (KINZO, 1994). Contudo, a maioria dos indivíduos de oposição mais combativa já tinha os seus mandatos cassados, filiando-se ao MDB aqueles que por algum motivo permaneceram ligados

às cadeiras partidárias. Diante disso, a ditadura não enfrentou uma oposição partidária mais rígida, facilitando aprovações de projetos e maiores táticas em favor do governo militar.

Ao analisar a participação do MDB nas eleições de 1966, Maria Helena Moreira Alves avaliou que, além de enfrentar todas as dificuldades impostas pelo governo de Castelo Branco por conta das limitações conjunturais, o MDB esbarrava na falta de credibilidade nutrida pelos grupos de oposição. “As limitações à organização partidária e a própria legislatura alimentaram um debate, especialmente no Movimento Estudantil, sobre a conveniência de apoiar o partido ‘oficial’ de oposição” (ALVES, 1964, p. 127).

Entretanto, é válido frisar que, mesmo se constituindo como uma oposição consentida, o MDB se tornou um caminho possível para acolher as insatisfações de partes da sociedade civil brasileira, através das eleições legislativas que foram preservadas como forma de aferir legitimidade ao regime, apesar de todas as manobras e boicotes. Além disso, um grupo de parlamentares, denominados de “autênticos” conferiram uma feição mais combativa ao MDB, ao aproveitar os espaços legais para fazer oposição, o que resultou na cassação e prisão de muitos parlamentares, como foi o caso de Chico Pinto, em Feira de Santana, na Bahia.

André Teixeira Jacobina aponta que, além das sublegendas que prejudicavam a organização do MDB, a fidelidade partidária, estabelecida em 1969, no governo de Costa e Silva, que tinha como regra a perda de mandato por infidelidade partidária aos parlamentares, mantinha no MDB membros que não eram da oposição. Ademais, ele assinala a existência desta mesma característica no MDB baiano, “já que o diretório regional era dominado pelos adesistas [...], tendo o MDB autêntico tentado, inclusive, dissolver o diretório em 1974” (JACOBINA, 2010, p. 13).

Do mesmo modo, veiculava-se também que o MDB era contra a Bahia e o Brasil por não colaborar com os projetos desenvolvimentistas, ideias reforçadas pelos discursos patrióticos a fim de fortalecer o governo ditatorial, “quando na verdade, para muitos, a atitude mais patriótica, no sentido de amor à pátria e aos seus cidadãos, era exatamente o contrário” (JACOBINA, 2010, p. 67).

A criação do Diretório do MDB em Santo Antônio de Jesus foi anunciada em 1968, numa sessão da Câmara, tendo sido elogiada por alguns vereadores “pela feliz ideia de trazer para a nossa terra, um Diretório de um Partido de Oposição”, enquanto outros discordaram e afirmaram que permaneceriam leais às fileiras da

ARENA. O vereador Oséias Barreto Guimarães Souza fez votos para que o MDB em Santo Antônio de Jesus trilhasse “o verdadeiro caminho da democracia, da decência política e o caminho do bem, assim como lutasse pelo verdadeiro nacionalismo e não o nacionalismo pregado pelos inimigos da Pátria e do regime” (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1968).

Oséias Guimarães, comerciante, eleito para os anos de 1967 a 1971, enfatizava qual o tipo de oposição deveria ser praticada pelo MDB no Legislativo e logo tentou caracterizar a oposição dos grupos que discordavam do governo em vigência naquele período. A fala de Oséias elucida ainda que o MDB foi criado para mascarar o regime autoritário na busca por lhe conferir um caráter democrático.

Em 1969, o jornal *Tribuna da Bahia*, a matéria intitulada “MDB toca diretórios” fez menção ao impulso que vinha tomando a organização dos diretórios municipais na Bahia, os quais já somavam 107 (MDB..., 1969). Neste mesmo jornal, a coluna “Política Nacional” foi iniciada com a seguinte pergunta: “Que é contestação?” A partir desse questionamento, a reportagem se desdobrou pontuando que tipo de contestação seria aceita pelo presidente Médici, como também a diferença entre oposição e contestação (POLÍTICA..., 1969).

Segundo a mesma reportagem, para o presidente Médici, a existência de contestação no Congresso, no ano de 1968, levou ao estabelecimento do Ato Institucional número cinco (AI-5)[50], em dezembro daquele ano. “É o ataque sistemático à revolução com o objetivo de afastá-la, de voltar ao status anterior a ela”. Assim, termina esse registro: “ao que parece tanto a ARENA quanto o MDB estão conscientes disso. E tanto a ARENA como o MDB, principalmente o MDB, sabem tirar disso todas as consequências para o seu comportamento” (POLÍTICA..., 1969, p. 2).

A reportagem discorreu sobre qual oposição era aceita pelo presidente Médici, especificamente, e para o regime, em geral, além de tratar das suas consequências, como a edição do AI-5, que estreitou ainda mais as participações políticas. Anunciou ainda que os dois partidos políticos existentes sabiam disso,

[50] O ato era uma reedição dos conceitos trazidos para o léxico político em 1964. As demissões sumárias foram restabelecidas, bem como cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Além disso, as franquias constitucionais da liberdade de expressão e reunião foram suspensas. Um artigo permitia que proibisse ao cidadão o exercício de sua profissão. Outro patrocinava o confisco dos bens. Segundo Elio Gaspari, a pior das marcas ditatoriais foi aquela que haveria de ferir toda uma geração de brasileiros, presente no artigo 10: “Fica suspensa a garantia de *habeas corpus* em casos de crimes políticos contra a segurança nacional” (GASPARI, 2002, p. 340).

chamando atenção para o MDB, partido situado naquele momento na oposição, mas que em muitos espaços políticos se descaracterizou ou tentou articular suas estratégias da maneira mais disfarçada possível para se manter em atividade.

Em 1969, o vereador Carlos Alberto Almeida Souza pediu a unificação da ARENA, para que os poderes Legislativos juntamente com o Executivo se tornassem uma só força. Ele salientou ainda que essas políticas de grupo e individual só trazem prejuízos e que “unidos poderíamos nos mirar no governo da revolução que está dando outro aspecto ao desenvolvimento do País e nós devemos fazer com que Santo Antônio de Jesus tenha também reflexos deste desenvolvimento” (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969f).

Nessa mesma sessão, as eleições para compor a mesa legislativa de 1969 ocorreram, onde Misael Maia Matos[51] foi eleito Presidente da Câmara, para o período de 1969 a 1970. No término da eleição, Misael Matos discursou e enfatizou “as razões de sua luta pela presidência da casa”, ao dizer que seu objetivo era dispor de “sua juventude e força” para que o Legislativo de Santo Antônio “sentisse o calor de uma nova mesa”. O Presidente da Câmara solicitou aos vereadores todo apoio ao governo do presidente Artur da Costa e Silva, e a Luiz Viana Filho, “e em Santo Antônio, disse ao prefeito Florentino Firmino de Almeida que se preparasse, pois a atual mesa e a câmara em si estavam dispostas a organizar um esquema para os trabalhos do desenvolvimento do município” (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969f). Esse vereador teve uma trajetória marcada por fatos que causaram repercussão importante na política da cidade.

Ao ser empossado para Presidente da Câmara em 1969, Misael Matos propôs “manter, acima de tudo e por tudo, um clima de trabalho sadio e profícuo, dentro do espírito da Revolução Democrática de 31 de março de 1964.” De maneira enfática, afirmou que “a anarquia, o desmando, o personalismo vaidoso, a subversão, a corrupção, deveriam ser extirpados da vida pública para que nos sintamos honrados e respeitados no presente, lembrados e venerados pelos pósteros” (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969f). Ele enfatizou que o Legislativo dispunha de instrumentos vigorosos para exercer a tarefa através dos dispositivos, das leis criadas pelo regime de 1964: “Com ela estamos, por ideal, por patriotismo,

[51] Misael Maia Matos nasceu em Nova Canãa (Bahia), comerciante, teve seu primeiro mandato como vereador da cidade de Santo Antônio de Jesus, em 1963, pelo PR e continuou no Legislativo da cidade até 1981 pela Arena, initerruptamente. Nesse período, ele foi líder da bancada da Arena local e membro das comissões de Finanças e Orçamento.

por amor aos nossos irmãos brasileiros, integralmente comprometidos" (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969d). Misael Matos continuou seu discurso afirmando que a política partidária seria exercitada plenamente, fiel aos compromissos assumidos com as lideranças válidas. Ele convocou os vereadores para estabelecerem uma unidade de ação com a finalidade de favorecer ao poder Executivo, dando ao prefeito os meios e recursos capazes de assegurar condições para bem administrar e dotar o município dos serviços públicos essenciais e vitais de que necessitava: educação, saúde, energia, transporte, comunicação, saneamento e urbanização.

Ainda com a palavra, Misael Matos falou que o Legislativo daria os meios e recursos e o prefeito solicitaria e os executaria. "Da perfeita sincronia, do melhor entendimento entre legisladores e executor, resultará por certo como consequência, o bem-estar, o desenvolvimento e a prosperidade do Município" (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969d). Assim, o discurso versou sobre o trabalho patriótico, humano e cristão, do qual o Legislativo e o Executivo não poderiam se divorciar, trair ou relegar.

Misael Matos encerrou falando do pensamento da presidência da Câmara: "por ele pautará todos os seus atos, por certo e nisto creio com absoluta convicção seja igualmente o pensamento dos Srs. vereadores, homens públicos de comprovado valor e de acendrado amor às causas sagradas da Grande Pátria Brasileira" (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969d). Em outra sessão, Misael Matos alertou sobre a maneira com que se falava das Forças Armadas e sugeriu que os vereadores moderassem o tom quando se referissem ao Exército, "mesmo porque estamos governados por uma bandeira revolucionária." (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969c).

As palavras de Misael Matos marcaram as posições partidárias do Executivo e do Legislativo, visto que fora eleito pela ARENA 1 e o prefeito pela ARENA 2. Ao findar seu discurso de advertência, de ordem e de trabalho na prossecução dos ideais do regime, convocou os vereadores a "integrarem-se sem limitações, sem reservas, no esforço nacional pelas reformas básicas preconizadas pela Revolução para a felicidade do Povo Brasileiro e pela Grandeza da Pátria" (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969c). A partir desses discursos de Misael Maia Matos é possível identificar nele um sujeito enfático, de retórica convincente, que no desempenho do Legislativo proclamava os ideais do regime. Todavia, ele também ficou conhecido

como agitador e agressor, conforme um processo crime de 1970, que será analisado posteriormente.

As investigações sobre os primeiros anos da ditadura civil-militar no cenário político de Santo Antônio de Jesus demonstraram alinhamento à conjuntura governamental do país e como os interesses de desenvolvimento econômico e Segurança Nacional perpassavam os discursos dos vereadores, com a explícita intenção de se manterem nos cargos eletivos, bem como pelo real interesse de gerir Santo Antônio com o olhar voltado para o crescimento econômico, visto que, naquele período, a cidade já despontava como um polo comercial por abastecer outros municípios do Recôncavo Baiano e por ter fácil acesso através da BR 101. Além do mais, é relevante acrescentar o domínio e influência do empresariado nos rumos políticos da cidade. As expressões de apoio aos governos militares permaneceram ao longo da ditadura como demonstra o próximo registro em relação ao governo Médici, durante os anos de 1969 a 1974.

3.3 Milagre econômico e os anseios políticos santantoniense

Em 1969, alguns vereadores discursaram sobre o mandato de Médici e solicitaram afinação da política local com o governo do país. O vereador Edvaldo Oliveira pediu também a ajuda de Deus para a paz e a tranquilidade da família santantoniense. Ele encaminhou moção de solidariedade aos dois brasileiros que assumiram a direção do país, o General Emílio Garrastazu Médici e o Almirante Augusto Rademaker, presidente e vice-presidente da República, respectivamente. Ao encerrar, Edvaldo Oliveira pediu a Deus que iluminasse a todo o povo brasileiro que naquela hora confiava na sua proteção (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969b).

Um discurso semelhante foi proferido pelo vereador Carlos Alberto de Almeida Souza. Em estilo eloquente, ele descreveu desde o Golpe de 31 de março até aqueles dias. O vereador comentou a atuação do ex-presidente Artur da Costa e Silva, continuador dos trabalhos de organização do país traçados pelo ex-presidente Castelo Branco, e descreveu a vida do então presidente Médici, desde as suas primeiras lutas pela democracia (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969b).

Ademais, Carlos Alberto Souza disse que o povo impôs à Médici que assumisse o governo do país, “e ele como militar reconhecedor do dever não pôde

recuar, mas pedia ao povo brasileiro um voto de confiança para o seu governo e que ele prometia corresponder a esta confiança, dinamizando o desenvolvimento da Pátria dentro da ordem, respeito e paz" (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969b). Na oportunidade, o orador solicitou aos seus colegas que, num voto de paz e confiança, procurassem trabalhar a fim de que Santo Antônio de Jesus pudesse acompanhar a marcha de desenvolvimento do país. Mesmo com as divisões partidárias, o corpo político da cidade procurou evidenciar o apoio ao governo estadual e nacional. Esses gestos podem ser interpretados como uma demarcação de espaço no poder político local.

Emílio Garrastazu Médici foi eleito presidente da República pelo Congresso, em vinte e cinco de outubro de 1969, com 239 votos a favor e 76 abstenções do MDB. No dia trinta do mesmo mês assumiu o governo. Ele iniciou o mandato com promessas de democratização, porém logo viria decepcionar àqueles que esperavam a revogação dos Atos Institucionais. Ao contrário, ele estabeleceu uma política ainda mais dura e centralizadora, que objetivou garantir as estruturas repressivas, através da Doutrina de Segurança Nacional construídas desde o primeiro Governo Militar, além de especializar ainda mais esses mecanismos com foco no "desenvolvimentismo" econômico. Para isso, Emílio Médici manteve um estilo de governo forte e extremamente centralizado.

Em 1970, já no governo estadual de Luiz Viana Filho, a tônica dos periódicos que circulavam na Bahia também ecoava a perspectiva desenvolvimentista daqueles anos, ou melhor, ainda mais enfática numa ocasião em que o país "orgulhosamente" falava em milagre brasileiro com o crescimento da economia, a partir de 1968[52]. Na figura 3, é possível visualizar o anúncio do Jornal da Bahia: "A Bahia Está Crescendo Com Paz, Trabalho e Confiança" (A BAHIA..., 1970).

[52] A expressão "milagre econômico" foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada, que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de "milagre alemão". A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês, na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão "milagre brasileiro" passou a ser usada como sinônimo do boom econômico observado desde 1968 e também como instrumento de propaganda do governo brasileiro (EARP; PRADO, 2003, p. 219).

Figura 3 – 1970: A Bahia está crescendo com paz, trabalho e confiança.

A Bahia Está Crescendo Com Paz, Trabalho e Confiança

Editorial lido no programa "A VOZ DO BRASIL", da Agência Nacional, órgão do Gabinete Civil da Presidência da República, no dia 30.12.1969, às 19 horas.

A extraordinária taxa de crescimento registrada pela Bahia no ano que finda, dez por cento, deve-se, segundo informa o Governador Luis Viana, ao clima de paz, trabalho, confiança e otimismo existente no Estado, e também ao esfôrço comum do seu Govêrno com a iniciativa privada e o povo.

Suplementando os investimentos federais, o Govêrno estadual aplicou mais de 134 milhões de cruzeiros novos nos setores básicos da produção industrial e agrícola, educação, saúde pública, saneamento, habitação e infra-estrutura de transportes.

Apesar de altamente favorecida pelo fluxo de capitais oriundos da PETROBRÁS e da SUDENE, os resultados colhidos pela administração baiana são, não resta dúvida, impressionantes. Êles demonstram que está em andamento um processo de desenvolvimento integrado entre êsses dois órgãos, o Estado, e, como destaca o Governador Luis Viana, os capitais privados. A canalização de recursos para a cidade industrial de Aratu, onde está sendo implantado, no momento, o núcleo da indústria petroquímica brasileira, está se fazendo sem paradas. Trata-se de uma corrente contínua de investimentos gerados pelos incentivos fiscais, com tendências crescentes.

O fato é resultado lógico da confiança que a administração do Estado despertou nos meios financeiros, e consequência do clima de paz, de trabalho e otimismo que ali prevalece.

Não poderia o Estado da Bahia dar contribuição mais valiosa ao Govêrno Federal do que os que estão espelhados nas suas estatísticas. Coincide, por outro lado, as conceituações prioritárias do Govêrno regional com as do Govêrno Federal: tratamento favorecido no planejamento e nas dotações orçamentárias para os problemas de educação, agricultura, saúde pública, saneamento, transportes, habitação.

Registra-se um paralelo entre os propósitos do Govêrno do Estado e o da União, conforme se entende dos pronunciamentos feitos pelo Presidente Garrastazu Médici em seus discursos.

Não pode haver dúvida, também, de que tem tôda procedência o otimismo do Governador da Bahia quanto à continuidade dessa política de desenvolvimento econômico, tendo por base o bem-estar do povo. O Presidente Médici, conforme fêz sentir, vai dar a SUDENE e a SUDAM condições cada vez mais firmes para receber a participação da poupança particular, permitindo-lhes, desta maneira, um planejamento integrado do desenvolvimento do Norte e do Nordeste.

É fator essencial, para atingir êsse fim, que haja paz e trabalho no País. O que o ano em curso propiciou ao Estado da Bahia, conforme lembrou o Chefe do seu Executivo, foi tão sòmente consequência dêsse clima.

O Presidente da República, por sua vez, não tem outra preocupação: fazer a Nação prosperar, em ambiente de paz e de trabalho, tendo em vista unicamente o bem-estar do povo brasileiro.

Fonte: BAHIA..., 1970[53].

Nesse mesmo tom, a reportagem não poupou adjetivos e enfatizou sobre a "extraordinária" taxa de crescimento registrada no Estado baiano no ano de 1970: "[...] dez por cento deve-se, segundo informa o Governador Luis Viana, ao clima de paz, trabalho, confiança e otimismo existente no Estado" (BAHIA..., 1970). Assinala ainda como propulsores de tal crescimento, o esforço do governo junto com a iniciativa privada e o povo baiano.

Essa política que ficou conhecida como "milagre brasileiro" foi objeto de importantes análises na historiografia. Imbuído de uma visão liberal, Celso Lafer afirma que o sistema político brasileiro pós-1964 funcionou "bastante bem", o que permitiu um significativo crescimento econômico. Entretanto, o autor assinalou que "estes resultados econômicos foram obtidos com custos: custos políticos em termos

[53] Fotografia tirada pela autora, em 14 de abril de 2012, na Biblioteca Central do Estado da Bahia.

de supressão de liberdades públicas; custos sociais em termos de acentuadas desigualdades na distribuição de renda [...]", dentre outros (LAFER, 1978, p. 101). Contudo, conforme a análise de Daniel Aarão Reis, "quem não estivesse gostando, que se retirasse: Brasil ame-o ou deixe-o. Ou então, que enfrentasse o braço duro da repressão e tortura como política de Estado, executada pelos serviços de inteligência das forças armadas [...]." (REIS FILHO, 2004, p. 42).

Por isso, o sentido de "milagre econômico" foi posteriormente questionado diante da desigualdade verificada no país. Na verdade, ocorreu um desenvolvimento conservador, beneficiando uma privilegiada minoria por meio do fechamento político e da depreciação dos direitos da população. O aumento da dívida externa foi considerado outro ponto negativo na política econômica praticada durante a ditadura civil-militar (OLIVEIRA, 2004). Para Paul Singer, o "milagre econômico" não é algo natural surgido espontaneamente numa sociedade, tampouco o resultado de uma política irracional ou ingênua por parte de algum governo. Todo crescimento econômico segue uma lógica de planejamento, tem um caráter político, balizado por causas e consequências (SINGER, 1982). Segundo as investigações de Janaína Martins Cordeiro, o "Milagre brasileiro" não passou de uma política econômica concentradora de renda, sustentada por manobras propagandísticas, capazes de falsear um cenário de torturas e mortes que aconteciam sem que a sociedade soubesse de nada (CORDEIRO, 2012).

Os poderes Legislativo e Executivo de Santo Antônio de Jesus, na maioria das vezes, registraram seu envolvimento e sua satisfação com a política nacional, agradecendo às Forças Armadas pelo apoio dado ao Legislativo e às autoridades do município. Segundo esses vereadores, os poderes local, estadual e nacional trabalharam "unidos" em benefício da coletividade, é o que se pode depreender do agradecimento e dos parabéns dirigidos "às bancadas aqui no legislativo e ao Presidente da República, Garrastazu Médici, pela maneira com que vem conduzindo os destinos do Brasil" (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969a). Os votos de apoio à ditadura civil-militar, por parte dos vereadores da cidade, podem ser entendidos como garantia de mecanismos eleitorais que conferissem, através do bipartidarismo, a legitimidade de suas políticas destinadas à consolidar o poder local.

Com o golpe, a Bahia acentuou seu desenvolvimento econômico, mas assim como a maioria dos estados brasileiros, ficou impossibilitada de usufruir de autonomia e liberdade, principalmente no campo político, sociocultural e

educacional, por meio da repressão e do cerceamento da liberdade. Sobre isso, Rodrigo Patto Sá Motta, lança mão do conceito de modernização autoritária para explicar as discrepâncias do período, e enfatiza que no barco da ditadura viajaram grupos distintos e por isso, muitas vezes, os conservadores divergiam dos grupos modernizadores do país. De acordo com as análises de Rodrigo Motta, essas discordâncias eram sufocadas pelo autoritarismo dos governos militares, que davam a última cartada do jogo autoritário, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento econômico e a Doutrina de Segurança Nacional a qualquer custo (MOTTA, 2014).

Esse ideário ufanista e defensor da ditadura, próprias do campo legislativo, não pode ser estendido a toda a sociedade de Santo Antônio de Jesus. Para exemplificar tal assertiva, vale lembrar o depoimento da irmã Benedita, que no início do regime foi aluna interna do Colégio Santo Antônio e, posteriormente, professora do colégio Nossa Senhora das Mercês (Colégio Técnico). Ao ser questionada sobre os impactos do golpe em Santo Antônio de Jesus, ela revelou, diferentemente dos discursos dos vereadores, um entendimento para além do ideal de “paz e prosperidade”.

A Irmã Benedita relembrou o período a partir de sua vivência como aluna interna do Colégio Santo Antônio, ao se reportar à sua chegada em Santo Antônio de Jesus, em 1964. Ela relatou que o golpe foi um momento de muito choque, muita tensão, muitas conversas do povo. “Ah, vai mandar embora as freiras, vai mandar embora o padre, vai fechar a igreja católica.” Disse ainda que foi um momento de conflito, aflição, insegurança, medo e que as internas ficaram apavoradas. A área do colégio Santo Antônio ficou cheia de policiais, as madres não queriam falar com ninguém: “Foi uma situação muito dolorosa, sofrida e insegura. O boato que corria no momento é que era uma perseguição comunista, que ia fechar a Igreja Católica, os conventos não eram do governo eram dos católicos” (IRMÃ BENEDITA, 2010).

Outro aspecto que a entrevistada destacou foi o da divulgação de uma possível perseguição comunista e de que muitas instituições seriam fechadas como, por exemplo, a Igreja Católica. Essa afinidade, conferida a alguns segmentos da instituição com o comunismo, decorreu da proximidade de segmentos do Clero em relação às camadas populares, sobretudo, no final da década de 1950 e início de 1960. No entanto, Lucília de Almeida Neves Delgado e Mauro Passos destacam que essas novas propostas não ocorreram em nível de toda a Igreja, e que esta não

constituía um grupo homogêneo, ao contrário, era composta por vários religiosos de interesses políticos e sociais distintos (DELGADO; PASSOS, 2003).

Outros setores do Clero católico, sobretudo os seus líderes, viam o comunismo como um mal a ser combatido. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta e Carla Simone Rodeghero, o medo da Igreja estava para além da ideia de que o comunismo conquistaria a classe trabalhadora. Na ótica dos responsáveis católicos, a nova doutrina promoveria questionamentos aos fundamentos da religião, pois suas bases não estavam restritas a uma revolução econômico-social. Para Rodrigo Motta, o comunismo se constituía “num sistema de crenças que concorreria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo em uma escala de valores, ou seja, uma moral” (MOTTA, 2002, p. 20). Sobre isso, Carla Rodeghero, a partir de pesquisas referentes à memória do medo comunista de um grupo de católicos do Rio Grande Sul, concluiu que o medo do comunismo não significava que eles conheciam ou sabiam da existência de grupos comunistas, mas que o temor estava relacionado ao discurso anticomunista propagandeado por setores da Igreja Católica, como: a destruição das famílias, a expropriação e o anticlericalismo. Elucida ainda, que especialmente para o Clero, que queria garantir seu poder e influência, era necessário disseminar que as manifestações do perigo comunista estavam em todos os lugares e que era preciso combatê-la (RODEGHERO, 2009).

3.4 Disputas pelo poder local entre ARENA 1 e ARENA 2

A ARENA, criada como partido para dar sustentação à ditadura, congregava os aliados e apoiadores do golpe de 1964. Dessa forma, ela agrupou políticos da UDN, do PSD, do PDC, do PR e PTB numa mesma legenda, somando dissidências e atraindo para si complexidades orgânicas maiores que as dos antigos partidos (DIAS, 2007). A ARENA era formada, em sua maioria, por políticos profissionais, pertencentes aos principais grupos em atividade, que tinham em comum uma experiência de décadas na vida política nacional. Segundo Lúcia Grinberg, a ARENA não foi uma bancada sem representatividade social, nem foi, durante todo o regime, o “partido do sim senhor.” Mesmo sendo composta e apoiada por setores favoráveis ao regime, houve conflitos entre a ARENA e os militares. As funções, classicamente exercidas por um partido político em um contexto de pluralidade política e social,

dificilmente poderiam ter sido desempenhadas pela ARENA, em virtude das leis de exceção então em vigor. Assim, a ARENA representou o papel de esteio partidário parlamentar do autoritarismo vigente dentro de um Congresso desvestido de suas prerrogativas clássicas (GRINBERG, 2009).

Na Bahia, o trabalho de Paulo Fábio Dantas Neto mostra as dissidências e divisões na ARENA. Em 1974, ela estava dividida entre “carlistas” e “não carlistas”. Antônio Carlos Magalhães, Luiz Viana Filho, Lomanto Junior, Juracy Magalhães e, posteriormente, Roberto Santos disputavam o poder na agremiação (DANTAS NETO, 2006). Segundo o autor, a fusão compulsória de forças conservadoras em âmbito estadual e nacional permitiu um consenso baiano em torno do regime militar e facilitou a Antônio Carlos Magalhães impor seu comando sem concessões maiores às antigas facções partidárias. Conforme Ary Guimarães, ainda em 1978, a Bahia era predominantemente rural e a ARENA estava sempre na frente. Nesse contexto, a oposição só lograria mais votos com o crescimento do eleitorado urbano, mais crítico e independente (GUIMARÃES, 1981).

As divergências político-partidárias locais podem ser mostradas, mais uma vez, a partir da análise de um processo crime que relata a atuação de candidatos e partidários da ARENA 1 na passeata realizada pelo grupo da ARENA 2[54]. Conforme o processo, essa intervenção se deu por causa do favoritismo da ARENA 2, comprovado no pleito de 1970. (PROCESSO..., 1970). Esses desentendimentos ocorriam sobretudo por causa da complexidade dos grupos políticos que passaram a compor a ARENA. As investigações foram conduzidas pela Delegacia de Polícia do Município de Santo Antônio de Jesus, nos termos da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, em outubro de 1970.

Conforme o processo crime, no dia 26 de outubro de 1970, numa passeata de propaganda do grupo político da ARENA 2, no Largo do São Benedito, acompanhada por trio elétrico e milhares de pessoas, foram verificadas provocações dos adversários. Segundo o escrivão do processo, por “criminosos incidentes, abertamente provocados pela facção contrária, especialmente por diversos dos seus

[54] Os processos crime são fontes recorrentes nos estudos historiográficos e vem sendo analisados cada vez mais pelos estudiosos como registros subjetivos, engendrados por representações distintas dos espaços, personagens e períodos em que foram produzidos. “Crime e Cotidiano”, de Boris Fausto, pode ser citado como uma obra pioneira no país, escrita através de um trabalho exaustivo com processos crimes para apresentar uma visão geral da criminalidade em São Paulo, entre os anos de 1880-1924. Fausto (1984) tinha como objetivo: “apreender regularidades que permitam perceber valores, representações e comportamentos sociais, através da transgressão da norma penal”.

líderes" (PROCESSO..., 1970), a exemplo de Misael Matos e Carlos Humberto Cerqueira Guedes, da ARENA 1. Carlos Humberto[55], além de se envolver nas disputas, foi o advogado que defendeu os impetrados, acusados de tumultuar a passeata promovida pela ARENA 2.

Conforme o documento analisado, Misael Matos e Carlos Humberto Cerqueira Guedes solicitaram a colocação de cartazes, com dizeres agressivos ao candidato dos requerentes, no meio da rua de onde se aproximava o trio elétrico. Gorgônio José de Araújo Neto pertencente à ARENA 2 solicitou a retirada do cartaz. Ao perceber tal intento, Misael Matos e Carlos Humberto "partiram para agredi-lo, tendo Misael, após aplicar uma gravata, puxado sob a camisa um cassetete, tentando desfechar um golpe no crâneo do companheiro Gorgônio" (PROCESSO..., 1970).

A família de Gorgônio José de Araújo Neto tinha tradição na política local, seu avô foi intendente (1912-1915) e seu pai prefeito (1939-1945), ambos de Santo Antônio de Jesus. Gorgônio cursou o secundário no Colégio Estadual da Bahia[56], Salvador, e foi estudante na Faculdade de Direito da UFBA. Naquela oportunidade, ele foi diretor do Centro Popular de Cultura (CPC) da União dos Estudantes da Bahia (UEB) e um dos editores da revista Ângulos, do Centro Acadêmico Rui Barbosa. Em 1962, representou a UNE num congresso em Genebra, na Suíça, e em outro em Kiev, União Soviética. Após a ditadura civil-militar, que derrubou o presidente João Goulart, em 31 de março de 1964, permaneceu preso durante 50 dias no Forte de Monte Serrat, na capital baiana. Depois de formado em Direito, ele trabalhou na iniciativa privada e ocupou cargos públicos em Santo Antônio de Jesus (BA) (ARAÚJO NETO, 2009).

---

[55] Carlos Humberto Cerqueira Guedes, advogado e delegado de Santo Antônio de Jesus, era filho de Humberto Guedes, também advogado e deputado, como já citado neste trabalho. Ele influenciou a política local, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, quando, juntamente com Manoel Novais, apoiava o PR local.

[56] O colégio Estadual da Bahia, o CENTRAL, situado nas proximidades do centro de Salvador, no transcorrer dos anos de 1960 e 1970, foi um dos principais centros aglutinadores de atividade política e cultural (SOUZA, 2013). Na época, o Colégio CENTRAL, onde a maioria das famílias matriculava seus filhos, era uma das melhores escolas estaduais da cidade. Os demais jovens que foram protagonistas de manifestações políticas em Salvador eram oriundos de outros colégios como, por exemplo, Pinto de Carvalho, Teixeira de Freitas, Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA), Severino Vieira, João Florêncio Gomes e Escola Técnica Federal da Bahia (atualmente IFBA). Todavia, o centro irradiador de posturas de oposição à ditadura militar da Bahia estava localizado no CENTRAL. Nesse colégio, o movimento estudantil voltou a se reorganizar a partir de 1966, sob forte influência do PCB, através de figuras como Jurema Augusta Ribeiro Valença, Marie Hèlene Russi e Carlos Sarno, que pertenciam à base estudantil desse partido. Dessa forma, o CENTRAL reabilitou as mobilizações que cessaram nos pós 1964-1966, período silenciado pela brutalidade com que a repressão atuou na Bahia (SOUZA, 2013).

Posteriormente, Gorgônio de Araújo Neto se candidatou e foi eleito deputado estadual pela ARENA, partido de sustentação do Regime Militar, em novembro de 1978. Com a extinção do bipartidarismo, em novembro de 1979 e a consequente reorganização partidária, ele se filiou ao Partido Democrático Social (PDS), agremiação que deu continuidade à ARENA. Durante essa legislatura, acumulou a direção do Centro Executivo Municipal de Santo Antônio de Jesus, do Centro Regional Integrado (CERIN) da 1ª Região Administrativa e da Companhia de Navegação do Estado da Bahia (ARAÚJO NETO, 2009).

A partir dessas informações, é possível conjecturar que Gorgônio Araújo Neto era uma figura ambígua e teve uma atuação política contraditória, visto que na década de 1960, militava do ME ativamente, representando-o em eventos internacionais, o que justificou a sua prisão em 1964 após o golpe civil-militar. A sua trajetória de oposição ao golpe também foi citada por alguns depoentes que declaram que ele participava das reuniões promovidas pela oposição em Santo Antônio, juntamente com Gonçalo Rozendo Blanco Quesada, Ezequias Sampaio e Geraldo Martins. No entanto, em 1970, ele apareceu no cenário local defendendo companheiros da ARENA 2, e nos anos seguintes foi eleito deputado pelo mesmo partido.

Quanto ao processo crime em análise, o clima de rivalidades na passeata continuou. Outros sujeitos se aproximaram na tentativa de retirar a placa provocativa, mas foram agredidos por um grupo de pessoas, onde um indivíduo sacou uma “peixeira”, não tendo, porém, se consumado o assassinato. O carro com o serviço de autofalante do candidato a vereador pela ARENA 2, o pastor Albertino Lira[57], foi cercado e tentaram quebrar a aparelhagem obrigando o candidato a sair do local sob ameaça de depredação do veículo, conforme consta no processo: “As agitações continuaram, sendo proferidos palavrões na presença de inúmeras famílias” (PROCESSO..., 1970).

Embora o contexto analisado estivesse amparado pela Doutrina de Segurança Nacional dos governos militares, através da bandeira da moral e dos bons costumes, o interior baiano foi palco de diversas brigas por conta das eleições de 1970, entre as sublegendas da ARENA. Esse fato contribuiu para descortinar

[57] Albertino Lira era natural de Pernambuco, possuía grau de instrução secundário, pastor evangélico, filho de Pedro Maximino Lira e Firmina Lira. Ele foi eleito vereador pela Aliança Renovadora Nacional para o período de 1971 a 1973, tendo sido indicado a líder do partido por toda legislatura e reeleito novamente pela ARENA, para os anos de 1973 a 1977.

antigas animosidades partidárias construídas anterior ao golpe de 1964, pois, na maioria das vezes, os políticos que integravam a ARENA 1 eram oriundos da UDN, e os da ARENA 2, faziam parte do PR e do PSD. Entretanto, durante o bipartidarismo, alguns políticos alternaram entre a ARENA 1 e ARENA 2.

Essas brigas políticas no interior baiano foram também noticiadas pelo jornal *A Tarde* em novembro de 1970, que colocou a seguinte chamada: “ARENA briga no Interior e aumentam pedidos de tropas” (figura 4). A matéria relata: “Nos últimos dias da campanha política para o pleito direto, que será realizado daqui a oito dias, cresce, lamentavelmente, o clima de intranquilidade e violências em grande número de municípios do Estado” (ARENA..., 1970). As divergências mais acentuadas nas cidades do interior geralmente ocorreram entre as sublegendas, originadas da divisão do partido situacionista. Em poucos municípios, a disputa pelos cargos eletivos estava colocada em termos de ARENA e MDB. Nesse sentido, é factível argumentar que o voto na ARENA era uma opção, sim, ressaltando ainda que naquele ano houve uma forte campanha pelos votos brancos e nulos, cujos percentuais foram bem altos.

Figura 4 – ARENA briga no interior e aumentam pedidos de tropa.

A TARDE — SEXTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1970

Política e Políticos

ARENA briga no Interior e aumentam pedidos de tropa

Nos últimos dias da campanha política para o pleito direto, que será realizado daqui a oito dias, cresce, lamentàvelmente, o clima de intranqüilidade e violências em grande número de municípios do Estado.

O Tribunal Regional Eleitoral havia recebido, até a tarde de ontem, pedidos de tropas federais para assegurar a normalidade das eleições em 75 dos 336 municípios baianos.

Até o dia 12, contingentes de soldados do Exército seguirão para os municípios cujos juízes e setores partidários tenham solicitado à justiça eleitoral a presença de farda para garantir a livre manifestação do eleitor.

As divergências mais acentuadas nas cidades do Interior geralmente têm sido entre as sublegendas em que se divide o Partido situacionista. Em poucos municípios a disputa pelos cargos eletivos está colocada em têrmos de ARENA e MDB, principalmente em razão do menor número de diretórios que a Oposição conseguiu fundar, cêrca de 150, o que representa menos da metade dos diretórios do Partido situacionista.

Requisitaram ao TRE tropas federais para o dia 15 próximo os Municípios de Santo Amaro, Terra Nova, Buerarema, Itapé, Belmonte, Itagimirim, Itajebi, Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri, Ibirapuã, Prado, Jaccobina, Várzea do Poço, Canavieiras, Cansanção, Paripiranga, Antas, Morro do Chapéu, Cafarnaum, Canarana, Condeúba, Ipirá, Serra Preta, Baixa Grande, Caetité, Rio do Antônio, Remanso, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lurdes, Senhor do Bonfim, Sé, Xique-Xique, Santa Maria da Vitória, Irará, Água Fria, Ouriçangas, Pedrão, Santanópolis, Itapicuru, Crisópolis, Olindina, Seabra, Brotas de Macaúbas, Irupiara, Morpará, Ibecê, Serra Dourada, Euclides da Cunha, Riacho de Santana, Igaporã, Saúde, Caldeirão Grande, Valente, Retirolândia, Gentio do Ouro, Correntina, Muritiba, Conceição do Coité, Pau Brasil, Ibirapitanga, Itapetinga, Entre Rios, Itanhém, Itiúba, Medeiros Neto, Lagedão, Conde, Chorrochó, Abaré, Macururé, Santa Bárbara, Lamarão, Oliveira dos Brejinhos, Santaluz e Barreiras.

Justiça diz como eleições devem ser

O Tribunal Regional Eleitoral baixou instruções, ontem, para a realização do pleito de próximo. Os membros de mesas receptoras deverão estar no próximo dia 15, em suas respectivas seções, às 7 horas da manhã e sem perda de tempo, deverão passar a examinar se o lugar designado para a seção está em ordem, se o material remetido pelo Juiz e a urna destinada a recolher os votos estão perfeitos, bem como se estão presentes os fiscais de Partido.

Às 8 horas em ponto, supridas as deficiências declarara o Presidente iniciados os trabalhos, procedendo-se em seguida, a votação que começará pelos candidatos e eleitores presentes.

Os membros da mesa e os fiscais deverão votar no correr da votação, depois que tiverem votado os eleitores que já se encontravam presentes no momento da abertura dos trabalhos, ou no encerramento da votação.

Assegurada a prioridade dos candidatos, têm preferência para votar o Juiz Eleitoral da Zona, seus auxiliares de serviço da eleitores de idade avançada, os enfermos e as mulheres grávidas.

O recebimento dos votos começará às 8 horas e terminará às 17 horas, salvo [illegible] no artigo 29 [illegible] cabe à obrigação do Presidente determinar a entrega das senhas a todos os eleitores presentes e, em seguida, os convidará em voz alta a entregar à mesa seus títulos para que sejam admitidos a votar.

A votação continuará na ordem numérica das senhas e o título será devolvido ao eleitor logo que tenha votado.

Deverá ficar bem esclarecido que o eleitor não votará se comparecer à sua secção, após às 17 horas.

Para maior disciplina e tranquilidade das mesas receptoras, o Presidente, Mesários, Secretários e Suplentes votarão perante as mesas em que servirem; quando eleitores de outras secções seus votos serão tomados em separado; os delegados e fiscais votarão, também, nas mesas em que servirem, sendo os seus votos tomados com a mesma cautela, desde que a credencial esteja visada pelo Juiz. Não estando, êle terá que votar e mesa secção, isto é, na secção em que êle estiver inscrito.

O eleitor só poderá votar na secção eleitoral em que estiver incluído o seu nome; o que não votar, fallente-se, estará sujeito à pena de detenção de 15 a 30 dias ou pagamento de 5 a 15 dias de multa. O Presidente que consentir que o eleitor vote em secção diferente daquela em que êle está inscrito, estará sujeito à mesma pena de detenção e multa de 20 a 30 dias. Apesar da lei ser rigorosa no particular, contudo, abre algumas exceções, tais como:

a) Para os delegados e fiscais que apresentarem credenciais visadas pelo Juiz Eleitoral da Zona;

b) Para o Juiz Eleitoral em qualquer secção da Zona sob a sua jurisdição, salvo em eleições municipais nas quais poderá votar em qualquer secção do município em que fôr eleitor;

c) Para o Presidente e Vice-Presidente da República;

d) Para o Governador, Vice-Governador, Senadores, Deputados Federais, Estaduais em qualquer secção do Estado em que sejam eleitores nas eleições de âmbito estadual; em qualquer secção do município em que sejam eleitores nas eleições municipais;

e) Para os candidatos a Senador, Suplente de Senador, Deputados Federal e Estadual, em qualquer secção do Estado em que sejam eleitores, nas eleições de âmbito estadual;

f) Para os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, em qualquer secção do município que representarem, desde que eleitores do Estado, sendo que nas eleições municipais nelas só poderão votar se inscritos no Município;

g) Para os candidatos a Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereador, em qualquer secção do Município, desde que dêles sejam eleitores.

Estas são, portanto, as exceções que a Lei abre, permitindo assim que elas votem em secções diferentes daquelas em que estejam inscritos.

Amaral vê MDB sem garantias

Bib

Os dirigentes

Propag

conclui

Diretores e repre

15 agências de pub

sede no Rio de J

Paulo, vieram, a

TARDE, ver o que

E pelo que já pu

var, desde a hora

que (15 horas de

vador é uma Cidad

ra, com charme

dês, que todo br

conhecer. E que

vimento traduz be

dinâmico impulso ec

hoje envolve o Nor

ando o mercado In

em têrmos que o

propaganda

responsável pelas

pode ignorar.

Os publicitários

quais há várias figu

destacadas no set

pela Sadia e fora

Por diretores e pelo

departamentos de

e relações públicas

DE Diversos fizem

panhar de suas em

Hospedados no

n'a, vêm para um

três dias. Para su

preparado um p

começou às 20 ho

tem, na Associação

Bahia, onde foram

dos pela A TARD

"show" assistindo

folclóricos

pela Saturna.

Fonte: ARENA..., 1970[58].

O jornal *A Tarde* também destacou esse aumento de votos brancos e nulos em municípios baianos e o *Jornal da Bahia,* em novembro de 1970 (figura 5)*,* tentou traçar uma justificativa para tal incremento, ao escrever que o grande número de abstenções, votos nulos e brancos registrados nas últimas eleições em todo país continuava dando margem às mais variadas interpretações por parte dos observadores políticos: “Há os que veem no fenômeno uma prova da insatisfação de parcelas do eleitorado para com o regime, pelo prolongamento das medidas excepcionais que retardam a restauração democrática” (ABSTENÇÃO..., 1970). Nas análises de Lúcia Grinberg, a injustiça na legislação que permitia as candidaturas em sublegenda, prejudicando o MDB, foi também levada em consideração na

[58] Fotografia tirada pela autora, em 14 de abril de 2012, na Biblioteca Central do Estado da Bahia.

tentativa de explicar o aumento dos votos brancos e nulos nas eleições de 1970 (GRINBERG, 2004).

Figura 5 – 1970: Abstenção no pleito preocupa candidatos

JORNAL DA BAHIA

CADERNO DA CIDADE

CAOS TOTAL APURAÇÃO NO FORUM

ABSTENÇÃO NO PLEITO PREOCUPA CANDIDATOS

PLACAR ELEITORAL

Fonte: ABSTENÇÃO..., 1970[59].

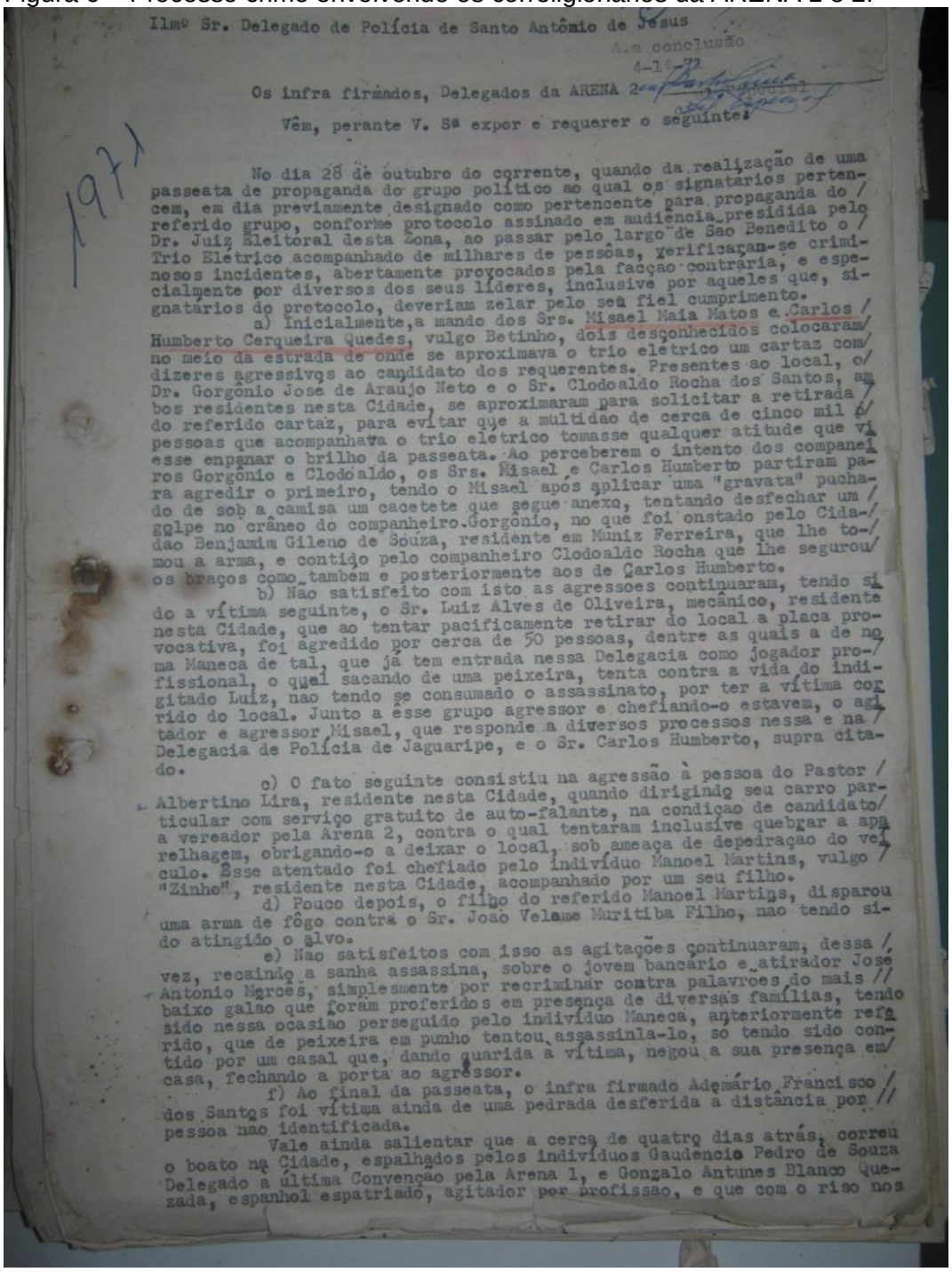
Ao retomar a análise das investigações do processo, no documento foi citado que o quartel general dos agressores estava instalado na residência do guarda fiscal, Faustino Almeida Cunha, residente no Largo do São Benedito na cidade (PROCESSO..., 1970). Faustino Cunha foi candidato a vice-prefeito, em 1976, pela ARENA 1. Na entrevista concedida à pesquisadora, em 26 de março de 2012, declarou que apoiou o regime: “Eu trabalhei na revolução, trabalhou eu e o capitão Loudovice na época, invadimos casas comerciais para fiscalizar, tinha gente que tremia quando a gente chegava, Loudovice com arma do lado, Capitão do Exército.” (CUNHA, 86 anos, 2012).

Os termos dos interrogatórios no processo se desdobraram entre acusações dos componentes da ARENA 2 contra os da ARENA 1. Entretanto, Misael Maia Matos negou que tenha provocado qualquer lesão em Gorgônio Araújo Neto. Disse ele: “estava no local tão somente para acalmar os ânimos” (PROCESSO..., 1970).

[59] Fotografia tirada pela autora, em 14 de abril de 2012, na Biblioteca Central do Estado da Bahia.

Na tentativa de acompanhar parte do conteúdo do referido processo, instaurado em 28 de outubro de 1970, segue abaixo alguns trechos daquele registro, que demonstram inúmeras brigas e tentativas de homicídio naquele mesmo dia entre os arenistas (figura 6).

Figura 6 – Processo crime envolvendo os correligionários da ARENA 1 e 2.



Ilmº Sr. Delegado de Polícia de Santo Antônio de Jesus

A.a conclusão
4-19-71

Os infra firmados, Delegados da ARENA 2

Vêm, perante V. Sª expor e requerer o seguinte:

1971

No dia 28 de outubro do corrente, quando da realização de uma passeata de propaganda do grupo político ao qual os signatários pertencem, em dia previamente designado como pertencente para propaganda do referido grupo, conforme protocolo assinado em audiência presidida pelo Dr. Juiz Eleitoral desta Zona, ao passar pelo largo de São Benedito o Trio Elétrico acompanhado de milhares de pessoas, verificaram-se criminosos incidentes, abertamente provocados pela facção contrária, e especialmente por diversos dos seus líderes, inclusive por aqueles que, signatários do protocolo, deveriam zelar pelo seu fiel cumprimento.

a) Inicialmente, a mando dos Srs. Misael Maia Matos e Carlos Humberto Cerqueira Quedes, vulgo Betinho, dois desconhecidos colocaram no meio da estrada de onde se aproximava o trio elétrico um cartaz com dizeres agressivos ao candidato dos requerentes. Presentes ao local, o Dr. Gorgônio José de Araujo Neto e o Sr. Clodoaldo Rocha dos Santos, ambos residentes nesta Cidade, se aproximaram para solicitar a retirada do referido cartaz, para evitar que a multidão de cerca de cinco mil pessoas que acompanhava o trio elétrico tomasse qualquer atitude que viesse enpanar o brilho da passeata. Ao perceberem o intento dos companheiros Gorgônio e Clodoaldo, os Srs. Misael e Carlos Humberto partiram para agredir o primeiro, tendo o Misael após aplicar uma "gravata" puchado de sob a camisa um cacetete que segue anexo, tentando desfechar um golpe no crâneo do companheiro Gorgônio, no que foi onstado pelo Cidadão Benjamim Gileno de Souza, residente em Muniz Ferreira, que lhe tomou a arma, e contido pelo companheiro Clodoaldo Rocha que lhe segurou os braços como também e posteriormente aos de Carlos Humberto.

b) Não satisfeito com isto as agressoes continuaram, tendo sido a vítima seguinte, o Sr. Luiz Alves de Oliveira, mecânico, residente nesta Cidade, que ao tentar pacificamente retirar do local a placa provocativa, foi agredido por cerca de 50 pessoas, dentre as quais a de nome Maneca de tal, que já tem entrada nessa Delegacia como jogador profissional, o qual sacando de uma peixeira, tenta contra a vida do indigitado Luiz, nao tendo se consumado o assassinato, por ter a vítima corrido do local. Junto a esse grupo agressor e chefiando-o estavem, o agitador e agressor Misael, que responde a diversos processos nessa e na Delegacia de Polícia de Jaguaripe, e o Sr. Carlos Humberto, supra citado.

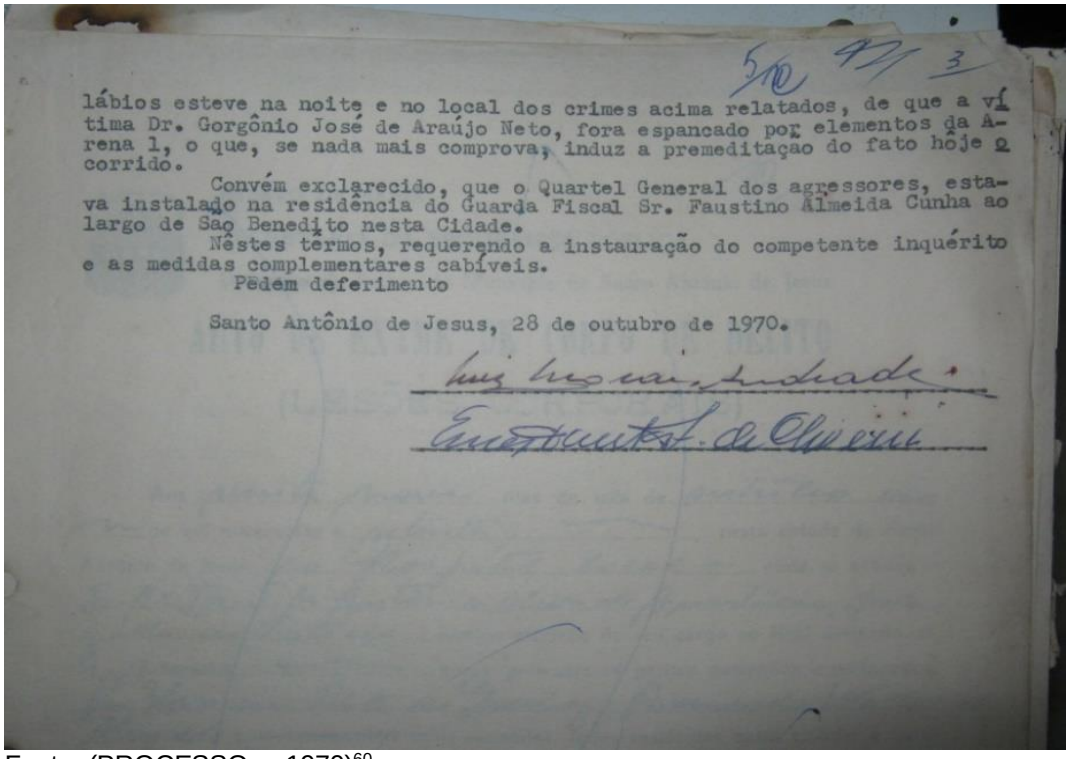
c) O fato seguinte consistiu na agressão à pessoa do Pastor Albertino Lira, residente nesta Cidade, quando dirigindo seu carro particular com serviço gratuito de auto-falante, na condiçao de candidato a vereador pela Arena 2, contra o qual tentaram inclusive quebrar a aparelhagem, obrigando-o a deixar o local, sob ameaça de depedraçao do veículo. Esse atentado foi chefiado pelo indivíduo Manoel Martins, vulgo "Zinho", residente nesta Cidade, acompanhado por um seu filho.

d) Pouco depois, o filho do referido Manoel Martins, disparou uma arma de fôgo contra o Sr. João Velame Muritiba Filho, nao tendo sido atingido o alvo.

e) Não satisfeitos com isso as agitações continuaram, dessa vez, recaindo a sanha assassina, sobre o jovem bancário e atirador José Antonio Marcês, simplesmente por recriminar contra palavroes do mais baixo galão que foram proferidos em presença de diversas famílias, tendo sido nessa ocasiao perseguido pelo indivíduo Maneca, anteriormente referido, que de peixeira em punho tentou assassinla-lo, so tendo sido contido por um casal que, dando guarida a vítima, negou a sua presença em casa, fechando a porta ao agressor.

f) Ao final da passeata, o infra firmado Adomário Francisco dos Santos foi vítima ainda de uma pedrada desferida a distância por pessoa nao identificada.

Vale ainda salientar que a cerca de quatro dias atrás, correu o boato na Cidade, espalhados pelos indivíduos Gaudencio Pedro de Souza Delegado a última Convenção pela Arena 1, e Gonzalo Antunes Blanco Quezada, espanhol espatriado, agitador por profissao, e que com o riso nos



lábios esteve na noite e no local dos crimes acima relatados, de que a vítima Dr. Gorgônio José de Araújo Neto, fora espancado por elementos da Arena 1, o que, se nada mais comprova, induz a premeditação do fato hoje ocorrido.

Convém exclarecido, que o Quartel General dos agressores, estava instalado na residência do Guarda Fiscal Sr. Faustino Almeida Cunha ao largo de São Benedito nesta Cidade.

Nêstes têrmos, requerendo a instauração do competente inquérito e as medidas complementares cabíveis.

Pedem deferimento

Santo Antônio de Jesus, 28 de outubro de 1970.

Fonte: (PROCESSO..., 1970)[60].

Como citado acima, Carlos Humberto Guedes, que juntamente com Misael Matos participou das confusões entre ARENA 1 e ARENA 2 por motivações político-partidárias, foi o advogado de defesa de todos os envolvidos na briga em favor da ARENA 1, inclusive ele próprio. Assim, a sua defesa se deu a partir de uma petição de *habeas corpus,* que tinha como justificativa a ilegalidade da prisão:

> A ameaça que sofreu o paciente é real, uma vez que várias prisões, ilegais, abusivas, e por motivações político partidárias foram realizadas ontem, nesta Comarca, gerando um clima de terror e de pânico. [Ou a ilegalidade da prisão se] caracteriza por ter sido o paciente preso sem que houvesse flagrante delito ou mandado de autoridade competente, tanto que não lhe foi dada nota de culpa nem lhe foi fornecido exemplar do mandado de prisão (PETIÇÃO..., 1970).

Outra petição de *habeas corpus*, já em 1976, evidenciou novamente a vida conturbada de Misael Maia Matos. O documento informou que ele se encontrou preso em flagrante por ter, no dia 14 de agosto de 1976, desacatado o delegado de polícia local e resistido à voz de prisão, além, de ter causado lesões corporais na referida autoridade (PETIÇÃO..., 1976). O advogado impetrante, Givandro José Cardoso[61], alegou que o cliente não cometeu qualquer crime, razão pela qual

[60] Fotografia tirada pela autora, em maio de 2012, no Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus, Bahia.

[61] Givandro José Cardoso, natural de São Miguel das Matas, município do Recôncavo baiano, cursou o primário numa escola municipal de Santo Antônio de Jesus. Ele fez o ginásio na cidade de Ibicuí

estranhou a atitude reprovável do delegado. Givandro Cardoso ressaltou que não havia entendido, até aquele momento, os motivos que levaram o delegado a cometer o desatino da agressão contra o requerente, que foi atingido por arma de fogo na altura do joelho, sendo levado para o Hospital e Maternidade Luiz Argolo, unidade de saúde de Santo Antônio de Jesus.

Segundo o documento analisado, o delegado e os seus subordinados tentaram invadir o hospital onde se encontrava Misael, com metralhadoras, deixando em pânico o corpo médico daquela instituição e toda a comunidade local. O advogado, Givandro Cardoso, julgou injusta e ilegal a prisão de Misael, ao alegar que não existiu qualquer nota de culpa.

Esses relatos de brigas e disputas políticas demonstram as rivalidades locais, e que a ARENA não era apenas um partido novo que carregava o ideal de sustentação do regime, disposto a deixar de lado interesses particulares. Ao contrário, ela foi composta por indivíduos que, em sua maioria, tinha tradição política, sendo muitos desses integrantes dos extintos partidos PSD e UDN, no caso específico de Santo Antônio de Jesus, partidários também do PR (GRINBERG, 2009).

Mesmo tendo sido a ARENA composta por indivíduos que almejavam a concretização dos seus anseios, os seus discursos, como já vimos neste trabalho, estavam pautados em elogiar as políticas desenvolvidas pelo regime, as usando como modelo para consolidação de seus projetos, sendo, portanto, como já firmado pela historiografia, o partido de sustentação do Regime Militar.

3.5 Oposição e resistência: alguns enredos a descortinar dos críticos da ditadura em Santo Antônio de Jesus

Nessa seção, seguiremos analisando a aparente aceitação do regime pelos partidos políticos de oposição ou movimentos contestatórios de baixo impacto. Ademais, o regime ditatorial necessitava desses mecanismos para garantir legitimidade nos pleitos eleitorais e assim garantir a sua longevidade. “Visando sua

(BA) e o colegial no CENTRAL. Ademais, ele se formou em direito pela UFBA, em 1971, e se magistrou, em 1990. Em 1998, Givandro Cardoso foi promovido para a 3ª Entrância, em Santo Antônio de Jesus.

própria legitimação, o Estado queria um partido de ‘oposição responsável’, ao qual caberia oferecer ‘crítica construtiva’ ao governo” (ALVES, 1964, p. 114-115). Entretanto, mesmo buscando legitimar os atos arbitrários por meio de uma aparente legalidade, ao escolher governar com dois partidos, a ARENA e o MDB, vários movimentos se mantiveram atuantes em oposição à ditadura e na luta por liberdades nos diversos municípios brasileiros.

Em relação à oposição à ditadura civil-militar em Santo Antônio de Jesus, apesar das dificuldades na busca por fontes, encontramos algumas evidências. Para compreender melhor esses indícios, voltamos a analisar a entrevista do vereador José Pereira Reis, pela UDN, em 1964. O citado vereador fez referência à Gonçalo Antunes Blanco como possível líder do grupo que contestava o regime na cidade, arregimentando o povo para a sua causa comunista. “Porque ele veio de lá da Europa, né? E aqui ele achou que devia mudar o regime também e influenciar os incautos. E em função disso, ele era tido como líder, marido da promotora, então todo mundo dava crédito ao que ele dizia” (REIS, 83 anos, 2010).

No processo crime analisado acima, o nome de Gonçalo Blanco aparece de forma bem sucinta, mas endossa a fala do depoente José Reis ao identificá-lo como crítico do regime autoritário e comunista. Nesse documento foi registrado que correu um boato na cidade segundo o qual Gonçalo Blanco, “espanhol expatriado, agitador por profissão, com sorriso nos lábios, esteve na noite e no local da briga entre ARENA 1 e 2” (PROCESSO..., 1970). Mais à frente, discutiremos o envolvimento de Gonçalo Blanco com o Comitê do Partido Comunista em Santo Antônio de Jesus e o seu trabalho intelectual junto ao grupo de oposição e resistência à ditadura.

Outro registro demonstra a existência de indivíduos que manifestaram sua oposição na cidade. Em 1969, o vereador Edvaldo Oliveira Souza protestou contra a atitude tomada pelo governador do Estado, Luis Viana Filho, quanto à vinda de um delegado de polícia para o município às vésperas da convenção da ARENA, “parecendo um meio de coação à família santantoniense” (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969e).

O vereador supracitado lançou sua denúncia contra o que aconteceu com o vereador João José das Mercês, que fora intimado a depor por fatos que, segundo ele, não tinha culpa. Conforme Edvaldo Souza, o que transparecia era uma coação política orientada por “subversivos daqui de Santo Antônio que se fossem às ruas não conseguiriam voto de ninguém, por isto estavam aproveitando de

arbitrariedades para pressionar o povo, daí o seu protesto contra as atitudes do governo do Estado" (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969e).

O presidente da Câmara Municipal, Misael Matos, protestou também e disse que não via razão para a polícia agir daquela maneira, pois o vereador em nada teve culpa no caso em que lhe atribuíram responsabilidades. Por outro lado, disse que tudo aquilo não passava de "insinuação e orientações subversivas, que outra coisa não faz a não ser provocar a agitação, causando intranquilidade à família desta terra, que sempre viveu tranquilamente, em meio da oração" (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1969e).

Misael Matos usou termo subversivo, muito comum á época e utilizado por agentes da repressão ao se referir aos opositores em geral. Quanto aos pronunciamentos, não foi possível identificar ao certo se estavam se referindo aos integrantes da ARENA 2, quando alegavam que estes não conseguiram votos de ninguém, ou se houve indivíduos opositores do regime, que se utilizaram de estratégias nos dias próximos à convenção da ARENA para demonstrar insatisfação com a política da ditadura.

Faustino de Almeida Cunha, vice-prefeito pela ARENA 1, em 1976 e vereador no ano do golpe, relatou que, durante a vigência do período militar em Santo Antônio de Jesus, as pessoas não podiam conversar com ninguém que os policiais "mandavam abrir". O depoente aborda a questão dos infiltrados, ou seja, pessoas com disfarces, apoiadores do regime, e que se colocavam à disposição para entregar qualquer indício de contestação. Além disso, ele cita casos de suspeitos que espionavam a Câmara Municipal e qualquer outro tipo de ação política. "Aqui mesmo tiveram umas duas ou três pessoas que viviam aqui dizendo que eram do *Jornal da Bahia*, e eram oficiais do exército que estavam aqui olhando, eu não sabia. Assistiram a sessões da Câmara e essa coisa toda" (CUNHA, 86 anos, 2012).

O entrevistado ainda mencionou que o impacto causado pela ditadura em Santo Antônio de Jesus foi a assombração de algumas pessoas e dos sujeitos que foram presos, tidos como comunistas. Contudo, segundo suas palavras, Santo Antônio de Jesus nem conhecia o que era comunista: "Eram torcedores daquela época e não sabiam o que estavam falando sobre o comunismo, chegaram até a serem presos" (CUNHA, 86 anos, 2012). Mais uma vez, nos valemos das análises de Carla Rodeghero sobre a presença das representações anticomunistas nas fontes investigadas em especial, nesse depoimento. Durante a ditadura, se tornou

comum associar os movimentos de oposição à ação comunista e ao mesmo tempo negar que os indivíduos envolvidos tivessem qualquer conhecimento sobre o comunismo (RODEGHERO, 2009). É certo que alguns movimentos de oposição não tivessem uma estrutura organizada e embasada no pensamento comunista, mas como veremos no próximo tópico, embora a resistência em Santo Antônio apareça de forma tímida, seus integrantes faziam reuniões e leituras marxistas através de livros adquiridos por Gonçalo Antunes Blanco, que embasavam seus discursos e ideais.

Ainda sobre a oposição em Santo Antônio de Jesus, Faustino Cunha disse que quando houve o golpe e a polícia chegou à cidade, eles desmancharam tudo e encontraram dez caixas de bala no posto fiscal em Santo Antônio: “Mas, eu considero que Santo Antônio, talvez fosse o município que teve menos número de comunistas, não eram comunistas, aqui não tinha comunistas. Tanto não tinha que ninguém resistiu ninguém criou problema aqui” (CUNHA, 86 anos, 2012). A fala de que em Santo Antônio não tinha comunista pode ser relacionada aos impactos mais expressivos da ação militar em outras cidades próximas, como São Miguel das Matas e Cruz das Almas.

A concepção de comunismo de Faustino Cunha está relacionada ao imaginário anticomunista disseminado ao longo dos anos, sobretudo, pela Igreja Católica, que associava o comunismo com o mal (MOTTA, 2002). Segundo Faustino, se não houve problema é porque não tinha comunista em Santo Antônio de Jesus. Todavia, o imaginário anticomunista propiciou também a associação entre tudo que subvertesse a ordem estabelecida e o comunismo (RODEGHERO, 2003). Na maioria das entrevistas, quando se falava em oposição, os depoentes diziam: “é, tinha uns comunistas aí.” Conforme Carla Rodeghero, “o anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista” (RODEGHERO, 2003). O anticomunismo é constituído por um imaginário próprio, uma gama de imagens dedicadas a caracterizar os comunistas e o comunismo. Tais representações se concentram em destacar aspectos negativos de suas doutrinas (MOTTA, 2002).

O depoente José Reis avalia que não existia uma movimentação mais aberta, porém, ele identificou alguns integrantes de grupos de esquerda: “Não movimentavam socialmente não, o que existia aqui muito era fuxico**.** Então, aqueles

que não comungavam com aquela situação, esses eram tidos como comunistas dentre eles tivemos aqui: o Quito foi preso, Gorgônio Araújo, Geraldo da bicicleta foi preso e alguns outros aí" (REIS, 83 anos, 2010).

O descrédito em relação aos grupos que faziam oposição à ditadura civil-militar, ao dizer que esses grupos "não se movimentavam socialmente, o que existia era fuxico", evidencia sua posição de político aliado aos militares, haja vista que ele foi vereador, em 1964, pela Aliança Democrática Santantoniense, agremiação de direita e foi quem intermediou o apoio da câmara de vereadores de Santo Antônio de Jesus aos militares.

De modo complementar, Faustino Cunha ressaltou a ocorrência de boatos sobre um grupo de opositores que fazia reuniões na cidade. No entanto, o que ele sabia mesmo era que em São Miguel das Matas[62], município do Recôncavo Baiano, ocorreram reuniões: "Eu como era do grupo que ficou do lado da Revolução fui até São Miguel assistir prisões lá. Aí a polícia foi lá prendeu gente, prendeu até o padre, eu não sei o nome do padre, mas ameaçaram lá" (CUNHA, 86 anos, 2012).

De fato, desde 1964, a prisão arbitrária de suspeitos de "subversão", que eram levados a interrogatórios e submetidos a sevícias, se tornou uma rotina (FICO, 2004a). Carlos Fico, no artigo *Versões e Controvérsias*, ressalta que a violência foi estabelecida desde o início da ditadura e a tortura já era praticada nos primeiros momentos após o golpe. Segundo o autor, caracterizar o primeiro General-presidente como benevolente e legalista é esquecer que Castelo Branco "[...] decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de 'guerra interna'; fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva" (FICO, 2004b, p. 33).

Tais indícios de movimento de oposição presente em Santo Antônio de Jesus não permitiram maiores aprofundamentos no que diz respeito a mapear este grupo. Na verdade, existe um apagamento na memória coletiva dessa cidade sobre sua existência, sobressaindo muito mais a memória dos apoiadores do golpe e da

[62] A respeito da fala de Faustino concernente à cidade de São Miguel das Matas, o município é citado por alguns entrevistados como foco de oposição às propostas do Regime. No próximo capítulo, discutiremos que essa oposição estava relacionada à luta do monsenhor Gilberto Vaz Sampaio, iniciada na década de 1950, ao se envolver na Ação Católica e no grupo denominado JAC. A luta política de Claudionor Froes Couto também será analisada, com destaque para a sua trajetória de militante no Comando de Libertação Nacional (COLINA) e da utilização da sua fazenda, situada em São Miguel das Matas, como estratégia de organização armada e fuga.

ditadura. Entretanto, cabe a nós continuarmos descortinando rastros que nos permitam maiores informações sobre estes nomes e se de fato se constituíam em opositores moderados ou radicais ao regime. Com essa observação, já identificamos que a denominada "*Operação Limpeza"* rondou a cidade.

3.6 Prisões santantonienses às vésperas do Golpe de 1964: fragmentos memoriais de parentes dos "comunistas"

Essa parte do trabalho estará centrada no registro de fragmentos relativos às prisões de três sujeitos, ocorridas às vésperas do golpe civil-militar, precisamente no dia 29 de março de 1964. Tais acontecimentos sugerem a existência de algum tipo de resistência crítica ao sistema na cidade ou alguma forma de inserção da presença do partido comunista na formação de militantes ou pessoas orientadas para um perfil mais à esquerda. De fato, as evidências são pequenas, pontuais e tênues, que não nos permitiram maiores conclusões. No entanto, é possível afirmar que esses indícios sinalizam que ocorreram excessos e violações dos direitos humanos aplicados à gente simples e que afetaram as suas famílias ao longo de sua existência.

A coleta de tais informações se deu por intermédio da análise do documentário produzido por Lauro Souza, mas que não deixa de oferecer uma visão de como as pessoas simples, feirantes, ou melhor, dizendo, trabalhadores das feiras livres, enxergaram este passado ditatorial na localidade (SOUZA, 2012). São visões esparsas, memórias curtas e fracas sobre o acontecido e falas tímidas com relação aos excessos cometidos pelos militares. Contudo, para essa pesquisa, enfocamos nas entrevistas realizadas com parentes de três vítimas da repressão do período. Na verdade, se trata da realização de uma pós-memória, visto que os entrevistados foram filhos e esposa dos presos políticos narrados no audiovisual. Eles recordam a prisão dos pais e do esposo e nesta rememoração, encontramos sentimentos, traumas e informações curiosas que nos permitem enxergar a violência perpetrada contra pessoas humildes, sem recursos, a maioria delas vivendo nos centros urbanos, mas bem mais próximas de uma cultura rural.

O documentário, *Memórias da Ditadura em Santo Antônio de Jesus*, produzido em 2012, por Lauro Souza como TCC, foi construído a partir de

entrevistas, sobretudo com os feirantes de Santo Antônio de Jesus. O autor, ao questionar sobre as lembranças deles acerca do período da ditadura civil-militar, revelou que muitos já haviam esquecido ou recordavam vagamente. Em meio a essas entrevistas, Souza (2012) trouxe para a discussão, familiares de alguns sujeitos que foram perseguidos e presos pelo regime, endossando mais uma vez que Santo Antônio de Jesus sofreu os impactos do período.

De forma complementar, a autora entrevistou parentes dos militantes presos, além de uma carta escrita pela esposa de um dos integrantes do grupo de oposição, encarcerado em 1964, e documentos de natureza repressiva, encontrados nos sites *Memórias Reveladas e Brasil Nunca Mais*. Dentre esses registros, localizamos um Relatório de Sindicância de 1970, no site supracitado, do Arquivo Nacional. Esse relatório evidencia como os passos de quem ousou trilhar por caminhos contrários àquela conjuntura estavam sob suspeita e assim vigiados antes e durante a instauração da ditadura que se seguiu. O registro possibilitou acompanhar também a ligação daqueles sujeitos com o PCB desde o início da década de 1960, suas prisões em 1964, bem como suas condutas nos anos seguintes.

Antes, porém, de narrar essas histórias entremeadas por prisões e perseguições, devemos pontuar que a repressão foi uma ação especializada e tinha como escopo desenvolver atividades preventivas de combate aos elementos de desordem política e social, preferencialmente aos vinculados a movimentos contrários à ordem vigente e que podiam colocar em risco a segurança nacional. As prisões ocorridas na cidade, anterior ao golpe, evidenciam o rastreamento de sujeitos e a produção documentária dos arquivos da ditadura, assim como destaca o papel das duas instituições que gestaram uma vigilância sistemática sobre esses indivíduos: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em 1959.

Segundo as análises de René Armand Dreifuss, o IPES foi o centro conspirador, por isso o denominou de “ovo da serpente”, que estruturou a base e formulou as reformas implantadas no primeiro governo militar do general Castelo Branco (DREIFUSS, 1987). De acordo com Icléia Thiesen, “os primeiros documentos que integram os arquivos sensíveis do IPES foram ‘levados’ do Serviço Federal de Informação e Contrainformações (SFICI), quando este foi extinto após o golpe de Estado” (THIESEN, 2019, p. 13), constituindo, portanto, a primeira célula inicial dos arquivos da repressão militar.

O Comandante responsável pela coordenação e execução das ações repressivas no interior baiano era Manuel Mendes Pereira, da 6ª Região Militar, em Salvador. De acordo com José Alves Dias a interiorização da repressão pode ser analisada a partir de duas dimensões: "[...] a resultante da delação e a outra motivada pelo conteúdo político e doutrinário das gestões administrativas municipais" (DIAS, 2009, p. 70). Essa afirmativa está relacionada com a nossa tese sobre a influência de antigas rixas de cunho político-partidário como consequência de deposições, perseguições e impactos nos municípios baianos no pós-golpe. Em relação aos que foram presos, depois de uma triagem preliminar em suas cidades, seguiam para responderem aos processos na Justiça Militar, localizada na capital baiana. Assim, ocorreu com José Carneiro Neves, Ezequias Sampaio e Geraldo da Bicicleta, encaminhados para a delegacia de Santo Antônio de Jesus e, posteriormente, para Salvador. Todavia, as arbitrariedades praticadas no contexto do golpe e durante os cinco governos militares perpassam por perspectivas mais amplas como o desenvolvimentismo, segurança nacional e o anticomunismo.

As três prisões ocorridas na cidade, em 29 de março de 1964, às vésperas do golpe, evidenciam a atuação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)[63] como um órgão de controle atento aos posicionamentos e articulações políticas em todo território nacional. Essas prisões sinalizam que já havia controle e vigilância da região por parte dos articuladores ou apoiadores do golpe sobre sujeitos suspeitos de nacionalismo/comunismo antes do acontecido. Ou melhor, para justificar a ação golpista, com o objetivo de eliminar a ameaça da "Revolução comunista" em curso, era necessário encontrar pessoas envolvidas com a causa ou forjar a existência delas na cidade. A lógica de prender pessoas mais humildes, com poucos recursos econômicos, impedia reações ou denúncias, para além de servirem de exemplos de que qualquer ato de resistência ao golpe seria punido com rigor. Junto com a repressão policial que se espraiou pelo interior da Bahia, tinha uma cultura do medo, que amordaçou as mentes e impôs o silêncio e a adesão ao novo regime.

Isso posto, as entrevistas, realizadas por Lauro Souza no documentário com três parentes das vítimas de prisões políticas no pré-golpe de 1964 (SOUZA, 2012), dialogam com a presente pesquisa. Os dois primeiros, são filhos dos presos políticos

[63] No Brasil, o DOPS foi em 1924. Esse órgão atuou de forma expressiva nas duas ditaduras que vigoraram no Brasil: o Estado Novo (1937-1945) e na ditadura civil-militar (1964-1985), período em que ficou ainda mais especializado e operou contundentemente contra todos que de alguma forma se opôs ou resistiu àquele Regime (FROTA; SILVA, 2009).

José Carneiro Neves e Ezequias José de Almeida Sampaio. Na época eram crianças que, ao presenciaram o momento da prisão de seus pais, conservaram lembranças traumáticas de tais episódios. E a terceira entrevistada é a esposa de Geraldo Martins Santos, conhecido popularmente como Geraldo da Bicicleta por ser proprietário de uma loja comercial do ramo no centro da cidade. Por conseguinte, José Carneiro Neves, Ezequias Sampaio e Geraldo Martins foram presos em 29 de março de 1964 e liberados em 17 de junho do mesmo ano. Segundo relatos dos familiares, todos foram acusados de serem comunistas e de praticarem atos subversivos.

Félix Neves, nascido em 1960, filho de José Carneiro Neves, relembrou os momentos mais marcantes que ficaram na memória de um menino de apenas 4 anos. Outras lembranças parecem ter sido reforçadas ao longo do tempo e ainda permite captar o pesar dos anos vividos no momento da prisão do seu pai, bem como no transcorrer da ditadura como “filho do comunista”, que nem podia sentar perto dos colegas da escola.

Segundo Félix, naquela época, não sabia porque o seu pai estava sendo preso e falou sobre a lembrança da chegada dos soldados do Exército na hora que foram buscar José Carneiro Neves. “Lembro-me de ouvir, dizer, gritar: tira a criança, tira a criança, eu bem, eu lembro disso, tira a criança daí”. Ainda conforme Félix, seu pai era carpinteiro e foi envolvido, porque se encontrava com pessoas que tinham ideias contra a ditadura. Ele foi preso em 1964, e assim permaneceu por quase três meses (SOUZA, 2012).

Felix conta que quando o Exército chegou à sua casa procurando as provas, não conseguiu achar nenhuma. Os policiais “[...] pegaram, juntou todo o material que tinha em casa, móveis essas coisas, cama, tal, tal, juntaram tudo e botaram fogo, botaram fogo”. Félix rememora a maneira como a mãe dele se comportou ao saber da prisão do marido, evidenciando lembranças bastante vivas para uma criança de sua idade. Conforme suas lembranças, ela tentou impedir a prisão, indo atrás dele já que a prisão tinha se efetivado na zona rural. Mesmo a pé, tentou chegar à frente do jipe do Exército, por isso utilizou alguns atalhos. Ao chegar e falar que os militares estavam no seu encalço, seu pai respondeu: “[...] não, não vou correr, porque eu não devo nada” (SOUZA, 2012).

Na ocasião, José Carneiro Neves foi detido e levado para a cidade: “Então, aí ocorreu à prisão dele lá na zona rural, vieram com ele até a minha casa, morávamos

aqui na Rua Santo Antônio. Ele chegou amarrado de corda com a mão pra trás, amarrado com uma corda de sisal" (SOUZA, 2012). De acordo com o depoimento, primeiro ele ficou preso em Santo Antônio de Jesus e depois foi transferido para o quartel no Monte Serrat e em seguida, para prisão Pedra Preta, ambos localizados em Salvador

Sobre o tempo em que José Carneiro ficou preso em Santo Antônio de Jesus, Felix relembrou as idas da família com o fito de visitá-lo, levar alimentos e confortá-lo diante daquela situação. Esses foram momentos duros, que deixaram marcas para uma vida inteira, pois, além de presenciarem as condições do cárcere em que estava o seu pai, eles sofriam agressões desferidas por policiais e populares, traduzidas em violência verbal, física e psicológica.

> É, ia eu e minha irmã levar um café pra ele, alguma coisa. Quando a gente saia do quartel, aí alguns soldados é, no caso assim, se tivesse de bicicleta, botava a bicicleta por cima da gente ou dava beliscão, empurrava, batia e também outras pessoas também. [...] Olha! [Já] vem os filhos do comunista, chegaram. Aí juntava aquele grupo, aí um jogava uma coisa, outro jogava lixo, outro vinha de lá e dava um beliscão na gente, outro com ponta de cigarro queimava, fui queimado com ponta de cigarro por pessoa da população! (SOUZA, 2012).

Segundo o depoimento de Félix, eles sofriam humilhações até no ambiente escolar. Alguns professores e pais de alunos diziam: "Ah, não, nós não podia sentar de junto de fulano, a gente ficava um pouco isolado de alguém, porque os pais não queriam que os filhos deles sentassem com 'filhos de comunista'. Então, tudo isso aí a gente sofreu" (SOUZA, 2012).

A narrativa de Felix Neves permite compreendermos os impactos vivenciados desde criança por ele e por sua irmã e de como essas perseguições e prisões arbitrárias redirecionaram a vivência de toda a família, que passou a sofrer diversos tipos de preconceitos e opressão por serem considerados não só pelo militares, mas por parte da sociedade, como os "filhos do comunista". Até mesmo a escola, que deve ser sempre lugar de acolhimento, se tornou um espaço de sofrimento e rejeição, inclusive protagonizados por professores.

O outro filho de preso político abordado no documentário foi Yuri Pithon, nascido em 1962, seu pai, Ezequias José de Almeida Sampaio também foi detido em 1964, e ficou três meses preso. Conforme Yuri, ele foi solto com o indulto de São João por não terem nenhuma prova específica com relação à participação de seu pai em "movimentos de extrema esquerda". Ezequias era filiado ao PTB, "mas igual

a ele, muita gente foi presa, como José Carneiro carpinteiro daqui de Santo Antônio de Jesus, Geraldo da Bicicleta também foi preso, sem motivos aparentes, pessoas que não se via nada, por motivo algum, ser preso" (SOUZA, 2012).

É válido sinalizar que, na época, ser filiado ao PTB era considerado apoiador do governo Jango. Os primeiros perseguidos foram os apoiadores ou membros do governo de João Goulart e por isso, tachados de "comunistas" pelas forças golpistas. No início da ditadura, não podemos esquecer que foram indiciados cerca de 50 mil pessoas, especialmente pobres urbanos e da zona rural, incluindo indígenas. Então, a pecha de comunista servia para enquadrá-los dentro de um molde de ameaçadores à democracia brasileira. Muito deles não passavam de pessoas simples, sem grande visão política, mas tomadas como perigosas. Naquela oportunidade, Yuri Pithon desabafou sobre as suas impressões daquele período:

> Foram grandes as aberrações que os militares fizeram nesse país. Eu dou Graças a Deus de ter meu pai vivo até hoje, né? Por que quantos, quantos, quantos em 1964 não retornaram mais para os seus lares? Quantos foram exilados, saíram daqui e foram para o Uruguai como Leonel Brizola, como Waldir Pires? Quantos posteriormente a 1964, com a implantação do AI-5, foram mortos, né? Quantos foram desaparecidos? Até hoje procuram pessoas, famílias procuram pessoas para enterrar seus entes queridos e até hoje não encontraram. Quantas mortes inexplicáveis nesse país aconteceu, por essa fase nefasta e extremamente antidemocrática que foi implantada pelo regime militar? (SOUZA, 2012).

A fala de Yuri Pithon, entremeada por emoção e indignação, evidencia que os impactos da ditadura foram sentidos desde o início com prisões, perseguições, mortes e que aquela experiência fez parte da sua história e marcou a vida de toda a família pelo sofrimento de ter um parente preso e perseguido pelos militares. É importante observar o destaque conferido ao AI-5, em dezembro de 1968, como um contexto de maior repressão e dor. Os questionamentos sobre o sofrimento dos familiares, que não tiveram a oportunidade do reencontro como ele, captam uma lembrança ainda sofrida, mas também revisada pela memória da luta de tantos parentes que ainda buscam por seus mortos, que sequer deram o último adeus. Essa narrativa faz lembrar também o anseio da Comissão Nacional da Verdade (CNV)[64] em expor todas as atrocidades cometidas durante os anos ditatoriais.

[64] A CNV foi criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos, ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Na ocasião da prisão de Ezequias Sampaio, Yuri Pithon tinha apenas dois anos de idade, mas como veremos na investigação do relatório produzido pela repressão em 1970, seis anos após o encarceramento dos militantes de Santo Antônio de Jesus, esses sujeitos continuaram sendo vigiados pelo SNI, além de conviverem com os olhares desconfiados da população que os concebiam como "comunistas perigosos". Desse modo, Yuri Pithon, mesmo sendo apenas uma criança em 1964, teve sua trajetória marcada pela militância de seu pai e as consequências desencadeadas com a implantação da ditadura civil-militar.

No documentário, o entrevistado supracitado termina sua fala enaltecendo propagação dessa memória negativa que ficou da ditadura e de como ela está sendo abordada nos materiais didáticos: "A história se incumbiu, se incumbiu de mostrar que eles foram os grandes inimigos da nação. A gente deixou para a história dizer isso". E exclama que o seu pai "[...] se tornou um grande baluarte da redemocratização do país e eles, uns verdadeiros bandidos" (SOUZA, 2012).

Em 2011, fui à loja comercial de Yuri Pithon, no centro da cidade, na tentativa de conseguir uma entrevista com Ezequias Sampaio, mas segundo o filho, o pai não gosta de relembrar essa parte de sua história. Ele endossou que Sr. Ezequias ainda revive momentos de lembranças do período, principalmente dos três meses que ficou preso em 1964, e também por ser hipertenso, não concedia entrevistas. Yuri Pithon rememorou que o pai, ao sair prisão, relatou para os familiares que ouvia os passos e a voz do Tenente Ludovice, na época ele era responsável pela manutenção da ordem, segundo os parâmetros prisionais da ditadura. Por conta das fragilidades físicas e mentais não conseguimos realizar a entrevista com Ezequias José de Almeida Sampaio, mas aproveitamos a oportunidade e colhemos um breve depoimento do seu filho (PITHON, 49 anos, 2011).

Em relação ao grupo de esquerda da cidade, mesmo sendo uma criança na época, Yuri relata como se tivesse vivido intensamente aquelas experiências nos idos da década de 1960. O conceito de pós memória à luz das novas questões colocadas pela história do tempo presente e da teoria da memória nos auxilia a compreender que "se trata do modo como os filhos processam a história dos pais no ponto em que houve fraturas importantes, não adianta identificar apenas uma forma invariável" (SARLO, 2007). Outro ponto evidenciado pela autora relacionado com as memórias de Yuri Pithon é que suas impressões não são baseadas apenas na condição de filho, mas de jovem intelectual que definiu sua relação com o passado

em que o seu pai e companheiros tinham vivido. Sobre aquele período, o relato aponta ter sido uma luta praticamente isolada, pois as reuniões eram feitas com 03 ou 04 integrantes. Segundo ele, Gonçalo Antunes Blanco era o mais politizado com suas discussões marxistas, porém, alguns integrantes que participavam das reuniões, não tinham fundamentação política. Os registros encontrados no Arquivo Nacional, através do site *Memórias Reveladas*, apontam para uma conexão dos movimentos de resistências das cidades do Recôncavo Baiano, além de evidenciar a instalação de um comitê do PCB em Santo Antônio de Jesus nos primeiros anos de 1960, como veremos ainda nesse capítulo.

Ademais, Yuri Pithon acrescentou sobre o papel dos censores que, segundo ele, eram despreparados e muitos se utilizavam daquela função para benefícios próprios. Ele relembrou que as rixas políticas e pessoais se tornaram motivo de denúncias para taxar indivíduos como subversivos e marxistas (PITHON, 49 anos, 2011). Essa fala do depoente corrobora com alguns estudos que evidenciam que muitos censores eram sujeitos da sociedade civil, não especialistas e sem vinculação institucional, que compactuavam da conjuntura implantada pela ditadura e por isso, espionavam e delatavam outros indivíduos que demonstrassem qualquer tipo de subversão à ordem. Por outro lado, também tinham os censores profissionais que almejavam outros cargos e não estavam tão preocupados com a verdade dos fatos. As motivações políticas, construídas anterior ao golpe de 1964, visando deletar oponentes e servir de trampolim para deslanchar no cenário político com o apoio dos militares devem ser acrescentadas nessa análise.

Os depoimentos de Félix Neves e Yuri Pithon nos remetem às reflexões propostas na obra *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil.* O livro traz um olhar diferenciado sobre o período ditatorial no país pela ótica das crianças que tiveram sua infância roubada. De maneira sensível, por meio de depoimentos de homens e mulheres que viveram sua infância durante a ditadura civil-militar, as minúcias da época sobre a aflição de muitas crianças que sofreram com a prisão dos pais, presenciaram o pai ou a mãe serem torturados, ou até mesmo foram seviciados para que seu familiar revelasse informações sobre as organizações que faziam oposição à ditadura foram reveladas. Como uma geração de brasileiros, eles cresceram em um contexto de graves violações de direitos humanos e ataques à cidadania e como consequência guardaram marcas profundas e particulares. “[As crianças] não tinham responsabilidade pelas opções políticas dos

pais nem pela situação do país. Seus relatos, sempre emocionados, traduzem o que conseguiam compreender daqueles dias tão difíceis para o país e para suas vidas" (INFÂNCIA..., 2014).

O documentário *15 Filhos,* dirigido por Maria Oliveira e Marta Nehring, também capta de forma sensível as lembranças dolorosas de sujeitos que, ainda crianças, vivenciaram a dor do exílio, da prisão, da tortura e da morte por intermédio dos seus pais, e tiveram suas vidas marcadas por aquele período da história do Brasil. Além disso, como é colocado por uma das depoentes, essa história não tem ponto final, porque para muitos o corpo do seu parente nem chegou. O documentário apresenta uma discussão cara aos sujeitos que continuam lutando e acreditando na importância de um país democrático, em especial, para os que sentiram na pele a mão forte dos homens de botas. Para as diretoras, os anos de 1964 a 1985 deixaram muitas sequelas nas pessoas e na jovem e frágil democracia brasileira, por isso é cada vez mais necessário e relevante falar e analisar sobre o período ditatorial (15 FILHOS, 1996).

De forma diferente das memórias dos dois filhos, que presenciaram a prisão dos seus pais ainda pequenos e conservam lembranças traumáticas daquele tempo – Félix Neves, analisado através do documentário, e Yuri Pithon, examinado pelos rastros fixados no documentário e de uma entrevista concretizada pela pesquisadora (PITHON, 49 anos, 2011) –o documentário, a partir de agora, traz o depoimento da Professora Marialva Cruz, nascida em 1938, que presenciou a prisão do marido já na fase adulta. Por ser uma professora primária, estamos tratando de uma pessoa com um certo grau de instrução e, portanto, capaz de nos fornecer um depoimento mais longo e preciso dos acontecimentos que levaram à prisão do seu marido, Geraldo Martins Santos, apelidado de "Geraldo da Bicicleta".

A professora Marialva inicia sua fala dizendo que suas lembranças ainda a deixam muito triste, porque a prisão do seu marido foi um acontecimento inesperado. "[...] onde eu estava com dois meses de casada e o meu marido foi arrebatado sem a gente esperar, pelo menos eu não esperava. Eu não tinha noção do que estava acontecendo, eu estava apenas com 24 anos, entendeu?" (CRUZ, 75 anos, 2013). A surpresa da depoente revela que a operação policial não estava preocupada em explicar o motivo das prisões, ao contrário, o elemento surpresa daqueles primeiros momentos era mais um ingrediente investigativo utilizado pelos militares para desmobilizar qualquer tentativa de oposição e resistência.

Marialva Cruz revelou que não mergulhava nos assuntos políticos do país e por isso, não compreendia o que estava acontecendo e o porquê da prisão do seu esposo. A sua angustia foi acrescida por conta da exposição, pois o caso se tornou público e ficaram taxados como comunistas. No entanto, ela ressaltou o conhecimento dele não ter sido detido por mau comportamento, roubo ou assassinato, mas por motivações de cunho político (SOUZA, 2012). Embora ela não se envolvesse diretamente como expressa, provavelmente sabia dos encontros do marido com os outros militantes também detidos.

Sobre o momento da prisão, em 29 de março de 1964, Marialva Cruz rememora marcando o local em que se encontrava, quando o Delegado de Política chegou à porta da sua loja, situada no centro da cidade. De dentro do balcão, ela presenciou o modo como o delegado conduziu de forma branda a prisão do marido. Como estava com a ordem da prisão, mas eram amigos, ele concedeu a liberdade de comparecer à delegacia sem entrar na viatura, portanto, sem algemas e sem a exibição pública do vexame de uma prisão em cidade do interior (SOUZA, 2012). Ao comparecer por contar própria, ele permaneceu 3 dias no quartel: “Dia 3, ele desceu, desceu e eu não sabia para onde ele foi. E aí arrebentou a Revolução, saiu notícias nos jornais, nas rádios e..., coisas horríveis se falavam, você não vai vê mais seu marido, tudo isso me vinha né?” (CRUZ, 75 anos, 2013).

É interessante observar que mesmo não sendo uma apoiadora da ditadura, Marialva Cruz utilizou a expressão “Revolução” para caracterizar o golpe civil-militar de 1964, evidenciando que, nas disputas por memória, aquele período ainda consegue se impor como uma “Revolução” necessária contra o perigo comunista, pelo menos para partes da população, com destaque para cidades do interior, objeto dessa pesquisa. Só se tornou possível o entendimento sobre o período em estudo em algumas entrevistas, a partir das perguntas a respeito das lembranças referentes à ditadura quando usávamos a expressão “Revolução Gloriosa”, termo cunhado pelos apoiadores do regime e ainda presente em nossos tempos. Tudo isso reforça o perigo que nos ronda e a relevância em descortinar os mais diversos enredos daqueles anos sombrios.

Marialva Cruz relembrou que por intermédio de um ex-professor dela, que era do Exército, ficou sabendo que Geraldo estava detido na Colônia Lafaiete Coutinho e foi visitá-lo em Salvador. Ao chegar ao quartel general foi atendida pelo major Galvão, o superior naquela época. “[...] vamos vê o que eu posso fazer pela

senhora. Aí, quando fui anunciada ele veio, guarnecido por dois soldados com fuzil, para falar comigo, nós dois sentamos. Como vai? Como está?" (CRUZ, 75 anos, 2013). Ela relatou a tensão do momento, e o medo de falar, por isso, a conversa ficou restrita as notícias sobre os familiares após sua prisão, recordou também sua consternação emocional no retorno para casa, após a visita.

Em junho, Geraldo da Bicicleta foi transferido para o quartel de Humaitá, lá na península de Itapagipe[65]. A entrevistada disse que sentiu muito medo após a transferência por conta das incertezas, porque ela não tinha informações objetivas sobre a condução do caso do seu esposo por parte dos militares. Outra lembrança marcante esteve centrada nas humilhações sofridas por ela quando saia de casa. "Nas ruas onde eu passava, as pessoas por detrás da porta, diziam: comunista, comunista! Eu olhava para trás não via ninguém, mas era alguém que queria me molestar, né? Felizmente nessa época eu não tinha filho" (CRUZ, 75 anos, 2013).

Dona Marialva Cruz relatou que quando ia visitar seu esposo na prisão o encontrava inchado, porque dormia no chão: "ele sofreu muita tortura psicológica, pois era acordado no meio da noite ao som de tiros para interrogatório" (SOUZA, 2012). Ela ainda afirmou que após a liberação, em algumas noites, ele acordava chorando ao se lembrar do período em que esteve preso (CRUZ, 75 anos, 2013). Conforme seus relatos, Geraldo da Bicicleta sofreu muita tortura psicológica na prisão:

> [...] eles estavam dormindo altas horas da noite, de madrugada, quando ouvia os tiros dentro do saguão, onde eles estavam dormindo. Eles acordavam atordoados. "Acorda. Acorda pra ser entrevistado. Vamos conversar comunista". E eles iam escoltados para o salão, onde iam ser entrevistados e lá levavam horas (CRUZ, 75 anos, 2013).

Embora a depoente relate que seu companheiro sofreu apenas tortura psicológica, podemos conjecturar que ele foi torturado também fisicamente. Na época, os presos eram ameaçados para não contar o que se passavam durante os interrogatórios, sob ameaça de retornar ao cárcere ou até mesmo o medo de seus familiares sofrerem maiores consequências. Outro detalhe é que o ato de ter como única alternativa dormir no chão e ficar com o corpo inchado já se configura como tortura física.

---

[65] Ponta de Humaitá é muito visitada na cidade de Salvador e se localiza na Cidade Baixa. Além disso, é conhecida também como Ponta de Monte Serrat. O seu nome turístico é Ponta de Humaitá e reúne diversas atrações, ficando no Extremo Sul da Península de Itapagipe.

No dia 17 de junho de 1964, Marialva recebeu autorização para visitá-lo em Humaitá, no Forte de São José, e ficou sabendo pelo Major da possibilidade de seu esposo ser liberado:

> Eu disse: “Oh major! Pelo amor de Deus, me dê essa notícia”. Ele disse: Eu acho, não tenho certeza não, mas eu acho que a senhora vai receber Geraldo hoje de volta”.
>
> Aí nesse dia já foi mais relaxado, sentamos à vontade, a gente pôde conversar um pouco mais e escondidinho. Eu disse: “Eu acho que você hoje vai ser liberado. Ele disse: “como assim?” Eu disse: “Major Galvão me disse que talvez fossem mandar autorização para você, mas que não ficasse contente não, que eu não sabia que era verdade.
>
> Na hora que o sol estava descendo no horizonte do mar, aí na frente do quartel, ele [Major] estava na grade assim, na hora que eu fui chegando, sentado no tamboretizinho aí veio conversou comigo, aí eu fui embora para casa, pedindo a Deus: “Oh, meu Deus, me ajude! Ele [Geraldo da Bicicleta] disse que bastou eu sair, chegou a autorização para que ele fosse liberado. Quando eu estou em casa, era mais ou menos 07:00 da noite, ele chegou. Seu Quito pegou o navio, veio embora na mesma noite e eu fui dormir na casa de uma tia minha (SOUZA, 2012).

Essa parte do depoimento evidencia que Ezequias José de Almeida Sampaio, popularmente conhecido por Seu Quito, ficou preso no mesmo lugar que Geraldo da Bicicleta, mas não conseguimos rastrear se também foi o caso de José Carneiro Neves. Segundo Marialva, Geraldo ficou preso dois meses e 17 dias. Os traumas decorrentes desse período eram tangíveis, pois era comum à noite ele acordar chorando, tremendo, falando coisas, logo, durante algum tempo, ele precisou tomar tranquilizantes para poder dormir: “Ele dizia: ‘Meu Deus, o que foi que eu fiz pra passar tanta coisa, pra passar o que eu passei?!’ Só depois, ele ficou mais equilibrado e passou a trabalhar melhor” (CRUZ, 75 anos, 2013). Essa parte do depoimento nos permite inferir que Geraldo da Bicicleta sofreu diversos tipos de torturas, mas provavelmente, por medo, não compartilhou com os seus familiares, após ser liberado da prisão.

Na época, Marialva era professora do Estado e recordou de um período que o governo atrasou o pagamento dos salários por nove meses. Por conta disso, conversou com os colegas: “Gente, vamos falar com o governador”, porém ela sabe do surgimento do seguinte comentário: “Não, ela é agitadora. A mulher do comunista é agitadora. Não ouçam conversa de Marialva, não!” Geraldo da Bicicleta também ficava com medo e dizia: “Marialva não se meta nisso. Deixa lá. Você não está

passando fome, você está em casa, graças a Deus! Deixa lá. Quando sair, saiu. [Isso] pra eu não ser considerada também subversiva, por reclamar aquilo que eu tinha direito" (CRUZ, 75 anos, 2013). A entrevista não recordou exatamente qual foi esse período e quem estava à frente do governo do Estado.

O depoimento nos faz lembrar como essas perseguições e prisões impactavam toda a família ao longo de sua existência e redirecionavam seus modos de vida. Quando Geraldo da Bicicleta foi preso em 1964, ele ainda não tinha filhos, mesmo assim, sua prole foi afetada pelos efeitos de sua prisão pelos militares. Nas palavras de Marialva Cruz: "O meu filho um dia recebeu um coleguinha, e o coleguinha chamou ele e balbuciou a seguinte frase: 'você..., seu pai foi preso por usura'. E, até aí, meus filhos não sabiam de nada, porque a gente estava deixando eles amadurecerem mais um pouco pra puder contar" (CRUZ, 75 anos, 2013). Depois desse dia, o filho começou a questionar sobre o motivo do seu pai ter sido preso e ela disse que tentou explicar:

> Seu pai foi detido, mas ele voltou. Não foi considerado uma pessoa inútil [para] a sociedade. Entendeu? Contei a ele tudo e depois quando eles foram crescendo e foram estudando e entendendo o que era..., o ideal se tornou o mesmo. O ideal dos filhos e o meu [bateu no peito] se tornou o ideal dele também! (CRUZ, 75 anos, 2013).

O depoimento não especifica se o ideal a que Marialva se refere é o comunismo ou como ela concebe essa ideologia. Por conta das representações anticomunistas, muitas pessoas não colocavam na mesma balança, que construir uma sociedade justa, igualitária que contemple os direitos de acordo com as necessidades individuais e coletivas, são princípios do pensamento, posto a prova por Marx, de uma sociedade comum aos interesses da população. No contexto da entrevista, Marialva finalizou seu depoimento expressando a alegria do seu esposo ter sido homenageado com o nome de uma das ruas da cidade: "Hoje, pra o nosso consolo, a rua que se chamava 31 de março, passou a se chamar rua Geraldo Martins Santos. Pelo menos, isso nos consola um pouco, é um reconhecimento de quem foi Geraldo Martins Santos na cidade". (CRUZ, 75 anos, 2013).

Essa parte do depoimento nos faz pensar na memória como um dever, um processo de luta entre vários setores sociais e sujeitos em disputas. Nos anos ditatoriais, muitos estabelecimentos e instituições tiveram seus nomes substituídos para homenagear os militares que ficaram a frente do país, bem como a data do

golpe civil-militar. As mudanças podem ser interpretadas como uma política de sustentação àquela conjuntura desenvolvida no país a partir de 31 de março de 1964. Em 27 de maio de 1964, em menos de dois meses de golpe, foi discutido na Câmara de Santo Antônio de Jesus o Projeto Resolução nº 3/1964, que tratava da mudança do nome da Rua 24 de Agosto para 31 de Março.[66] Em 06 de junho de 1964, o prefeito José Trindade Lobo sancionou a lei proposta pelos vereadores (SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 1964b).

Entretanto, a mudança do nome da rua supracitada para a alcunha de um militante que se opôs àquele período evidencia como a luta por memória é latente na sociedade e como os contextos direcionam as mudanças. A partir de 1974, com o processo de distensão política do Governo de Geisel (1974-1979), partes da população já denunciavam os horrores da ditadura e já não queriam compactuar com as arbitrariedades do período. Após o fim da ditadura, os sujeitos, que outrora eram tachados de comunistas perigosos, passaram a ser vistos por muitos como lutadores aguerridos em favor da democracia, até mesmo heróis. A maioria dessas homenagens, conferidas aos indivíduos que combateram a política ditatorial, ocorreu na primeira década do século XXI e são interpretadas como um mecanismo na construção de uma memória em oposição aos valores antidemocráticos (DIAS, 2012).

Essas intensas disputas por memória contribuíram para a criação da CNV, com o objetivo de apurar as graves violações dos direitos humanos praticadas no Brasil entre os anos de 1946-1988. A instauração da CNV acelerou ainda mais a organização dos arquivos, em especial os digitais, especializados em documentos de natureza repressiva, possibilitando maiores pesquisas e como consequência aumentou o interesses de muitos estudiosos que anseiam por evidenciar os impactos da ditadura civil-militar brasileira nos mais recônditos lugares do país e expor o sofrimento de muitos sujeitos que ainda sangram por conta das truculências

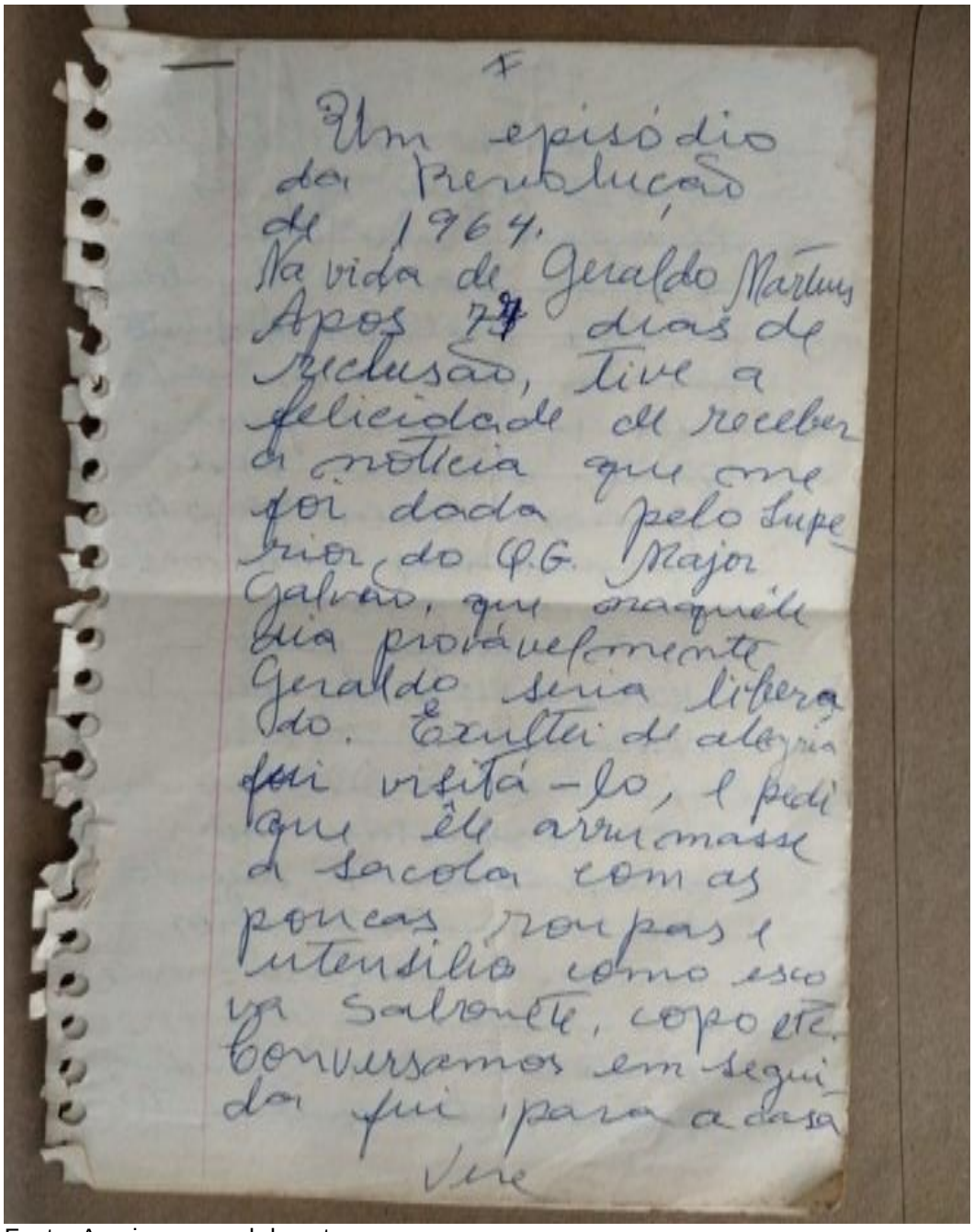
[66] Acompanhada do Projeto de Lei nº 3/1964, estava a justificativa que após o restabelecimento da "democracia" no país, que teve seu início em data de 31 de março, vários moradores daquela rua procuraram o significado do projeto e "numa real demonstração de solidariedade com as Forças Armadas, solicitaram que fosse transferido o nome para 31 de março, o que o autor do presente projeto esperava sua aprovação por unanimidade de votos dos Srs. Vereadores". O documento não traz informações sobre os nomes dos moradores, a quantidade de pessoas que foi reivindicar a mudança do nome da rua para 31 de Março, nem cita os moradores de outros logradouros, além dos da Rua 24 de Agosto. Assim, a Câmara Municipal elaborou o projeto de mudança de rua, ficando o prefeito autorizado a efetuar as despesas decorrentes da modificação da placa. Um dos artigos da lei anunciava a revogação de qualquer disposição contrária à mudança do nome da rua.

praticadas. Todavia, essa guinada causou alvoroço nos apoiadores da ditadura, muitas vozes que pareciam caladas ressurgiram causando incômodo, e firmes em seus propósitos de reavivar memórias que consideram positivas na construção de uma sociedade. Por ora, a mudança do nome da Rua 31 de Março para Geraldo Martins dos Santos representou esperança, não só para a família do referido militante, mas para todos que acreditam na democracia.

Em março de 2013, tentamos algumas vezes uma entrevista com Marialva Cruz, ela marcou em sua loja no centro da cidade, na Comercial Martins. Na ocasião, ela revelou que me entregaria alguns documentos de natureza repressiva, inclusive a carteirinha que usava para visitar Geraldo da Bicicleta na prisão. No dia da entrevista, ela preferiu entregar apenas um relato que tinha escrito sobre o cárcere do esposo e disse que não tinha encontrado os outros documentos (figura 7). O conteúdo do registro, que tem como título *Um episódio da Revolução de 1964 na vida de Geraldo Martins,* é bem sucinto com três pequenas páginas apenas, não consta a data em que foi produzido, mas o papel amarelado sugere que tenha sido escrito há algum tempo. O uso do termo “Revolução de 1964” por populares, que acabaram por absorver uma memória oficial mesmo quando confrontados com o poder instituído, demonstra a eficácia da propaganda do período em caracterizar os vinte e um anos ditatoriais como um “movimento revolucionário”. Os efeitos desses discursos ainda assombram a história do país com ameaça de retorno dos tempos sombrios.

O relato não revela muitas novidades em relação ao depoimento presente no documentário *Memórias da Ditadura em Santo Antônio de Jesus*. No final do registro, ela endossou: “Eis que representantes do exército chegaram para continuar fazendo entrevistas aos que foram liberados, mas sem provas concretas” (CRUZ, 75 anos, 2013). Marialva não recuperou nesses escritos o período em que os militares retornaram para Santo Antônio, mas esse trecho juntamente com o relatório de sindicância de 1970, que trabalharemos a seguir, demonstram que a cidade estava sob a vigilância permanente dos militares.

Figura 7 – Relato escrito por Marialva Cruz sobre a prisão do seu esposo, Geraldo da Bicicleta.



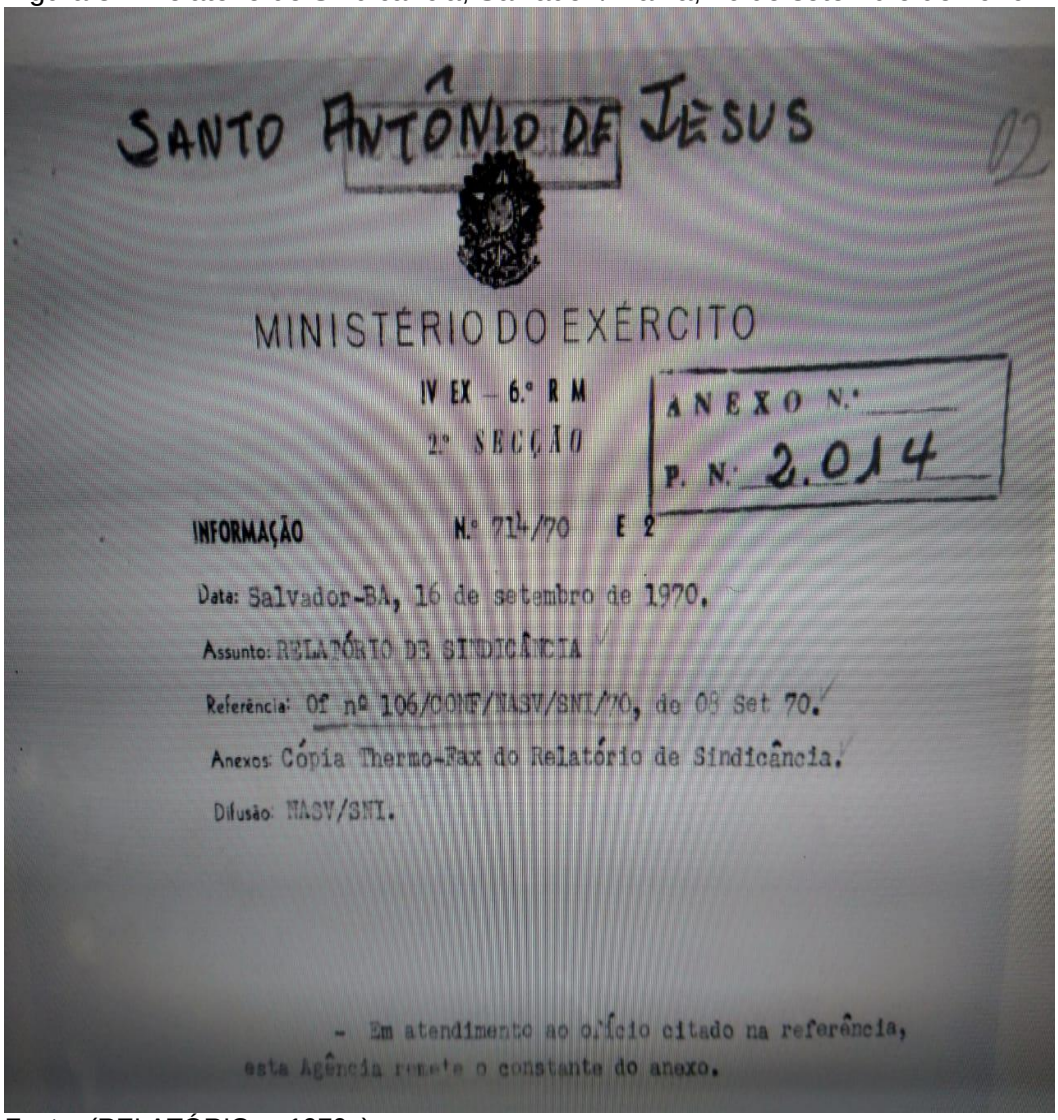
Um episódio
da Revolução
de 1964.
Na vida de Geraldo Martins
Após 77 dias de
reclusão, tive a
felicidade de receber
a notícia que me
foi dada pelo Supe-
rior do Q.G. Major
Galvão, que naquele
dia provàvelmente
Geraldo seria libera-
do. Exultei de alegria
fui visitá-lo, e pedi
que êle arrumasse
a sacola com as
poucas roupas e
utensílio como esco
va sabonete, copo etc.
Conversamos em segui-
da fui para a casa
Vere

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Quanto à prisão dos três santantonienses aqui analisados, não foi possível acompanhar a trajetória de cada um deles por meio das fontes. Os indícios sugerem que os três foram recrutados para os mesmos lugares. Entretanto, em relação à prisão de Ezequias José de Almeida Sampaio não localizamos registros suficientes que dessem conta dos detalhes, como ocorreu com a prisão de José Carneiro Neves e Geraldo da Bicicleta.

Ainda sobre o movimento de resistência em Santo Antônio de Jesus, encontramos um Relatório de Sindicância produzido pelo SNI (figura 8), do ano de 1970, no site *Memórias Reveladas do Arquivo Nacional.* O documento, além das fontes orais e audiovisuais, nos permite compreender o rastreamento feito pelos militares sobre as trajetórias dos três santantonienses presos em 29 de março de 1964, dois dias antes do desferimento do golpe civil-militar.

Figura 8 – Relatório de Sindicância, Salvador / Bahia, 16 de setembro de 1970.



SANTO ANTÔNIO DE JESUS 02

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

IV EX – 6.ª R M
2.ª SECÇÃO

ANEXO N.º
P. N. 2.014

INFORMAÇÃO N.º 714/70 E 2

Data: Salvador-BA, 16 de setembro de 1970.

Assunto: RELATÓRIO DE SINDICÂNCIA

Referência: Of nº 106/CONF/NASV/SNI/70, de 08 Set 70.

Anexos: Cópia Thermo-Fax do Relatório de Sindicância.

Difusão: NASV/SNI.

- Em atendimento ao ofício citado na referência, esta Agência remete o constante do anexo.

Fonte: (RELATÓRIO..., 1970a).

De acordo com o relatório, a análise dos fatos norteou as decisões dos militares referentes aos sujeitos investigados, para isso foi feito um levantamento das atividades que eles praticavam. O Relatório de Sindicância está organizado da seguinte maneira: a) introdução – apresentando a necessidade de vigiar o município

e averiguar os sujeitos tidos como opositores; b) exposição dos antecedentes – nesse espaço foi recuperada partes de um Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado na cidade em junho de 1964; c) situação atual – onde são expostas as impressões do movimento naquele ano de 1970, com base na sua atuação desde o início da ditadura; e d) apreciação dos fatos e conclusão (RELATÓRIO..., 1970a).

Esse Relatório é de 1970, portanto, produzido bem depois dos acontecimentos das primeiras prisões. Este documento é relevante, porque detalha para além dos depoimentos orais, a ocorrência das prisões, o envolvimento de militante santantoniense com o PCB e a maneira como até 1970 tiveram as suas vidas vigiadas e controladas pela ditadura, possivelmente com novas prisões, que não conseguimos comprovar através de novas evidências. Esse tipo de fonte, de natureza repressiva, revelou outros nomes, no total de 9 militantes, que estavam vinculados ou não ao Comitê Popular do PCB, residentes de Santo Antônio e por isso, investigados.

No relatório fica evidente que, com a intenção de rastrear os passos dos militantes, os agentes do SNI encontraram alguns registros sobre a formação do PCB, em Santo Antônio de Jesus, e dos seus integrantes. Nesse sentido, o PCB, antes de 1964, desenvolveu intensas atividades com o objetivo de se apossar do comando político do país, e para isso ampliou suas “bases revolucionárias”, na cidade e no campo. Por essa perspectiva, em 1962, o estudante Fernando Mendonça, procedente de Salvador, fundou o comitê do PCB e “[...], para isso, manteve contato iniciais, com Ezequias José de Almeida Sampaio, vulgo Quito, e através deste fundou o dito comitê”. O funcionamento do mesmo foi estruturado da seguinte maneira: Primeiro Secretário: Ezequias José de Almeida Sampaio, Segundo Secretário, José Carneiro e o Tesoureiro Geraldo Martins. O encarregado da propaganda era Fernando Antônio de Jesus. Segundo o relatório, o comitê “contava ao todo com nove militantes, todos aliciados por Ezequias José de Almeida Sampaio.” A contribuição para manter o comitê ocorria de acordo com as posses de cada integrante (RELATÓRIO..., 1970a).

Os estudos sobre a atuação do PCB no Brasil elucidam que após 1945, com o fim da ditadura do Estado Novo e o restabelecimento da legalização do partido, a criação dos Comitês Populares visava ampliar e fortalecer as bases de luta em todo o país. Referente à Bahia, a estratégia foi estruturar comitês pelos bairros e também nas cidades do interior, tendo sido denominados como Comissões Populares

Democráticas. Na linha de ação do PCB, esses organismos buscavam fortalecer a democracia brasileira e ampliar as bases do partido. Segundo Petilda Serva Vazquez, o partido buscou incorporar "[...], às suas fileiras um número cada vez maior de filiados, através de um programa de apoio às reivindicações populares, fora de organismos formais, como o sindicato" (VAZQUEZ, 1986).

Sobre a intencionalidade de instalação do comitê do PCB em Santo Antônio de Jesus, a narrativa documental enfatizou que o objetivo era influir no processo eleitoral para eleger candidatos indicados pelo partido em todas as esferas: local, estadual e federal. Para isso, as diversas camadas sociais precisavam ser atingidas, inclusive o campo, através de sindicatos rurais, ligas camponesas para a motivação da reforma agrária e organizar as bases revolucionárias do partido com a formação do "grupo dos onze"[67]. Quanto à afirmação sobre a intenção do PCB obter poder político, desde sua fundação, em 1920, ambicionou promover a revolução proletária no Brasil e estabelecer o socialismo[68].

Segundo o Relatório de Sindicância, essas atividades eram organizadas na cidade com reuniões de militantes nas casas de Geraldo Martins e Ezequias José de Almeida Sampaio, bem como cita "a distribuição de revistas oriundas da China comunista[69]. Ademais, o relatório reforçou que, apesar das reuniões e circulação das revistas, o movimento não alcançou a amplitude desejada. O documento elucida a preocupação do regime com o perfil intelectual dos seus perseguidos, pois, ao citar o nome de Gonzalo Rosendo Blanco Quesada, afirma que este possuía uma vasta biblioteca e era assinante de uma revista de cunho "subversivo", distribuindo e cooptando leitores que passavam a assinar a tal revista. Esta preocupação com a tutela intelectual dos militantes comunistas sobre outras pessoas incomodava o

[67] Sobre o Grupo dos Onzes Companheiros ou Comandos Nacionalistas integravam os movimentos da esquerda. O grupo foi organizado pelo então deputado federal do estado da Guanabara, Leonel de Moura Brizola em outubro de 1963. Esses grupos tinham o objetivo de pressionar o presidente João Goulart para a realização das Reformas de Base. Todavia, tiveram vida curta e se desmobilizaram com o golpe civil/militar em 1ª de abril de 1964.

[68] É o mais antigo partido político brasileiro, embora tenha atuado a maior parte de sua existência na ilegalidade. Sobreviveu a todas as alterações político-institucionais pelas quais o Brasil passou, desde a década de 1920, assim como às crises internas, que em muitos momentos determinaram a saída ou expulsão de vários de seus membros. Entre essas crises, é possível destacar as que deram origem ao novo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962, às diversas organizações ligadas à luta armada, em 1968, e ao Partido Popular Socialista (PPS), em 1992. (PARTIDO..., 2009).

[69] Sobre a formação dos integrantes do PCB, é sabido que desde os primórdios do partido comunista, os jornais, revistas e demais publicações desempenharam papel importante no desenvolvimento e estruturação do partido. Esse é um legado deixado por Karl Marx que fez do seu trabalho no jornal a maior fonte de circulação de suas ideias, além das publicações em formato de livro (FERREIRA, 2016).

regime e era rastreada pelos órgãos de vigilância e informação (RELATÓRIO..., 1970a).

As fontes produzidas pelo SNI sobre Gonzalo Quesada demonstraram o valor que os militares conferiam aos intelectuais, dada à relevância da construção de uma visibilidade do PCB nos meios culturais, como sinaliza Rodrigo Czajka, no processo de articulação das forças comunistas. Os indícios reforçam “o perigo” na atuação de Gonzalo Quesada por conta de sua postura intelectual, possuidor de uma biblioteca e assinante de uma revista oriunda da China, além de ser caracterizado como o disseminador das leituras e o cabeça pensante na articulação do movimento de oposição de Santo Antônio de Jesus (CZAJKA, 2013).

Os registros dão um peso maior à participação de Gonzalo Quesada referente à formação política dos integrantes, provavelmente por ser assinante da revista, também, por ter vivido na Europa, além de ser casado com a promotora Olga Laert Blanco Quesada, residente em Santo Antônio de Jesus. Nas linhas do documento:

> Podemos entender perfeitamente pela organização que Gonçalo Blanco antes de 1964, tinha o papel de coordenador de células de base, junto com o elemento Ezequias José de Almeida. Sua missão não parou no tempo, apenas hibernou e apareceu atualmente ancorada sob a força de conduto político, com cobertura funcional de sua esposa Olga Laert (RELATÓRIO..., 1970a).

Para traçar a trajetória de Gonçalo Quesada, algumas fontes igualmente produzidas em 1970, pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), com dados sobre a sua participação no que nominaram de *movimento subversivo em Santo Antônio de Jesus,* foram analisadas*.* Os registros também informam sobre a esposa Olga Quesada, promotora de Justiça da Comarca de Santo Antônio de Jesus, que por conta da sua função, foi acusada de proteger o movimento e dar cobertura ao esposo. As fontes endossam que Gonzalo Quesada era intelectual de esquerda, embasado sobre a filosofia marxista e que, em relação aos outros militantes do munícipio, ele era intelectualmente superior, por isso, não se engajava abertamente com eles: “[...] limitando-se, tudo indica, a estimulá-los e orientá-los. Ideologicamente segue a filosofia de Teillart complementada por Maritain. Seu trabalho é no sentido de ‘CONSCIENTIZAR’” (RELATÓRIO..., 1970b). Por essa vertente, a existência de um intelectual como mentor comunista de pessoas simples do local fazia parte da mentalidade dos agentes da ditatura. Essa perspectiva norteava a política repressiva em pleno governo Médici.

Conforme as fontes, Gonzalo Rosendo Blanco Quesada nasceu em 16 de agosto de 1921, na Espanha. Ele era professor de Filosofia, com formação universitária em Pedagogia e morava na Rua Santo Antônio na cidade de Santo Antônio de Jesus, Bahia. Além disso, o registro apontou Gonzalo Quesada como "[...] elemento de 'AP' perigoso para o exercício da Cátedra". A suposição é que essa sigla em destaque signifique "alta periculosidade".

A conclusão do relatório assinala que ficou proeminente o problema político ideológico de Santo Antônio de Jesus, dando ênfase à participação de Gonzalo Quesada pela experiência de ter vivido na Europa, além de ser apontado como o intelectual do grupo e possuidor de uma biblioteca, que disponibilizava livros e revistas para os outros integrantes. O documento enfatizou ainda que a movimentação dele contava com a proteção de sua esposa, a promotora Olga Quesada. Esse registro não deixou de mencionar as participações de "[...] Ezequias José de Almeida e Geraldo Martins, como antigos e experimentados militantes do PCB" (RELATÓRIO..., 1970).

De acordo com o Relatório de Sindicância, produzido em 1970, um IPM[70] foi instaurado em junho de 1964, em Santo Antônio de Jesus. Esse, por sua vez, sinalizou que, apesar da pouca profundidade alcançada, problema foi visualizado, "mesmo porque todos os municípios vizinhos ou mesmo os afastados, também averiguados, apresentaram fatos idênticos com maior ou menor intensidade" (RELATÓRIO..., 1970a).

Embora não tenhamos encontrado o IPM de 1964, o Relatório de Sindicância de 1970 recuperou partes do seu conteúdo. Desse modo, o encarregado do IPM indiciou, com base na Lei de Segurança do Estado, nº *180253,* os seguintes indivíduos: Ezequias José de Almeida Sampaio, José Carneiros das Neves, Geraldo Martins dos Santos, Fernando de Souza, Fernando Mendonça, Hermegildo Pereira Leça, Mário Abade Pires, Ubaldo Gomes e Gonzalo Rosendo Blanco Quesada[71]. O

[70] O IPM 709, como também era alcunhada a coleção, era uma publicação organizada por militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), que visava organizar e compilar as informações, as investigações e os relatórios contidos no IPM nº 709, sob guarda do Supremo Tribunal Militar (STM) (CZAJKA, 2013).

[71] Não encontramos maiores informações sobre todos os nomes citados no relatório, a começar pelo estudante, Fernando Mendonça, oriundo de Salvador e apontado pelo documento como o responsável por instalar o Comitê do PCB em Santo Antônio de Jesus. Quanto a Gonzalo Rosendo Blanco Quesada, descrito por algumas fontes como o articulador e intelectual do movimento de oposição em Santo Antônio, tentamos uma entrevista com um familiar, mas não tivemos êxito.

IPM foi remetido à justiça ordinária em dezembro de 1964, através da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (RELATÓRIO..., 1970a).

Na apreciação do IPM de 1964, anexado ao relatório produzido em 1970, foi descrito que no confronto dos fatos narrados “[...] inferiu-se que existiu no município de Santo Antônio de Jesus, um problema político ideológico. Não há dúvida de que a célula do PCB, a exemplo do acontecido antes de 64, recebeu estímulo e está ativada para atuar dentro de sua estratégia de médio e longo prazo” (RELATÓRIO..., 1970a). O Relatório de Sindicância explicita a compreensão dos órgãos repressivos com relação à noção de médio e longo prazo. O médio prazo se refere à consolidação a partir da eleição de militantes, simpatizantes e comprometidos e o longo prazo, ao sucesso político e ampliação de sua influência para a infiltração nos pontos chaves, em diferentes setores administrativos.

Diante do contexto analisado pelo relatório, a necessidade de desmantelamento da “rede” foi concluída. Segundo o documento, “[...], isso poderá ser feito, partindo-se da subversão, para através dessa chegar as implicações políticas.” Para isso, foi sublinhado que “[...] todas as prisões, buscas e apreensões terão que ser feitas simultaneamente.” No entanto, não encontramos evidências dessas investidas policias em 1970. Os documentos e depoimentos até aqui analisados trazem informações sobre as prisões ocorridas em 1964 (RELATÓRIO..., 1970a).

Com base nas fontes escritas encontradas e nos depoimentos concedidos, podemos assegurar que a oposição ao regime de 1964 em Santo Antônio de Jesus foi relevante, pois mesmo constituído por um grupo pequeno, pode-se perceber que era fortalecido em seus propósitos e provocou incômodos à situação, tanto que os seus integrantes foram perseguidos e presos. As investigações evidenciaram a adesão à conjuntura ditatorial no campo da política institucional e resistência de uma pequena parcela da população, com algum grau de militância junto a partidos políticos, seja o PTB ou PCB.

Esse grupo, que era contrário aos ideais da ditadura, possivelmente questionou os projetos políticos dos governos militares que beneficiaram, majoritariamente, a elite política e econômica da cidade. A oposição em Santo Antônio de Jesus não optou por enfrentamentos radicais. É importante salientar que apesar da sintonia dos grupos políticos partidários aliados ao regime, tal conduta não pode ser estendida para toda a sociedade local. Conforme visto, outros sujeitos,

outras vozes dissonantes se pronunciaram, apesar de ser minoria. Eles fizeram parte de episódios prisionais traumáticos para si e seus familiares, bem como podemos observar uma oposição mais moderada e sutil ao regime.

Nos próximo capítulo, discutiremos sobre as tramas do golpe e dos primeiros anos ditatoriais em São Miguel das Matas. Nesse contexto, a trajetória de Ademário Villas Boas, ex-militar e diversas vezes prefeito da cidade, será enfatizada, tendo o mesmo se revelado um fervoroso apoiador dos governos militares e porta voz do SNI na cidade. No lado oposto, destacaremos também a experiência libertária de Padre Gilberto Vaz Sampaio e dos movimentos de oposição ao regime, com atenção para a JAC e para atuação do Sindicato do Trabalhador Rural.

4 TRAMAS GOLPISTAS E A INSTAURAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM SÃO MIGUEL DAS MATAS

4.1 A conjuntura do golpe em São Miguel das Matas

No presente capítulo, semelhante ao anterior, discutiremos sobre as adesões, estratégias e oposições em São Miguel das Matas. A partir de um leque diversificado de fontes, como os documentos de natureza repressiva, livros de memória e os depoimentos orais, investigaremos os impactos do golpe e dos primeiros anos ditatoriais no município. Nesse sentido, para além do apoio do Legislativo, no caso de São Miguel, a Igreja se posicionou e travou uma luta sustentada pelos movimentos de inspiração libertária como a JAC e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Assim, vários sujeitos, inclusive o Padre (Pe.) Gilberto Vaz Sampaio, não se calaram frente ao poder dos militares, configurando aquela localidade como espaço de perseguições e lutas contra a conjuntura ditatorial.

Ademais, uma abordagem da pós memória do golpe de 1964 será trazida a partir de depoimentos e livros de memória, que tratam das impressões de sujeitos que não vivenciaram o golpe diretamente, mas tiveram suas trajetórias marcadas por aquele período através da atuação de parentes e amigos. O conflituoso passado persiste na busca por respostas e a memória é um caminho possível para isso. Na década de 1960, a sociedade brasileira experienciou um golpe civil-militar e a instalação de uma ditadura, que perdurou vinte e um anos, e cada um a sua maneira, nas mais diversas localidades do país, viveu aquele período. As trajetórias dos indivíduos e as memórias são vistas pelo o historiador como mais uma fonte na busca por compreender as várias nuances da história ditatorial. Para essa pesquisa, lidar com a memória de alguns sujeitos das cidades estudadas é um caminho importante na investigação sobre a interiorização do golpe no Recôncavo Baiano e os impactos sofridos nas respectivas cidades.

Desse modo, envolver as fontes memorialísticas nas tramas do golpe e da ditadura nestas cidades, especialmente a fonte oral, é um recurso que nos possibilita olhar por vários ângulos no tempo e no espaço, porque parte da história de uma vida não fala só sobre si, mas carrega as especificidades de um tempo coletivo que marcou a história e redirecionou o modo de vida de diversas pessoas. Mesmo diante

da singularidade de uma trajetória, ela sempre será atravessada por aspectos culturais os quais permitem convivência e comunicação (GINZBURG, 2006).

4.2 São Miguel das Matas e o cenário político local

O golpe civil-militar também teve apoio em outras cidades do Recôncavo Baiano. Em abril de 1964, logo após o ocorrido, o Legislativo de São Miguel das Matas, na pessoa do vereador Álvaro Lemos Sandes (UDN), apresentou uma moção à Câmara reunida em sua primeira sessão ordinária, com a presença do prefeito municipal. Segundo os registros em ata, o vereador Álvaro Sandes discorreu sobre o cenário nacional. Ele falou dos

> graves acontecimentos que vem emocionando o país, num gesto de patriotismo e no cumprimento do dever para com a Pátria Brasileira, resolveu manifestar o seu apoio incondicional ao movimento de redemocratização que se processa no Brasil, as gloriosas Forças Armadas, na pessoa de brado e digno General Comandante da 6ª Região Militar (SÃO MIGUEL DAS MATAS, 1964, p. 64).

O vereador continuou o discurso e hipotecou, “inteira solidariedade à candidatura do General Humberto Castelo Branco à Presidência da República, para a grandeza do Brasil e salvação dos brasileiros” (SÃO MIGUEL DAS MATAS, 1964, p. 64).

A alocução de apoio por parte do Legislativo Municipal de São Miguel pôde ser visto em outras cidades, a exemplo de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. Muitos desses sujeitos integravam o partido de sustentação ao regime ou comungavam dos ideais divulgados no período a partir do tripé “Deus, Pátria e Família”, dos discursos de desenvolvimento econômico ou manobras para permanência e ampliação de poder e mando. Esse registro, como outros que analisaremos, evidencia uma parcela da política institucional adesista, porém acompanharemos a luta e a resistência ao golpe e à ditadura presentes em pequenos grupos dessa sociedade, a exemplo dos movimentos religiosos. Assim, compreendemos que a preleção de apoio oficial dos vereadores e prefeitos não pode ser tomada como uma única possível do real histórico, pois outros discursos e práticas foram produzidos por atores que não aceitaram os ditames da inflexão política de 1964.

É válido ressaltar, que as atas do Legislativo de São Miguel são bem técnicas. As discussões mais amplas com preocupações políticas e econômicas sobre os rumos do país pouco aparecem, prevalecendo as miudezas do cotidiano da cidade. Por isso, não conseguimos rastrear falas dos vereadores sobre suas concepções em torno do golpe e do primeiro governo militar instalado em 1964, após os votos de congratulações, como os registrados acima. O conteúdo das atas se restringe às prestações de contas e discussão de projetos, situação bastante diferenciada das atas já analisadas sobre Santo Antônio e das atas que retratam o cenário do golpe em Cruz das Almas.

A configuração do cenário político de São Miguel das Matas nos anos de 1950 e 1960, entremeada por disputas ferrenhas entre os partidários da UDN e do PSD, como também a atuação do Pe. Gilberto Sampaio, dos movimentos jacistas (JAC, JEC e JUC), e do sindicato dos trabalhadores rurais, descortinou um ambiente propício à intervenção militar, após a implantação da ditadura em 1964. Além disso, a atuação do miguelense, Claudionor Froes Couto, militante membro do Comando de Libertação Nacional (COLINA), grupo opositor aos governos dos generais-presidentes e integrante do amplo leque de organizações da esquerda armada que se espalhou pelo país, foi somado a esse cenário. Naquele contexto, Claudionor Couto empreendeu luta, optou pela resistência armada e colocou sua fazenda à disposição para reuniões e esconderijo dos companheiros.

Como já discutido no primeiro capítulo, em São Miguel das Matas, as disputas e conflitos estavam a cargo dos correligionários pertencentes à UDN e ao PSD. O ambiente era tão crítico em relação ao poder exercido pelos políticos locais que os munícipes ficavam à mercê dos interesses daqueles sujeitos, que se achavam os donos do poder e daquele lugar. A vitória de Ademário Villas Boas, em 1950, pela UDN, iniciou o processo de derrocada dos partidários do PSD. Esses últimos, por sua vez, dominaram São Miguel por longos anos e não aceitavam sair de cena.

A partir da leitura das atas, foi possível observar que uma das maneiras, encontradas pelos políticos do PSD para atravancar o governo de Ademário Villas Boas, esteve concentrada no não comparecimento às sessões da Câmara Municipal. Em 1959, os eleitos pelo PSD quase não estiveram presentes às sessões, por isso, muitas reuniões e projetos foram adiados, porque não tinha o número legal de vereadores, tendo sido configurado como boicote aos projetos da bancada udenista.

Dentre os vereadores eleitos pelo PSD, que faltavam às reuniões, se destaca Evaristo Costa Sampaio, ex-prefeito de São Miguel durante dois mandatos e várias vezes eleito vereador. É curioso que mesmo não exercendo efetivamente sua função de vereador, ele foi reeleito por muitos mandatos, fato que expressou o domínio do PSD naquela localidade após a vitória da UDN no pleito de 1950.

O discurso proferido pelo prefeito Ademário Villas Boas, registrado na ata da primeira sessão extraordinária da Câmara Municipal de São Miguel das Matas, em abril de 1963, demarcou o fim daquela gestão de 1959 a 1962, mas o seu incômodo com a atuação dos vereadores pessedistas pôde ser percebida no transcorrer da sua fala. Ele salientou que não queria concluir sem render homenagem à colaboração prestada por “essa ilustre Câmara, cujos representantes, homens dignos dos seus mandatos, portaram-se durante a minha gestão na altura nos que veredam desapaixonadamente, sem o empecilho da mordaça partidária” (SÃO MIGUEL DAS MATAS, 1963b).

Ao elogiar os vereadores que contribuíram com a sua gestão, Ademário Villas Boas aproveitou para alfinetar a oposição. Contudo, não podemos confirmar se os conflitos existentes no cenário político da cidade se devem apenas às questões partidárias ou, também, à postura de Ademário Villas Boas que, ao longo de décadas, foi se construindo como um líder que “mandava e desmandava” mesmo quando não estava à frente do executivo municipal.

Em outra ata da primeira sessão ordinária em abril de 1964, o então prefeito, Manoel Lemos Sandes, eleito no pleito de 1962 e apoiado por Ademário Villas Boas, conferiu o mesmo tom àqueles que julgaram ter legislado guiado por paixões partidárias. “A todos os representantes do povo que se mantiveram por seus atos acima das paixões políticas partidárias, agradeço a todos sem distinção [...]” (SÃO MIGUEL DAS MATAS, 1964). Embora a UDN se mantivesse liderando a cidade desde 1950, com a vitória de Ademário Villas Boas, a força do PSD era percebida através da eleição permanente de candidatos aliados ao partido, mesmo sendo minoria. Em 1964 e nos anos seguintes, após o golpe, os vereadores do PSD se comportaram como oposição aos governos militares, no entanto, a partir das análises da documentação, foi possível perceber que o principal objetivo era fazer frente aos udenistas e atravancar os objetivos de Ademário Villas Boas, que aproveitou o período para se destacar como mandatário da cidade.

4.3 Política partidária após o AI-2 e a implantação do bipartidarismo

Com a instalação da ditadura, em 1964, e a consequente implantação do bipartidarismo, em 1965, os antigos “caciques” do PSD viram no MDB, então partido de oposição ao regime, possibilidade de continuar fazendo frente à política de Ademário Villas Boas e reconquistar o poder e o comando de outrora. A exemplo de Evaristo Sampaio, que passou a ocupar uma cadeira no legislativo pelo MDB e manteve sua postura, junto com seus colegas, de faltar a todas as sessões da Câmara, como foi registrado em maio de 1967: “E infelizmente, mais uma vez, esta pela quinta vez consecutiva, não compareceram à sessão os senhores Vereadores Eduardo Souza Santos, Evaristo Costa Sampaio e Manoel Pereira Mota representantes do Movimento Democrático Brasileiro” (SÃO MIGUEL DAS MATAS, 1967).

Vale lembrar ter sido o MDB composto por diversas frentes oriundas de alguns partidos, que deixaram de existir após o bipartidarismo. Em suas fileiras conviviam antigos trabalhistas, políticos de esquerda que optaram pela oposição legal, membros de partidos extintos como o PSD e o Partido Libertador, e componentes de uma geração que havia iniciado sua vida política no movimento. Diante daquela conjuntura, estruturada a partir de interesses e ideologias distintos, moldar pontos programáticos em comum foi uma tarefa complexa para os emedebistas (MOTTA, 1997). As análises sobre o cenário político de São Miguel evidenciaram um pouco dessa complexidade e divergências de interesses, visto que as ações dos vereadores do MDB local refletiam muito mais interesse em travar os propósitos de Ademário Villas Boas do que praticar uma política endereçada aos ideais de restabelecer a democracia.

Os vereadores da bancada udenista ressaltavam sempre a falta dos emedebistas, mas frisavam também que não estavam preocupados com números, “pois estes sempre serão garantidos pela presença dos vereadores que realmente estão conscientes das responsabilidades que assumiram com o povo na ocasião de suas eleições.” Mas, ressalvavam que estes tinham que colaborar em prol do povo que “lamentavelmente desperdiçaram seus votos com pessoas tão pouco dotadas de algo que se chama responsabilidade.” Os udenistas julgaram necessário que a população miguelense deveria ficar ciente de como estavam “agindo estes indignos

edis” (SÃO MIGUEL DAS MATAS, 1967). No entanto, a falta dos emedebistas não inviabilizou as sessões, visto que os vereadores da UDN eram maioria no legislativo local.

Diante do exposto, é plausível conjecturar que os conflitos no cenário político de São Miguel das Matas giravam em torno de embates antigos dos que buscavam dominar a política do município numa “queda de braço” entre a UDN e o PSD, desde a década de 1940. Essas querelas continuaram e foram intensificadas no contexto da ditadura. Assim, é importante reforçar que, no caso específico de São Miguel das Matas, as fontes não revelam uma postura de contestação ao primeiro governo militar, sob o comando do General Castelo Branco, por parte dos vereadores do MDB, aparece muito mais enfrentamentos baseados nos conflitos estruturados antes da ditadura.

Entretanto, o fato de se filiar ao MDB já era arriscado e mesmo tendo a sua atuação restrita e vigiada, carregava em si um germe de uma possível luta de oposição à conjuntura estabelecida. Em sua maioria, o MDB era composto por sujeitos que buscavam uma oposição legal, muitas vezes com enraizamento no trabalho social, ou movimentos sociais e de contestação ao governo. Outro ponto importante, analisado por Maria Helena Alves referente ao MDB, era a falta de credibilidade entre os vários grupos de oposição da sociedade civil e, como consequência, muitos deles, a exemplo do ME, não considerarem os emedebistas como os representantes da oposição (ALVES, 1964). Diante desses entraves, a estruturação do MDB não foi uma tarefa fácil, os indivíduos de oposição não viram sentido na filiação a um partido consentido pelos militares. Além disso, houve também resistência e medo da população em frequentar os diretórios e organizações do MDB e se tornar alvo dos homens de bota (FERREIRA, 2018). Todavia, como já discutido no capítulo anterior, para alguns sujeitos, como Chico Pinto em Feira de Santana, se integrar ao MDB era uma possibilidade para fazer oposição, combater os governos militares e suas estruturas.

Outra questão estava centrada na atuação do MDB em municípios do interior, pois o conservadorismo era ainda mais arraigado e muitos compreendiam o partido como um recrutamento de opositores e comunistas. Como consequência, aumentava a força da Arena, que garantia alternância no poder através das sublegendas.

4.4 Alvos da repressão ditatorial: movimentos religiosos, sindicatos e associações

Como já sinalizado, a situação de pobreza de São Miguel das Matas, com a economia pouco diversificada, nível educacional baixo, e a riqueza local restrita às famílias “bem nascidas”, contribuiu para a atuação do Pe. Gilberto Vaz Sampaio junto às classes populares. A finalidade era cooperar com a formação política dessas pessoas, que fundaram um Sindicado dos Trabalhadores Rurais, já fortalecidas pelos discursos progressistas de parte da Igreja Católica, através da atuação da Juventude Agrária Católica. No entanto, é válido ressaltar que, na maioria das vezes, esses níveis de desigualdades existentes nos municípios brasileiros se deviam, e ainda se devem, ao domínio de famílias abastadas, que se perpetuavam no poder e travavam intensas disputas envolvendo os munícipes.

Os impactos após o golpe de 1964, em São Miguel das Matas, são percebidos, especialmente, a partir de dois ângulos: de um lado, as disputas entre os correligionários do PSD e da UDN; do outro, uma maior politização das classes populares, influenciadas pelo discurso libertador a partir das orientações do então Pe. Gilberto, com a implantação do sindicato e da vivência na JAC.

No livro *Cartografia da Memória* (2009), de escrita rebuscada e estilo poético, Emanoel Castro Oliveira registrou a presença dos militares em São Miguel das Matas. De acordo com a sua narrativa, Pe. Gilberto Sampaio convocou a todos e traduziu o significado daquela manhã chuvosa nos primeiros de abril de 1964, “[...] marcada pela presença de um bando de soldados de baionetas caladas, como se estivessem, às vésperas de combate corpo a corpo, a tomarem de assalto a pobre casa de porta e duas janelas” (OLIVEIRA, 2009, p. 126). Seguindo o relato de Emanoel Oliveira, o então Pe. Gilberto,

> “[...] de pé brandindo os braços, movido pela mesma valentia em que se metera num entrevero de facão para desarmar dois que se cortavam com lâminas de romper picadas em capoeiras de mato fino, advertiu para o que viria da sanha daqueles que caçavam, ao modo de bichos, os que ousaram organizar um sindicato rural” (OLIVEIRA, 2009, p. 126).

Como pode ser visto, o livro tem um tom ficcional, uma narrativa que mescla acontecimentos reais com imaginação e certo exagero, como na descrição referente

à valentia do Padre, mas não deixa de cumprir o seu papel ao trazer as impressões sobre o golpe de 1964 naquele município.

A narrativa de Emanoel Oliveira sinaliza como a atuação do pároco não se restringia à celebração de missas e tantos outros rituais, mas demarcava, também, um espaço político e intervencionista naquela comunidade. De acordo com as pesquisas de Mayra Sara Teixeira Caldas, seu sacerdócio ia muito além, e por onde passava imprimia sua marca de pároco atento às demandas das comunidades, especialmente dos mais pobres. Um exemplo dessa experiência sacerdotal era o seu envolvimento com a criação e participação nos movimentos do município, como os jacistas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (CALDAS, 2012).

Em São Miguel das Matas, depois da JAC foi formada também a JUC e JEC. A Pastoral da Juventude passou a ganhar cada vez mais força e a influenciar, principalmente, as esferas políticas, econômicas e sociais. No dia 8 de setembro de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Miguel das Matas foi fundado, com o objetivo maior de defender os direitos do homem do campo.

Em 1960, Pe. Gilberto Sampaio mobilizou a comunidade na construção de casas populares, e em 1964, fundou o Colégio Normal, tendo sido o primeiro diretor. Por essa vertente, é viável constatar o quanto ele se tornou uma liderança local de grande influência na vida da população, sobretudo dos mais pobres. Segundo alguns depoentes, o Pe. Gilberto Sampaio passou a ser temido pelos fazendeiros, resultando num cenário de atritos entre ele e os políticos locais. Esses conflitos ficaram ainda mais acentuados após a instalação da ditadura em 1964. A cidade ficou visada por conta da atuação dos sindicalistas, do pároco e dos integrantes da JAC, que passaram a ser perseguidos pelos militares e também pelos munícipes apoiadores do golpe.

A perseguição sofrida pela Juventude Agrária Católica foi tema da entrevista com Maria do Carmo, membro da JAC em São Miguel das Matas. Quando questionada a respeito das pessoas que apoiaram a ditadura e se houve denúncias contra os movimentos jacistas e os sindicalistas, Dona Maria Carminha silencia e em seguida destaca: “Eu não posso te dizer propriamente, porque eu não vi e nem sou testemunha, mas de ter teve, né?” Volto a perguntar sobre a postura de Ademário Villas-Boas, apontado pelas fontes como fervoroso apoiador do governo militar, ela responde: “ele dava duas costas, aliás eu não entendo porque ele se dizia a favor da JAC e lá ele era contra”. O testemunho de Dona Carminha é contido, assim, em

alguns momentos, ela silencia, demonstrando um enquadramento da memória na dinâmica do presente (POLLAK, 1989). Sendo o período em estudo parte da história recente do país, o medo e a insegurança dos tempos ditatoriais ainda povoam a memória dos que se opuseram aos governos militares. Talvez esse tenha sido o sentimento de Dona Carminha ao se mostrar reservada e cautelosa durante seu depoimento.

Além das organizações da Juventude Católica, os trabalhadores sindicalistas da zona rural também sentiram o peso da repressão dos militares. Com o golpe, o STR foi extinto. Em seis de abril daquele ano, as prisões de dois membros daquela associação, que ficaram detidos em Salvador durante setenta e quatro dias, foram anunciadas. Naquela oportunidade, Pe. Gilberto Sampaio saiu em defesa dos trabalhadores, afirmando que se alguém tivesse que ser preso deveria ser ele e não os trabalhadores e pais de família. Sobre a prisão de Manoel Acúrcio Figuêredo e Otaciano Barbosa de Moura, ao indagarmos se eles faziam frente à política imposta pelos militares, Dona Carminha ressaltou:

> Não minha filha, eram pessoas assim que apenas eles sabiam assinar o nome. Eles nem sabiam o que era ditadura, eles não sabiam. Não tinham esse ideal de fazer revolução não. Eles não tinham mesmo. Era uma busca de conseguir os seus direitos, não tinham esse ideal de..., que nada. Eles eram pessoas que tinham desejo de melhoramento, aí foram escolhidos, mas não que tivesse ideia de fazer revolução, de atacar fazendas, essas coisas não (DIAS, 81 anos, 2016).

No transcorrer da ditadura, qualquer oposição à ordem imposta era caracterizada como ação comunista. No entanto, sabemos que muitos não tinham uma leitura marxista e nem faziam parte de organizações, cujo o propósito era desarticular o governo ditatorial, como parece ser o caso dos dois trabalhadores presos. Naquele contexto, o imaginário anticomunista propiciou também a associação entre tudo que subvertesse a ordem estabelecida ao comunismo (RODEGHERO, 2003). Na maioria das entrevistas colhidas até aqui, quando se fala em oposição, os depoentes dizem: “é, tinha uns comunistas aí”.

Ao tomar como referência as prisões de Manoel Acúrcio e Otaciano Barbosa[72], analisamos também as declarações de Ademário Villas Boas, que relembrou seu posicionamento no período. No depoimento, ele mencionou que

[72] Os inquéritos relacionados às prisões de Acúrcio e Otaciano não foram encontrados nos arquivos locais, nem nos acervos nacionais.

Otaciano Barbosa fazia reuniões na fazenda de Evaristo Sampaio, onde morava, e era frequentada por pessoas de esquerda, por isso, Ademário Villas Boas confessou ter concordado com sua prisão, mas declarou que foi visitá-lo, quando estava encarcerado: “Otaciano é quem levava o pessoal para casa dele, hospedava e apoiava. Eu achava que devia, sim, tomar uma trancazinha”. Contudo, ele fez questão de enfatizar o posicionamento contrário à prisão de Pe. Gilberto Sampaio: “Acúrcio e Otaciano eu não sei, eles trabalhavam lá, agora o Padre Gilberto não era comunista” (VILLAS BOAS, 96 anos, 2017).

Nesse sentido, é importante frisar que o dono da fazenda, onde morava Otaciano Barbosa, era Evaristo Sampaio, um dos líderes do PSD em São Miguel das Matas e adversário político de Ademário Villas Boas. Mais uma vez, as fontes evidenciam que os conflitos no cenário político da cidade estavam mais ligados às divergências entre a UDN e o PSD, que propriamente a uma oposição ideológica à ditadura. Quando cruzamos as fontes sobre o movimento de resistência encabeçado por Claudionor Froes Couto, discussão do sexto capítulo, os nomes desses sujeitos não aparecem.

Com prisão também decretada, Pe. Gilberto Sampaio foi convencido a se refugiar em uma fazenda da região até que a sua prisão fosse revogada. Em 1967, ao sofrer muitas ameaças e perseguições, Dom Florêncio, primeiro bispo diocesano de Amargosa, considerou mais seguro transferi-lo para Santo Antônio de Jesus e arrefecer os ânimos em São Miguel das Matas (CALDAS, 2012). Entretanto, como veremos ainda nesse capítulo, o Padre continuou liderando os movimentos em favor dos trabalhadores e manteve uma articulação entre vários municípios baianos.

Na ocasião da prisão do Pe. Gilberto Sampaio, Ademário Villas Boas rememorou algumas lembranças daquele período. Segundo ele, o pároco era uma pessoa extraordinária, muito boa, entendida, inteligente e colaborador: “Com tudo, ele queria colaborar, e tudo ele queria ajudar”. No contexto da ditadura, ele relembrou ter chegado uma ordem para prender Pe. Gilberto Sampaio, mas ele, como ex-militar, pediu para falar com o tenente:

> Eu disse: Olha Tenente, Padre Gilberto é uma pessoa muito boa.
>
> [O Tenente retrucou:] – Há, mas ele é subversivo.
>
> Eu disse: É, ele não é subversivo. Padre Gilberto não é subversivo. Ele é colaborador, coisa e tal. Como ele era apóstolo daquele tempo da Juventude Agrária Católica, ele fazia parte da JAC e, por isso, o

> Exército achou que ele era um elemento subversivo (VILLAS BOAS, 96 anos, 2017).

O depoimento de Ademário Villas Boas contradiz a memória dos munícipes em relação à sua posição a respeito do Padre, pois, muitos afirmaram que ele foi o "carrasco" do Pe. Gilberto Sampaio e de todos aqueles que criticaram e resistiram ao poder ditatorial naquela cidade, durante a ditadura. Para muitos, o líder político perseguia o Padre, bem como os que ousaram contrariar e se opor à conjuntura política da época. Em um dos inquéritos do Serviço Nacional de Informação (SNI), o então prefeito, Ademário Villas Boas, foi o requerente de uma sindicância no município de São Miguel das Matas para averiguação de práticas tidas como subversivas e também solicitou a transferência do pároco Gilberto Sampaio da cidade. Conforme os registros, o foco das investigações militares era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os movimentos jacistas, dentre estes, a JAC se destacava (ATIVIDADES..., 1970).

Os movimentos jacistas, a exemplo da JAC, JEC, Juventude Operária Católica (JOC) e JUC, faziam parte da ala progressista da Igreja Católica, que buscava aproximação com as classes populares a partir de organizações como a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB). No transcorrer da ditadura, esses grupos passaram a ser vistos como subversivos e muitos dos integrantes foram perseguidos e presos. Em alguns casos não conseguiram continuar atuando, como em São Miguel das Matas.

Sobre a postura do pároco da cidade, Ademário Villas Boas sinalizou que, na época, o chefe do SNI era o Coronel Bião Lima, que o chamou para obter informações sobre Pe. Gilberto Sampaio:

> [...] venha cá, o que você acha do Padre Gilberto? Eu disse: o Padre Gilberto é uma pessoa boa, assim, assim, assim. Aí, ele disse: então, eu não vou prender o Padre Gilberto não, mas você vai ficar lá e olhando, qualquer coisa que você achar, me avisa para gente tomar providência (VILLAS BOAS, 96 anos, 2017).

Essa narrativa deixa explícita a próxima relação do entrevistado com o Exército e o seu papel de espião em São Miguel das Matas:

> [...] você vai ficar lá em observação, qualquer coisa que você achar lá anormal você me avisa. Aí, eu fiquei em São Miguel como uma pessoa assim de confiança do Exército. Qualquer coisa, eles primeiro me ouviam, tem isso assim, assim. – Eu, faça isso, faça aquilo, coisa e tal e com o Sargento de Santo Antônio do Tiro de Guerra, eu fiquei à frente disso aí. Eu prestei um serviço à população, porque eu conhecia todo mundo e prestei um serviço também ao Exército. O

> Exército ficou tranquilo, porque tinha uma pessoa lá da confiança deles [...] (VILLAS BOAS, 96 anos, 2017).

Ademário Villas Boas demonstrou um esforço para equalizar a sua memória sobre Pe. Gilberto Sampaio, porém a maioria dos miguelenses relembra a atuação do sacerdote voltada para a população pobre e desamparada. Ademais, os moradores locais apontaram Ademário Villas Boas como perseguidor dos que subverteram a ordem e se posicionaram contra as mazelas locais. Conforme o depoimento de Pe. Cristovão Figuerêdo [73], Ademário Villas Boas "não só não entendeu ou acolheu a dimensão do trabalho humano de Padre Gilberto, como também se tornou seu principal carrasco e perseguidor" (CALDAS, 2012, p. 93). Outros depoimentos, como de Dona Maria Carminha, também expressam a perseguição de Ademário Villas Boas aos movimentos sociais e ao Pe. Gilberto Sampaio, que era o principal representante das lutas trabalhistas em São Miguel das Matas.

A cidade de São Miguel das Matas tem sua história marcada pelos aspectos religiosos e atuação dos padres que por lá passaram. Para o período aqui analisado, a prática sacerdotal de Gilberto Vaz Sampaio será ressaltada, tendo em vista a representatividade dele no munícipio. Conforme as fontes, ele fez do sacerdócio um instrumento de transformação político-social. Em 1952, fundou a Congregação Mariana e, em 1957, se envolveu no movimento Ação Católica, já analisado nessa pesquisa. Os depoimentos colhidos por Mayra Caldas (2012) são quase unânimes em ressaltar sobre a prática do Padre em procurar despertar não só a consciência sobre Deus, mas também instrumentalizar e mobilizar aqueles que estavam às margens da sociedade, com a finalidade de buscarem pelos seus direitos sociais e políticos.

Desse modo, proferia palestras sobre técnicas agrícolas e ensinava os produtores rurais a lidarem melhor com a terra, por meio da irrigação e adubação. Essa interferência do Pe. Gilberto Sampaio na vida prática do município despertou preocupação nos fazendeiros, pois esses últimos temiam que as possíveis mudanças interferissem no domínio político e econômico da região. Essa situação

[73] Padre Cristovão Reis Brito Figuerêdo, nasceu em São Miguel das Matas no ano de 1964. Filho de Manoel Acúrcio Figueredo, que foi perseguido e preso pela ditadura civil-militar devido à sua atuação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel das Matas, junto com o Padre Gilberto Sampaio.

contribuiu para a animosidade das relações entre alguns fazendeiros e o referido padre.

Essa prática do Pe. Gilberto Sampaio, centrada na formação e instrumentalização dos trabalhadores, lembra a trajetória de José Comblin, um padre Belga que vivenciou grande parte da sua vida sacerdotal em países da América Latina, especialmente no Brasil. O Pe. Comblin buscava uma igreja mais dinâmica e voltada para a prática libertadora na formação comunitária e de militância cristã (BURDICK, 1996). Esse desejo foi contemplado de forma mais concreta a partir do Concílio Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965, como descrito nas linhas abaixo:

> Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à habitação, à alimentação, aos meios de locomoção e à tudo que daí se segue. Para sempre, renunciamos à aparência e à realidade da riqueza, especialmente no traje, nas insígnias de matéria preciosa; nem ouro nem prata. No nosso comportamento, nas nossas relações sociais, evitaremos aquilo que pode parecer conferir privilégios, prioridades ou mesmo uma preferência qualquer aos ricos e aos poderosos (CONCÍLIO..., 1996, p. 526).

As fontes pesquisadas, sejam orais, escritas ou iconográficas, permitiram relacionar a vivência pastoral do Pe. Gilberto Sampaio ao anseio de libertar os trabalhadores do domínio dos ricos e poderosos locais, a partir da formação autônoma sobre seus os diretos. A memória popular sobre o sacerdote é marcada pela sua preferência de lutar junto com os menos favorecidos desde os anos de 1950, quando passou a atuar como pároco no interior da Bahia.

Para compreender o contexto sociopolítico de São Miguel das Matas, destacaremos partes dos depoimentos de Manoel Acúrcio e Otaciano Barbosa[74], que eram membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e foram presos durante a ditadura. Manoel Acúrcio relembrou sua participação mais ativa na Igreja Católica, a partir de 1942, e salientou que, daquele momento em diante, começou a consciência do quanto sua força de trabalho como agricultor era explorada pelos latifundiários da região. Otaciano Barbosa, por sua vez, narra a sua saída de Castro Alves e ida para São Miguel das Matas, mencionando ter sido rendeiro e depois meeiro. Ele não deixou de reforçar a vida difícil para garantir a sua sobrevivência e a de sua família (CALDAS, 2012).

[74] Esses depoimentos são do arquivo pessoal de Padre Cristóvão (filho de Manoel Acúrcio), obtidos por meio de entrevistas, realizadas em 2007, pelo Padre Esmeraldo Barreto de Farias, atualmente Bispo de Paulo Afonso, Bahia (CALDAS, 2012).

Nas entrevistas, os depoentes reforçaram que o início da década de 1960 representou esperança para os trabalhadores em São Miguel das Matas, e um dos caminhos, para a melhoria, era uma vivência pastoral libertadora. A experiência religiosa de muitos miguelenses se alinhava às mudanças de alguns setores da Igreja Católica, mais centradas na situação de pobreza que assolava o mundo, com destaque para os países da América Latina. Os depoentes falaram desse momento importante no município e da religião como instrumento de transformação social e política, recordaram também suas ligações ao MEB.

De tal modo, abre-se um parêntese para salientar que, no âmbito religioso, os principais objetivos devem estar pautados em contribuir para a formação autônoma e crítica na vida do indivíduo. O religioso só ganha sentido quando colabora para a humanização da sociedade e esta passa, cada vez mais, a se incomodar com as injustiças e as desigualdades. A religião precisa libertar o sujeito dos diversos entraves sociais. Quando as religiões perdem essas características se tornam perigosas e levam seus fiéis a cometerem atos insanos, por conta da alienação decorrente de suas doutrinas.

Ao tomar como parâmetro essa perspectiva de libertação, os setores da Igreja Católica redirecionaram suas práticas, com o anseio de minimizar as desigualdades sociais, através da conscientização política dos trabalhadores, apropriados pelos discursos libertários. Essa experiência pode ser percebida de forma expressiva na cidade de São Miguel das Matas por intermédio do desempenho pastoral de Pe. Gilberto Sampaio, do Sindicato dos Trabalhadores rurais e da atuação dos movimentos jacistas, em especial da JAC. Nesse sentido, é viável ressaltar que partes dessas lutas foram inspiradas e direcionadas à partir da atuação das Ligas Camponesas no Nordeste[75] e se fortaleceram com a expansão das Ligas a nível nacional, entre os anos de 1961 e 1963.

[75] A mobilização camponesa do Nordeste, que assume a denominação “Ligas Camponesas”, iniciou no Engenho Galiléia, em Pernambuco, no ano de 1954. O movimento se expandiu rapidamente. Esse crescimento foi decorrente das condições políticas e sociais favoráveis e se explica pelo fato de sua base social, o foreiro, representar uma categoria social ameaçada de extinção. O “galileu” simboliza o campesinato nordestino, que vive próximo aos empreendimentos capitalistas, representando um obstáculo à sua expansão. Colocar em questão as condições de sua existência social significa questionar também as vias possíveis de desenvolvimento do capitalismo no campo: é o grande problema levantado pela mobilização camponesa do Nordeste nos fins da década de 50. A luta dos “galileus” desnuda a situação ambígua do campesinato, por isso se transforma na grande luta do trabalhador rural brasileiro contra as condições de exploração a que está submetido (BASTOS, 1984).

Voltando às entrevistas[76], Manoel Acúrcio e Otaciano Barbosa rememoraram a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel das Matas, em 1963, e suas funções como tesoureiros da Confederação, fundada em dezembro de 1963, no Rio de Janeiro. “Havia aí um representante de João Goulart. Havia representantes de Federações de Sindicatos e de quase todos os Estados [...]”. Eles ainda ressaltam “[...] que tudo que era feito tinha o apoio e a cobertura do Padre Gilberto Vaz Sampaio, homem de coragem que não se acovardou mediante as ameaças. Nunca, em momento algum, deixou os trabalhadores sozinhos” (CALDAS, 2012).

A fala de Otaciano Barbosa sobre ter ficado setenta e dois dias encarcerado é marcada pela mágoa de quem lutou pela valorização do homem do campo e do seu trabalho. No contexto da ditadura, por ser o presidente do Sindicato, sua prisão foi inevitável. Em 03 de abril de 1964, ele soube que a polícia estava no seu encalço e tentou resistir, juntamente com o seu companheiro Manoel Acúrcio. Após três dias, eles voltaram para as atividades diárias, mas foram surpreendidos pelos militares. Segundo o depoimento, Manoel Acúrcio foi logo solto e Otaciano Barbosa seguiu para Salvador e ficou preso no Quartel General (QG) do Barbalho. “Foram 72 dias de cadeia. Preso, eu adquiri mais esclarecimento. Voltei a São Miguel, fui trabalhar na roça e lutei novamente para sobreviver” (CALDAS, 2012). Por essa via, o depoimento de Otaciano Barbosa evidencia a tristeza de que muitas coisas não mudaram, sobretudo referente ao trabalhador rural. Em 2007, ano da entrevista concedida ao padre e consultada por mim, ele fala um pouco de sua condição:

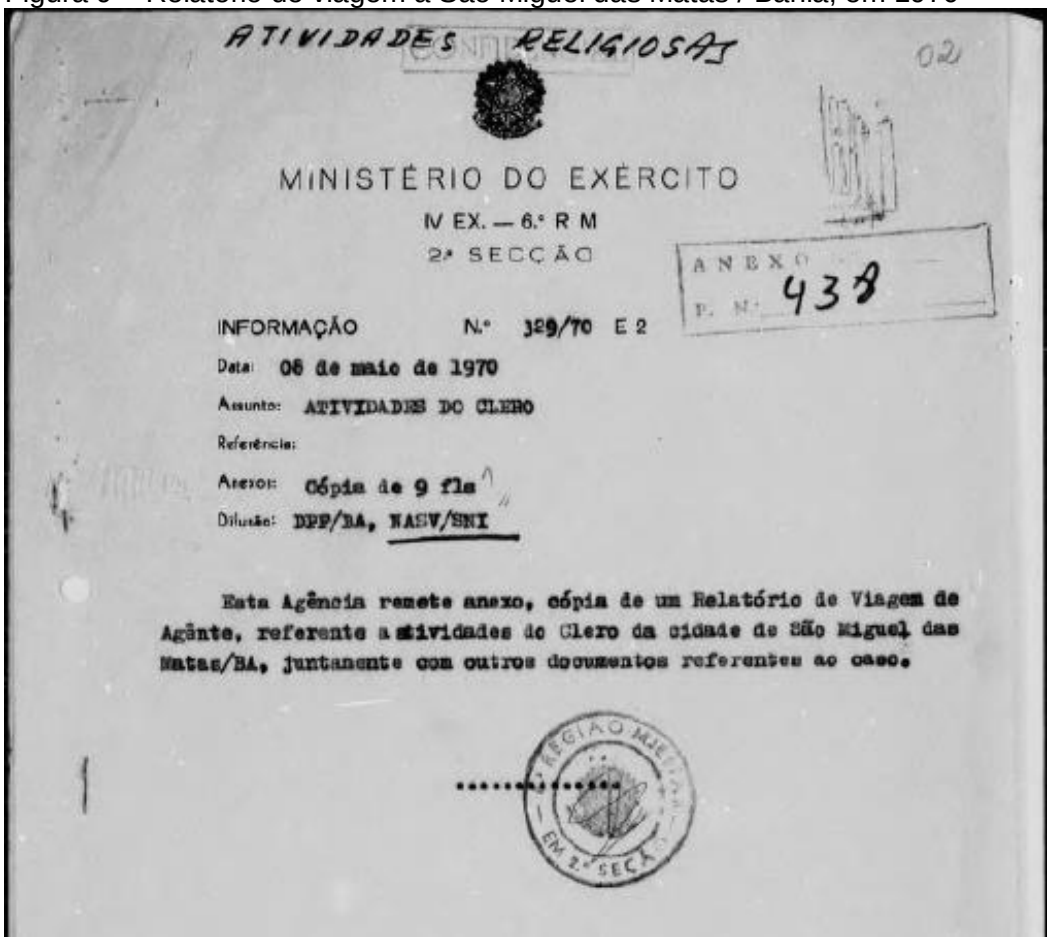
> Hoje, aos 79 anos, inutilizado, pobre, mantenho viva a fé, o amor e a esperança de ver os trabalhadores um dia mais valorizados e respeitados. Não me arrependo do que fiz. Sinto que estou velho e não tenho mais forças para entrar na nova batalha. Pelo que passei, sou um homem realizado (CALDAS, 2012).

Ao tomar como referência o contexto do Recôncavo Baiano, alguns registros foram encontrados no site *Memórias Reveladas do Arquivo Nacional*. O documento tem como assunto *Atividades do Clero* e título de identificação *Relatório de viagem a São Miguel das Matas*, com data de oito de maio de 1970. Ademais, nele é possível encontrar outros documentos sobre o caso como anexo. Logo no início do relatório, existe o assentamento citando que a viagem do agente para São Miguel das Matas

[76] Alguns trechos de entrevistas sobre os movimentos de organização do campo em São Miguel das Matas igualmente foram retirados do trabalho de Mayra Caldas: Entrevistas realizadas em 2007, pelo Padre Esmeraldo Barreto de Farias, atualmente Bispo de Paulo Afonso, Bahia (CALDAS, 2012).

cumpriu o despacho do General, Comandante da 6ª Região Militar (RM), e do prefeito do referido munícipio. Naquele ano, o executivo municipal estava a cargo de Ademário Villas Boas, que cumpria mais uma gestão na cidade, entre os anos de 1967-1971 (ATIVIDADES..., 1970).

Figura 9 – Relatório de viagem à São Miguel das Matas / Bahia, em 1970



ATIVIDADES RELIGIOSAS

02

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

IV EX. — 6.ª R M

2ª SECÇÃO

ANEXO P. N.º 438

INFORMAÇÃO N.º 329/70 E 2

Data: 06 de maio de 1970

Assunto: ATIVIDADES DO CLERO

Referência:

Anexos: Cópia de 9 fls

Difusão: DPF/BA, NASV/SNI

Esta Agência remete anexo, cópia de um Relatório de Viagem de Agênte, referente a atividades do Clero da cidade de São Miguel das Matas/BA, juntamente com outros documentos referentes ao caso.

REGIÃO MILITAR EM 2ª SEÇÃO

Fonte: Arquivo Memórias Reveladas (ATIVIDADES..., 1970).

O agente do SNI foi munido de diversas informações, com o objetivo de averiguar as atividades da JAC não só em São Miguel das Matas, mas também em Santo Antônio de Jesus e Amargosa[77]. O documento evidenciou a ligação das cidades a partir da conexão de lideranças locais. Esses sujeitos já foram aqui analisados por conta das prisões no contexto golpe, a exemplo de Ezequias Sampaio, Geraldo Martins e Gonçalo Quesada, esse último, apontado como o articulador do movimento de oposição em Santo Antônio de Jesus, reaparecem

[77] Amargosa é uma cidade localizada no interior do Estado da Bahia, cujos habitantes são denominados como amargosenses. Amargosa se situa no Recôncavo Baiano, a 37 km a Sul-Oeste de Santo Antônio de Jesus, a maior cidade nos arredores, e se avizinha dos municípios de Elísio Medrado, São Miguel das Matas e Ubaíra (MUNICÍPIO..., 2021).

ligados à JAC na perspectiva de uma Igreja libertária e preocupada com questões sociais (ATIVIDADES..., 1970).

De acordo com o documento, a orientação da organização da JAC parte da Diocese de Amargosa e dos padres, Gilberto Vaz Sampaio, de Santo Antônio de Jesus, e de Walter Pinto de Almeida, de São Miguel das Matas. É importante lembrar que o Pe. Gilberto Sampaio era pároco em São Miguel das Matas, mas na ocasião das prisões dos líderes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ele foi transferido para Santo Antônio, com o objetivo de acalmar os ânimos, pois ele também já tinha recebido voz de prisão e estava sendo monitorado pelos militares. Além disso, a transferência do Pe. Gilberto Sampaio pode ser compreendida como uma tentativa de sufocar os movimentos sociais religiosos, bem como qualquer oposição à conjuntura política local e nacional.

O relatório analisado demonstrou que o Pe. Gilberto Sampaio continuou no seu propósito de movimentar os paroquianos do Recôncavo Baiano, para a construção de sujeitos que compreendessem a importância do seu trabalho na sociedade e lutassem por garantias de direitos. Esses pressupostos eram contemplados por setores da Igreja Católica, que abraçaram os ideais libertários da década de 1960, após o golpe. Assim, mesmo vigiados e muitas vezes presos, alguns representantes da Igreja buscaram integrar a prática religiosa às questões políticas e sociais. “O novo lugar que, progressivamente, o catolicismo foi ocupando na sociedade naquele período, modificou o seu perfil. Foi ocorrendo uma metamorfose na compreensão de si mesmo” (PASSOS, [s. d.], s. p).

Nesse sentido, a averiguação foi justificada, porque a organização que atuou nas cidades doutrinava os trabalhadores e estudantes, com a finalidade de os preparar para a invasão de terras, como também eles eram orientados por professoras leigas, ao discutirem que “[...] a Revolução de 1964 lhes retirou diversos benefícios, e entre outros, de ter sido fechado o Sindicato Rural dos Trabalhadores local” (ATIVIDADES..., 1970).

O documento aborda sobre as reuniões e lideranças do movimento e detalha as informações sobre a organização no município: “[...] São Miguel estava sob a orientação da JAC, através de aproximadamente cinquenta escolas rurais que cercam todo o município, ocupadas por professoras leigas que receberam doutrinação direta de alguns elementos”. Dentre estes, Pe. Gilberto e Enoch Almeida Figueiredo, professor do Ginásio Oito de Dezembro naquela localidade.

Do mesmo modo, sabendo que São Miguel das Matas é uma cidade pequena, na década de 1970 estimava-se cerca de 9.000 habitantes, podemos supor que a maioria das escolas, mencionadas no documento, fazia parte de outros municípios vizinhos, a exemplo de Santo Antônio de Jesus. Quanto à doutrinação, termo muito utilizado no contexto da ditadura, a historiografia já avançou na sistematização de que todo discurso ou prática voltado para as questões sociais eram taxados como subversivos, embasados na construção das representações anticomunistas[78], estruturadas durante a Guerra Fria. Essas estratégias de desqualificar os movimentos sociais são resgatadas por setores conservadores de direita, todas as vezes que esses grupos percebem o crescimento das demandas sociais e os consequentes benefícios alcançados pelas classes populares, mesmo que ínfimos diante das desigualdades existentes e da concentração de riqueza nas mãos de uma pequena parcela da população.

As pesquisas referentes às fontes produzidas pelo SNI demonstram um esforço dos militares em desarticular todos os movimentos que intencionassem informar a população, especialmente os trabalhadores, sobre seus direitos e deveres em sociedade. Outro registro complementa as informações sobre as atividades da JAC, encabeçadas pelo Pe. Gilberto Sampaio. O inquérito produzido teve como função mostrar que o padre articulava seus propósitos em várias cidades baianas, até mesmo fora do Recôncavo Baiano, e evidenciou as conexões entre alguns sujeitos em municípios diferentes, como Amargosa, Jaguaquara, Itaquara, Itiruçu, Feira de Santana, além de São Miguel, Santo Antônio de Jesus, dentre outros (CARTA, 1977).

As análises possibilitaram entender que as articulações de Pe. Gilberto ocorriam para além de São Miguel das Matas. As fontes sobre Santo Antônio de Jesus revelaram que as lideranças santantonienses, atuantes na JAC, eram os mesmos nomes encontrados no contexto de oposição aos governos militares na cidade. Os registros ressaltam que “os elementos tidos como de esquerda” se reuniam na casa da promotora Olga Quesada, esposa de Gonçalo Quesada. Dentre os participantes, Pe. Gilberto Sampaio, Ezequias José de Almeida e Geraldo Martins foram elencados.

[78] Sobre as construções anticomunistas, ver Motta (2002) e Rodeghero (2003).

Os depoimentos, juntamente com as outras fontes pesquisadas, evidenciam o clima de tensão na cidade com a implantação da ditadura. Logo, ficou explícito que, após o golpe de 1964, houve um aumento das disputas pelo poder em São Miguel das Matas, marcadas pela animosidade entre a UDN e o PSD. Como se sabe, após a vitória de Ademário Villas Boas pela UDN, nas eleições de 1950, as brigas e disputas se tornaram frequentes no município, encabeçadas pelos destronados do PSD e os vitoriosos da UDN, e se estenderam ao longo da ditadura civil-militar.

O cenário conflituoso foi reforçado pela vivência pastoral/religiosa na localidade, com destaque para a prática da Juventude Agrária Católica, que tinha como expoente fervoroso o Pe. Gilberto Sampaio. O Sacerdote mobilizou os trabalhadores para a criação do Sindicato Rural e contribuiu para o surgimento de líderes, que passaram a questionar a pobreza do município e lutar por mais igualdade, a partir da valorização e garantia dos direitos dos trabalhadores, especialmente os rurais. A postura desses líderes foi concebida como revolucionária e subversiva, resultando em suas consequentes prisões. É relevante relembrar que o termo “subversivo” fazia parte da ideologia anticomunista e era utilizado pela repressão para caracterizar todos que ameaçassem os anseios de segurança nacional e desenvolvimentismo do período.

Diante das análises das fontes, a imagem que ressignifica a cidade de São Miguel das Matas no presente é de que houve resistência política com base social, especialmente religiosa e agrária, perante os desmandos dos conservadores de 1964. Nesse processo, a figura de Pe. Gilberto Sampaio é descrita e lembrada como um líder, que aliava o religioso ao sociopolítico e econômico, e despertava em seus paroquianos a necessidade de lutar pela garantia dos seus direitos e buscar autonomia a partir de movimentos que atuavam em favor dos trabalhadores, especialmente os rurais, uma vez que a problemática da terra no Brasil sempre assolou o interior baiano, sendo fruto, ainda hoje, de enormes desigualdades. Os tópicos seguintes evidenciarão os detalhes, naquele contexto conflituoso, a partir do domínio político exercido por Ademário Villas Boas e os destemperos dos seus adversários, além da luta do Pe. Gilberto Sampaio e dos movimentos religiosos do município.

4.5 Nos fios da memória: narrativas escritas e orais sobre os efeitos do golpe de 64 na cidade

Para compreender um pouco sobre as reminiscências guardadas por alguns sujeitos a respeito de seus municípios e concernentes à ditadura civil-militar, colhemos alguns depoimentos e analisamos livros de memória que informam sobre esse período, nas cidades pesquisadas. Para São Miguel das Matas, cabe o registro da entrevista realizada com o senhor Italino Camilo dos Santos, gravada pela manhã, em um estabelecimento no centro da cidade. Italino Camilo, natural de Itaquara, município inserido na microrregião de Jequié na Bahia, foi morar em São Miguel das Matas, em 1962, aos 13 anos de idade, estudou naquela localidade e posteriormente se tornou professor do município, recebendo o título de Cidadão Miguelense. Quando fomos para São Miguel buscar os vestígios do período, com base nas fontes escritas e orais, muitas pessoas indicaram o nome de Italino Camilo como alguém que conhece e gosta de falar da história de São Miguel das Matas. No Youtube também tem uma entrevista com Italino Camilo, realizada pela TV Criativa Online, em 2018, que versou sobre a história do município miguelense. A entrevista foi feita no contexto do aniversário de emancipação política e buscou resgatar alguns marcos da trajetória daquela localidade.

O depoimento realizado com Italino Camilo nos remete às discussões propostas por Verena Alberti sobre o uso da fonte oral para além da construção do passado, mas sobre a ação do depoimento no presente, tanto pelo entrevistado como pelo entrevistador. As análises nos faz compreender as especificidades, bem como o cuidado que devemos ter com o uso da oralidade. Isso porque são memórias que, embora busquem resgatar particularidades produzidas no passado, provocam inquietações e descortinam disputas ainda vivas no presente, por isso, vista pela autora como uma fonte em movimento (ALBERTI, 1996).

Ao realizar a entrevista, me apresentei e falei um pouco sobre as minhas pesquisas, e, mesmo após as apresentações, Italino Camilo parecia querer se certificar do uso de sua fala, ao indagar: “Você está fazendo o doutorado, é?” Essa pergunta me fez refletir sobre como o meu objeto de estudo se faz presente e ainda trava batalhas por memória. Além do mais, questionei também sobre a ação dos depoimentos e a consciência que muitos entrevistados têm referente ao uso de suas

memórias e quais impactos podem provocar quando o tema em questão é discutido e revisado com frequência, como é o caso dos anos de 1964-1985.

Italino Camilo narrou ter chegado com o ensino primário inconcluso e terminou "[...] em 1964, justamente no período do golpe militar." Ele fez admissão e, em 1965, passou a estudar no Ginásio Oito de Dezembro, fundado no ano anterior pelo então Pe. Gilberto Sampaio, primeiro diretor dessa unidade de ensino. Ele contou que apesar de estar saindo da adolescência naquele período, já tinha uma visão política e se interessava por compreender a situação do país, acompanhando as notícias através da Rádio Sociedade, juntamente com seu pai, no programa *A Hora do Brasil*.

Italino Camilo se recordou do momento em que houve uma edição extraordinária do programa: "[...] a Rádio Sociedade entrou né e falando justamente [sobre] o que estava havendo né, as forças armadas expulsando o Sr. Presidente João Goulart [...]." Ele parecia reviver as incertezas e dúvidas daquele momento, quando falava em tom de surpresa sobre o golpe de 1964. "Aí, aquele movimento todo, a gente tentando entender o que era aquilo que pra gente era uma novidade, a gente ouvia muitas histórias e depois com o passar do tempo a gente entra no ginásio aí começa ter uma instrução no sentido do que era aquilo ali." (SANTOS, 69 anos, 2017).

A narrativa de Italino Camilo, sobre São Miguel das Matas durante os anos ditatoriais, é entrelaçada pelas representações que configuram o município no presente, reforçada pelo passado que ainda se faz presença e disputa por memória. Quem foi Padre Gilberto? E Ademário: herói ou vilão? Sobre a igreja, qual foi a dimensão e influência da Juventude Agrária Católica na vida das pessoas e na formação do Sindicado do Trabalhador Rural? E o Ginásio Oito de Dezembro?

O depoente reforçou que Pe. Gilberto falava algumas coisas por alto, ele era diretor e professor de algumas matérias, como Francês e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), e Enoch Almeida Figueiredo foi igualmente um professor responsável pela formação mais crítica em relação à política brasileira. "Inclusive, para vocês terem uma ideia, através de Enoch, nós íamos para casa do pai de Enoch, eu, Emanoel esse pessoal todo, o Zé Fernandes que está hoje em Salvador e nós íamos. Lá tinha uma reunião e a gente ouvia a rádio de Moscou, imagine?" (SANTOS, 69 anos, 2017). Ainda nesse tópico traremos mais informações sobre a trajetória do professor Enoch Figueiredo em São Miguel.

O tom de espanto de Italino Camilo em relação a ouvirem a rádio Moscou se explica porque, naquele contexto, estavam vivendo a Guerra Fria e a Rússia, líder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, era representada como uma influência perigosa e maléfica para o mundo. Afinal, de acordo com as representações anticomunistas, encabeçada pelos Estados Unidos e disseminada com fervor durante os anos ditatoriais, a Rússia era a escória do mundo e sua influência acabaria com as famílias e religiões.

Por isso, Italino Camilo recordou que naquele tempo era o maior sigilo e não podia sair dali: “[...] ninguém conversando nada, porque, o chefe político de São Miguel era ex-sargento do Exército” (SANTOS, 69 anos, 2017). O líder, citado por ele, era Ademário Villas Boas, que ainda mencionou ter sido um dos responsáveis pelas prisões ocorridas na cidade. Essa última informação foi encontrada no inquérito sobre São Miguel das Matas, que explica a viagem dos militares para o município atendendo a um pedido do referido líder local. Italino Camilo endossou também a habilidade política de Ademário:

> E ele fez uma jogada de mestre, né? Ele denunciou a questão do sindicato. O sindicato ainda não estava formalizado, estava em formação, mas era mais conveniente para o chefe político ficar do lado do fazendeiro. O fazendeiro geralmente dominava cem, cento e tantos dos votos, cada fazendeiro né? Do que ficar do lado do povão. E aí ele... quando foi um determinado dia, o Exército veio em São Miguel e justamente levou, levou não, prendeu algumas pessoas aqui, e na delegacia, pra dar depoimento, mas só conseguiu levar um, inclusive o Padre Gilberto também foi denunciado, só que Ademário fez uma jogada de mestre. Ademário deve ter o 5º ano primário, mas Ademário fez uma jogada de mestre. O povo se concentrou na porta da igreja: – Não, o padre não! Aí, Ademário se responsabilizou, perante ao major, pelo padre Gilberto. Ele foi um grande, grande político, o camarada com o 5º ano primário, olha a arte do sujeito (SANTOS, 69 anos, 2017).

Como já foi aludido, esse acontecimento também foi rememorado pelo próprio Ademário na ocasião de sua entrevista, quando ele afirmou ter sido justa a “trancazinha” dada em Otaciano Barbosa, tendo se responsabilizado pelos atos do Pe. Gilberto. Ademais, o depoimento de Dona Maria Carminha, já analisado nesse trabalho, demonstrou o mesmo conformismo com a postura de Ademário Villas Boas, ao dizer que não entendia porque “ele dava duas frentes”, ou seja, quando estava com os grupos religiosos parecia concordar com seus propósitos, mas os denunciava e contribuía para sufocá-los, através da vigilância constante.

Durante o depoimento, Italino Camilo rememorou a prisão de Otaciano Barbosa e falou acerca da importância daquele homem, detentor apenas do segundo ano primário, mas “muito inteligente e habilidoso”. Ele ainda complementou que, após os cinquenta e oito dias preso, Otaciano Barbosa continuou com o desejo de transformação social: “[...] era pro homem chegar com medo, mas voltou pior. Aí que a gente aproveitava [e] fazia a reunião, tomava um licorzinho, mas um negócio chocante em São Miguel das Matas, a prisão dele, a presença do exército, que realmente foi um desastre” (SANTOS, 69 anos, 2017). Além disso, ele relembrou o medo de seus pais, pois eles não queriam que ele conversasse nada e nem participasse de reuniões.

De forma complementar, no depoimento, Italino Camilo confirmou as contradições da memória estabelecida sobre os posicionamentos políticos de Ademário Villas Boas junto aos militares e o caracterizou como o “gerente” daquela região, tendo o apoio de Antônio Carlos Magalhães e da confiança depositada pelo Major Bião, que foi contemporâneo dele no Exército. Por conta da postura de Ademário Villas Boas, Italino Camilo revelou o medo dos que se opuseram à política praticada na época. Mesmo assim, conforme o entrevistado, eles tentaram manter uma postura combativa, a exemplo do professor Enoch Figueiredo, que também era secretário do Ginásio Oito de Dezembro e fazia algumas peças teatrais. Ele solicitava trabalhos sobre a realidade miguelense e entrelaçava com conteúdos políticos ocorridos no país.

Por essa via, o memorialista Emanoel Castro Oliveira escreveu sobre a sua experiência naquele Colégio, visto por ele como a única saída para os filhos “sem pecúnia” darem continuidade aos estudos, sem necessariamente irem para um Seminário e se tornarem padres:

> Logo arranjada à mala, correu o comentário da inauguração, no início do ano, do Ginásio, por iniciativa do Padre Gilberto e adeus batina.” E acrescentou: Devo àquele ginásio, batizado Oito de dezembro, dia votivo da santa devoção do seu criador, a permanência por uns quatros anos naquela cidadezinha de cinco mil almas, além da descoberta do não visível na exterioridade das ruas, becos e rostos” (OLIVEIRA, 2009, p. 148).

Essa “descoberta do não visível”, citada pelo memorialista, pode ter relação com as aulas de História e Geografia. Essas, por sua vez, parecem ter descortinado um novo mundo para ele, através de um planejamento mais próximo e dinâmico, relacionado ao seu cotidiano. As aulas não priorizavam os “grandes feitos e heróis”,

“[...], mas sobre São Miguel, dos inícios, dos munidos de arcos verdes, rios e serras, de quem governou de tanto a tanto e demais reparos; num piscar de olhos o pequeno mundo tomou cadeira na sala” (OLIVEIRA, 2009, p. 151).

Desse modo, tanto o depoimento de Italino Camilo como os escritos de Emanoel descrevem o Ginásio Oito de Dezembro como um espaço de criticidade e autonomia. Esse Colégio, portanto, foi um dos palcos da luta travada pelo Padre e seus companheiros na conscientização dos direitos da população, que acontecia a partir de várias frentes, no âmbito religioso, educacional, econômico, com a real intenção de interferir diretamente no cenário político e social local.

Além do posicionamento do Pe. Gilberto Sampaio na cidade e da importância conferida por ele ao ensino, o nome de Enoch Almeida Figueiredo muitas vezes aparece como um professor, que se incomodou com os anos ditatoriais e buscou conscientizar seus alunos sobre esse período. Por essa razão, o nome dele esteve também presente nos autos por subversão à ordem. Conforme o inquérito, que investigou as atividades subversivas em São Miguel das Matas, o professor Enoch Figueiredo estudou no Colégio Antônio Vieira, em 1961, posteriormente, ele fez o curso na Seccional para se habilitar ao ensino secundário no interior do Estado e lecionou Francês, Inglês e Organização política, no Ginásio Oito de Dezembro (ATIVIDADES..., 1970).

Outrossim, o inquérito supracitado endossou que o referido professor foi convidado pelos padres da Diocese de Amargosa, dentre estes Pe. Gilberto Sampaio, para atuar na educação do município. Nessa perspectiva, Enoch Figueiredo era um:

> [...] Elemento vivamente atuante desde que exercia o cargo de professor e secretário no Ginásio Oito de Dezembro, em São Miguel das Matas, onde conseguiu implantar ideias contrárias ao atual regime político aos seus alunos e, quando de um trabalho de grupo, foi mandado falar sobre a atual situação política [...]. [E, naquela oportunidade,] os mesmos fizeram o trabalho de modo que acusavam os militares de terem implantado uma ditadura (ATIVIDADES..., 1970).

Contudo, durante a averiguação dos militares, ele não estava em São Miguel das Matas, porque tinha ido para a casa do tio em Salvador. Segundo os registros, a ida de Enoch Figueiredo foi “[...] por orientação dos Padres Walter e Gilberto, pois a situação, para eles e a JAC, não estava boa.”

Ao retomar o depoimento de Italino Camilo, sobre as memórias que guarda de São Miguel das Matas referentes aos anos de 1960, ele ressaltou como o assassinato do estudante Edson Luís pelos militares, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, impactou todo o país e que São Miguel das Matas se manifestou contra aquele episódio: “[...] em protesto nós saímos do Ginásio Oito de Dezembro para uma missa que nós pedimos para o padre celebrar. Era o Padre Walter, e nós saímos em passeata com a bandeira do Brasil e uma faixa preta de luto, era ousadia da gente viu, e aí vai” (SANTOS, 69 anos, 2017). Nesse momento, ele igualmente recordou das prisões ocorridas na fazenda de Claudionor Froes Couto (as análises de tais prisões serão exploradas no sexto capítulo).

Outro ponto, destacado pelo entrevistado, como importante para a cidade foi a “Festa do Agricultor”. Segundo Italino Camilo, essa festa era para que os agricultores mostrassem o que eles tinham de bom: “O pessoal fazia enxada de madeira e trazia, facão de madeira todo pintadinho, faziam mini casas de farinha, essas coisas todas né?” (SANTOS, 69 anos, 2017). No entanto, ele relembrou que a festa passou a incomodar os políticos locais, que vislumbravam aquele momento como enfrentamento às estruturas. Por conta dos conflitos, o Pe. Walter Almeida transferiu a festa para Engenheiro Pontes e, portanto, “São Miguel perdeu bastante com isso. Se hoje, se essa festa tivesse naquele mesmo patamar, hoje estava um destaque nacional, mas o que aconteceu foi isso aí” (SANTOS, 69 anos, 2017).

No inquérito analisado, sobre a viagem dos militares para São Miguel das Matas, a festa do trabalhador rural, que acontecia na cidade, também foi citada como um movimento perigoso. Conforme a fonte, desde a fundação da Cidade, o dia do agricultor era festejado em 15 de novembro, porém, naquele ano de 1970, sob orientação do Pe. Walter Almeida e do professor Enoch Figueiredo, o festejo foi antecipado para primeiro de maio, tendo sido distribuído um folheto com o título *Camponês “nos moldes do chavão comunista”*. Conforme é possível observar, os dizeres no folheto abaixo (figura 10) instigam nos leitores uma reflexão para além da festa em si.

Figura 10 – Folheto Camponês, São Miguel das Matas / Bahia.

ATENÇÃO

O original deste documento (com 04 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura' completa no original nem na microficha.

C A M P O N Ê S

A FESTA DO AGRICULTOR NÃO É, PARA OS CAMPONÊSES DE SÃO MIGUEL, APENAS A REUNIÃO ALEGRE, A MISSA, O CONCURSO DA REPRESENTANTE E OS JOGOS. ELA MOSTRA TAMBÉM

- A UNIÃO DOS TRABALHADORES RURAIS
- A FÔRÇA DOS CAMPONÊSES
- A VONTADE DE MELHORAR
- A DISPOSIÇÃO DE SEREM RESPEITADOS EM SEUS DIREITOS
- A DISPOSIÇÃO DE CONSEGUIR QUE TODOS TENHAM SEU PEDAÇO DE TERRA
- A DISPOSIÇÃO DE LUTAR POR DIAS MELHORES PARA O HOMEM DO CAMPO

ANO A ANO A FESTA DO AGRICULTOR PREPARA OS CAMPONÊSES PARA A SUA VITÓRIA.

O MEB ABRAÇA SEUS IRMÃOS CAMPONÊSES

Movimento de Educação de Base

Fonte: Arquivo Memórias Reveladas (ATIVIDADES..., 1970).

Para facilitar a leitura, segue a transcrição do folheto:

C A M P O N Ê S

A festa do agricultor não é, para os camponeses de São Miguel, apenas a religião alegre, a missa, o concurso da representante e os jogos. Ela mostra também:

- A união dos trabalhadores rurais
- A força dos camponeses
- A vontade de melhorar
- A disposição de serem respeitados em seus direitos
- A disposição de conseguir que todos tenham seu pedaço de terra
- A disposição de lutar por dias melhores para o homem do campo

Ano a ano a festa do agricultor prepara os camponeses para a sua vitória.

O MEB abraça seus irmãos camponeses
Movimento de
Educação de

Base

O teor do folheto é explicito e demonstra a consciência política dos organizadores em conceber a festa como uma oportunidade para os trabalhadores refletirem sobre seus direitos e a importância do seu papel na sociedade. É visível também como a postura da Igreja, na perspectiva dos movimentos religiosos e da atuação dos padres, conduziu os miguelenses à refletirem e construírem sua luta, atentos às desigualdades existentes e que seria possível mudar.

No tocante aos direitos trabalhistas é importante frisar que essa pauta ocupou espaço de destaque, tanto nas discussões como na atuação do Estado, durante o primeiro governo Vargas. Em 1930, ainda no governo provisório, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi criado. De acordo com as pesquisas de Edinaldo Oliveira Souza, no transcorrer das décadas de 1930 e 1940, diversas leis e decretos, além de duas Constituições, a de 1934 e a de 1937, legislaram sobre a questão trabalhista (SOUZA, 2012).

Entretanto, o trabalhador precisava estar atento para lutar e exigir a garantia dos seus direitos. Como já analisamos, o papel de sindicatos e das associações, voltados para os anseios trabalhistas, eram imprescindíveis para reivindicar e resistir. O surgimento das Ligas Camponesas, na década de 1950, em favor dos direitos trabalhistas fortaleceu ainda mais a luta dos trabalhadores, especialmente na região Nordeste. Em São Miguel das Matas, os reflexos daquela movimentação trabalhista em consonância com o país, além da atuação de setores da Igreja, engajados nas questões sociais e imbuídos dos discursos proferidos pela Teologia da Libertação, que exerceu um importante serviço em favor dos trabalhadores locais, eram percebidos.

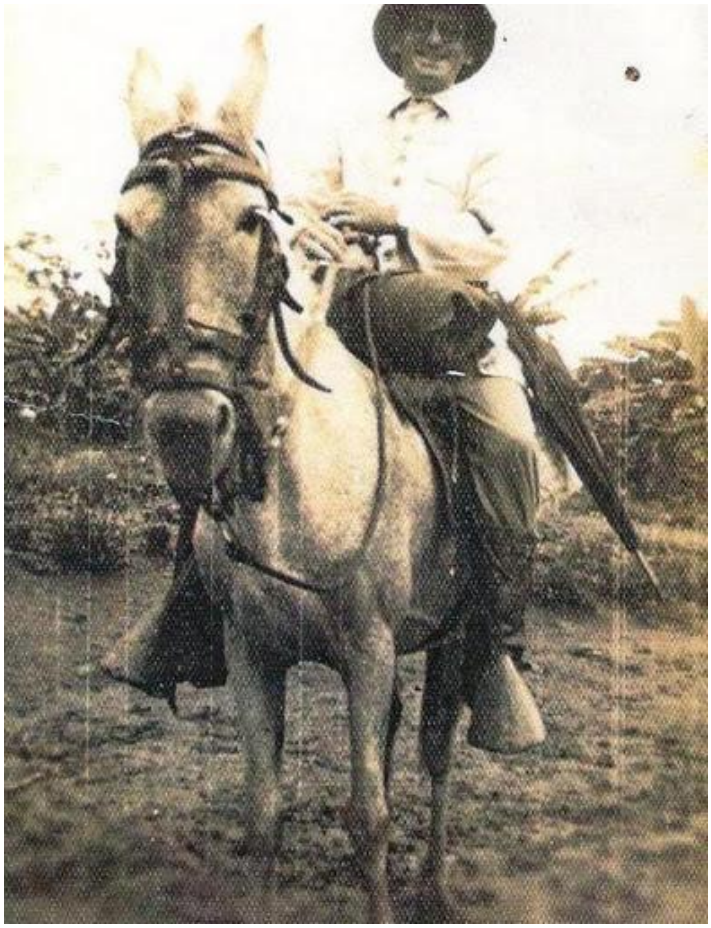
Nesse ponto, é notório como a religião em São Miguel das Matas estava sendo direcionada pelo catolicismo popular, que combatia o catolicismo oficial e buscava defender os direitos das pessoas, além de renunciar privilégios e vivenciar a pobreza como tantos no mundo, especificamente na América Latina e no Brasil. Durante o Concilio Vaticano II (1962-1965), partes da Igreja Católica assumiram um compromisso com os pobres: “Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à habitação, à alimentação, aos meios de locomoção e a tudo que daí se segue” (CONCÍLIO..., 1996).

As análises de Cristian Barreto de Miranda ressaltam que, muito antes do Concílio Vaticano II, a Igreja já estava em processo de reorientação das suas práticas, na tentativa de se aproximar mais das questões sociais e dos direitos dos operários, através de propostas inseridas na Encíclica *Rerum Navarum*, publicada no ano de 1891, pelo Papa Leão XIII. Mesmo de forma tímida, a Igreja sinalizava para a necessidade de se envolver com os problemas da sociedade. Entretanto, o Concílio Vaticano II provocou de forma mais profunda transformações e quebra de paradigmas nas práticas da Igreja (MIRANDA, 2012).

O Concílio supracitado permitiu o surgimento de um *novo pensamento* sobre a Igreja e sua missão, minimizando a força de uma Igreja profundamente dogmática, sacramentalista, ritualizada, devocionista e fortemente hierarquizada; e privilegiando um modelo de Igreja pautado na comunhão a serviço no mundo (ZANLOCHI, 2001). Esse olhar mais direcionado para os pobres, a partir do Concílio, foi percebida na experiência religiosa de São Miguel.

Sobre isso, a memória que prevalece na cidade em relação ao padre Gilberto Vaz Sampaio é a de um homem simples que fez do seu sacerdócio um instrumento de luta em defesa dos mais vulneráveis. A imagem dele se locomovendo no burro para atender as demandas da população (figura 11), habita as lembranças dos seus paroquianos, não só em São Miguel das Matas, mas nas outras localidades em que esteve à frente.

Figura 11 – Padre Gilberto montado em Beija-flor, em uma de suas primeiras viagens à São Miguel das Matas / Bahia.



Fonte: Arquivo pessoal de D. Hilda Vaz (CALDAS, 2012).

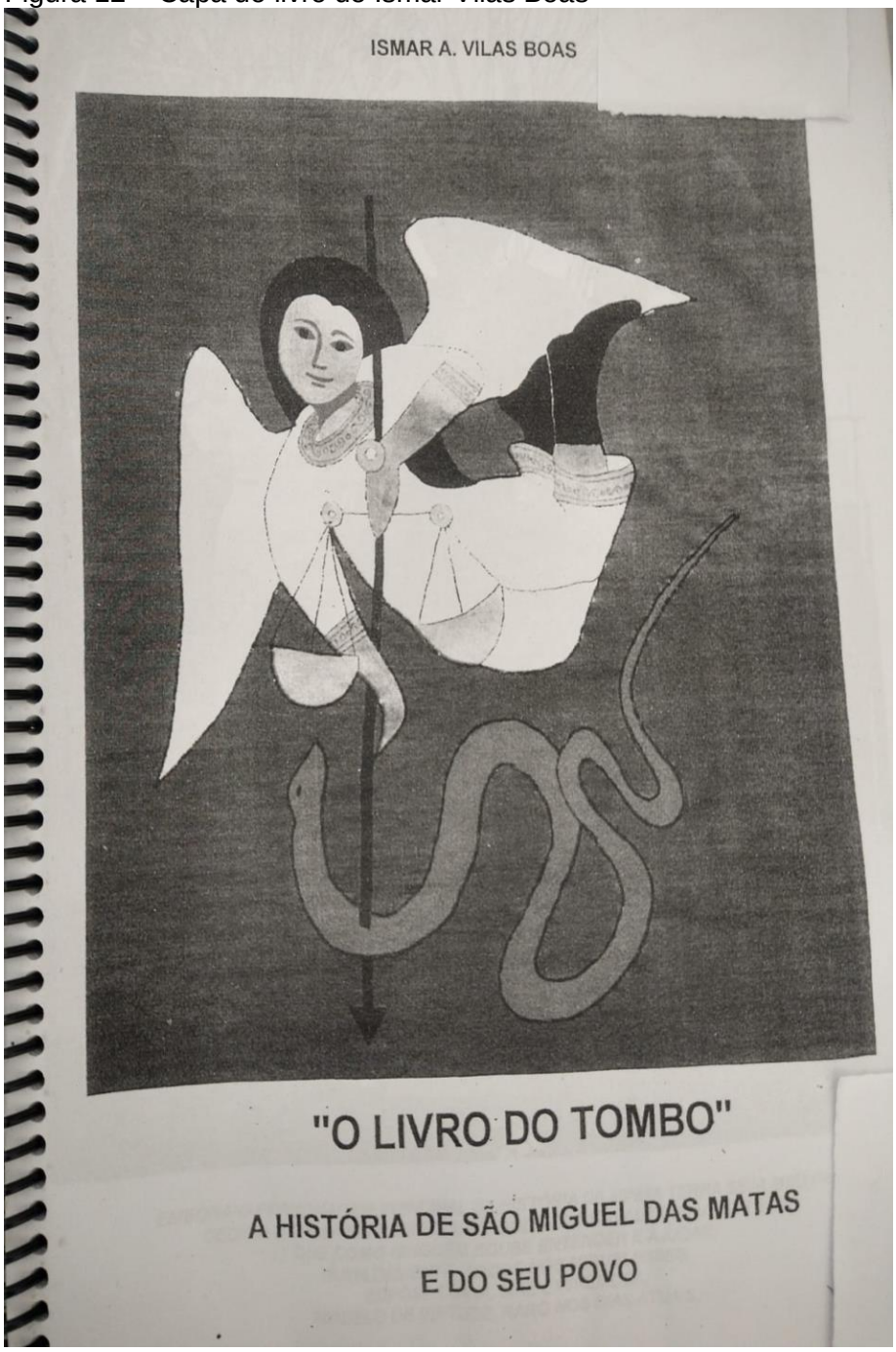
4.6 O “Livro do Tombo” e a “memória dividida” em São Miguel das Matas

Ao longo dessa pesquisa, especificamente quando fazemos referência à São Miguel das Matas, o nome de Ademário Villas Boas aparece marcadamente, devido à sua influência política no munícipio: ele foi eleito seis vezes para prefeito local, isso sem contar com as outras candidaturas, conquistadas com o seu apoio. Até aqui, a trajetória dele aparece abalizada por contradições, ora como um sujeito que quebrou a força da oligarquia local, que engrossavam as fileiras do PSD na década de 1950; ora como um ex-militar, atuante na Segunda Guerra Mundial, que, após o golpe de 1964, se tornou o braço direito dos militares e passou a contribuir com o SNI, fornecendo os dados sobre movimentos e sujeitos de São Miguel das Matas.

Embora, Ademário Villas Boas no depoimento busque para si uma aproximação e amizade com o Pe. Gilberto Sampaio, durante a ditadura, os dois aparecem em campos opostos. O primeiro ganhou ainda mais poder e domínio no cenário da cidade, e o Padre atuou através dos movimentos jacistas, sindicatos e associações em favor dos direitos, especialmente dos trabalhadores rurais e em oposição ao governo dos militares.

O "Livro do Tombo: a história de São Miguel das Matas e do seu Povo" (figura 12), escrito por Ismar Vilas Boas se apresenta como uma tentativa de narrar sobre a história da cidade, bem como, da atuação do seu pai, Ademário Villas Boas, como um benfeitor local, a partir de suas próprias vivências e as que para ele foram contadas. A palavra *Tombo* no título do livro parece reivindicar um lugar de importância na escrita da história do município e, consequentemente, sobre a trajetória política de Ademário Villas Boas, enquanto líder local. Essa ideia fica expressa no prefácio, ao destacar que escrever a história de São Miguel das Matas foi uma tentativa de resgatar os fatos em diferentes épocas. Além disso, enfatiza que não pretende agradar ou desagradar ninguém e sim dar testemunho e registrar os acontecimentos, "sem se curvar às pressões". Ao mesmo tempo, ele assegura sobre a necessidade de um documentário histórico-político do município, "[...] pois os fatos, quando não registrados, com o tempo se perdem na memória das gerações futuras" (VILAS BOAS, [s. d.], prefácio). Os escritos de Ismar Vilas Boas nos lembram as análises de Phillipe Lejeune, que discute sobre as narrativas de exploração da subjetividade. Segundo este autor, as narrativas têm em comum a procura do autoconhecimento, o voltar-se para si mesmo, a imersão no Eu, a apreciação das experiências vividas por um sujeito (LEJEUNE, 2008).

Figura 12 – Capa do livro de Ismar Vilas Boas



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A obra de 290 páginas não tem ficha catalográfica e nenhuma informação sobre possível publicação, nem data. No entanto, o caminho dado ao escrito sugere ter sido produzido no final do século XX. A narrativa foi finalizada com os registros sobre a última eleição de Ademário Villas Boas, para o pleito de 1993-1996:

> O povo elegeu Ademário pela sexta vez e, em todas as vezes que findava o seu mandato, sempre conseguia a vitória dos candidatos que apresentava. Completando um somatório de cinco mandatos dos substitutos e seis seus, perfazem um total de onze eleições

> municipais vitoriosas. É o prefeito mais consagrado pelo voto popular que a história do Brasil já conheceu. O “Fantástico”, programa da Rede Globo, de maior audiência da televisão brasileira e o “Jornal Nacional”, edição de 16 de outubro de 1992, deram destaque à São Miguel e ao seu prefeito, recordista em eleições vitoriosas e, mais recentemente, em agosto de 1994, foi destaque no programa de televisão, intitulado “Globo Repórter”, também em audição nacional (VILAS BOAS, [s. d.], p. 289).

Ismar Vilas Boas caracterizou a primeira eleição de Ademário Villas Boas, em 1950, como um período de rompimento com os coronéis, visto que dos dois partidos predominantes na cidade (PSD e UDN), o Partido Social Democrático dominava a política local e a UDN era quase inexpressiva até os anos de 1950, em São Miguel das Matas. O fortalecimento da UDN, através de Ademário Villas Boas, foi mais um ponto que impulsionou a vigilância dos militares na cidade após o golpe civil-militar. Conforme Maria Vitória Benevides, foi a partir de 1953, com a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho que os vínculos entre udenistas e militares foram estreitados, levando a UDN a se tornar o principal partido que apoiou o golpe e conferiu sustentação à ditadura (BENEVIDES, 1981).

A narrativa pontua os primeiros anos da administração pública de Ademário Villas Boas e o enfrentamento em relação aos adversários do PSD. Nesse entendimento, Ismar Vilas Boas descreve a atuação do pai como um guerreiro que, apesar dos entraves impostos pela oposição, não se intimidava e seguia com o seu trabalho: “Meu pai despertava às quatro horas da manhã para iniciar o seu dia de desbravador, abrindo estradas. Por lá passava o dia, almoçava na marmita que a minha mãe preparava, à beira de um rio, sob uma ingazeira [...]” (VILAS BOAS, [s. d.], p. 184).

Além disso, ele destacou as transformações em São Miguel das Matas a partir das lembranças na condição de filho do então prefeito Ademário Villas Boas: “São Miguel vivia grandes dias. Pela Estação de trem, chegavam todas as publicações e novidades da capital, sem falar nos baleiros, que não deixavam faltar em suas cestas de vime todas as espécies de guloseimas” (VILAS BOAS, [s. d.], p. 192).

Na ocasião do golpe de 1964, o prefeito era Manoel Lemos Sandes, mesmo tendo sido eleito por intermédio do apoio do pai, Ismar Vilas Boas relata que foi um período ruim para São Miguel das Matas e que o prefeito estava mais preocupado com o enriquecimento próprio e acúmulo de patrimônios em detrimento das mazelas

dos miguelenses. No que concerne às suas impressões sobre os anos de 1960, o autor escreveu um tópico intitulado: *A Revolução de 1964 e seus reflexos em São Miguel.*

Nesse sentido, as memórias de Ismar Vilas Boas sobre os primeiros anos da década de 1960 se diferem dos anos de 1950[79], administrados pelo seu pai durante dois mandatos e um outro por Alyrio Athaíde Andrade: “Estamos nos anos 60, ditos “anos dourados”, porém em São Miguel, continuavam ‘cinzentos’ [...]”. Segundo a narrativa, o motivo não estava centrado unicamente na situação de pobreza em que viviam muitos miguelenses, mas também por conta do prefeito Manoel Lemos Sandes, “que nos administrava, preocupado mais em criar e administrar seu próprio patrimônio, pouco se importando com a miséria e ignorância que assolavam a maior parte da nossa população [...]”. Ainda sobre a década de 1960, o autor menciona sobre outros “[...] fatos lamentáveis que atingiram alguns cidadãos do nosso município” (VILAS BOAS, [s. d.], p. 232). Por essa vertente, é possível conjecturar que ele está se referindo às perseguições e às prisões, realizadas pelos militares, aos líderes do Sindicato do Trabalhador Rural, aos integrantes da JAC e ao Pe. Gilberto Sampaio.

Os escritos de Ismar Vilas Boas permitem fazer relação com o conceito de pós memória. Logo, tomando como parâmetro estudos que tratam do tema, Beatriz Sarlo destaca o caso dos filhos que reconstituem as trajetórias dos pais, ancorados na memória deles, mas não só nelas. Assim, “a pós memória, que tem a memória em seu centro, seria a reconstituição memorialística da memória de fatos recentes não vividos pelos sujeitos que os reconstitui” (SARLO, 2007). Esses, portanto, são sujeitos que buscam compreender determinado contexto, por isso eles se colocam, “pela imaginação ou pelo conhecimento”, no lugar dos que experienciaram o acontecimento de fato.

Ao longo do texto, Ismar Vilas Boas fez questão de detalhar o trabalho do pai no município. Até mesmo quando ele não estava à frente da prefeitura, o filho conferiu ênfase nas atividades desenvolvidas pelo pai na saúde de São Miguel das

[79] Na década de 1950, Ademário Villas Boas esteve à frente do executivo municipal entre os anos 1951-1955, depois Alyrio Athaide assumiu de 1955-1959 e, por fim, Ademário Villas Boas retornou como prefeito para os anos de 1959-1962.

Matas, devido à experiência adquirida por ter atuado como padioleiro[80], durante a II Guerra Mundial.

Quanto à percepção de Ismar Vilas Boas em relação aos encaminhamentos pastorais do padre Gilberto, nos anos de 1960, o relato versou sobre o envolvimento gradual do pároco com os movimentos políticos de esquerda, motivado pelo inconformismo e pelas calamidades na forma como eram explorados os trabalhadores rurais do Brasil e, especificamente, de São Miguel das Matas. Diferente das informações analisadas que colocam, de alguma maneira, Ademário Villas Boas e Pe. Gilberto Sampaio em campos opostos, Ismar Vilas Boas buscou, em algumas partes do texto, equalizar a atuação dos dois na cidade: “O padre Gilberto Vaz Sampaio, Ademário e Alyrio, cada um à sua maneira, procuravam, sem medir esforços, amenizar as carências do nosso povo [...]” (VILAS BOAS, [s. d.], p. 232).

Nessa perspectiva, o autor rememora todo o trabalho de fundação do Sindicato do Trabalhador Rural, do Ginásio Oito de Dezembro e da atuação da Juventude Agrária Católica, evidenciando a ressonância daqueles movimentos não só em São Miguel das Matas, como em outras cidades baianas. “Padre Gilberto continuava com o seu trabalho, ocupando-se dia e noite dos movimentos sindicais rurais em São Miguel, transformando-os num dos mais fortes do Estado da Bahia” (VILAS BOAS, [s. d.], p. 234).

Entretanto, no livro consta que a aproximação e vivência do Padre junto aos movimentos sociais foi o ponto de desencontro ideológico com o grupo político dominante no município e, consequentemente, com Ademário Villas Boas. Esse último, por sua vez, não via com bons olhos toda aquela movimentação mais politizada, visto que provocava questionamentos por parte da população referente à sua administração e liderança, considerando o fato de ser considerado o mandatário local, mesmo quando não estava como prefeito.

> O padre sabia que não convenceria Ademário e seu grupo a se unir ao trabalho de conscientização política e promoção social que pretendia, pois Ademário trazia como marca principal na sua formação, os ensinamentos que recebeu no Exército e desempenhava uma liderança inconteste nos demais membros do seu grupo político e que, por certo, não concordava com as ideias consideradas de “esquerda”, na época, praticadas pelo Padre Gilberto Vaz Sampaio (VILAS BOAS, [s. d.], p. 234).

[80] Soldado encarregado de remover feridos do campo de batalha.

Além da sua formação militar, Ademário Villas Boas era o líder da UDN no município, partido que encabeçou o processo de desestabilização de João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. Os registros de Ismar Vilas Boas evidenciam a postura conservadora e de mando do seu pai, fato que facilitou a repressão militar, a exemplo das perseguições e prisões, além da vigilância constante dos militares naquela localidade. Nesse incurso, é perceptível que a cidade vivia a partir da orientação de dois líderes, mas que atuavam em campos distintos, o que provocava vários entreveros entre autoridades e munícipes.

Na obra sobre a história de São Miguel e do seu povo, Ismar Vilas Boas conta que, para a tristeza dos seus pais, após o golpe ele já se encontrava engajado na luta, participando ativamente como estudante do Central, no CPC[81]. “Era um tempo de Euforia e de sonhos impossíveis. Meu relacionamento com meu pai estava passando por uma fase difícil. Divergíamos, e eu achava que ele fazia parte de um grupo político retrógado”. Contudo, em tom de revolta, ele confessou que teve de amargar as decepções, a começar por se sentir desamparado, juntamente com seus companheiros, pois segundo ele, os líderes fugiram e os deixaram à mercê da perseguição dos militares. Em meio a esse desabafo registrou: “[...] meu pai é que tinha razão em não embarcar naquelas utopias sociais” (VILAS BOAS, [s. d.], p. 235).

O desapontamento de Ismar Vilas Boas pode ser analisado a partir das revisões e enquadramentos da memória, visto que a produção do seu livro ocorreu na segunda metade do século XX, em um contexto de fortalecimento dos ideais liberais e da perspectiva globalizante. Quanto à São Miguel das Matas, no contexto do golpe de 1964 e dos primeiros anos ditatoriais, as investigações, bem como as memórias, evidenciaram que os conflitos e disputas entre os políticos tradicionais do município ecoaram e ganharam novos contornos após a implantação da ditadura civil-militar.

Naquele cenário, duas trajetórias opostas se entrelaçaram e marcaram espaço na cidade. Ademário Villas Boas vislumbrou enquadrar São Miguel nos caminhos de desenvolvimento econômico e da ordem nacional, ideais tão caros para os militares, que por sinal eram seus parceiros de farda. Na contramão desses

[81] O Central foi o núcleo irradiador de posturas de oposição à ditadura militar na Bahia. Nesse colégio, o movimento estudantil voltou a se reorganizar a partir de 1966, sob forte influência do PCB, através de figuras como Jurema Augusta Ribeiro Valença, Marie Hèlene Russi e Carlos Sarno, que pertenciam à base estudantil desse partido e mobilizavam o CPC (SOUZA, 2013).

anseios, Pe. Gilberto Sampaio almejou ser ouvido e as fontes revelaram que sua voz reverberou nas vozes de trabalhadores e religiosos, fortalecidos em seus propósitos de reivindicar seus direitos por uma vida mais digna. Ou melhor, a memória de Ismar Vilas Boas é reveladora da disputa ainda atual de uma versão sobre o passado. Ademais, ela demonstra um desencantamento com as esquerdas, fruto de uma polarização política e possivelmente da falta de unificação dos discursos e alinhamento dos anseios pretendidos pelos grupos e partidos de esquerda.

As análises permitiram aprofundar as discussões sobre o movimento de oposição no município, com destaque para a atuação do Sindicato do Trabalhador Rural e da Juventude Agrária Católica. Os grupos mobilizados pelos discursos em prol de uma sociedade mais igualitária e "livre" do julgo dos patrões se reuniam e, muitas vezes, faziam das missas o espaço de aprendizado para fortalecer suas reivindicações. Aquele cenário foi o estopim para que os militares ficassem de olho, executassem prisões dos líderes sindicais e montassem guarda no município.

Além disso, como veremos no quinto capítulo, a militância de Claudionor Froes Couto no COLINA e a sua ligação com a luta armada em outros estados e municípios contribuíram para a permanência dos militares em São Miguel das Matas. É relevante acrescentar a vigilância à sua fazenda, que serviu de refúgio e esconderijo para os seus companheiros.

No próximo capítulo, discutiremos sobre os impactos do golpe e dos primeiros anos ditatoriais em Cruz das Almas. Nesse sentido, o enfoque estará centrado no apoio de partes do legislativo local em favor dos militares e do que denominaram de "restabelecimento da democracia". Aqueles edis passaram a denunciar e perseguir os vereadores eleitos pela Bancada Democrática Trabalhista, que nem mesmo puderam voltar ao legislativo local, assim como o prefeito Jorge Guerra, que renunciou ao seu mandato antes mesmo da cassação. Por último, acompanharemos também a movimentação dos sindicatos, associações, da Frente Nacionalista de Cruz das Almas e dos sujeitos que ousaram fazer oposição à conjuntura ditatorial.

5 IMPACTOS DA INFLEXÃO POLÍTICA DE 64 E DA DITADURA EM CRUZ DAS ALMAS

5.1 Cenário político nas prévias do golpe

Nesse capítulo, discutiremos sobre os impactos do golpe e da ditatura em Cruz das Almas, investigando as adesões do legislativo local, simbolizado pelo apoio da maioria dos vereadores ao governo Castelo Branco. Assim, os movimentos de resistência também serão observados, especialmente aqueles que foram vigiados e controlados pelos militares e civis golpistas. A cidade foi cercada, ocorrendo deposições, fugas, prisões e torturas daqueles que ousaram desafiar a ordem vigente.

Com um ambiente político mais polarizado por conta do crescimento da atuação dos vereadores do PTB, alguns ligados ao PCB, os votos de congratulações à nova ordem não foram unânimes. Os conflitos exacerbados na política revelaram uma cidade em que muitos setores questionavam o domínio de latifundiários e se consolidavam na luta por igualdade social, através de sindicatos, associações e da FNCA, fortalecidos pelos movimentos estudantis secundaristas e universitários, do Colégio Alberto Torres e da EAB. Tais experiências delinearam um cenário de intensos conflitos nos primeiros dias após o golpe e intervenções imediatas dos militares na cidade.

Os aspectos educacionais e políticos responsáveis por um nível crítico e contestatório elevado podem explicar o posicionamento dos militares em intervir de forma imediata e truculenta em Cruz das almas, considerada por eles o “ninho de comunistas e subversivos”. As atas do legislativo nos primeiros dias de abril de 1964 demonstram também um clima tenso e de euforia dos udenistas, que de forma imediata passaram a condenar os atos dos vereadores da Bancada Democrática Trabalhista e caracterizá-los como inimigos da Pátria e do município cruzalmense. Eles reavivaram discursos daqueles edis em apoio a João Goulart e as reformas de base. A primeira medida, portanto, foi depor os vereadores da Bancada Democrática Trabalhista e perseguir todos os outros que ousaram pensar numa sociedade mais igual e igualmente questionaram a intervenção dos militares e a implantação de uma ditadura.

5.2 Cruz das Almas: no caminho tinha a Frente Nacionalista, associações, sindicatos e a Escola Agronômica da Bahia

Nos anos de 1950 e 1960, em consonância com o país, o município foi palco do surgimento e consolidação de movimentos sociais como a Associação Beneficente das Mães Pobres e da Frente Nacionalista de Cruz das Almas. Assim, através da atuação dos seus líderes, com a publicação de folhetins e periódicos, o nacionalismo foi ganhando cada vez mais força no município e abriu espaço no cenário político dominado pela oligarquia Passos.

No início dos anos de 1960, os movimentos sociais se encontravam em efervescência no país, com a participação mais efetiva dos sindicatos, associações e ligas. Naquele momento, as lutas nacionalistas estavam se refazendo e passaram a questionar cada vez mais a política desenvolvimentista, sobretudo a partir da experiência do governo de Juscelino Kubitschek, que acentuou as diferenças sociais e os desníveis econômicos entre as regiões.

Esses movimentos interferiram em vários setores no município e o ambiente político foi o espaço propício para que, a partir da eleição de vereadores, membros da Frente Nacionalista e partidários do PTB interviessem na condução dos rumos da cidade, que até a década de 1950 eram governados pela oligarquia Passos. Esse contexto de maior mobilização social pareceu incomodar os Passos, que mantinham o domínio na cidade, a começar pelo espaço político e econômico. O incômodo se estendeu aos correligionários da UDN e marcou um dos pontos de conflito no legislativo local.

A ascensão dos movimentos sociais, durante o segundo governo Vargas, tem relação direta com a política praticada naquele período. Para Ângela de Castro Gomes, o esforço no processo de invenção do trabalhismo era articular os discursos a partir da valorização do trabalhador nacional e que, apesar da lógica simbólica, o objetivo do governo era alinhar aos custos benefícios para o Estado. Os trabalhadores, bem como outros movimentos sociais, se aproveitaram desse aparente espaço de luta para se organizarem e empreenderem ações por direitos, mesmo que de alguma forma fossem controladas pelo Estado Varguista. Vale lembrar que João Goulart era o Ministro do Trabalho naquele governo e, por conta

de suas práticas no ministério, sofreu uma tentativa de golpe, em 1961, para não assumir a Presidência, após a renúncia de Jânio Quadros e, em 1964, ele foi deposto, após o desferimento do golpe civil-militar (GOMES, 2005).

Outro registro, que permite acompanhar a atuação da bancada trabalhista junto às classes mais pobres e às lutas sociais, é o alerta a respeito da situação política que atravessava o país e sobre as reformas estruturais que parcelas da população reivindicavam. Vale lembrar que, no final de 1963, as posições sociais estavam mais radicalizadas, alguns grupos, com destaque para os movimentos sociais através de sindicatos e associações, reivindicavam a urgência das reformas de base; e outros, mais conservadores, buscavam manter o status e sustentação de seus interesses, alicerçada em discursos reacionários a partir da tríade Deus, Pátria e Família (SKIDMORE, 1982).

De acordo com as análises de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, “o país fechou o ano de 1963 com crescimento do PIB de menos de 1% e uma inflação de 73%. A corrosão dos salários causada por essa alta taxa inflacionária provocava reação entre os trabalhadores [...]” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 211). No final desse ano, portanto, o governo de João Goulart estava desgastado e era incapaz de lidar com a instabilidade econômica e com o controle inflacionário.

No cenário nacional, o PTB lutou pelo “monopólio do apelo getulista, reinventando um trabalhismo sem Vargas.” As investigações de Jorge Ferreira e Ângela Gomes assinalam o crescimento do PTB entre os anos de 1954 a 1964, bem como a sua interiorização no país, impactando e redirecionando as forças políticas de muitos municípios interioranos, que outrora eram dominados pelo PSD e UDN (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 211). Esse reequilíbrio de forças pôde ser visto em Cruz das Almas por meio da atuação do PTB e dos movimentos sociais do município.

As atas da Câmara Municipal de Cruz das Almas demonstram maior preocupação dos vereadores com a conjuntura política nacional, pautando o debate cotidiano da casa. Desse modo, este lote documental se apresenta bastante rico e diferenciado do perfil que encontramos nas Atas das Câmaras dos Vereadores de Santo Antônio de Jesus e São Miguel das Matas. As principais temáticas encontradas nas Atas de Cruz das Almas, relativas à política nacional, podem ser centradas na renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a convocação do Plebiscito para o retorno do sistema presidencialista, já que estávamos sob um

parlamentarismo imposto para a tomada de posse de João Goulart. As posições sobre as reformas de base mereceram a atenção dos vereadores e alimentaram debates acalorados entre os legisladores cruzalmenses.

Quanto ao ano de 1961, a historiografia já avançou nas análises sobre o contexto nacional, especificamente da elite política e empresarial, que lutou para inviabilizar a posse do vice-presidente João Goulart que, após a renúncia de Jânio Quadros, iniciou seu exercício na Presidência através do regime parlamentarista. Flávio Tavares (2011) dedicou uma obra para tratar das peripécias daquele acontecimento, o qual nominou de *O Golpe Derrotado*, visto que Jango conseguiu assumir a partir do regime parlamentarista. Em 1963, ele convocou um plebiscito e obteve vitória para firmar o presidencialismo.

Na iminência da renúncia de Jânio Quadros, o vice-presidente da Câmera Municipal de Cruz das Almas, Edmundo Pereira Leite, pronunciou um discurso sobre o julgamento do ex-presidente Jânio Quadros em Salvador, com a finalidade de defender ou acusar o ato da renúncia. No ensejo, “declarou que se o senhor Jânio da Silva Quadros não renunciasse à Presidência da República, teria ele o mesmo fim do ex-presidente Getúlio Vargas”. No entanto, o vereador José de Carvalho Rocha, da UDN, classificou o ocorrido como: “[...] um ato de covardia do senhor Jânio da Silva Quadros, pois na hora mais precisa o mesmo deixou a Presidência”. Já Claudemiro Dias Pomponet ressaltou que Jânio era um homem correto e de bem. Em seguida, o vereador João Gustavo da Silva, membro da FNCA, elogiou a fala do vereador Claudemiro Dias Pomponet, enfatizando que: “[...] se o sr. Jânio da Silva Quadros não renunciasse à Presidência da República, elevaria ele o país a uma revolução sem fim, que não saberíamos como terminar” (CRUZ DAS ALMAS, 1961a).

No contexto da renúncia de Jânio Quadros, a Câmara de Cruz das Almas registrou em ata o recebimento de um oficio do governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, agradecendo a comunicação e aprovação de uma moção de louvor, apresentada pelo vereador João Gustavo da Silva, na última crise política (CRUZ DAS ALMAS, 1961a). O posicionamento dos vereadores demonstraram as divergências políticas e ideológicas entre os Udenistas e os da Bancada Trabalhista sobre os rumos do Brasil, em 1961 e, certamente, essas foram percebidas ainda mais acentuadas após o golpe de 1964.

Em relação ao plebiscito, na Câmara de Cruz das Almas, o vice-presidente, Edmundo Pereira Leite (UDN), foi ao plenário e declarou que merecia ser tratado em todo o Brasil, inclusive nas Câmaras, a “amplicidade do regime”. Ele salientou que aquela situação atravancava o país, ou seja, “chegou à conclusão de que aqui não existe parlamentarismo nem presidencialismo e, sim, uma autoridade de leis.” Ao fazer referência ao plebiscito, ele evidenciou sua posição a favor do presidencialismo e ressaltou que o seu desejo era a estabilidade do regime (CRUZ DAS ALMAS, 1963d).

Os vereadores discutiram também sobre as Reformas de Base[82] e solicitaram dos deputados urgência para promover a modificação dos dispositivos constitucionais, que impediam a realização das reformas estruturais. Nesse sentido, vários legisladores se envolveram nas discussões, porém não ficou explícito nas atas mais detalhes sobre os resultados das reivindicações (CRUZ DAS ALMAS, 1963d). No âmbito nacional, João Goulart enfrentava inúmeros desafios com a crise econômica agravada no governo de Juscelino Kubitschek e o consequente crescimento inflacionário. Ele era pressionado a estimular a iniciativa privada, bem como desenvolver políticas nacionalistas de intervenção estatal. Para Jorge Ferreira e Ângela Gomes, o governo de João Goulart não tomara posse para fazer revolução, mas podia conduzi-la de forma negociada. Todavia, o cenário desafiador e propenso à radicalização dificultou a tentativa do governo em promover as reformas de base sem atingir ou ameaçar o crescimento econômico do país. Tais situações esboçaram diversas crises entre os setores sociais e culminaram com o golpe de 1964 (FERREIRA; GOMES, 2014).

Naquele contexto, em Cruz das Almas, a luta da FNCA foi se intensificando em defesa das reformas e melhoria das condições trabalhistas. Conforme Heber José Fernandes de Oliveira, mesmo diante da radicalização no cenário político nacional, o movimento nacionalista cruzalmense se mostrava fiel às suas pretensões iniciais, em defesa das riquezas nacionais e no combate às práticas imperialistas (OLIVEIRA, 2013).

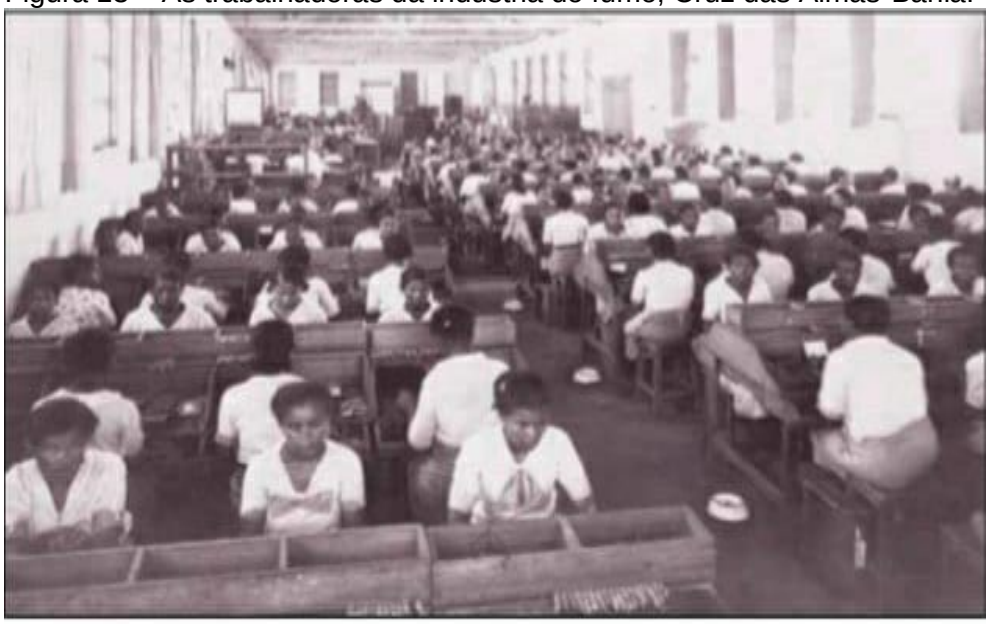
---

[82] Propostas de mudanças consideradas necessárias para a renovação das instituições socioeconômicas e político-jurídicas brasileiras, que tinham como objetivo remover os obstáculos à marcha do processo de desenvolvimento do país. Essas propostas foram a base do programa de governo do presidente João Goulart (1961-1964), assumindo o caráter de bandeira política durante a fase presidencialista daquela gestão. As reformas consideradas prioritárias eram a agrária, a administrativa, a constitucional, a eleitoral, a bancária, a tributária (ou fiscal) e a universitária (ou educacional). (REFORMAS..., 2009).

No ano do golpe, os vereadores cruz-almenses, eleitos com o apoio da FNCA, foram acusados de subversivos e inimigos da Pátria, inclusive o prefeito Jorge Guerra. As associações e sindicatos de Cruz das Almas passaram a ser cada vez mais vigiados. Segundo o memorialista Mario Pinto da Cunha, *O Clube das Mães Pobres*, entidade que reunia mães proletárias e pessoas carentes, passou a ser considerado como célula comunista, se tornando-se alvo de vigilância ferrenha após 1964.

Conforme os registros da página Almanaque Cruzalmense, *O Clube das Mães Pobres* era uma associação beneficente, fundada pela operária da indústria do fumo, Maria Joaquina, e em parceria com amigas operárias e amigos operários que estavam na ativa, a exemplo de Maria Conceição (Lozinha), Maria Benedita, Marieta Costa presidente do sindicato, Maria Helena Rodrigues, Hélio Pitanga e alguns estudantes da Escola de Agronomia que admiravam a coragem e luta dessas mulheres em um período conturbado na década de 1960. Naquela conjuntura foi criado o primeiro movimento social de mulheres na cidade de Cruz das Almas. A implantação da associação trouxe benefícios para várias mulheres, que juntas conseguiram máquinas para os cursos de corte e costura e datilografia. As aulas aconteciam na Sociedade Euterpe Filarmônica. Além disso, eram doados às mães pobres, gêneros alimentícios como leite, arroz e feijão. Vale lembrar que elas tanto doavam como também recebiam doações. (O CLUBE..., 2019). Por diversas vezes, *O Clube das Mães Pobres* foi pauta nas seções do legislativo municipal e era sempre trazido pelos vereadores da Bancada Trabalhista para garantir alguns direitos, como a distribuição de leite para as mães pobres e a doação de terreno para a construção da sede da associação, que funcionava na Sociedade dos Artistas.

Figura 13 – As trabalhadoras da indústria do fumo, Cruz das Almas-Bahia.



Fábrica em Cruz das Almas: salão das charuteiras

Fonte: AS MULHERES..., 2020.

A FNCA também era tida como um órgão comunista e seus integrantes, inclusive os vereadores, eram vistos com desconfiança pelos “democratas cristãos” e pela elite política local[83]. Naquela perspectiva, o nacionalismo passou a ganhar novas conotações e se aproximar cada vez mais da classe trabalhadoras. Essas mudanças permitiram que muitos associassem as práticas nacionalistas ao comunismo e, portanto, os órgãos repressivos ficavam atentos a todo e qualquer agrupamento ou movimentos sociais.

5.3 Os vereadores “nacionalistas” de Cruz das Almas

A leitura das atas do legislativo de Cruz das Almas permite acompanhar a animosidade do espaço político local. Os registros trazem muitas discussões sobre o clima político do país na década de 1960. Em 1963, o vereador José Alberto

[83] A Frente Nacionalista de Cruz das Almas era Movimento defendido por pessoas que pertenciam a instituições como: EAB, com o DALA e o GLECA; o Sindicato dos Operários do Fumo Associação dos Tarefeiros da EAB, Associação Beneficente das Mães Pobres, um movimento liderado por mulheres, donas de casa da cidade de Cruz das Almas, estudantes secundaristas e universitários operários das fábricas de charutos existentes na cidade, camponeses, servidores e professores da EAB e do Colégio Alberto Torres, comerciantes, donas de casa, dentre outros, integravam a FNCA. Eles agiam conjuntamente na crítica ao avanço imperialista e aos “trustes” internacionais, desenvolvendo meios de reivindicação contra a política local, entre outras demandas. (DITADURA..., 2016).

Bandeira Ramos, eleito pelo PTB, em 1962, e membro da FNCA, teceu considerações sobre a crise política que atravessou o Brasil e elogiou o Presidente da República, João Goulart, por ter se colocado ao lado das classes trabalhadoras, retirando do Congresso Nacional a mensagem que solicitava decretação de estado de sítio para o país. Além disso, o vereador elogiou também a postura do então prefeito Jorge Guerra pela posição tomada na reunião de prefeitos na cidade de Feira de Santana / Bahia. Naquela ocasião, Jorge Guerra declarou sua posição em continuar lutando em defesa dos trabalhadores (CRUZ DAS ALMAS, 1963c).

Por essa via, é relevante elucidar o desempenho dos vereadores nacionalistas no legislativo municipal anterior a 1964. A partir de abril de 1959, por conta da atuação de João Gustavo da Silva (FNCA), as sessões ficaram mais acaloradas, tendo em vista os discursos nacionalistas e a oposição do então vereador ao executivo municipal, na pessoa do prefeito Fernando Carvalho de Araújo (UDN). Apesar de precisar se afastar por motivos de saúde, em alguns momentos no transcorrer da legislatura, João Gustavo não perdia a oportunidade de questionar a administração da cidade. Ele também se posicionou em apoio às ações de Leonel Brizola, na ocasião do Movimento pela Legalidade, para garantir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

Em 1963, o vereador José Alberto Bandeira Ramos, eleito pelo PTB e membro da FNCA, deu continuidade aos discursos de João Gustavo através de uma postura combativa referente aos projetos da bancada udenista e se posicionava a favor das ações do presidente Jango e, em âmbito municipal, as do prefeito Jorge Guerra (PSD-PTB). Nos primeiros anos da década de 1960, José Alberto Bandeira Ramos era estudante de agronomia da EAB, presidiu o DALA e a FNCA, foi eleito vereador em Cruz das Almas para o período legislativo de 1963-1967. Posteriormente, ele se tornou Engenheiro Agrônomo e professor da instituição em que era aluno e deu continuidade às atividades no PCB e no ME. Após alguns anos, ele passou a exercer sua docência na UFBA.

A postura de Bandeira Ramos aparece mais radical e a sua filiação no Comitê Estadual do Partido Comunista, no setor universitário, além de membro do Comitê Estadual Universitário (CEU), permite inquirir que a adesão ao movimento nacionalista serviu como um disfarce para os comunistas mais radicais a nível local e nacional. A radicalização das reformas de base está relacionada às forças comunistas que apoiavam Jango e esse cenário se apresenta fortemente em Cruz,

através da trajetória de sujeitos como Bandeira Ramos, Amílcar Baiardi, Hélio Pitanga dentre outros. Eles ameaçavam a ordem vigente e, por isso, a repressão foi tão dura com eles, já em 1964, com perseguições, prisões e fugas, pois eram os partidários mais radicais do governo João Goulart.

Na página 24 de um volumoso IPM[84] consta um documento denominado *"Despacho",* de 23 de setembro de 1964, assinado pelo Ten. Cel. Ferdinando de Carvalho na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de oficiar ao DOPS e solicitar:

> [...] que os comunistas Francisco Antônio Leivas Otero, Ivan Ramos Ribeiro, Mario Alves de Souza Vieira, José Alberto Bandeira Ramos e Emérita Andrade Ramos, todos membros do [Comitê Central] CC/PCB, sejam passados, como presos, à disposição deste encarregado nos termos do art. 156 do C.J.M. (DESPACHO, 1964).

Vale ressaltar que Emérita Andrade Ramos era esposa de José Alberto Bandeira Ramos e, como já sinalizado, na ocasião do golpe, o casal fugiu de Cruz das Almas por conta da repressão instalada no município. No entanto, eles foram presos naquele mesmo ano no Rio de Janeiro. Emérita Ramos nasceu em 1944, em Jaguaquara, no sertão baiano, foi militante política e por esse motivo abandonou o curso de Teatro da UFBA, em 1964, e só retornou à Bahia no ano de 1975.

No IPM fica expressa também a conexão do aparelho repressivo em todas as regiões do país, através da solicitação do envio de ofícios às secretarias de Segurança dos Estados, Territórios e Distrito Federal, bem como aos DOPS respectivos, encaminhando um pedido de buscas de informações a respeito dos "elementos comunistas." Esse registro demonstra o impacto da repressão após o golpe, além dos esforços da conjuntura do período em calar as vozes dissonantes, por meio do ideal de Segurança Nacional e desenvolvimento econômico.

Dentre as inúmeras justificativas para a prisão, se destacou como primeira o objetivo em apurar os fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, nos órgãos dirigentes do extinto Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tinham desenvolvido atividades capituláveis, nas leis que definem os crimes militares e os

[84] O IPM 709 era uma publicação organizada por militares, vinculados à ESG, que visava organizar e compilar as informações, as investigações e os relatórios contidos no IPM nº 709, sob guarda do STM. Essa investigação, assim como tantas outras, foi instaurada a partir de 1964, por tribunais militares, a fim de averiguar "ações subversivas" que infringiam a DSN e de constituir provas a serem encaminhadas ao Ministério Público para que, então, fossem julgados os supostos réus. Em maio de 1966, foi lançado uma pequena coleção de livros pela editora do Exército Brasileiro, a BibliEx, para constituir uma ofensiva editorial e apresentar ao público leitor brasileiro outra visão acerca dos fatos que decorriam sobre 31 de março de 1964. O então Coronel Ferdinando de Carvalho assinava a coordenação dessa coleção de quatro volumes, intitulada "O comunismo no Brasil: O Inquérito Policial Militar nº 709" (CZAJKA, 2013).

crimes contra o Estado, e de ordem política e social. As narrativas processuais eloquentes têm a finalidade de convencer como necessário e de primeira ordem banir discursos e práticas divergentes na construção de um Estado autoritário, a exemplo da justificativa expressa no IPM em ressaltar os importantes objetivos e as características de clandestinidade, amplitude e rigor disciplinar da organização visada. Dessa forma, conforme a fonte, um planejamento de informações foi elaborado, cuja execução dependeria o sucesso de todas as investigações para o levantamento dos indiciados e das provas essenciais de suas ações subversivas.

Outro ponto interessante nos registros de natureza repressiva é a convocação para a colaboração dos setores de informação, com a finalidade de se unirem no combate às forças contrárias à ordem instalada e de como esse alinhamento era importante para a implantação da ditadura e da sua permanência. Ao justificar que o planejamento focalizava uma série de quesitos foi solicitado a cooperação do DOPS no Rio de Janeiro, seu atendimento era extremamente valioso para que o IPM instaurado constituísse um fator eficiente na repressão à organização comunista no país, reforçando a relevância de um trabalho conjunto e alinhado. Nas linhas do documento:

> Será possivelmente ocioso ressaltar que as ações planejadas neste sentido, no quadro deste IPM, terão suas bases na colaboração patriótica de todos os setores de informações os quais nele encontrarão, talvez pela primeira vez, a oportunidade para uma efetiva e profícua conjugação de esforços (DESPACHO, 1964).

Ainda referente à trajetória de José Alberto Bandeira Ramos, um registro do SNI, de 1970, menciona sobre sua condenação à pena de dois anos e seis meses de prisão, pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército. O documento ressalta que o mandado de prisão foi expedido pelo Auditor da 6ª Região Militar, porque Bandeira Ramos estava foragido. Ele era considerado um dos principais líderes da FNCA, tido como um dos intelectuais do movimento (BANDEIRA RAMOS, 1971).

No site *Brasil Nunca Mais*, outras informações sobre sua condenação aparecem. O documento o identificou como engenheiro agrônomo, ex-vereador de Cruz das Almas, com mandato cassado, e orientador da Associação dos Tarefeiros da Escola Agronômica. O processo ainda enfatiza que Bandeira Ramos pregava sobre a união dos estudantes, operários, camponeses e a fundação de Ligas Camponesas, bem como pertencia ao Comitê Estadual do Partido Comunista, no setor universitário, e era membro do CEU, vinculado à Liga Camponesa de Cruz das

Almas e Simões Filhos, além de recolher contribuições para manutenção do PCB (BRASIL, 1970a). O inquérito de mais de 2.857 páginas é composto por registros produzidos desde março de 1964 até o ano de 1970. Muitas vezes, o SNI cruzava as informações de militantes para justificar as perseguições, prisões e torturas diversas.

Por fim, o inquérito foi endossado com a justificativa que todos os fatos foram "[...] devidamente apurados no incluso e volumoso I. P. M. [...]" e comprovavam que as atividades delituosas dos denunciados tinham o propósito deliberado e consciente de subverter e mudar, mediante processos violentos e com substancial ajuda material, apoio e subsídio de organização estrangeira de âmbito internacional, identificada no Partido Comunista, a ordem política ou social estabelecida na Constituição vigente no país, razão pela qual ocorreu a denúncia (BRASIL, 1970a, p. 12-13).

O texto do inquérito não perdeu a oportunidade de caracterizar a União Nacional dos Estudantes como uma entidade subversiva e agitadora na área de ensino: "[...] sob a bandeira do falso nacionalismo e das reformas, inclusive universitária, aproveitando-se da crise política em que se engolfava o país, no compasso da desordem e do caos social [...]". Segundo o documento, a UNE assumiu a liderança de inúmeros movimentos de incitamento público e de agitação de massas, e atingiu o seu clímax, com a invasão[85] do salão nobre da Reitoria da Universidade Federal da Bahia (BRASIL, 1970a, p. 12-13). Assim, apesar da luta em comum contra a ditadura, as bandeiras estudantis variavam de acordo com as influências das organizações infiltradas no movimento (BENEVIDES, 2009).

No livro *Capítulos de uma história do Movimento Estudantil na UFBA*, Antônio Maurício Freitas Brito destacou vários momentos onde os estudantes se aglutinaram em frente à Reitoria daquela instituição para reivindicar diversas pautas, como: a garantia de autonomia e liberdade; a oferta de um ensino público e gratuito para todos; além da luta contra o pagamento de anuidade e pela garantia de vaga aos excedentes, que eram os "classificados no vestibular, mas sem posição aquém do número de vagas oficialmente declaradas ou abaixo da média necessária." (BRITO, 2003, p. 93).

O referido inquérito ainda reforça que o Partido Comunista mantinha nas faculdades células denominadas Organização de Base (OB), que agiam juntamente

[85] Quanto à invasão do salão nobre da Reitoria, não encontramos maiores detalhes sobre o episódio.

com o CEU, órgão do clandestino Partido Comunista (PC), e continuava influenciando a vida acadêmica e funcional das escolas superiores. Dessa forma, nos autos estava arrolado ter o IPM reunido uma farta documentação "comprovando" a interligação das entidades estudantis brasileiras (UNE), com a União Internacional dos Estudantes (UIE), sediada em Praga, na Checoslováquia (BRASIL, 1970a).

Naquele mesmo inquérito, no tópico denominado *Relatório*, foi explicado a importância daquele IPM na apuração de ações subversivas no setor de Ensino em Salvador, "[...] após a eclosão do movimento revolucionário, que reconduziu a nação a um governo democrático". Na sequência, há a afirmação sobre as investigações terem extrapolado e por isso a necessidade de atuar em outros espaços fora da capital, como também outros setores, além da educação. Na sanha por desmobilizar qualquer organização que questionasse a ordem vigente, vários sujeitos foram perseguidos imediatamente após o golpe, como os analisados nesse trabalho (BRASIL, 1970a, p. 1.753).

A perseguição dos militares às instituições de ensino estão relacionadas à aproximação dos estudantes com as organizações e ideologias de esquerda na década de 1960. Com o golpe, uma guerra com o Movimento Estudantil foi travada. "Tão logo o golpe ocorreu, houve uma perseguição radical aos possíveis opositores do regime." Na tentativa de conter qualquer oposição à ditadura, "[...] os militares determinaram a prisão de todas as lideranças civis consideradas potencialmente subversivas" (BENEVIDES, 2009, p. 115-116).

Naquele processo investigativo foram arrolados depoimentos de militantes que confessaram o envolvimento e a ligação de Bandeira Ramos à célula comunista. Além de detalhar sua atuação em Cruz das Almas, os militantes declararam que o agrônomo e vereador Bandeira Ramos discursava para a Associação do *Clube das Mães Pobres*. Ele igualmente pregava para a união dos tarefeiros, falava sobre reforma agrária e afirmava que os camponeses recebiam o que os proprietários queriam, além de ser integrante da FNCA e do PC. Outro depoente endossou: "[Bandeira Ramos] atuava intensamente nos sindicatos, associações e clubes de Cruz das Almas, doutrinando e fazendo propaganda do comunismo, pregando a união dos estudantes, operários, camponeses, fundação de Ligas Camponesas, juntamente com o comunista Hélio Pitanga" (BRASIL, 1970a, p. 1.855).

Na sequência, aparece o nome da esposa de Bandeira Ramos, Emérita Andrade, estudante da Escola de Teatro. O inquérito elucidou que ela foi indiciada, porque foi acusada de integrar a célula comunista da Escola de Teatro em que era aluna. No arrolamento das testemunhas, um militante confessou que a mesma era a secretária de base da referida Instituição. Por fim, a necessidade da prisão dela foi justificada por não ter comparecido para depor o que consideraram como réu confesso, mesmo tendo apenas um depoimento referente às suas atividades ligadas ao PC (BRASIL, 1970a).

As confissões dos companheiros sobre os militantes que ainda não estavam presos eram adquiridas através de torturas físicas e psicológicas. Muitos presos não suportavam as sevícias em que eram submetidos e entregavam diversas informações. Outros eram torturados até a morte, por não delatarem os colegas e nem informarem sobre os detalhes das organizações em que eram integrantes. Ao fazer uma estimativa dos golpes sofridos pela esquerda entre 1964 e 1979, Jacob Gorender explicita que cerca de 50 mil pessoas foram presas por motivação política, 20 mil submetidos às torturas físicas, 320 militantes de esquerda mortos, incluindo 144 dados como desaparecidos, centenas de baleados em manifestações públicas, dentre outros dados trazidos pelo autor, que ressaltou, ao ter escrito a obra em 1987, se tratarem de informações inconclusas, calculadas por baixo, a partir dos registros encontrados nas fontes (GORENDER, 1987).

De lá pra cá, muitos estudos buscam sistematizar essas informações e trazer à tona o período de brutalidade vivenciado pela população brasileira. Com a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a abertura de alguns arquivos, muito vem se descobrindo sobre a violência praticada pelos militares, incluindo todo tipo de tortura e violação dos direitos humanos em nome do desenvolvimento econômico, levado a cabo pela doutrina de Segurança Nacional.

Desde 2012, com a instalação da CNV, a intenção é descortinar vários crimes cometidos durante os governos militares. As investigações estão centradas em desmontar falsas versões “oficiais” do regime militar sobre mortos e desaparecidos, assim como retificar atestados de óbitos e confissões sobre a prática de tortura. Após essa empreitada, muitas famílias ganharam o direito de reivindicar mudanças no atestado de óbito dos seus parentes, como podemos acompanhar nos casos do Jornalista Vladimir Herzog e do estudante Alexandre Vannucchi Leme. “Após a solicitação da CNV, por determinação da justiça de São Paulo, ficou oficializado que

ambos foram mortos pelo regime militar depois de serem torturados.” Esse fato contrapõe a versão dos militares de que os dois haviam se suicidado (SCHREIBER, 2014). Essas investigações vem demostrando que os crimes praticados durante a ditadura civil-militar extrapolam os dados oficiais e as versões conferidas pelos militares.

Além das análises dos inquéritos acima, a perseguição dos militares em relação à Bandeira Ramos tem fundamento na sua atuação questionadora e politizada nos espaços em que atuava. Ele escrevia sobre “Nacionalismo, Comunismo, Imperialismo e Internacionalismo” no jornal *O Nacionalista*[86], órgão que representava a FNCA. Ademais, Bandeira Ramos era a favor das reformas de base, se aproximando da ala mais radical do PTB, por ter um discurso combativo mais alinhado à Leonel Brizola e à Miguel Arraes do que à João Goulart. Na câmara municipal de Cruz das Almas, a atuação dele também partia do princípio de apoiar e criar projetos que favorecessem à classe popular e combatessem iniciativas que privilegiavam os latifundiários e empresários locais.

Quanto a Hélio Pitanga, em uma parte do mesmo inquérito, denominada *Termo de Inquirição de Testemunha*, ficou evidenciado a ligação dele à Bandeira Ramos e ao movimento de oposição em Cruz das Almas. Nos primeiros meses, após o golpe de 1964, o documento informa sobre a intervenção dos militares na cidade para averiguação. Naquela empreitada, uma busca foi realizada em torno dos pavilhões da EAB e os militares encontraram à margem da estrada, junto à cantina estudantil, papeis soltos em torno de uma moita, onde ficava um tubo de ferro: “Indo verificar mais de perto de que se tratava, encontrou farto material subversivo constituído de livros.” (BRASIL, 1970b, p. 691-692).

[86] O Nacionalista era um tipo de tabloide que saía quinzenalmente e tinha em média cinco páginas. Nele, artigos, ensaios, crônicas, charges eram publicados, além de reproduções de outros jornais. Uma grande inspiração do O Nacionalista era o periódico carioca O Semanário (1956-1964). Criado em abril de 1958, O Nacionalista se tornou o órgão representativo da FNCA, servindo como a principal arma de divulgação dos questionamentos referentes às lutas pelos interesses nacionais. Editado, com a colaboração Hélio Pitanga (dono da gráfica Nossa Terra, onde o jornal era produzido), João Gustavo (comerciante, dono do Armazém Bonsucesso), José Alberto Bandeira Ramos (na época, estudante de Agronomia e tido como um dos líderes do movimento), Cyro Mascarenhas Rodrigues (também estudante, preso em 1964), Hermes Peixoto (estudante, poeta e colaborador do periódico), dentre outros nomes, todos integrantes da FNCA. O jornal se caracterizava como um órgão de imprensa que se propunha à crítica da realidade local e nacional, substituindo outro periódico, Nossa Terra, que tem sua coleção completa preservada na Biblioteca Pública do Município de Cruz das Almas e na Casa da Cultura Galeno D’Avelírio, também localizada no referido Município (OLIVEIRA, 2013).

Dentre o material apreendido pelos agentes repressivos para servir de prova nos inquéritos, mais de 20 livros foram encontrados, cujos títulos podemos destacar: “Movimentos Socialistas”, “Furacão sobre Cuba”, “Origem do latifúndio no Brasil”, “Método Dialético Marxista” e o “Manifesto Comunista”, além de jornais, revistas e da Constituição da UNE. Na ocasião, prisões de estudantes considerados suspeitos de envolvimento no ME foram realizadas (BRASIL, 1970b).

Os estudantes foram interrogados a respeito do material encontrado e dos líderes do movimento local e seus companheiros, tendo sido igualmente inquiridos sobre a relação de Bandeira Ramos e Hélio Pitanga. Segundo os estudantes, os dois mantinham amizade política e particular e eram conectados à política local. Ainda nas linhas do inquérito, os dois estavam à frente de todas as associações, sindicatos, movimentos trabalhistas e escolas da cidade, como também se faziam presentes nos comícios políticos junto a outros integrantes do PCB e eram tidos como os oradores oficiais (BRASIL, 1970b). Na ocasião, Hélio Pitanga foi apontado pelos depoentes como o fundador do *Clube das Mães* Pobres e presidente da Frente Nacionalista.

A atuação efetiva desses sujeitos na sociedade cruzalmense descortinava diversos conflitos no legislativo local e as divergências eram intensas, com farpas trocadas entre os vereadores da Bancada Trabalhista e os da União Democrática Nacional. Em 1963, o então vereador José Alberto Bandeira Ramos ressaltou: “[...] que tanto ele como Hélio Pitanga, não eram vereadores que vinham ao legislativo para defenderem posição de bancada e sim se colocarem em posição em defesa das massas trabalhadoras” (CRUZ DAS ALMAS, 1963c). Em outubro de 1963, Bandeira Ramos se afastou do legislativo municipal, segundo o depoimento de Hermes Peixoto, amigo e colega de turma do curso de Agronomia, em 1962, em virtude de ter terminado a graduação e ido trabalhar como Engenheiro Agrônomo em Salvador. Na ocasião, Hélio Pitanga o substituiu como suplente.

Esse ambiente conflituoso do legislativo cruzalmense fica mais evidente a partir da atuação de Hélio Pitanga, membro da FNCA e herdeiro do Getulismo, trabalhista e nacionalista assumido. O mesmo iniciou sua legislatura como suplente, em 24 de outubro de 1963, até sua destituição, em abril de 1964. Em onze de novembro de 1963, o então legislador pediu aparte e expressou sua indignação referente ao tratamento recebido por alguns membros daquela Câmara. Conforme registro, ele declarou ter sido chamado, por várias vezes, de falso comunista,

agitador, recalcado, invejoso e até de cachorro leproso, e, após o desabafo, ele fez algumas considerações sobre o assunto. Naquela oportunidade, Hélio Pitanga falou da atuação do Rotary Club e denunciou que aquela organização era um movimento de espionagem americana.

Na sessão de 31 de outubro de 1963, o projeto do já empossado vereador Hélio Pitanga, que considerava de utilidade pública à Associação Beneficente de Mães Pobres de Cruz das Almas, foi colocado em pauta. Naquela sessão, ele advertiu à Câmara de Cruz das Almas e ao setor econômico responsável pela distribuição de laticínios da cidade sobre o corte na entrega do leite para a Associação das Mães Pobres. Hélio Pitanga enfatizou ainda: que se aquela ação se repetisse, os vereadores seriam denunciados, porque as mães pobres estavam em alerta e atentas aos seus direitos (CRUZ DAS ALMAS, 1963b).

Naquele mesmo ano, outro projeto de Hélio Pitanga, que versava sobre a concessão de terreno para a construção da sede da Associação Beneficente das Mães Pobres, foi discutido. Nas atas seguintes, muitos apartes entre os vereadores da bancada da União Democrática Nacional e os da Frente Trabalhista Democrática estão registrados. Em novembro de 1963, os legisladores da UDN apresentaram o projeto de lei, de autoria de Jerônimo de Andrade Torres, que visava conceder favores às indústrias que se estabeleceram em Cruz das Almas. Entretanto, os vereadores Alino Malta Santana e Hélio Pitanga se manifestaram contra o projeto em apreço e classificaram o mesmo como “antipovo”, destacando que iriam provar[87] o fato do respectivo projeto era contra os cruz-almenses (CRUZ DAS ALMAS, 1963a).

As atas, que correspondem aos primeiros anos da década de 1960, demostram um ambiente de animosidade entre as duas bancadas atuantes naquele legislativo. Em quase todas as sessões eram proferidas ofensas de ambos os lados ao ponto de ser registrado o incômodo de alguns vereadores referente aos xingamentos e tumultos. É importante observar os adjetivos utilizados pelos vereadores da UDN ao se referirem aos da bancada Trabalhista, classificados como “agitadores” e “falsos comunistas”. Os embates entre os vereadores, com destaque para as divergências ideológicas, tornaram o contexto político de Cruz das Almas mais sensível, aspectos que resultaram nas denúncias após o golpe de 1964.

[87] Não encontramos nenhum registros sobre essas tais provas.

O clima ficou mais delicado quando, em novembro de 1963, Hélio Pitanga declarou que o então prefeito Jorge Guerra encontrou um débito de "[...] dez milhões, com a zona rural sem estradas, hospital sem funcionar, havendo entre o referido edil e o vereador Edmundo Pereira Leite um atrito que foi preciso a intervenção do presidente da sessão." Naquela ocasião, a circulação de cartazes, que criticavam a administração do prefeito Jorge Guerra e eram distribuídos pelos correligionários da UDN, foi citada. (CRUZ DAS ALMAS, 1963a).

As interferências dos movimentos sociais são registradas nas atas com frequência e demonstram o envolvimento desses grupos na política cruzalmense. Por inúmeras vezes, a Associação Beneficente das Mães Pobres, a Frente Nacionalista de Cruz das Almas e também Escola Agronômica da Bahia foram mencionadas, em meio às discussões de projetos apresentados ao legislativo pelos vereadores do PTB. Sabendo do domínio da família Passos na política cruzalmense é possível perceber que muito da atuação da bancada Trabalhista vai de encontro aos interesses da referida família, que estava voltada muito mais para o agronegócio e o fomento às indústrias, do que aos apelos sociais que surgiam através dos movimentos populares e associações.

5.4 A dita "Revolução de 1964" chega ao planalto cruzalmense

> Aconteceu, então, a debandada, tragi-comédia iniciada na noite de 31 de março, com lances dramáticos, fugas e correrias desatinadas, em busca de refúgio e salvaguarda, daqueles que, de qualquer forma, julgavam ter ligação ou ideias subversivas (CUNHA, 1983, p. 60).

No que concerne ao desferimento do golpe civil/militar no país e, por sua vez, a repercussão e os impactos em Cruz das Almas, consultamos fontes de apoiadores e contendores da nova ordem. Do ponto de vista dos conservadores prol golpe, atravessamos as lentes da escrita memorialística de autoria de Mario Pinto da Cunha referente às suas primeiras impressões dos impactos em Cruz das Almas. Segundo seus escritos, Jorge Guerra, o então prefeito, governava tranquilamente o município. Ele o caracterizou como cidadão conhecido por seu perfil conciliador, prudente, dotado de argúcia política, ultraconservador, "raposa velha" e ressaltou

que este era assim denominado “amigavelmente” pelos correligionários e adversários políticos. Seguindo a narrativa, Cunha caracterizou o golpe como inesperado: “Foi quando inopinadamente, surgiu a notícia da vitória da Revolução.” E assinalou o acontecido como mais um movimento que se propunha a “salvar a nação, redimi-la e conduzi-la ao seu natural destino, a democracia, com liberdade e independência econômica, além do combate à corrupção e à subversão que realmente ameaçava a paz e a instabilidade social” (CUNHA, 1983, p. 160).

As análises de Mario Pinto da Cunha seguem a mesma linha dos discursos moralistas da época e das representações anticomunistas, como o problema central do país, que justificava a crise econômica e social. O memorialista ressaltou que em Cruz das Almas, semelhante ao que acontecia em outras partes do país, havia uma insatisfação com a situação reinante e parte da juventude era doutrinada por alguns elementos, poucos, aliás, ditos militantes, que procuravam canhestramente disseminar suas ideias e aliciar adeptos. “Havia os aproveitadores e pseudos marxistas infiltrados nos meios estudantis e operários. Nada grave, porém, e muito menos ameaça à ordem pública. Eram apenas os reflexos e o fermento da desordem que ameaçava o país, salvo pela Revolução” (CUNHA, 1983, p. 160).

Sem dúvida, Mario Pinto se refere aos movimentos sociais atuantes em Cruz das Almas, como a FNCA, a associação de Mães Pobres, que ele denominou de célula comunista e os grêmios estudantis do Colégio Alberto Torres e da Escola Agronômica da Bahia. A relação de toda e qualquer organização social ao comunismo contribuiu para a formação e proliferação de grupos anticomunistas no país. “Amedrontados pela impressão de que os inimigos estavam se fortalecendo, os grupos comprometidos com o anticomunismo começaram a se organizar” (MOTTA, 2002, p. 237). Nesse sentido, essas formações contribuíram para a radicalização e polarização ideológica e culminou na reação conservadora de 1964 (MOTTA, 2002). Quanto ao apontamento do poeta relacionado ao prefeito Jorge Guerra “governar tranquilamente a comuna”, os registros do legislativo demonstram o contrário, especialmente no final de 1963 e início de 1964, com o aumento das tensões e conflitos entre a bancada Udenista e a Trabalhista, por conta do acirramento dos discursos sobre as reformas de base no contexto nacional.

Outros aspectos a serem observados correspondem às características auferidas ao prefeito da época, Jorge Guerra. Dentre elas, nos chama atenção o fato de alguns segmentos contrários ao seu governo caracterizá-lo como

ultraconservador, na medida em que ele foi eleito pela ala progressista, através da coligação PSD/PTB, além de ter recebido o apoio da FNCA. Por conseguinte, esse rótulo parece um despropósito e totalmente dissonante com os desdobramentos seguintes, que levaram à perseguição e à sua renúncia em 1964. É notório que muitos políticos se coligam a determinados partidos com a intenção de serem eleitos, mas não comungam dos seus ideais, mas esse não aparenta ser o caso de Jorge Guerra. O referido prefeito era sempre defendido pelos vereadores da Bancada Trabalhista e tinha sua administração contestada pelos vereadores eleitos pela UDN. No entanto, diante do contexto moralista do país, é viável conjecturar que sua posição em Cruz das Almas, de homem casado, gerente do Banco Econômico e dono de comércio, permitiu ao memorialista Mario Pinto afirmar que ele era ultraconservador, quando em apreço à verdade, o prefeito foi um progressista diante do debate e da prática política em um momento tão complexo da conjuntura local e nacional.

Desse modo, sobre os primeiros momentos após o golpe civil-militar, Mario Pinto segue tecendo as suas impressões. Para ele, aquele ambiente de medo decorria de "[...] notícias fantasiosas, e as fanfarras que proclamavam internacionalmente o que seria a atuação da Revolução, as reformas e as suas consequências" (CUNHA, 1983, p. 161-162). Este memorialista se referiu aos noticiários e repercussões do golpe, como exagerados e falsos:

> Aquelas informações foram dispositivos para a generalização do pânico nos meios menos informados, principalmente entre os inconformados com a situação e se julgavam visados. Com fulminante rapidez espalharam-se as notícias tendenciosas. Os atos institucionais eram apresentados como dragões apocalípticos. O terror generalizou-se. Todos temiam a ira sagrada dos arcanjos vingadores. Felizmente a mini diáspora teve curta duração. Tudo enfim, após as naturais encenações, terminou bem, e, passados os momentos de apreensão e retração (CUNHA, 1983, p. 161-162).

A narrativa de Mario Pinto evidencia a sua aprovação à ditadura instalada no país. O seu discurso reproduz alguns aspectos dos depoimentos colhidos, como também da historiografia que trata do período sobre os anos subsequentes ao golpe. De acordo com essas memórias, após o processo de instalação do regime, houve uma estabilidade, tudo se encaixou e seguiu seu curso "natural". Muito dessas impressões tem relação com a política desenvolvimentista e de segurança nacional implantada pelos militares. Os apoiadores não analisam o período a partir de suas

contradições como, por exemplo, o aumento da desigualdade social e dos desníveis regionais.

No legislativo em 1964, mais precisamente em 07 de abril, a eleição da mesa diretora para o exercício daquele ano ficou a cargo dos udenistas. Para presidente, Ramiro Eloy Passos, que ao franquear a palavra, o vereador Geraldo Carlos Pereira Pinto fez uso e “declarou que graças à Deus o sol da liberdade e da democracia voltou a brilhar no Brasil, para libertar o País do julgo comunista.” Na oportunidade, ele procedeu a leitura do panfleto intitulado *Os Patriotas*, distribuído no município pela Frente Nacionalista de Cruz das Almas. Esse tipo de documento era um meio de propaganda política da época bastante eficaz e que visava atingir e mobilizar a população para lutar por causas políticas e sociais de seu interesse, normalmente utilizando linguagem simples e direta (CRUZ DAS ALMAS, 1964h).

O termo “patriota”, utilizado como título do panfleto pela FNCA, pode ser entendido como uma convocação aos munícipes para a mobilização em favor dos ideais nacionalistas em defesa dos bens do país, mas, sobretudo, um apelo para a população cruzalmense lutar e se comprometer com os rumos da cidade, em favor de projetos sociais que minimizassem as desigualdades e consequentemente o domínio dos Passos.

Todavia, o fato de não ter encontrado o panfleto supracitado inviabilizou analisar o seu conteúdo, assim como a data de produção. Alguns conterrâneos da época, a exemplo de Hermes Peixoto, se lembram da existência desse material, mas relatam que por conta da repressão e da instalação de um grupo de militares na cidade muitos documentos foram destruídos. Segundo Hermes Peixoto, os militares se hospedaram no hotel de campo da Embrapa, que ficava no *Ideal*, Instituto de Pesquisa pro Leste, um espaço para receber agrônomos que vinham de outros lugares, e por isso houve uma demandada, muitos sujeitos inclusive os vereadores da Bancada Trabalhista foram para outros espaços. Como em 1964, Hermes Peixoto estava morando em outro município, no exercício de sua profissão de agrônomo, disse que não teve contato com o panfleto e mesmo se tivesse não estaria mais com ele, pois seus pais destruíram tudo que ele guardava, como jornais, livros, inclusive O Capital de Karl Marx.

Na mesma sessão, Jerônimo de Andrade Torres declarou a tristeza, no dia da reabertura dos trabalhos daquela casa, pelo não comparecimento dos vereadores da Bancada Trabalhista, por estarem envergonhados em decorrência da demagogia

pregada por eles perante o povo. A fala de Jerônimo Torres faz alusão aos vereadores oposicionistas que não participaram daquela sessão por temerem represálias do poder militar, que se instalou na cidade e passou a determinar os rumos da política local. Edmundo Pereira Leite apresentou, em seu nome e dos vereadores Geraldo Carlos Pereira Pinto e Jerônimo de Andrade Torres, uma moção de aplausos ao "Exmo. Sr. General Comandante da Sexta Região Militar", bem como os demais chefes civis e militares, "[...] pela legalidade democrática que salvaram nossa Pátria das garras dos traidores que pretendiam arrastá-la à triste condição de conquistada e escravizada à Rússia Bolchevista" (CRUZ DA ALMAS, 1964h).

Em outra oportunidade, o vereador Claudemiro Dias Pomponet questionou a eleição da mesa diretora devido ao número reduzido de vereadores presentes. Ele aproveitou para estender os votos de louvor e de apoio pela atuação das forças armadas no que diz respeito à legalidade democrática, estendendo também a atuação do Tiro de Guerra e o destacamento daquele município. O vereador Alino Matta Santana fez "profissão de fé anticomunista", quando afirmou não desejar um regimento de forças contrárias aos seus ideais democráticos. Continuando com a palavra, ele apoiou integralmente a fala proferida pelo vereador Claudemiro Dias Pomponet, com relação às forças armadas, e declarou estar à inteira disposição da Câmara para aprimorar o regime democrático em todo país (CRUZ DA ALMAS, 1964g).

Contudo, Geraldo Carlos Pereira Pinto declarou ter, na reunião passada, feito advertências aos companheiros de trabalho daquele legislativo e aos cruzalmenses presentes na ocasião, e "[...] que graças às forças armadas o Brasil foi libertado da nefasta ação comunista [...]". Ademais, ele mencionou ainda sobre ter ouvido, do vereador Alino Matta Santana, a referência de que alguém querer lhe jogar na lama, mas ele continuava com os seus propósitos de atacar e continuar atacando aqueles que estavam contribuindo para a "infiltração da desgraça vermelha", e se aqui estivessem presentes, o vereador José Alberto Bandeira Ramos e o suplente Hélio Pitanga, estariam também jurando fidelidade democrática: "Não pretendo atirar lama em quem quer que seja e, sim, para que aqueles aqui não voltem a tentar contra o nosso povo, levando-os a desgraça vermelha" (CRUZ DA ALMAS, 1964g).

Ao submeter à discussão a moção de aplausos ao Comandante da Sexta Região Militar, o vereador Claudemiro Dias Pomponet, deu seu voto de apoio ao que

diz respeito às forças armadas, bem como as referências feitas ao comunismo, mas se opôs às falas dirigidas ao prefeito Jorge Guerra. Os registros da sessão de 09 de abril evidenciam um clima de intensa animosidade. Após a fala de Claudemiro Pomponet, o vereador Edmundo Pereira Leite explanou que o prefeito, além de receber os votos dos comunistas, participou de comícios comunistas. Retomando a palavra, Claudemiro Pomponet contestou essa fala, ao afirmar que isto não comprometeria Jorge Guerra, porque se estes votos fossem dados ao candidato da União Democrática Nacional, este não o registraria. No entanto, Jerônimo de Andrade Torres, reforçou as palavras de Edmundo Pereira Leite e declarou ser o prefeito conivente com os comunistas. Naquela ocasião, seguidos apartes entre os vereadores já referidos ocorreram durante as sessões posteriores (CRUZ DA ALMAS, 1964g).

O cenário político de Cruz das Almas revela o imediatismo dos políticos conservadores em afastar todos que, de alguma maneira, se aproximaram de movimentos sociais ou foram eleitos por coligações, que reuniam partidos tidos como de esquerda. A emergência em sufocar os movimentos sociais e os sujeitos, que faziam oposição às políticas capitalistas, se deu a partir da ação repressiva, cujo escopo era o desenvolvimento econômico e a doutrina de segurança nacional.

As perseguições foram intensificadas poucos dias após o golpe e a partir do Ato Institucional número um (AI-1), quando eleições indiretas para presidente, que passou a deter amplos poderes, foram convocadas. Por meio do AI-1 ficou previsto também a abertura de inquéritos para investigar “crimes contra o Estado”, bem como ele limitou a atuação do Judiciário (RODEGHERO, 2013). Com a ditadura instalada, vários indivíduos foram perseguidos e acusados de cometerem crimes contra a segurança nacional. Por conta desse clima de medo, muitos políticos temeram em continuar seu exercício e se exporem em locais públicos. Esse comportamento foi semelhante aos adotados pelos vereadores petebistas de Cruz das Almas, em especial, os membros da FNCA, tidos como sujeitos subversivos e perigosos.

As sessões realizadas em abril de 1964 tiveram discussões parecidas, geralmente os vereadores felicitavam os militares e em seguida cobravam providências referentes às legislaturas da bancada Trabalhista. Assim, Geraldo Carlos Pereira Pinto, declarou ser com grande satisfação que mencionava, naquela reunião, sobre as determinações adotadas para a erradicação do comunismo no Brasil. Outro vereador destacou a posse do novo Presidente da República, o

General Humberto Castelo Branco. O vereador Ziraldo Figueroa de Sena apresentou um requerimento solicitando a convocação do suplente imediato, pois o titular, José Alberto Bandeira Ramos, estava foragido naquele momento (CRUZ DAS ALMAS, 1964f).

Geraldo Carlos Pereira Pinto solicitou providências rápidas para a cassação dos edis da coligação Trabalhista Democrática. Em 14 de abril, ele deu curso a esse intento, quando declarou que, na reunião passada, deixou de ser apresentada na Câmara a resolução de cassação de mandatos, pelo não comparecimento dos vereadores da Bancada da Coligação Trabalhista Democrática. No entanto, os documentos foram enviados ao Comandante da Sexta Região Militar para que fossem apreciados e, posteriormente, voltassem àquele legislativo para as devidas providências. O vereador Claudemiro Dias Pomponet alegou que, na sessão passada, a Bancada da Coligação Trabalhista Democrática não se fez presente, porque os vereadores Ziraldo Figuerôra de Sena e Alino Matta Santana estavam viajando e, ele, adoentado. Contudo, ele reforçou que se tivesse sido avisado de que, naquela reunião, assuntos como estes seriam tratados, compareceria mesmo doente. Além disso, ele estendeu homenagens pela atuação das forças armadas do país, no que diz respeito ao que a maioria dos apoiadores passou a se referir por “Revolução Democrática” (CRUZ DAS ALMAS, 1964f).

Entretanto, os elogios dos vereadores trabalhistas aos militares incomodavam os udenistas, especialmente Edmundo Pereira Leite. Na oportunidade, ele afirmou que Claudemiro Dias Pomponet era de “dois pesos e duas medidas”, e lembrou que o mesmo aprovou por várias vezes moções de aplausos à Brizola, Arraes etc.; “[...] e hoje estava louvando a atuação das forças armadas pela derrubada destes traidores.” Em contrapartida, Claudemiro replicou que se ele era de “dois pesos e duas medidas”, caberia à Câmara e ao povo de Cruz das Almas tal julgamento. Ele concluiu tecendo homenagens ao Comandante da Sexta Região Militar, General Manuel Mendes Pereira, ao delegado de Polícia do município, e ao Tenente Romualdo Sales Gonçalves (CRUZ DAS ALMAS, 1964e). O incômodo em relação às manifestações de apoio aos governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes tem relação com suas experiências políticas ligadas ao PTB, assim como na luta pela manutenção da legalidade com a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Miguel Arraes e Leonel Brizola eram efervescentes em seus

discursos reformistas, por isso eram considerados governadores vermelhos pela direita conservadora.

Alino Matta Santana, também da bancada Trabalhista, esclareceu o motivo do não comparecimento na sessão passada e "[...] teceu considerações sobre a posição firme e decisiva das forças armadas do país, no que diz respeito à Revolução Democrática." Em seguida, ele asseverou que colocava a sua mão no fogo, como o vereador Claudemiro Dias Pomponet não era comunista; embora ele já tivesse votado de forma favorável nesta casa a uma moção apresentada pelo vereador José Alberto Bandeira Ramos. Aparteando, o vereador Dr. Edmundo Pereira Leite assegurou que todos os projetos e moções apresentados pelos vereadores comunistas foram aprovados e defendidos pelo vereador Claudemiro Dias Pomponet, nesta casa, "[...] bem como este vereador andava nos cochichos e nas palestras com Hélio Pitanga, nos clubes rurais, etc." Ao continuar franqueada a palavra, o vereador Jerônimo de Andrade Torres dirigiu seu apelo[88] ao prefeito, por intermédio da Bancada da Coligação Trabalhista Democrática (CRUZ DAS ALMAS, 1964f).

Voltando ao legislativo de Cruz das Almas após o golpe, os entreveros continuaram em torno das cassações de mandatos e de discutir quem era ou não comunista. Alguns vereadores, a exemplo de Claudemiro Dias Pomponet, se incomodaram e declararam achar vaga aquela discussão, porque os documentos já tinham sido encaminhados à Sexta Região Militar. Ademais, eles solicitaram da presidência os nomes encaminhados como comunistas, tendo sido denunciados três nomes: José Alberto Bandeira Ramos, Hélio Pitanga e Mário Santos. Contudo, o vereador Geraldo Carlos Pereira Pinto questionou a ausência de outros nomes da lista, mas o presidente da sessão confirmou serem esses três já mencionados e o nome do vereador Alino Matta Santana, como fazendo parte da Frente Nacionalista (CRUZ DAS ALMAS, 1964e).

Por essa vertente, é importante frisar que os três vereadores condenados de imediato pelos seus pares, no que diz respeito à cassação dos seus mandatos, eram membros da FNCA, mas a atuação de todos aqueles eleitos através da coligação PSD/PTB, que correspondia a Bancada Democrática Trabalhista, foi igualmente questionada. Os vereadores da Bancada Trabalhista passaram a temer não só os

[88] Não conseguimos acompanhar qual foi o apelo do referido vereador, porque a ata estava ilegível

agentes repressivos, como também os correligionários da UDN, que contribuíram com processos de cassações e prisões. De forma estratégica, eles se ausentaram das sessões da Câmara pelo pavor em relação às represálias, ocasionando um fracionamento na política local, com consequências desastrosas para os setores mais vulneráveis da população.

Em maio de 1964, uma sessão extraordinária para a leitura da resolução de cassação de mandatos foi convocada. No artigo primeiro daquele documento, conforme o registro em ata, as cassações foram justificadas por conta das atitudes subversivas comprovadas dos três vereadores aqui já referidos. Os vereadores udenistas usaram a palavra a favor da cassação e, após abrir para votação, a resolução foi aprovada por unanimidade de votos pelos vereadores udenistas presentes (CRUZ DAS ALMAS, 1964d). Em quase todas as sessões, que seguiram após o golpe, a ausência da Bancada Trabalhista era registrada.

Com o apoio de membros da sociedade civil, alguns grupos sofreram perseguições, a exemplo da FNCA, dos sindicalistas, dos estudantes, de parlamentares, de operários e camponeses. “A inflexão política de 1964 permitiu que o campus da EAB fosse invadido, estudantes e professores perseguidos, ocorrendo também prisões de trabalhadores [...]” (CARDOSO, 2012, p. 196). Os três vereadores membros da FNCA tiverem seus mandatos cassados, assim como foi pedido também o afastamento do prefeito Jorge Guerra (PSD-PTB), membro da FNCA, eleito em 1962. Segundo Heber Oliveira (2013), diante desse contexto e de razões insuficientemente esclarecidas, o prefeito Jorge Guerra renunciou ao seu cargo do executivo municipal.

Naquela conjuntura adversa, a sessão de quinze de maio foi denominada como especial e teve por finalidade comunicar a renúncia forçada do prefeito Jorge Guerra e a eleição do seu substituto. No final, o conteúdo da carta de renúncia dirigida ao presidente e demais vereadores da Câmara de Cruz das Almas foi registrado: “Por minha exclusiva responsabilidade pessoal, renuncio o cargo de prefeito deste município. Orgulho-me dos meus amigos. Ao povo que me elegeu, a minha gratidão. Atenciosamente, Jorge Guerra” (CRUZ DAS ALMAS, 1964b).

Para assumir o cargo, o vereador Geraldo Carlos Pereira Pinto indicou, em seu nome e da bancada da União Democrática Nacional, o nome de Waltércio Barroso Fonseca para ser aprovado pela plenária. Claudemiro Dias Pomponet, em seu nome e da bancada da coligação Trabalhista Democrática, deu o seu firme

apoio ao candidato o qual foi eleito por unanimidade dos votos e tomou posse naquela mesma sessão (CRUZ DAS ALMAS, 1964b).

No imediato pós-golpe de 64, e posteriormente às consequentes cassações de mandatos e à renúncia do prefeito Jorge Guerra, as sessões na Câmara Municipal seguiram sem muitos apartes, com o domínio da UDN naquela casa. Em alguns momentos, alguns conflitos foram estabelecidos envolvendo Claudemiro Dias Pomponet PSD/PTB, mas os udenistas seguiam mandando no município e não poupavam esforços para controlar todos os setores locais e minar qualquer possibilidade de atuação dos indivíduos que tivessem alguma relação com os movimentos sociais ou que não pertencessem às fileiras da UDN.

Em junho de 1964, Edmundo Pereira Leite registrou a sua insatisfação referente à nomeação de Alino Matta Santana para professor da Escola Agronômica da Bahia, por ter sido integrante da FNCA e reiterou o fato de constar essa participação na Frente no oficio da delegacia do município. Segundo ele, nem o governador do Estado, nem o secretário de Agricultura sabiam a posição de Alino Santana, pois caso soubessem, eles não o teriam nomeado para o cargo, “[...] com as prerrogativas tão vermelha que possui o aludido agrônomo” (CRUZ DAS ALMAS, 1964a).

De acordo com as análises documentais, os vereadores Claudemiro Dias Pamponet e Alino Matta Santana faziam parte da Bancada Trabalhista e por isso foram perseguidos pelos vereadores da UDN, que tentaram extirpar os petebistas do cenário político local. Todavia, as posições mais moderadas dos referidos edis permitiram um malabarismo de última hora, na tentativa de alinhar seus discursos em prol da política do governo de Castelo Branco para manutenção de poder e cargo no legislativo de Cruz das Almas.

Sobre os primeiros acontecimentos após o golpe em Cruz das Almas, estudiosos da história da cidade constataram que outros setores sociais se congratularam com a vitória dos militares. Lucileide Cardoso realizou uma ampla pesquisa nas Atas do Conselho Universitário da Escola Agronômica da Bahia, atual UFRB, a partir de 1964 até os anos de 1980. No meio dessa documentação, ela encontrou o registro de um telegrama endereçado ao general Castelo Branco, que comprova o apoio incondicional da Direção da EAB ao denominado Comando Revolucionário: “parabenizando-o pelo estabelecimento de uma nova ordem regida pela democracia contra o comunismo” (CARDOSO, 2012, p. 196). O envio deste

telegrama foi aprovado por alguns professores e demais representações. Na Câmara Municipal, a leitura das atas demarcou o apoio da bancada udenista aos militares, por meio da seguinte declaração: “graças à Deus, o sol da liberdade e da democracia voltou a brilhar no Brasil, por libertar o nosso País do julgo comunista” (CRUZ DAS ALMAS, 1964h).

Como na maioria das cidades brasileiras, Cruz das Almas também realizou a Marcha da Família com Deus pela Democracia. Mais uma vez, os vereadores udenistas, com destaque para a atuação de Geraldo Carlos Pereira Pinto, reivindicaram providências para todos os políticos eleitos pela coligação PSD/PTB. Ao falar da passeata, ele ressaltou o posicionamento do prefeito Jorge Guerra: o “[...] prefeito falou ao povo, em termos democráticos, chegando a demonstrar de que era um verdadeiro defensor da democracia.” Ademais, ele questionou a postura do chefe do executivo “[...] em vários comícios, como o que se processou na rua dos Poções, em que o prefeito pregou os princípios da ideologia vermelha” (CRUZ DAS ALMAS, 1964c). Na ocasião, o vereador udenista também expressou o seu incômodo em relação ao edil Alino Malta Santana por continuar afirmando “[...] de que nada foi apurado contra ele, porém aqui existe documento em que o delegado deste município afirma de que o mesmo fazia parte da Frente Nacionalista de Cruz das Almas” (CRUZ DAS ALMAS, 1964c).

A exposição do contexto das sessões do legislativo evidencia as oposições políticas entre os vereadores, bem como a atuação dos movimentos sociais em Cruz das Almas. Por conta da polarização política, esse município aparece como um ambiente de confrontação político-partidária mais visível quando comparado à Santo Antônio e à São Miguel das Matas, além de uma inspiração comunista mais aparente a partir da atuação dos vereadores da FNCA, especialmente José Alberto Bandeira Ramos.

5.5 Caminhos cruzados: (Re)construção da memória do Golpe e do governo Castelo Branco

Aqui, como em outras partes desse texto, as memórias investigadas são concebidas como um registro dinâmico e de variadas interpretações. Por ser um período de intensas disputas reavivadas pela dinâmica do presente, investigamos

para compreender a cidade dos anos de 1960, pela ótica de quem vivenciou aquele contexto, mas que faz uma leitura do município a partir das revisões e enquadramentos experienciados ao longo de mais de cinquenta anos. Nesse sentido, os livros de memória e algumas informações do Almanaque Cruzalmense, disponível em formato digital, serão tomados como referência para a tal análise.

Para tratar da memória que sobrevive em relação à Cruz das Almas nos anos de 1960, Hermes Peixoto Santos Filho foi entrevistado[89] numa tarde de fevereiro. Hermes Peixoto nasceu em 1938, em Cachoeira, mas foi para Cruz das Almas aos 04 anos. Segundo ele, Cruz das Almas sempre foi a sua terra, onde se casou, teve dois filhos e um neto. Em Cruz das Almas, ele estudou no grupo Escolar Manoel Temístocles e no Colégio Alberto Torres, ambas instituições públicas, e por fim na Escola de Agronomia, onde se formou agrônomo. “Essa é mais ou menos a minha biografia de nascimento, é como eu digo sempre, eu estou agrônomo, mas sempre fui poeta. Então, eu sempre tive uma tendência a escrever [...]” (SANTOS FILHO, 82 anos, 2021).

Conforme Hermes Peixoto, por conta do seu gosto pela literatura e pela escrita, ele era o redator do já referido jornal *O Nacionalista*, da FNCA. Embora ele não estivesse em Cruz das Almas no ano do golpe, porque foi exercer a profissão em Jussarí, seu depoimento traz uma memória substancial referente à história política da cidade. Sobre Cruz das Almas nas décadas de 1950 e 1960, ele reforçou à sua identidade cultural em comparação à Santo Antônio de Jesus, que teve seu desenvolvimento marcadamente comercial. Hermes Peixoto endossou a qualidade do ensino público, tanto na educação básica, quanto na superior, e ressaltou a importância daquelas intuições para a cultura do município: “[...] nós tínhamos um bom colégio de Ensino Médio, tinha a Escola Superior, já tinha um instituto de pesquisa, custeado pelo governo federal, o instituto baiano de fumo/tabaco [...]” (SANTOS FILHO, 82 anos, 2021). A cidade era voltada para a cultura e a educação, e por conta daquele ambiente mais politizado, a cidade era tida como oposicionista à ditadura. Nesta perspectiva prossegue o depoente:

> Então, eu vivi nesse ambiente, entre os anos de 1956, 1957 e 1958, eu estudava no Colégio Alberto Torres e dentro do Colégio Alberto Torres já tinha uma célula, porque onde tinha diretório, como era o caso da Escola de Agronomia, e o grêmio, como era o caso do nosso

[89] Em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus SARS-Cov-2, COVID-19, a entrevista foi realizada de forma remota, através da Plataforma *Google Meet*, em 04 de fevereiro de 2021, com duração de uma hora e oito minutos.

> colégio, nós tínhamos o grêmio. E você sabe que nessas agremiações estudantis do ensino secundário, nós éramos ligados à União Baiana de Estudantes Secundários e aí tinha sempre a célula comunista envolvida, incorporada nessas agremiações (SANTOS FILHO, 82 anos, 2021).

Ele relembrou que a clientela era diversa, composta por colegas de direita, que participavam das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, e que sempre existiam as disputas. Sobre as marchas, as análises evidenciam que após a ocorrência na cidade de Salvador, em 15 de abril de 1964, vários municípios realizaram as suas com a nomenclatura *Marcha da Família com Deus pela Liberdade ou pela a Democracia*. Entretanto, ele ressaltou que Cruz das Almas sempre foi uma cidade de oposição.

No entanto, o entrevistado destacou que esse fortalecimento da luta oposicionista no município tem relação com o domínio oligárquico da família Passos: “Então, eles eram os donos da cidade, eles tinham poder.” A luta da FNCA crescia articulada ao movimento nacionalista do país, todavia a nível local estava pautada em combater os privilégios dos Passos, bem como das empresas que se instalavam na cidade, e defender os diretos dos trabalhadores. A Frente Nacionalista era composta por sindicalistas, professores, estudantes, funcionários públicos, donos de tipografias, gráficas e uma série de outros componentes, “[...] que faziam efervescência oposicional ao Estado de coisas que existiam. O núcleo principal foi a Frente Nacionalista, gerou uma mentalidade estudantil jovem muito voltada para os ideais nacionalistas” (SANTOS FILHO, 82 anos, 2021). A fala de Hermes Peixoto robustece a nossa tese ao evidenciar que a história de cada cidade, anterior ao golpe, delineou de alguma forma os impactos sofridos em cada município, assim como esboçou semelhanças e singularidades experienciados pelos sujeitos que viveram nos anos de 1960 e 1970.

No que concerne à associação de todos os integrantes da FNCA ao socialismo e ao comunismo, Hermes Peixoto destacou que a maioria não tinha conhecimento voltado para o socialismo e para o comunismo e pouco sabiam sobre os fundamentos dessas ideologias. Essas discussões eram mais restritas aos que integravam o núcleo da Frente e ao Partido Comunista e citou como exemplo José Alberto Bandeira Ramos, ligado ao PCB: “[...] estudante da Escola Agronômica da Bahia, ele foi formado em Agronomia, em 1962, e foi o secretário geral do PCB, do

Partidão. Ele foi o secretário, juntamente com Aristeu, que era pai da Emérita Andrade, com quem ele se casou" (SANTOS FILHO, 82 anos, 2021).

O dossiê produzido em 1973, com ênfase na trajetória de Carlos Alberto Oliveira Santos (Betinho), constitui uma relação dos "companheiros", que tinham ligação com o ME e que estavam foragidos, mesmo com sentenças de prisões decretadas, como Aristiliano Soeiro Braga, José Luis Pamponet Sampaio e Othon Fernandes Jambeiro Barbosa. Dentre esses sujeitos, o documento reuniu algumas informações sobre Bandeiras Ramos, que demonstram a relevância de sua atuação no combate à ditadura e justifica a perseguição dos militares. Conforme o documento, Bandeira Ramos era orientador da Associação de Tarefeiros da Escola Agronômica da Bahia, pertencia ao Comitê Estadual do PCB, atuante e membro do Comitê Estadual Universitário, vinculado à organização das Ligas Camponesas de Cruz das Almas e Simões Filhos, sob a "bandeira do falso nacionalismo e das reformas" (SNI, 1973).

Hemes Peixoto relembrou que Bandeira Ramos tinha um conhecimento socialista muito profundo, lia os livros de Karl Marx e Friedrich Engels e fazia palestras para eles nas reuniões. Ele ainda sinalizou sobre a existência de um núcleo mais restrito da Frente, que participava com frequência de reuniões, onde surgiu a ideia de criar o Jornal *O Nacionalista*, do qual Hermes Peixoto era o redator e José Alberto o diretor. Na entrevista, ele fez questão de ressaltar que não era muito politizado, como o José Alberto, o Cyro Mascarenhas e o Amílcar Baiardi, mas que era o da literatura, por isso como redator do jornal, "eu era o comunista romântico (risos), mas via muito bem a causa" (SANTOS FILHO, 82 anos, 2021).

Em 1964, Hermes Peixoto estava em Juçarí, distrito baiano, próximo da cidade de Itabuna. Lá trabalhou como engenheiro agrônomo, mas relatou sobre a efervescência em Cruz das Almas após o golpe: "[...] a coisa estava fervendo e eu não podia voltar, eu era membro da Frente Nacionalista, eu era redator do Jornal *O Nacionalista*, então eu fiquei por lá e lá depois eu encontrei Carlos Alberto, eu encontrei parceiros que fugiram daqui [...]". Ele ressaltou a luta dos estudantes contra aquela conjuntura e relembrou da luta de alguns companheiros de agronomia, que atuaram depois dele, período que denominou de segunda fase da Escola de Agronomia: "Que aí tem o Eudaldo, tem o Baiardi[90], tem o Igor, alguns que

[90] Sobre Amílcar Baiardi, no sexto capítulo, analiso sucintamente a sua trajetória, quanto à Eudaldo Gomes da Silva, Lucileide Cardoso recuperou a história dele enquanto líder estudantil e militante da

continuaram corajosamente desafiando a ditadura" (SANTOS FILHO, 82 anos, 2021).

A página *Almanaque Cruzalmense* também traz algumas informações relacionadas à militância de Eudaldo na VPR e a sua saga, durante os anos ditatoriais, até o seu assassinato, em sete de janeiro de 1973, supostamente na chácara São Bento, em Pernambuco (EUDALDO..., 2020). Nessa página, é possível encontrar as memórias de períodos distintos do município. Quanto aos anos ditatoriais, os registros catalogados reforçam que o rigor da repressão militar contra os cidadãos cruzalmenses tinha relação imediata e direta com a atuação dos movimentos estudantis, além dos sindicatos e associações. O Almanaque Cruzalmense é uma publicação virtual que reúne dados históricos, curiosidades e informações variadas sobre Cruz das Almas. A idealização e administração do blog ficam a cargo de Edisandro Barbosa Bingre.

Em relação à memória guardada sobre Cruz das Almas, Hermes Peixoto descreve a cidade após o golpe a partir de aspectos que se diferenciam substancialmente de Santo Antônio de Jesus e São Miguel das Matas. Nesses dois municípios, os prefeitos foram preservados por serem ambos partidários da UDN. Ademais, não há registro de destituição de vereadores, cassações ou fugas, ao contrário, no caso dos executivos locais, em São Miguel das Matas, Ademário Villas Boas despontou como grande líder e braço direito dos militares, e em Santo Antônio de Jesus, José Trindade Lobo tanto continuou exercendo seu papel, como foi reeleito na década de 1970. Todavia, Cruz das Almas é lembrada como uma cidade oposicionista, foco de subversivos e rigorosamente vigiada pelos militares, com destaque para as instituições de ensino e os movimentos estudantis. Nos trilhos da memória Hermes Peixoto endossa essa cartografia:

> Cruz das Almas, uma cidade pequena, uma cidade considerada oposicionista. A cidade foi ocupada. Os militares ocuparam a cidade, destituíram o prefeito, assumiram a prefeitura. Se eu não me engano, o prefeito, colocado por eles na prefeitura, era um tenente. O capitão passou a residir no hotel de campo da Embrapa. A cidade era completamente manietada, os que foram presos, foram pra Salvador (SANTOS FILHO, 82 anos, 2021).

Quanto à Jorge Guerra, existe uma memória que o descreve como um indivíduo oposicionista, muito por conta da perseguição sofrida após golpe, seguida

---

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no texto *Entre o movimento estudantil e a luta armada: Eudaldo Gomes da Silva e o "massacre da chácara São Bento* (CARDOSO, 2012).

de sua renúncia, porém Hermes Peixoto destacou: “[...] o prefeito, o senhor Jorge Guerra, ele não era socialista, ele não era esquerdista, ele não era oposição. Ele era um cidadão de centro, oposição à oligarquia Passos [...]” (SANTOS FILHO, 82 anos, 2021). Os entreveros foram justificados, porque Jorge Guerra apoiou os dois candidatos nacionalistas na eleição de 1962, Hélio Pitanga e José Alberto Bandeira Ramos, além de ter sido eleito prefeito pela coligação PSD/PTB, com o apoio da FNCA. Sobre a renúncia de Jorge Guerra, Hermes Peixoto rememorou que ele foi forçado a renunciar por conta de vários fatores, como a pressão do legislativo local; a intimidação causada pelos militares, que se instalaram no município; além do apelo da família, com medo dele ser cassado e, consequentemente, preso.

A memória guardada nos vestígios analisados sobre o golpe e os primeiros anos ditatoriais em Cruz das Almas revelam e descortinam acontecimentos que impactaram e redirecionaram a dinâmica local. No pós 1964, o caminhar pelas ruas já não trazia sensação de liberdade, mas olhares tímidos e desconfiados de quem sabiam que estavam sendo vigiados pelos homens de botas, que montaram guarda no município. A cidade Planalto, vista pelos estudantes secundaristas e universitários como espaço de luta e resistência à oligarquia local, foi calada forçosamente. O legislativo, que parecia “pegar fogo” com a atuação dos vereadores nacionalistas e comunistas, ecoava unifico nas congratulações aos militares e na sanha por caçar todos aqueles que falavam em reformas de base, sindicato e associações.

Apesar disso, a luta não foi calada, o ideal de revolução por uma sociedade livre e igualitária continuou por diversos e tortuosos caminhos em Cruz das Almas. José Alberto Bandeira Ramos não se calou, fugiu com a sua esposa Emérita Ramos, foram presos e novamente articularam formas de luta e sobrevivência. Amílcar Baiardi também fugiu, mas foi preso e torturado por diversas vezes, pegou em armas e acreditou ser a solução para livrar o país do julgo de uma ditadura. Eudaldo Gomes não foi intimidado pela repressão que caçava seus oponentes “a modo de bichos”, abandonou o seu diploma e organizou junto com os companheiros possibilidades de resistir e restabelecer a democracia. Embora ele tenha tombado, nunca será em vão a batalha travada por justiça e liberdade.

Assim, as análises demonstram os impactos dos primeiros anos ditatoriais no município cruzalmense, e esses não ficaram restritos às instituições políticas locais, mas reverberaram em todos os setores sociais e redirecionaram as vivências dos

moradores em suas práticas e na participação de movimentos, que resistiram e lutaram por liberdades e garantia de direitos. Houve os que aderiram à política da ditadura e viram naquela conjuntura espaço de crescimento econômico e permanência no cenário político local. Além disso, semelhanças entre as três cidades nas formas de lutas e aderências ao governo instalado em 1964 foram observadas ao longo dessa pesquisa. Contudo, as fontes analisadas para esse capítulo corroboraram com a nossa tese de que a trajetória dos municípios pesquisados anterior ao golpe singularizou o modo como ocorreram as adesões, as estratégias e as oposições praticadas no primeiro governo militar, sob o comando do general Castelo Branco.

Com isso, notamos oposições moderadas e radicais com consequências próprias para os sujeitos nelas envolvidas, reveladoras da violência perpetrada através de cassações, prisões, tortura, imposição de vida clandestina, além do controle e vigilância permanente durante todo o período ditatorial. No interior da Bahia, portanto, a violência marcou os inícios da ditadura ao coibir a oposição e aniquilar os sonhos de justiça social. Para os apoiadores, o caminho esteve aberto para implantação de uma nova ordem baseada na conservação da exclusão social e garantia de crescimento do seu poder político e econômico.

Das três cidades investigadas, Cruz das Almas teve suas sessões acaloradas e as divergências políticas ficaram ainda mais demarcadas em torno das disputas entre a bancada Udenista e a Trabalhista. Do mesmo modo, nessas três localidades foi perceptível que a resistência às práticas liberais aconteceram de maneira dissemelhante. O município de São Miguel das Matas estava mais atrelado à experiência religiosa, através da atuação da Juventude Agrária Católica e do Sindicado dos Trabalhadores Rurais, sob o comando de Padre Gilberto Vaz Sampaio. Em Santo Antônio de Jesus, as fontes demonstraram que as discussões eram embasadas a partir de leituras sugeridas por Gonçalo Blanco Quesada, tido como o líder intelectual dos integrantes, além da interlocução com a oposição de São Miguel das Matas e seus respectivos movimentos religiosos. Em Cruz das Almas, a luta por uma sociedade mais justa esteve concentrada na atuação da FNCA, dos movimentos estudantis, associações, sindicatos e também no cenário político local. De forma distinta, setores dos três municípios se incomodaram e lutaram contra as políticas liberais praticadas pela burguesia antes e após a implantação da ditadura civil-militar.

A partir das investigações desse capítulo ficou explícito que a *Cidade Planalto* teve destaque nas lutas muito por conta do fortalecimento do Movimento estudantil no nível primário e secundário e das interlocuções entre si. Aquele espaço mais politizado possibilitou o crescimento dos discursos nacionalistas e o fortalecimento da FNCA, além do crescimento do PTB no município e sua consequente expressão no legislativo local. Todo cenário permitiu a organização e a força dos movimentos de contestação à ditadura e, mesmo com a vigilância montada pelos militares, muitos integrantes de organizações e militância de esquerda aderiram à resistência armada, como via possível para conter o regime ditatorial e restabelecer a democracia.

Por tudo que foi elencado, ficou evidente que os militantes cruzalmenses não se curvaram às prisões e nem mesmo às ameaças e torturas físicas e psicológicas, ao contrário, eles reinventaram a maneira de resistência, entraram para a clandestinidade, ficaram longe de familiares e amigos, pegaram em armas e resistiram, juntamente com outros companheiros, que integravam a mesma ou outras organizações de esquerda em várias cidades e estados brasileiros.

No último capítulo, a partir da trajetória de Claudionor Froes Couto, demonstraremos um pouco mais sobre a experiência da luta armada no interior baiano e sua interlocução com outros Estados brasileiros e as influências internacionais. Nessa oportunidade, a atuação de Claudionor aparecerá entrelaçada a de outros sujeitos baianos, que optaram pela clandestinidade e redefiniram suas existências para combater a conjuntura ditatorial implantada em 1964.

6 ROMPENDO COM LIMITES INSTITUCIONALIZADOS: RESISTÊNCIA E CONEXÃO COM A LUTA ARMADA EM SÃO MIGUEL DAS MATAS E CRUZ DAS ALMAS

6.1 Claudionor Froes Couto e a resistência armada no Recôncavo Baiano

Na perspectiva de expansão de pesquisas sobre o período da ditadura civil-militar, muitos estudos se concentram nos setores sociais que se opuseram à conjuntura imposta em 1964. Não só na produção escrita, como também cinematográfica, a finalidade é buscar evidenciar os conflitos que teceram aquele contexto, permeado por ideais dissonantes. A experiência de pesquisar um momento recente da história brasileira revela o desafio em lidar com memórias que ainda se fazem presente no palco da história, permitindo que o ruído de diversas vozes sejam ouvidos na luta para caracterizar os anos de 1964-1985 e construir uma memória daquele período.

O objetivo deste capítulo é compreender os diversos graus de resistência armada e não armada nas cidades pesquisadas. O foco central reside trajetória de Claudionor Froes Couto e na Fazenda Bom Jesus, em São Miguel das Matas, como lugar de prática de determinada resistência armada, que ocorreu na época mais dura do regime ditatorial. Além disso, cabe observar se este local se mantém como lugar de memória no momento atual, compreendendo lembranças, esquecimentos ou silenciamentos de moradores da localidade e dos seus arredores. Desse modo, o propósito do estudo é construir um entendimento da história e da historiografia baiana sobre tal período, visto que ainda não se deu a devida atenção ao modo como o interior projetou sonhos de revolução e de mudança social, destacando a atuação de agentes radicais, que ousaram empunhar armas para derrubar a ditadura, em especial, o percurso de Claudionor Froes Couto, proprietário da referida fazenda.

Ao tomar por base as produções que se opuseram ao governo militar, muitos estudos analisam a luta armada como alternativa de resistência contra o autoritarismo da época. A “luta armada” também espelha um campo de disputas evidentes entre versões de militantes e militares e, de forma mais contundente, na própria historiografia que enfoca noções de resistência e revolução para entender

esse processo. A partir do estudo das obras *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender; *O Fantasma da Revolução Brasileira*, de Marcelo Ridenti e *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*, de Daniel Aarão Reis Filho, Lucileide Cardoso analisa os termos “revolução” e “resistência” para pensar a luta armada no Brasil. Destaca que os movimentos tinham como intenção primeira resistir ao governo ditatorial e como parte do processo combatê-lo (CARDOSO, 2014). Segundo Marcelo Ridenti: “pode se usar apropriadamente o termo resistência para essas esquerdas, pois sua luta importou mais pelo significado de combate à ditadura do que pelo intento de ofensiva revolucionária [...]” (RIDENTI, 2004, p. 57). Assim, mesmo com as divergências entre as organizações, elas tinham por objetivo comum resistir e pôr fim à ditadura.

A historiografia que trata desse tema é quase unânime ao discutir que após 1968, com o estabelecimento do Ato Institucional número cinco (AI-5), muitos grupos de oposição viram na luta armada a única possibilidade de enfrentamento na busca para garantia das liberdades. A maior parte desses estudos se concentra nos grandes centros urbanos, sobretudo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A Bahia, espaço da pesquisa aqui realizada, aparece como área de recuo para os militantes, que fugiam da repressão nos seus Estados[91].

No entanto, a obra *Ousar lutar, Ousar Vencer*, de Sandra Regina Barbosa da Silva Souza, e autobiografias de ex-guerrilheiros demonstram que a Bahia foi palco de ações diretas, embora tímidas em relação aos estados supracitados. Sandra Regina identifica ações que se restringem a assaltos a bancos, algumas desapropriações, tentativa de organização de guerrilha urbana e rural, mas também chegou à conclusão de que muitas tentativas não passaram da fase de organização e de que a Bahia aparece como um espaço mais seguro, portanto, menos visado pelos militares para abrigar militantes de outros Estados (SOUZA, 2013).

Outro questionamento da autora é a pouca importância dada à Bahia pela historiografia, que trata da resistência armada. Ao longo do texto, Sandra Regina buscou evidenciar que as diferenças e intensidades das ações entre os Estados

[91] Podemos citar, como exemplos, as obras intituladas *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*, de Daniel Aarão Reis Filho; *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender e *O Fantasma da Revolução Brasileira*, de Marcelo Ridenti, que concentraram suas atenções nos grandes centros urbanos do país, como espaços de maiores mobilizações e enfrentamentos, para tratar sobre resistência armada durante a ditadura. A atenção dada à Bahia sobre o tema aparece em circunstâncias específicas, como na abordagem da morte de Lamarca, no interior do Estado, no livro *Lamarca: o capitão da Guerrilha,* de Emiliano José e Oldack de Miranda.

brasileiros não diminuíram a relevância do projeto de oposição da militância baiana contra a ditadura. Essas investigações propõem percebermos a importância do Estado baiano nas articulações e estratégias do processo de resistência ao governo militar e ideal de igualdade no Brasil (SOUZA, 2013).

Nesse capítulo, buscaremos analisar a atuação desses movimentos de resistência na perspectiva de sua interiorização no estado. Com base nas autobiografias, depoimentos orais e relatos ainda não publicados, analisaremos as singularidades das ações em São Miguel das Matas e Cruz das Almas, bem como a conexão com os grupos e movimentos de outros Estados do país e de outros países como: Argélia, Colômbia e Cuba.

Para tanto, as fontes memorialísticas constituirão o principal acervo na escrita desse capítulo. Mesmo diante da abertura de muitos arquivos sobre o período da ditadura civil-militar favorecendo mais pesquisas, é cada vez maior o número de estudos embasados em memórias, com destaque para os relatos orais. O uso da fonte oral pode ser explicado por conta da destruição de vários documentos por medo da repressão. Em cidades do interior, esse fato se deve também à desorganização dos arquivos ou à inexistência deles. No entanto, é notório que esse crescimento está relacionado não só com a dificuldade em relação aos documentos escritos, mas ao desejo de contemplar outros lugares e sujeitos que vivenciaram os anos da ditadura e tiveram suas vidas transformadas. A expansão de pesquisas que utilizam fontes memorialísticas é contextualizada com as transformações na escrita da história, a partir do século XX, que trouxe seu foco para a problematização e passou a criticar o ideal de imparcialidade das fontes “ditas oficiais”.

A memória passa a ser valorizada como uma construção social, necessária nos processos de reconstituição da identidade individual, coletiva e nacional. O historiador não pode perder de vista sua função de análise e crítica da memória, na perspectiva de compreender que como toda a fonte histórica, a memorialística foi produzida em um determinado tempo e espaço. No que diz respeito aos depoimentos orais, o olhar precisa estar atento às revisões das lembranças ao longo do tempo para compreendermos seus enquadramentos, silenciamentos e esquecimentos.

O recurso da fonte oral coloca o historiador diante de múltiplas presenças, ressignificações e representificações. Os depoimentos são entrelaçados pelas experiências vividas reelaboradas no presente. Conforme as análises de Merleau-

Ponty, o corpo, ao trazer a síntese das experiências, produz sentido original por si só. Os testemunhos não devem subordinar-se a uma “função simbólica objetivante”, pois é um espaço de múltiplas co-presenças. Assim, a cada instante de um movimento, o instante precedente não é ignorado, mas está encaixado no presente, e a percepção presente consiste em suma em reaprender, apoiando-se na posição atual, a série das posições anteriores que se envolvem umas às outras. (MERLEAU-PONTY, 1994).

Ao tratar sobre os desafios na escuta do outro, Cléria Botelho da Costa, através de sua experiência com fontes orais, enfatiza os dilemas de interpretação, tomando como base o entendimento e posicionamento que o narrador confere em seu depoimento e a atribuição de significados distintos do pesquisador para a mesma narrativa (COSTA, 2014). Ciente da riqueza, das especificidades e dos desafios interpretativos das fontes memorialísticas, analisaremos a trajetória de militantes da esquerda armada em cidades do Recôncavo Baiano, através do método da história oral.

Essa metodologia se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinadas realidades, como os padrões culturais, as estruturas sociais e os laços do cotidiano. Nesse trabalho, consideramos como mais relevante analisar histórias de vida para compreender o contexto que entrelaça essas trajetórias e possibilitar a valorização e reconhecimento de experiências silenciadas, que foram excluídas ou marginalizadas em narrativas históricas anteriores (FRISCH; HAMILTON; THOMSON, 2006).

Por intermédio de entrevistas e escritos memorialísticos de integrantes de movimentos guerrilheiros, sobretudo nos anos de 1968-1969, que atuaram em grupos de oposição no interior da Bahia, analisamos como os municípios de São Miguel e Cruz das Almas se posicionaram frente ao governo ditatorial, bem como a luta de sujeitos que apostaram na militância armada, enquanto alternativa de combate à ditatura. Ademais, a finalidade é compreender a ligação desses indivíduos com grupos da capital, outros Estados e países para sobreviver ao regime e lutar por liberdades, que foram sucumbidas desde a instalação do Ato Institucional número um (AI-1), seguido por tantos outros. O fio condutor para essa análise será a trajetória de Claudionor Froes Couto, que nos permite também conhecer outros nomes pertencentes à sua rede de ligação no transcorrer de sua militância.

Claudionor Froes Couto, brasileiro, solteiro, estudante, com 31 anos de idade, natural de São Miguel das Matas, Bahia, filho de João Batista Couto e Idalina Froes Couto, residente em São Miguel das Matas, foragido. Essa descrição está relacionada ao Processo nº 1/70 da Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar: Exército, Marinha e Aeronáutica. A ação supracitada foi justificada porque os militares estavam no encalço de Claudionor: sujeito militante, na condição de membro do Comando de Libertação Nacional (COLINA). Durante a ditadura, ele foi perseguido e viveu parte daquele período fugindo dos "lobos". Logo, esse personagem será tomado como referência para analisarmos as conexões de São Miguel das Matas, Cruz das Almas e cidades situadas no Recôncavo Baiano, como espaços de resistência, ações diretas e refúgio para guerrilheiros de outros estados, que lutaram contra a conjuntura imposta pelos governos militares, a partir de 1964. Dessa forma, a intenção é evidenciar que, para além das águas "calmas" da Baía de Todos os Santos, o Estado baiano também estava articulado aos movimentos de guerrilha do país, com destaque para os municípios propostos nesse trabalho.

Na década de 1960, alguns movimentos e partidos de esquerda atuavam de forma expressiva no cenário político brasileiro. Embora ilegal, as ideias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) influenciavam a luta política e sindical e muitas pessoas se integraram a este partido. No período de 1946 a 1964, o PCB representou a principal força da esquerda de inspiração comunista no Brasil. A sigla correspondeu ao Partido Comunista do Brasil até 1961 e, daí em diante, a Partido Comunista Brasileiro. O PCB dispunha de quadros experientes e completamente dedicados ao trabalho partidário. A sua radicação no movimento operário era sólida e muito mais importante do que a das outras correntes. Logo, o partido contava com ramificações do meio camponês, tinha forte influência no movimento estudantil e nas campanhas anti-imperialistas, além de servir como referencial a todas as organizações de esquerda (GORENDER, 1987).

No entanto, outras correntes políticas de esquerda, a exemplo da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) e a Ação Popular (AP) surgiram no início dos anos de 1960, e, mesmo compartilhando de alguns ideais, se constituíram em alternativa à política predominante do PCB (RIDENTI, 1993). O significado do termo esquerda aqui utilizado está relacionado aos movimentos e às ideias que endossam projetos de transformação social em benefício das classes marginalizadas. Segundo Jacob Gorender, "os diferentes

graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes" (GORENDER, 1987, p. 7).

No transcorrer desse capítulo, a pluralidade da esquerda brasileira, do período em estudo, será observada a partir das divergências de ideias e posicionamentos que desembocaram em rachas e formação de diversas dissidências, cujo mote era a adoção da luta armada como caminho para revolução. Vários autores e ex-militantes se dedicaram a fazer críticas ou autocríticas sobre o processo revolucionário. Por vezes, essa memória chega de forma mitificada e trata o processo de resistência numa perspectiva romântica, ao negar qualquer tipo de violência praticada por grupos de militantes.

No entanto, outras obras, a exemplo de *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender; *O Fantasma da Revolução Brasileira*, de Marcelo Ridenti e *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*, de Daniel Aarão Reis Filho, atentando para seus dissensos e contrassensos, analisam o projeto de revolução evidenciando as divergências entre os grupos, a dificuldade em lidar com a perspectiva democrática e o uso da violência (CARDOSO, 2014). Embora marcados pelas contradições, esses grupos tinham como interesse comum combater os governos militares e manter um espaço de discussões e luta no país. Daniel Reis enfatiza ainda que os militantes não fizeram a resistência democrática à ditadura, lutaram por um projeto e acreditaram numa revolução mundial que, ao final, não aconteceu (REIS FILHO, 1989). Conforme suas análises, a definição dos movimentos revolucionários como "resistência democrática" é equivocada, pois as organizações guerrilheiras possuíam uma perspectiva revolucionária ofensiva e não apenas de resistir contra a ditadura. Marcelo Ridenti reitera que a termo "democrático" deveria ser evitado por conta da sua ambiguidade. Contudo, é possível pensar a perspectiva democrática para analisar os movimentos de resistência a partir das formulações teóricas do marxismo-leninismo, que tem como ideal a consolidação de um governo democrático (RIDENTI, 1993).

Com o golpe de 1964, esses grupos demonstraram que as suas bases não estavam fortalecidas e as divergências fragmentavam a esquerda brasileira. Marcelo Ridenti destaca três aspectos para explicar os conflitos que provocaram várias dissidências, diminuindo ainda mais as chances dos grupos de esquerda, sobretudo o PCB, de lutar contra as bases do governo militar instalado no país. Segundo suas análises, esses movimentos divergiram quanto ao caráter da revolução brasileira, às

formas de luta para chegar ao poder e ao tipo de organização necessária à revolução (RIDENTI, 1993).

Esses desacordos provocaram constantes rachas nos primeiros anos da ditadura, assim como ao longo do seu percurso. Organicamente, esses movimentos não resistiram aos efeitos do golpe e do governo ditatorial. A POLOP sofreu dois rachas: um, em São Paulo, e o outro, em Minas Gerais, tendo esse último originado o COLINA, grupo que Claudionor foi integrante aqui na Bahia.

A construção da trajetória desse sujeito se baseia nos escritos feitos por ele, para registrar as aventuras de sua militância contra a ditadura civil-militar, intitulado *O Dedo do Padre e a Ditadura Militar* e o depoimento concedido a esta pesquisadora, em dezembro de 2017. Essas fontes, juntamente com outras memórias, constituem a base documental para compor o capítulo.

6.2 “O Dedo do Padre” e a Ditadura Militar: Um texto autobiográfico

Esse relato autobiográfico de Claudionor Froes Couto não foi publicado. No depoimento, ele deixa claro que essa foi a maneira encontrada para compilar suas “aventuras” nos idos de 1960 a 1980; além de ter expressado a não intenção de publicá-lo e que autorizava a sua utilização nessa pesquisa. Ele foi muito receptivo na concessão da entrevista e se disponibilizou para contribuir no transcurso desse estudo. Sobre a não publicação, a entrevista desvelou várias questões que ainda perturbam o personagem analisado. Claudionor Couto demonstrou inconformismo com os depoimentos dos militantes presos e a desarticulação de muitas organizações nos idos de 1968 e 1969. Ele recordou ainda, com muita emoção, do último encontro com a sua mãe, que deixou em Salvador para entrar na clandestinidade e depois o exílio, ela faleceu antes dele retornar para o Brasil, em 1979. Outro fator, mencionado com muita tristeza, é a mudança de lado de alguns companheiros, quando passaram a ocupar cargos políticos, após os anos ditatoriais, segundo ele, esquecendo os ideais que os motivaram a resistir ao governo militar. Ao perguntar sobre a estruturação do COLINA, em 1964, ele respondeu:

> É eu buscando... como, não cito nome né, porque hoje está lá no pedestal da direita, né? Ex-prefeitos, ex-vice prefeitos, né? Eu nem os procuro hoje, né? Porque estão em lado contrário. Talvez as coisas em relação... as coisas não saiam bem, né? Porque eu não

> vou aceitar que o outro viva no favor, os outros principio errado, né? Então procuro evitar estar lá, não os procuro. De vez em quando, um amigo fala: Fulano perguntou por você. Eu digo: eu estou bem. Porque... caráter (COUTO, 79 anos, 2017).

A decepção com as opções político-ideológicas de alguns companheiros após a ditadura pode ser um dos fatores que desencoraja a publicação do seu texto. No decurso do depoimento, Claudionor Couto demonstrou que as atribulações vividas nos anos ditatoriais ainda o perseguem. Em um determinado momento da entrevista, ele disse que tínhamos que ter cuidados, porque poderíamos estar sendo espionados. Enfim, todas essas questões, mais a falta de ambição que demonstra em sua fala e na maneira simples como vive, podem ser explicações por ter decidido não publicar seus relatos.

O texto não tem formato de livro, não contém imagens, se encontra na versão digitada e é constituído por mais de 130 páginas. A partir da página 97, é possível encontrar os anexos, compostos por: relatórios do Departamento da Polícia Federal da Delegacia Regional da Bahia, termos de declaração dos militantes presos, relatórios de inquéritos policiais e sentenças. Os registros de Claudionor seguem a linearidade dos acontecimentos: rememora o contexto anterior a 1964, sua vida na Fazenda Bom Jesus, em São Miguel das Matas, ida para Salvador, engajamento político, inconformismo com o golpe civil-militar, integração a um grupo de militância e resistência à ditadura. A obra cataloga a experiência do autor e, ao mesmo tempo, revela o contexto plural dos espaços em cada tempo vivido, projetada no anseio por narrar acontecimentos que impactaram a sua existência. Nesse trabalho, este documento está sendo utilizado como ferramenta de análise, com atribuição de distintos significados (CHARTIER, 2003).

O fascínio despertado pela autonarrativa de Claudionor Couto não pode dificultar o olhar crítico sobre seus escritos, que carrega o tom heroico de sua participação como integrante estratégico e astucioso de grupos que se opuseram à ditadura civil-militar. Todo testemunho deve ser analisado criticamente dentro do seu tempo e espaço, independente da posição política que ocupa. “Em suma, não se pode representar tudo o que a experiência foi para o sujeito, pois se trata de uma ‘matéria prima’ em que o sujeito que testemunha é menos importante que os efeitos morais do seu discurso.”. Beatriz Sarlo endossa ainda sobre a dimensão coletiva do testemunho e dos seus efeitos para sociedade (SARLO, 2007).

Grande parte dos esforços de Claudionor Couto está centrada no registro da sua atuação como militante do COLINA e, posteriormente, da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-PALMARES); como sujeito perspicaz e atento, que driblou o cerco policial durante alguns anos, levando e trazendo informações sobre a organização, transportando companheiros em risco eminente de prisão para diversos lugares, com destaque para a sua fazenda (que será discutida com mais detalhes ainda nesse capítulo), por ter se tornado um lugar emblemático na história do período. Claudionor Couto segue sua narrativa relatando as aventuras vividas nos anos de 1968 e 1969, período de maior fechamento do regime, aumento das perseguições, prisões e torturas. Nesse contexto, ele fala da sua experiência clandestina, exílio, a vivência no Chile, os desafios de presenciar outra ditadura, com a deposição de Salvador Allende Gossens e o governo arbitrário de Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, passagem por outros países e o seu retorno para o Brasil.

Nos escritos, ele destaca os momentos mais difíceis da ditadura, após o estabelecimento do AI-5, perseguições, prisões e tortura, obrigando muitos companheiros a entrarem para a clandestinidade e, em seguida, a se exilarem em outros países, como única alternativa de sobrevivência e continuidade de luta. As páginas seguintes tratam e conseguem captar os sentimentos de Claudionor Couto referentes à sua entrada na clandestinidade, às fugas para diversos estados do país até chegar ao Chile, se casar-se, ter um filho, mas nunca perder de vista sua luta. Assim, ele passou a cogitar empreender resistência contra a deposição de Allende e a implantação da ditadura de Pinochet naquele país, que se tornou o seu abrigo por não poder viver no Brasil, pois a prisão de três anos de reclusão havia sido decretada à sua revelia.

O caráter desse documento autobiográfico revela, para além das experiências de Claudionor Couto, as nuances do contexto, ao descortinar as várias conjunturas sociais do período singularizadas pelo seu olhar. É nesse espaço de análise do sujeito frente a si mesmo que a questão autobiográfica se constrói como possibilidade de narrar a sua existência. Desse modo, “é uma escrita que tem como objeto o *si próprio*, a análise, isto é, a autoanálise da história de uma vida, a vida do próprio sujeito narrada por ele próprio” (TEIXEIRA, 2013, p. 43). As pesquisas de Philippe Lejeune evidenciam as ambiguidades do termo autobiografia. Segundo os seus estudos, num sentido mais estrito, ela evidencia um relato de vida situado na vida da personalidade, já numa perspectiva mais ampla, “toda forma de escrito em

que se fala de si diretamente", ou mesmo todo o escrito no qual o leitor julga que o autor atravessa por sua experiência pessoal (LEJEUNE, 2008).

Nesse sentido, o texto autobiográfico tem como característica primeira a singularidade dos relatos, pois, ao falar de si, o sujeito dá conta de sua trajetória no contexto mais amplo da História, como memória da humanidade (POLLAK, 1992). Embora a memória apareça como registro de experiências do sujeito, ela deve ser entendida como um fenômeno coletivo, que conta a história de um determinado contexto histórico, passiva de "flutuações" e mudanças constantes (HALBWACHS, 2013). Nossa intenção em trabalhar com a autobiografia de Claudionor Couto é compreender as singularidades dos impactos sofridos após o golpe de 1964 e a implantação da ditadura em cidades do Recôncavo Baiano, através da sua militância armada.

As possibilidades de investigação foram ampliadas a partir de 1970 e as múltiplas produções humanas são bem quistas na pesquisa historiográfica. Os problemas de interpretação de uma vida são riquíssimos e desafiadores, pois nos defrontam com tudo o que constitui nossa própria vida e a dos que nos cercam (BORGES, 2004). Embora a pretensão aqui não seja construir uma biografia, mas traçar um paralelo entre os registros de Claudionor Couto com a experiência da luta armada ou de setores que empreenderam resistência à ditadura no Estado, é importante destacar as dificuldades de interpretação de um documento permeado por tantas emoções.

No entanto, as categorias distintas presentes num arquivo implicam em diferentes maneiras de análise e, portanto, as escolhas estão atreladas às perguntas do pesquisador (ROUSSO, 1996). Toda fonte oferece desafios e exige uma visão crítica. Assim, não é fácil lidar com relatos da vida de um indivíduo. O afastamento da família, abrir mão de um amor, viver no fio da navalha, fugir constantemente para escapar da prisão destinada à ele e à maioria dos companheiros são questões a serem problematizadas nesse texto.

Claudionor Froes Couto iniciou sua luta contra o governo ditatorial no COLINA, organização política revolucionária, que surgiu em 1967, por dissidentes mineiros da Política Operária, após o já mencionado racha da POLOP[92]. Ela era

[92] A POLOP foi fundada três anos antes do golpe e desaparecida nos primeiros anos 80. Ela ocupou uma posição especial na esquerda marxista brasileira, campo em que o peso do PCB foi sempre muito grande. A POLOP se caracterizou, desde o início, pela originalidade das formulações teóricas e

integrada, majoritariamente, por jovens estudantes universitários. Como as demais organizações de oposição ao Regime Militar, instalado em abril de 1964, defendia a ação armada como meio para libertar o Brasil da “opressão e da ditadura” e, numa etapa posterior, criar o partido revolucionário da classe operária. Divergências internas levaram à fusão com outros grupos do sul do país e da Bahia, dando origem a uma nova organização denominada VAR-PALMARES. (ABREU, 2009).

Para informar sobre o personagem em evidência nesse capítulo, além de suas memórias, analisaremos outros textos e depoimentos orais, para compreendermos sua luta e entrada em organizações revolucionárias. A entrevista com Claudionor Couto foi realizada numa manhã de sol, em dezembro de 2017, no seu apartamento localizado no bairro Stiep, em Salvador. O depoimento durou três horas, em média, e sua fala transcorreu entrecortada pela emoção das lembranças. Em muitos momentos, seus olhos brilharam e relatou com entusiasmo sua opção por resistir ao governo militar e ter sonhado com mais liberdade e igualdade para o país. Em outros, demonstrou tristeza por ter sido necessário se afastar dos seus familiares e também do seu amor, entrar para a clandestinidade e continuar lutando. No final do depoimento, mesmo chegando à conclusão de que foi um “luta inglória”, por conta do desequilíbrio de forças entre os militantes e militares, enfatizou ter sido essa a alternativa encontrada por ele e os companheiros, que não aceitaram o julgo do governo militar e “sonharam sonhos de liberdade”.

Claudionor Froes Couto elucida que saiu de São Miguel das Matas muito cedo, sua mãe ficou viúva com seis filhos, com idades entre 1 e 6 anos. Não obstante a insistência do seu avô para ela voltar a morar com os pais, ela optou por continuar em São Miguel das Matas. “Então, com muita luta, ela trabalhou e apesar das dificuldades para administrar a fazenda, deixou uma propriedade com mais ou menos 180 hectares como herança para os seus filhos” (COUTO, 79 anos, 2017). Além disso, ele enfatizou a insistência da mãe para que os filhos estudassem e se tornassem independentes, e a fazenda em São Miguel das Matas servia como ponto de apoio para quando precisassem.

> E assim eu vim para Salvador, aos doze anos por aí, logo que terminei o curso primário e vim morar com o meu tio. Meu tio tinha uma loja na Baixa do Sapateiro – Loja Chique e eu fiquei na casa dele, ia pro colégio, e à tarde ia pra loja. E, assim, eu comecei a vida nova, trabalhando e estudando (COUTO, 79 anos, 2017).

---

pragmáticas que, nos anos seguintes, alcançariam repercussão significativa, ainda que minoritária, nos meios políticos e intelectuais de esquerda. (COELHO, 2018).

Aos 18 anos, ele se alistou na Aeronáutica, na Base Aérea de Salvador. Claudionor fala com entusiasmo dos anos anteriores à 1964: “naqueles tempos, onde estava, havia um ‘pleno movimento político no Brasil’, onde havia os sindicatos, as universidades livres com vários pensadores” (COUTO, 79 anos, 2017). Os anos rememorados por Claudionor estão compreendidos entre a queda do Estado Novo[93], em 1945, e o golpe de 1964. Naquele contexto, sobretudo, a partir de 1950, ocorreu uma efervescência política, diversos grupos, em especial os sindicatos dos trabalhadores, ligas camponesas e associações, lutaram pela conquista e efetivação dos seus direitos.

Os movimentos sociais clamando por justiça e espaço na sociedade brasileira, juntamente com a renúncia de Jânio Quadros, a ascensão de João Goulart à presidência da República e sua política de reformas são fatores utilizados para explicar a intervenção militar em 1964. Voltando ao depoimento de Claudionor, não podemos falar em “pleno movimento político no país” entre os anos de 1945 e 1964, e sim em um processo de efervescência política e maiores possibilidades de lutas e reivindicações na busca por garantir direitos, em específico da classe trabalhadora. Com tom saudosista, ele recordou “que havia sempre aquele sentido nacionalista, que hoje não existe mais. Temos que vender os nossos patrimônios para pagar a dívida que os próprios políticos efetuam.” E assim continuou:

> Em contato com várias pessoas, comecei a me interessar pela situação política do Brasil, especialmente a nossa riqueza, a exploração do petróleo, as riquezas básicas do país, as remessa de lucro pro exterior, as grandes empresas, aquilo que Getúlio sempre tentou implantar né, uma indústria nacional, os direitos dos trabalhadores, as leis trabalhistas. E tive conversando com várias pessoas, inclusive militares, e começamos a estudar um pouco de marxismo, é..., na própria Base Aérea de Salvador, havia um grupo que reunimos duas vezes na semana para lê as obras marxistas. Nesse ínterim, chega 64, mas um ano antes eu pedi baixa, já como cabo, apesar de que tinha muitos amigos que diziam: não, vamos seguir a carreira de militar, etc, mas eu não me interessei pela disciplina e a subserviência que muitas vezes nós tínhamos que seguir, as leis militares que muitas vezes oprimem, né? Saí da Base Aérea de Salvador e fui trabalhar na Companhia do Brasil, uma empresa americana que era uma grande distribuidora de produtos alimentícios na Avenida Figueiredo Dantes (COUTO, 79 anos, 2017).

[93] Regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, e que vigorou até 29 de outubro de 1945. Ele foi caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. É parte do período da história do Brasil conhecido como a Era Vargas.

Desse modo, ele revela o ponto de partida do seu descontentamento com a política brasileira, ao mesmo tempo em que evidencia a sua aprovação ao governo intervencionista e nacionalista de Getúlio Vargas. Ele narra a experiência sobre a fiscalização nas empresas antes e após o golpe de 1964 e afirma que, com a ditadura, a fiscalização acabou e deu margem para o crescimento e fortalecimento de grandes redes de empresas e indústrias em detrimento das pequenas, que fecharam as portas por não conseguirem se manter diante da concorrência desleal. Esse cenário aparece marcadamente nas suas posições políticas.

Ademais, ele relembra o surgimento da rede de supermercados na Bahia, o Paes Mendonça, que antes era Casa Sergipana. Claudionor Couto afirmou que observava a saída dos caminhões carregados de alimentos e que apenas um era tachado com a cobrança de impostos. Assim, com a falta de pagamento e sonegação, Paes Mendonça conseguiu fechar milhares de pequenos estabelecimentos que tinha na cidade, oferecendo preços mais baixos, porque grande parte de suas vendas não pagavam encargos. “Esta é uma parte cruel que a ditadura veio implantar, acabaram com a fiscalização real.” Ainda segundo suas lembranças dos anos anteriores à 1964, um fiscal chegava em São Miguel das Matas, ficava em uma loja uma semana, até medindo peças de produtos para ver se conferia com a nota fiscal, “tudo se acabou após a ditadura, fecharam vários postos de fiscalização e isso deixou os empresários livres, a fim de receber ajuda para implantar o seu sistema repressivo” (COUTO, 79 anos, 2017).

Esses acontecimentos aumentaram o desejo de mudança em Claudionor Couto, que passou a ler mais e procurar pessoas com o ideal semelhante, ou seja, de um Brasil melhor, “sem corrupção, tirar o povo da miséria, num sentido mais humanitário. E esse sentido mais humanitário, logo depois que veio o golpe, era visto de forma subversiva”. A partir do contato com outros sujeitos que participavam de movimentos em oposição ao governo militar, ele se aproximou do COLINA e viu na luta armada a possibilidade de resistência e combate à ditadura.

Entre as fontes pesquisadas, o livro de memória *Quem samba fica: memórias de um ex-guerrilheiro*[94]*,* de Rui Patterson, também militante do COLINA, informa

[94] A obra *Quem Samba Fica: memórias de um ex-guerrilheiro*, com mais de 280 páginas, foi publicada em 2011, pela Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), e é composta por seis capítulos. Rui Patterson, para além da sua infância, conta sua experiência como militante contra a ditadura implantada em 1964, enfatizando os anos de 1968 e 1969. Grande parte dos seus esforços estiveram concentrados na narrativa sobre sua luta e a dos seus companheiros de organização para resistir ao

detalhes importantes sobre a luta armada na Bahia. Ele elucida sua participação como companheiro de militância junto a Claudionor Couto, com destaque para a narrativa das prisões na fazenda em São Miguel das Matas. Inclusive, Rui Patterson menciona a sua, quando foi pego de surpresa pelos militares, ao chegar na madrugada para entregar correspondências sobre a organização à Nemésio Garcia da Silva, Chantal Russi, que já havia sido preso, mas ele não tinha conhecimento por conta da morosidade das informações na década de 1960.

Os escritos de Rui Patterson trazem informações também sobre a militância de Claudionor Couto, ambos ainda vivos. Segundo ele, Claudionor foi recrutado por Amílcar Baiardi, João Lucas Alves[95] e Apolo Lisboa, todos integrantes do COLINA. Claudionor Couto exercia a atividade de açougueiro em Salvador, quando a repressão o localizou. Convidado a prestar esclarecimentos, ele alegou que precisava se despedir de sua mãe e, a partir daquele momento, ele empreendeu fuga e escapou de outras possibilidades de prisão por um longo período. Com a ajuda de Luiz Pamponet, entrou para clandestinidade passando por Minas Gerais, onde foi abrigado por Dilma Vana Rousseff. No Rio de Janeiro, obteve documentação falsa e passou por diversos estados do país, até se exilar na Argentina e no Chile (HIPPOLITO; MONTENEGRO, 2009).

Dilma Rousseff, presidenta do Brasil entre os anos de 2011 e 2016, no período da ditadura civil-militar, foi integrante de organizações que resistiram àquela conjuntura e iniciou sua militância na POLOP. Em 1967, no 4º Congresso da POLOP, onde ocorreu uma fratura no interior da organização, ela optou por acompanhar aqueles que se afastaram e criaram, em Minas Gerais, o grupo guerrilheiro COLINA. A partir de então, Dilma Rousseff se engajou em atividades clandestinas, sem, no entanto, tomar parte em ações militares. Uma outra parcela, daqueles que romperam com a POLOP, construiu em São Paulo a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em 1969, as duas organizações oriundas da POLOP se uniram, dando origem à VAR-PALMARES. Na onda de repressão às organizações de esquerda desencadeada pela Operação Bandeirante (OBAN), Dilma foi presa em janeiro de 1970, em São Paulo e ficou detida nas dependências

---

governo ditatorial. Para esse trabalho, centramos a análise mais no primeiro capítulo por tratar sobre a sua prisão, naquele momento sob o codinome *Roque,* e a dos companheiros, que estavam na Fazenda de Claudionor Froes Couto, em São Miguel das Matas.

[95] O Colina começou a ser estruturado em Minas Gerais, em fins de 1967, a partir de dissidentes do POLOP e ex-militares do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), de onde veio um de seus fundadores, João Lucas Alves, torturado e morto em março de 1969.

da 36ª Delegacia de Polícia, sede da OBAN, e no DOPS de São Paulo. Ela foi torturada na prisão, o que lhe rendeu sequelas, como um problema na glândula tireoide. Posteriormente, ocorreu a condenação e transferência para o Presídio Tiradentes, ainda em São Paulo, tendo sido solta no final de 1972. Após deixar a prisão, ela se mudou para Porto Alegre, onde retomou os estudos e reconstruiu sua atuação política, já distante da luta armada. Em 1974, ela ingressou no curso de Ciências Econômicas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e trabalhou de 1975 a 1977 na Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado. Em 1977, concluiu a graduação.

A historiografia sobre a luta armada no país, durante o governo militar, em sua maioria evidencia que seus integrantes estavam indignados com a situação econômica do país, as desigualdades sociais e, apoiados em leituras marxistas, esses indivíduos concebiam a luta revolucionária como via para mudanças. Os escritos de Claudionor Couto revelam que a juventude, preocupada com a situação política do Brasil, se reunia com pensamentos e anseios de ter uma vida melhor para todo o povo: “com esse ímpeto transcorria o ano 1969, período que a ditadura militar exibia a sua maior força repressiva e chegava à Bahia, até então quase imune à atuação dos seus algozes” (COUTO, [s. d.], p. 1). Além disso, é importante ressaltar a influência internacional na mobilização dessas lutas revolucionárias dos países de predominância rural. “O Vietnã contra os Estados Unidos e a Revolução Cultural chinesa impressionaram tremendamente a juventude politizada dos anos de 1960” (GORENDER, 1987, p. 76). Esses eventos, e mais a atuação do campesinato em Cuba, fortaleceram o ideal de guerrilha do campo para a cidade, a partir da ideia de foco guerrilheiro disseminado nos movimentos armados no Brasil.

Sobre a repressão na Bahia, Claudionor Couto mencionou que o maior fechamento político aconteceu, a partir de 1968, com o AI-5 e a desarticulação de alguns grupos revolucionários, a exemplo do COLINA, devido à prisão de dois companheiros na rodoviária de Salvador e outros dois na sua fazenda em São Miguel das Matas, no ano de 1969. Nesse período, o governo militar, chefiado por Costa e Silva, ampliou o número de perseguições, torturas e exílios na tentativa de calar as vozes que teimavam em denunciar o regime e seguiam resistindo e lutando pelo retorno à democracia. No entanto, não se pode afirmar que a Bahia estava imune até 1969. O Estado baiano sofreu duras repressões com prisões antes

mesmo de 31 de março de 1964, deposições políticas logo após o desferimento do golpe, perseguições, prisões e torturas.

Naquele contexto, marcado pelo maior fechamento do espaço sociopolítico, em decorrência do estabelecimento do AI-5, Claudionor Couto enfatizou que há um ano a repressão efetuava prisões atingindo o Colina, no Rio de Janeiro. Antes do apagar das luzes de 1968, essa mesma organização era atingida em Minas Gerais, sofrendo pesadas baixas, obrigando a maioria dos seus militantes a se mudar para o Rio de janeiro e São Paulo. No clarear do ano de 1969, chegou a vez da VPR em São Paulo, onde várias dezenas de militantes foram trancafiados e, no sobe e desce do pau de arara[96], os "Lobos" alcançaram a Aliança Libertadora Nacional (ALN), grupo dirigido por Carlos Marighella, e logo atingiram o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

Com essas ações, os órgãos repressores começaram a conhecer o *modus vivendi* das organizações armadas. Na Bahia, os grupos da esquerda armada, organizados ou não, tiveram o cuidado de não efetuar ações que despertassem a atenção do aparato repressor. Em muitos momentos nos escritos de Claudionor Couto, a especificidade das organizações no Estado baiano foi destacada como um espaço para o refúgio e suporte aos guerrilheiros atingidos pela repressão nos outros Estados.

O ex-militante do COLINA, Amílcar Baiardi, ao ser entrevistado, assinalou que a Bahia foi palco de pequeníssimas ações diretas da organização ou das organizações às quais ele estivera ligado[97], porém, com o estabelecimento do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) ocorreram algumas ações: "Mas, no caso já mais adiante da fuga do Zequinha, do Lamarca[98] e da morte deles lá em Ibotirama, no Oeste Baiano, já era mais de recuo e de fuga mesmo, né? A

[96] O pau-de-arara consiste numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o "conjunto" colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 cm do solo. Este método quase nunca é utilizado isoladamente, seus 'complementos' normais são eletrochoques, a palmatória e o afogamento.

[97] Situaremos melhor sobre essa entrevista em outro tópico, ainda nesse capítulo.

[98] Carlos Lamarca, em 1971, saiu da VPR e passou a fazer parte do MR-8. Em junho do mesmo ano, ele foi para o sertão da Bahia, no município de Brotas de Macaúbas, com a missão de estabelecer uma base do MR-8 no interior. Após a chegada dos militares na região, Lamarca juntamente com o companheiro Zequinha empreenderam fuga pela caatinga, e percorreram cerca de 300 quilômetros em 20 dias. Em 17 de setembro de 1971, os dois foram assassinados pelos militares. Esse episódio ficou conhecido como "Operação Pajuçara" e é narrado com detalhes no livro *Lamarca: o capitão da guerrilha,* de Emiliano José e Oldack de Miranda (2015).

Bahia não teve grandes protagonismos em termo de luta armada não" (BAIARDI, 77 anos, 2018).

Embora Amílcar Baiardi destaque o Estado baiano preferencialmente como área de recuo, ao demonstrar a importância enquanto lugar de acolhimento aos companheiros de militância, ele sinaliza também como espaço de ações diretas para combater as políticas ditatoriais e restabelecer a liberdade e a democracia. As oposições aconteceram em várias esferas: movimentos estudantis, religiosos, sindicais, resistência armada, entre outros. E em muitos casos, os revolucionários, que atuavam na Bahia, utilizavam os outros Estados como espaço de refúgio, rearticulação e suporte aos que aqui ficaram. A trajetória de fugas entre os estados brasileiros e o autoexílio em outros países reforçam o percurso de Claudionor Couto, marcado pela luta de não "cair nas mãos dos lobos", assim como ajudar os companheiros a continuarem, resistirem e fazerem a revolução.

No depoimento, ele ressalta que a pressa e a vaidade de alguns companheiros foram o estopim para a desarticulação da luta armada na Bahia: "Então, o grande problema é isto, a pressa de aparecer, há botou uma bomba ali, os terroristas, um absurdo, basta ler sobre e ver [...]" (COUTO, 79 anos, 2017). Conforme a análise feita por Claudionor Couto, a militância exigia mais cautela e estratégia por parte dos integrantes do movimento armado, que deveriam saber o mínimo sobre os colegas, e as informações deveriam ser igualmente restritas à função de cada um. Ele fala com indignação sobre as revelações feitas nos depoimentos dos colegas presos, que possibilitaram a efetivação de outras prisões e desarticulação do grupo.

Claudionor Couto realça que, apesar do desejo de alguns companheiros apressados, algumas vezes estimulados por militantes de outros Estados, em querer mostrar que a sua organização também estava presente na "Boa Terra", o grupo buscava sensatez para persuadir, pautado no princípio de que o mais sensato seria a dedicação, a tarefa organizativa e ampliar a rede de militantes, simpatizantes e colaboradores. Dentre as inúmeras impressões despertadas pela autobiografia de dele, o que mais chama atenção no texto é sua habilidade para fugir dos militares, bem como a articulação com sujeitos de vários Estados e até mesmo fora do país:

> Já há algum tempo eu me apresentava como homem de negócios. Tendo me estabelecido no comércio de carne, que me facilitava contatos nos mais diversos níveis sem ser notado. Movimentava-me

> nas barbas da repressão; mantinha contatos com os homens da direita e passeava junto à esquerda (COUTO, [s. d.]).

Nesse sentido, ele destaca que fazia muitas leituras sobre espionagem e não gostava nem de saber muito sobre os seus companheiros e nem falar de si: “O aparato repressivo já estava estruturado, os caçadores já estavam em campo, só faltava a caça” (COUTO, 79 anos, 2017). Ademais, o texto revela que ele percebia a organização e os disfarces do Serviço Nacional de Informação (SNI), na medida em que identificava os sujeitos que estavam a serviço da repressão.

> O meu vizinho, sargento Hugo, já não usava o uniforme verde oliva, deixou o cabelo crescer e às vezes a barba por fazer. Informou que havia deixado a caserna, agora trabalhando como professor de educação física. Outro seu colega, sargento Mauro, também havia deixado o quartel para trabalhar como representante comercial (COUTO, [s. d.]).

Dessa forma, como em vários estados, os serviços de informações já trabalhavam centralizando suas ações, que mais tarde atingiriam a todos aqueles que se opuseram à ditadura. Claudionor Couto estava sempre atento para identificar quem fazia parte do serviço de informação: “dia a dia, eu acompanhava inúmeros daqueles que formavam parte do aparelho repressor e os seus colaboradores, a exemplo de proprietários de livrarias e alguns dos seus empregados, observando a tendência dos seus clientes, através dos livros adquiridos” (COUTO, [s. d.], p. 3).

Além de certa facilidade em se deslocar periodicamente para o Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Claudionor Couto teve experiência com as organizações de esquerda armada revolucionária fora do país. Entre os anos de 1968 e 1969, ele foi para Bogotá, na Colômbia, e fez contatos com pessoas que possuíam vínculos com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARCS), movimento guerrilheiro que atuava naquele país desde 1950, dominando várias regiões. Naquele período, as FARCS gozavam de grande prestígio, na cidade e na zona rural. Muitos dos seus militantes atuavam no partido comunista do país. As forças armadas governamentais tentavam solapar a sua estrutura, mas não conseguiam porque as FARCS atuavam de forma muito compartimentada, com normas de segurança muito rígidas, dificultando a atuação de seus perseguidores. Para complicar o quadro político e por em xeque os planos da burguesia, no final da década de 1970, mais uma frente guerrilheira foi implantada na Colômbia. O Exército de Libertação Nacional (ELN), atuando no norte do país, obstava mais ainda as ações do inimigo do povo (COUTO, [s. d.]).

A intenção de Claudionor Couto, em Bogotá, de alguma forma foi frustrada, pois o seu pedido para participar de treinamento no campo não foi atendido por razões de segurança. Segundo as normas das FARCS, todos aqueles que se integravam à guerrilha rural não podiam retornar à cidade, por isso, voltou ao Brasil, e se integrou ao COLINA. No Rio de Janeiro, ele fez contato com João Lucas Alves, ex-sargento da Aeronáutica e de lá foi para Belo Horizonte e manteve contato com o pessoal do Comando Nacional. Em seguida, retornou à Salvador e junto com outros companheiros tentaram estruturar as bases desta organização no Estado.

Nos idos de 1968, a ditadura massacrava com mais força os setores progressistas, contendo todo tipo de reivindicação, sufocando o país e reprimindo duramente qualquer manifestação. A censura aos meios de comunicação era extrema, a imprensa estava amordaçada. Todo conceito de liberdade havia ido para o lixo. Os movimentos de oposição, dentre eles o Movimento Estudantil (ME), se sentiam encurralados. Segundo Claudionor: “só nos restava uma porta de saída! A luta armada” (COUTO, [s. d.]). Naquele contexto, o ME secundarista, assim como o universitário da UFBA, e de outras Universidades do país, sofreram de imediato os impactos do golpe de 1964. Quanto a esta conexão entre o ME secundarista e universitário na Bahia, Maurício Brito destacou o ano de 1966, quando eclodiu uma crise no Colégio Central por conta da censura efetuada pela direção da escola à peça “Aventuras e Desventuras de um Estudante,” escrita pelo aluno Carlos Sarno. Naquela ocasião, os integrantes do ME tentaram encenar na Residência Universitária, mas houve reação e a presença dos militares foi ostensiva (BRITO, 2016).

Em dois de abril de 1966, a Residência Universitária, vista pelos repressores como foco de subversão, foi invadida e muitos estudantes foram presos e cassados. Diante das perseguições contundentes, no pós-1964, o movimento sofreu refluxos e muitos dos seus integrantes, com destaque para os seus líderes, buscaram outras formas de luta para continuar resistindo (BRITO, 2016). Embora em alguns momentos, tenhamos citado a ligação do movimento estudantil com a luta armada na Bahia, não cabe para esse trabalho uma análise mais apurada sobre esse grupo, visto que outros pesquisadores já se debruçaram sobre o tema na Bahia, a exemplo de Antônio Mauricio Freitas Brito (2016) e Sílvio César Oliveira Benevides (2009).

Muitos jovens baianos descontentes com a situação política do país e com o contexto educacional, atrelado ao modelo estadunidense a partir de acordos entre o

Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for Development* (MEC-USAID), se posicionavam contra os cortes de verbas, arrochos salariais e levantavam bandeiras a favor da reforma universitária. Após o AI-5, os jovens estudantes reinventaram suas lutas para continuarem resistindo ao governo militar. O Movimento Estudantil sofreu refluxos, muitos companheiros foram presos e "outras formas de lutas surgiram como alternativas de continuidade da resistência entre os jovens" (SOUZA, 2013, p. 39).

Entrar ou participar da estruturação de grupos, que comungavam da ideia sobre a luta armada ser uma possibilidade de resistir e vencer o governo militar, foi a opção de estudantes que já vivenciavam uma experiência política contra a ditadura a partir da União Nacional dos estudantes (UNE). Nessa conjuntura, portanto, é que esses jovens integraram o COLINA, a VAR-PALMARES e outras dissidências e cruzaram suas trajetórias com Claudionor Froes Couto, o personagem aqui analisado.

No contexto de depuração do ME, em agosto de 1969, Claudionor Couto foi apresentado à Getúlio Gouveia, dissidente do setor estudantil do PCB, que desejava manter contato com uma organização revolucionária de âmbito nacional. Claudionor Couto fez a entrega do programa do COLINA, que nesse momento já se havia unido à VPR, agora com nova denominação de VAR-PALMARES. Getúlio Gouveia informou que gostaria de manter contato com a ALN, grupo dirigido por Carlos Marighela e que, após estudar e discutir com o seu grupo, decidiria com quem se integrar.

Em 1968, os principais quadros da Dissidência Comunista da Bahia eram Nemésio Garcia, Chantal Russi, Marie Héléne Russi, Getúlio Gouveia, Jurema Valença e Carlos Sarno. Nos primeiros anos da ditadura, eles faziam parte do setor secundarista, como alunos do Colégio Central[99] em Salvador, e do Universitário, por serem discentes da UFBA. Posteriormente, esse grupo se integrou à Var-Palmares. Muitos desses nomes compõem o texto de Claudionor e entre eles estão os que foram presos na sua fazenda, utilizada como espaço de refúgio e também depósito

[99] Um dos mais tradicionais colégios da Bahia e um dos primeiros a ser fundado no Brasil, o Colégio Estadual da Bahia, ou simplesmente Central, foi criado pelo Decreto Imperial n. 33, de março de 1836, sancionado pelo então vice-presidente da Província da Bahia, o desembargador Joaquim Marcelino de Brito. No entanto, somente em setembro do ano seguinte, ele foi de fato instalado, na Rua da Palma, e tinha como nome Lyceu Provincial da Bahia. Em 1890, o Lyceu foi extinto e criado o Instituto Official de Gymnásio da Bahia. Em 1942, passou a se chamar Colégio Estadual da Bahia, período em que já se localizava no atual endereço, na Avenida Joana Angélica, Bairro de Nazaré, região central da cidade. (BENEVIDES, 2009).

para alguns armamentos e munições, em São Miguel das Matas. Essa dissidência operava em quatro níveis: o setor estudantil secundarista; o estudantil universitário; o setor operário e o setor do interior. A orientação de cada nível ficava sob a responsabilidade de um militante pertencente aos quadros da direção (SOUZA, 2013).

6.3 As prisões de Getúlio Gouveia e Marie Héléne Russi e o processo de desarticulação do COLINA / VAR-PALMARES

No dia 2 de setembro de 1969, ao tentar viajar para são Paulo, Getúlio Gouveia e Marie Héléne Russi[100], sua companheira de grupo, foram detidos na estação Rodoviária de Salvador. Nemésio Garcia (namorado de Marie) estava à distância observando, quando presenciou o corre-corre da polícia e a prisão dos amigos. Getúlio Gouveia e Marie Russi estavam portando documentos falsos, levavam duas pistolas e alguns documentos, que serviram de pista para identificação dos integrantes do grupo, que mais tarde foram presos. Naquela época, conforme as informações de Claudionor Couto, nada fora noticiado pela imprensa, mas após algumas averiguações, os órgãos de informação encontraram o nome de Getúlio Gouveia em um processo na 1ª Região Militar (RM), no Rio de Janeiro.

Esse processo se refere aos seus documentos de escola encontrados com sua amiga Vera Wrobel, presa no Rio de Janeiro. Marie Russi, além de estar portando um bilhete de identidade falso, trazia na bolsa uma foto do namorado Nemésio Garcia, que logo foi identificado como membro do grupo. Nas suas declarações junto à Polícia Federal, Marie Russi, Nemésio Garcia, Getúlio Gouveia e Chantal Russi (irmã de Marie) fizeram relatório de suas atividades, revelando os nomes e codinomes dos seus companheiros. Nos momentos da tortura, muitos companheiros sobre pressão e pancadaria procederam da mesma forma. Claudionor Couto, ainda com tom de inconformismo, relata que essa atitude não justificou a fraqueza destes procedimentos e ressaltou em seu depoimento o perigo de saber muitas informações sobre os companheiros.

[100] Marie Héléne Russi, suíça, natural de Berna, solteira, com vinte e um anos de idade, filha de Marcel Russi e de D. Ivone Russi, nascida em vinte e sete de dezembro de mil novecentos e quarenta e sete, de cor branca, residência ignorada. (COUTO, [s. d.]).

Com base nas declarações dos militantes que foram presos, o aparelho repressor obteve informações importantes para continuar as perseguições e desarticular o grupo COLINA / VAR-PALMARES, que atuava na Bahia em conexão com os outros Estados. Para tratar sobre esse processo, analisaremos o termo de declaração de Marie Héléne Russi, presa juntamente com Getúlio Gouveia, na rodoviária de Salvador, quando tentava viajar para manter conexões com outros militantes de São Paulo. Os termos de declaração utilizados nesse capítulo estão anexados ao texto *O Dedo do Padre e a Ditadura Militar*, de Claudionor Couto, e disponíveis para consulta no site Brasil Nunca Mais.

No termo de declaração, Marie Russi narrou aspectos de sua trajetória e de alguns companheiros relacionados ao ME, bem como de integrantes da Juventude Estudantil Católica (JEC), desde o ano de 1966. Dentre as companheiras da JEC, destacou: Ruth Brito Lemos, Célia de Tal, naquela época estudante de medicina. Marie Russi salientou que a finalidade da JEC era a difusão do "Cristianismo, através de grupos Artísticos". Conforme declarou, em 1966, ela conheceu Nemésio Garcia da Silva[101], Carlos José Sarno[102] e Jurema Augusta Valença[103]. Marie Russi integrava o grupo de teatro do Colégio Estadual da Bahia (Grupo Amador de Teatro Estudantil da Bahia – GATEB) e, nesse mesmo ano, ela foi interrogada em inquéritos policiais, que apuravam fatos decorrentes da agressão praticada contra o então Ministro das Relações Exteriores, General Juracy Magalhães.

De acordo com a narrativa de Lucileide Cardoso acerca do episódio supracitado, no dia 04 de junho de 1966, os estudantes do colégio Central em Salvador, reivindicavam liberdade de expressão, funcionamento do grêmio e outras atividades culturais. Eles se concentraram em frente à Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Naquela ocasião, o então Ministro do governo Castelo Branco, Juracy Magalhães, desceu do carro para conversar com os estudantes que,

---

[101] Nemésio Garcia da Silva é filho de Otávio Garcia da Silva e de D. Alice Barreto da Silva, natural do Município de Itiúba-Bahia, com vinte e quatro anos de idade, nascido em treze de dezembro de mil novecentos e quarenta e quatro, de cor parda, residente à Rua Frederico Costa número 124, 1º andar, Brotas, profissão apropriador de mão de obra industrial. (COUTO, [s. d.]).

[102] Carlos José Sarno, filho de Camilo Sarno e de D. Angelina Crisi Sarno, natural de Poções-Bahia, com vinte e dois anos de idade, nascido em vinte de abril de mil novecentos e quarenta e seis, de cor branca, solteiro, residente à Rua Araújo Pinho, número 3, Canela, profissão estudante. (COUTO, [s. d.]).

[103] Jurema Augusta Ribeiro Valença, filha de Hélio Valença e de D. Dulce Ribeiro Valença, natural de São Paulo, com vinte anos de idade, nascida em quinze de agosto de mil novecentos e quarenta e oito, de cor branca, solteira, residente à Rua visconde São Lourenço, número 42, profissão estudante. (COUTO, [s. d.]).

ao identificá-lo, começaram a vaiar, além de arremessar uma pedra, que atingiu o seu ajudante de ordens. Irritado, Juracy Magalhães divulgou uma nota oficial afirmando não ser o movimento isolado, “pois os líderes comunistas estudantis estão atuando e se arregimentando, visando a destruir os princípios que nortearam a revolução salvadora de março de 1964” (CARDOSO, 2018, p. 270-271). O tom ameaçador da fala do ministro ressalta a atitude do governo federal, que passou a ficar mais atento à movimentação do ME na Bahia, daí a intervenção direta de Juracy Magalhães.

Sobre esses estudantes, Sandra Regina Souza destaca que a maioria iniciou a sua luta contra a ditadura ainda enquanto secundaristas e só mais tarde se tornaram militantes de organizações de esquerda, com o objetivo de continuar resistindo à política ditatorial implantada em 1964. Por isso, alguns decidiram adotar atitudes mais extremadas e ingressaram em organizações que defendiam a luta armada (SOUZA, 2013). No decorrer desse capítulo, estamos sinalizando em nota de rodapé um pouco da biografia desses sujeitos, queríamos informar também suas trajetórias políticas mais sistematizadas, como não encontramos, essas informações chegarão de forma genérica ao longo do corpo do texto.

No termo de depoimento, os mesmos fatos implicaram nos interrogatórios de Nemésio Garcia, no Exército; Jurema Valença, na Polícia Militar; e Jurema juntamente com Carlos Sarno no Exército, na Polícia Militar e na Secretaria da Segurança Pública. A consequência foi a cassação das matrículas de Jurema Valença, Nemésio Garcia e Carlos Sarno, que não puderam continuar estudando no Colégio Estadual da Bahia[104]. Em 1967, além da ligação por conta do ME, Marie Russi namorava Nemésio Garcia e Carlos Sarno namorava Jurema Valença. Naquele ano, Carlos Sarno ganhou uma bolsa de estudos para Alemanha Ocidental. Ele levou um plano, apenas como esboço, para quando retornar criar um teatro, que seria chamado o Teatro Situação e do qual participariam Marie Russi, Nemésio Garcia e Jurema Valença (COUTO, [s. d.]).

Marie Russi afirmou também que conheceu Getúlio Gaspar de Gouveia, quando ambos participavam de um Congresso de Sociologia, realizado na

[104] Sobre tais cassações aos estudantes, ver a obra de Antônio Mauricio Freitas Brito, intitulada *Capítulos de uma história do Movimento Estudantil na Ufba (1964- 1969)* (BRITO, 2016).

Faculdade de Filosofia[105] da UFBA. Eles faziam o curso de História do Brasil, com o Professor Alberto Goulart, no Edifício Sagá. Naquela mesma época, ela, Carlos Sarno e Jurema Valença já estavam na Universidade, e participaram do Seminário Político Internacional, que foi realizado no curso do Professor Goulart.

Em razão do Seminário, houve um maior estreitamento de relações entre Marie Russi e aqueles que estudavam com o Professor Goulart. A partir de então, começou a ser estruturado um grupo que operava em quatro níveis, já sinalizado nesse texto: o setor estudantil secundarista; o estudantil universitário; o setor operário e o setor do interior. Marie Russi, Carlos Sarno e Jurema Valença, no setor universitário; Chantal Russi[106], no setor secundarista; Nemésio Garcia, na Fábrica Nacional de Vagões; e Getúlio Gouveia, na expectativa de se vincular ao segmento universitário ou ao emprego.

O grupo, conforme as declarações, tinha como finalidade fazer um levantamento dos problemas específicos de cada setor e buscava compreender o contexto global da sociedade. Para isso, ele traçou uma diretriz de estudos, voltado para programas filosóficos, sociais, políticos e econômicos com elasticidade de bibliografia, porque cada membro defendia um ponto de vista: a declarante era cristã; Jurema Valença, ateia e não era marxista; e Nemésio Garcia era marxista. Marie Russi, juntamente com os demais componentes do seu setor, participou do Movimento Estudantil, pois ela e Carlos Sarno foram eleitos representantes do Centro de Estudos, e posteriormente Nemésio Garcia foi eleito Delegado Sindical, na Fábrica Nacional de Vagões.

Marie Russi revelou minúcias sobre a organização do grupo e o posicionamento dos companheiros. Segundo as narrativas de Claudionor Couto, depois da prisão de Getúlio Gouveia e Marie Russi, na Rodoviária de Salvador, e Nemésio Garcia e Chantal Russi, na sua fazenda, em São Miguel das Matas, o grupo não conseguiu se restabelecer e os companheiros que não foram presos passaram a viver fugindo e buscando conexões e apoio entre si, ou em outras dissidências.

---

[105] “A Faculdade de Filosofia congregava treze cursos e foi desmembrada em 1968-1969” (BRITO, 2008, p. 27).

[106] Chantal Russi é filha de Marcel Dominique Russi e de D. Ivone Russi, natural de Berna-Suíça, com 18 anos de idade, nascida em três de junho de mil novecentos e cinquenta e um, de cor branca, profissão professora, residente à Rua Alexandre Gusmão, 23 - Rio Vermelho. (COUTO, [s. d.]).

As revelações de Marie ainda pontuaram que até o mês de maio de 1969, as reuniões do grupo ligado ao setor universitário eram feitas na casa de Jurema Valença, situada no Edifício Plaza em Salvador. As suas declarações sinalizaram a dinamicidade do grupo inserido no contexto imprevisível de maior fechamento político e perseguições aos opositores da ordem vigente. O alerta era constante e as transformações ocorriam também no interior do grupo, que precisava se refazer para dar continuidade à luta.

Por essa vertente, Marie Russi explicou que, em 1969, a bibliografia sofreu adaptação no que tange à opção sobre a aceitação ou negação da violência no processo de transformação da sociedade, motivando a aquisição de obras de Mao Tse Tung, Debray, Ernesto Che Guevara, Camilo Torres e outros. Para realização dessas leituras foi estabelecido um prazo, no intuito de que se cumprisse essa bibliografia, o que deveria ocorrer nos fins do ano de 1969. No interior dos grupos sempre havia divergências sobre as formas de lutas e esse foi um dentre outros fatores que provocou cisões, sobretudo a opção pela luta armada urbana. A respeito da guerrilha rural, os dois polos teóricos mais visitados pelos grupos de esquerda era o guevarismo e o maoísmo, com várias posições híbridas entre eles (RIDENTI, 1993).

A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco guerrilheiro a partir das obras de Ernesto Che Guevara, *A guerra de guerrilha* (1960), e de Régis Debray, *Revolução na Revolução* (folheto de 1967). Esta teoria tinha como fundamento a existência de condições objetivas para garantir a vitória revolucionária em todos os países da América Latina. A sua prática consistia na infiltração de um grupo de militantes entre os camponeses, em regiões que favoreciam a defesa contra os militares, e tinha como principal objetivo deslocar a luta armada para outros territórios e garantir a vitória revolucionária.

Além disso, no depoimento, Marie Russi contou que Nemésio Garcia alugou um apartamento situado na Boca do Rio, Edifício Jangada, número trezentos e quatro, para residência de dois novos participantes do grupo: Ari e Maria Cândida, conhecida como Candinha. Candinha ficou vinculada ao setor universitário, por ser aluna do curso de Filosofia, em Itabuna. A declarante supõe que Candinha e Maria Cândida eram codinomes. Ari parece ser de Salvador, passou a ficar ligado à Nemésio Garcia e à Getúlio Gouveia, além do mais, ele se comprometeu em arranjar um emprego numa fábrica e assumiu o setor secundarista no interior. Ari levava

notícias, fazendo ligação do setor estudantil com o setor confiado à Nemésio Garcia, á Getúlio Gouveia e ao próprio Ari[107].

Conforme o documento, por volta de junho de 1969, Ari levou uma proposta para o grupo, procurando consultar quanto à viabilidade de se integrar ao COLINA, que operava nacionalmente. No relatório, Marie supõe que o convite aconteceu em decorrência de bate-papos informais: “Ari teria recebido esta proposta através de um tal Custodio, aqui na Bahia” (COUTO, [s. d.], p. 112). Na época, Custodio era um dos codinomes utilizados por Claudionor Couto.

Contudo, Marie Russi ressalta que, até o momento da sua prisão, não havia sido decidido a integração. A expectativa é que pelo COLINA passasse a existir um movimento armado do campo para a cidade e, em torno de tal matéria, um documento do COLINA foi lido pelo grupo. Todavia, essa decisão não foi deliberada pelos integrantes, porque a questão preliminar do movimento estudantil a ser votada deveria estar centrada na aceitação da não violência como meio de transformação da sociedade.

A conjuntura, a partir de 1968, escasseou as possibilidades de oposição e resistência e muitos movimentos e indivíduos se inclinaram para os ideais de luta armada como um caminho para continuar resistindo. Vários grupos, como o MR-8 e o COLINA, inspirados em leituras como *Revolução na Revolução*, de Régis Debray, comungavam da ideia de “Foco Revolucionário” para desenvolverem suas ações. Inspirados na Revolução Cubana, esse modelo era composto por três etapas: o foco militar, através da instalação do grupo guerrilheiro; a fase do desenvolvimento da guerrilha, que corresponde à conquista de territórios, a incorporação dos camponeses na luta; e a ofensiva revolucionária para tomar o poder (RIDENTI, 1993).

A historiografia sobre luta armada evidencia a fragilidade da implantação desse modelo naquele contexto da história brasileira frente à organização do governo militar. Os grupos guerrilheiros foram massacrados e desarticulados, sobretudo a começar de 1969. Além da discrepância de munição entre os militares e militantes, esses movimentos enfrentavam as divergências e rachas constantes e a

[107] Em 1969, eles passaram a utilizar os seguintes codinomes: Chantal Russi passou a ser chamada Sandra e Emília; Marie Russi (a declarante) era chamada por Vera, Maria e Josefa; Getúlio era conhecido como Aragão e Pequenininho; Nemésio era chamado de Mateus; Ari era conhecido por Aureliano. Maria Cândida era Denise e Isabel; Jurema Valença era Mariana e Tânia; e, Carlos Sarno era conhecido por Caio e Ricardo. (COUTO, [s. d.]).

precipitação de alguns companheiros. Entretanto, a existência desses grupos e de todos os outros de oposição à ditadura foi importantíssima na tentativa de limitar o poder do regime e lutar por um país democrático. Nessa perspectiva, tais grupos representaram um elo importante para a sociedade ter acesso às informações sobre torturas, mortes, exílios e luta pela redemocratização do país.

Marie Russi disse também que, em 1968, havia um grupo bem definido, dirigido por Sergio Furtado e que seguia a diretriz da Associação Baiana de Estudantes Secundários (ABES). Na época, essa entidade era ilegal, conforme suspeita da declarante, e se sustentava na Ação Popular, que por sua vez estava ligada à Juventude Universitária Católica (JUC). No dia da prisão, Marie Russi e Getúlio Gouveia estavam indo para o Estado de São Paulo, a fim de tentarem reativar contatos ligados à UNE, através do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP). Ela informou ainda que esse contato com a UNE seria mantido, em virtude da decisão do pessoal da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia[108].

Sobre os outros companheiros, Marie Russi confessou que possivelmente Nemésio Garcia viu o momento da sua prisão na estação rodoviária e avisou aos demais componentes do grupo para que fugissem. No entanto, ela desconhecia o esquema de fuga do grupo, além de ignorar tudo ligado à Claudionor Froes Couto e qualquer vinculação com o Município de São Miguel das Matas.

A partir das declarações, o aparelho repressor estava munido de mais informações para continuar investindo na desarticulação dos grupos opositores. Depois da prisão de Marie Russi e Getúlio Gouveia, o COLINA tentou se manter e buscou esconderijos para abrigar os outros companheiros. Nos idos de 1969, a repressão na Bahia estava a todo vapor, com fiscalização nas ruas e rodovias. Naquele ambiente, Claudionor Couto se deslocava, levando os companheiros para lugares considerados mais seguros e estratégicos, a fim de continuar articulando contra o governo ditatorial.

De forma complementar, o termo de declaração de Getúlio Gouveia[109], também anexado às memórias de Claudionor, embora mais contido, permite o

[108] “A instituição era chamada de Universidade da Bahia [UBA] quando foi federalizada em 1965, passando a ser denominada Universidade Federal da Bahia [UFBA]” (BRITO, 2008, p. 11).
[109] Getúlio Gaspar de Gouveia, nascido em 19 de abril de 1947, tinha 22 anos, natural de Salvador, morou em outros estados do país, cursou Filosofia na Faculdade Fluminense de Filosofia, no setor de Ciências Sociais, e retornou para Bahia, em 1966 (COUTO, [s. d.]).

cruzamento de informações sobre os companheiros e os objetivos do grupo. Em 1969, ele estava de viagem para o Estado de São Paulo, quando foi surpreendido e preso junto com a companheira Marie Russi, na rodoviária de Salvador.

Naquela oportunidade, Getúlio Gouveia declarou que estava aguardando os papéis de transferência da faculdade Fluminense para retomar seus estudos em Salvador, mas que estes documentos estavam com Vera Wrobel, presa por participação no ME. Sobre a falsificação de documentos e a mudança de nome para André Oliveira, Getúlio Gouveia disse temer usar seu nome verdadeiro, por conta dos seus documentos terem sido encontrados na ocasião da prisão de Vera Wrobel e dele também ser preso, temendo a situação política no ano de 1969, no país.

No que concerne à sua ligação com Marie Russi, Getúlio Gouveia contou sobre os anos de 1963 a 1965, em que estudou no Colégio Central, em Salvador. Ao longo da declaração, é perceptível como ele tentou driblar as investigações com respostas curtas e evasivas. Ademais, Getúlio Gouveia buscou desvincular a viagem de Marie Russi da sua e afirmou tê-la encontrado no dia anterior, quando estava comprando a passagem. Embora Marie Russi estivesse em companhia do depoente no ônibus da empresa São Geraldo, que o transportaria para o Estado de São Paulo naquela manhã, Getúlio Gouveia afirmou não saber o que ela faria em São Paulo, tendo Marie Russi apenas informado de que passearia em local desconhecido por ele. Assim, ele sabia tão somente que Marie se destinava à Capital Paulista. Nesse ponto, é possível observar a contradição entre os depoimentos, pois Marie Russi declarou ter sido a viagem articulada previamente e que estavam indo juntos para São Paulo.

Naquele momento tenso do interrogatório, Getúlio Gouveia precisou explicar também sobre as armas que foram encontradas em sua bagagem[110]. Uma delas, “municiada, com bala na culatra para ser disparada”, estava numa pasta do depoente, e a outra pistola, numa sacola. Getúlio afirmou que as duas armas foram compradas nas mãos de um desconhecido, no dia 25 de agosto de 1969, em Feira de Santana. Sobre a quantidade de quinhentos e trinta e dois cruzeiros novos, igualmente localizados em sua pasta, ele assegurou ter sido presente dos seus familiares.

[110] Na bagagem de Getúlio Gouveia, duas armas de fogo foram encontradas: uma pistola automática Colt Cavalinho, calibre 32, número 442216; e uma pistola automática, calibre 765, marca RB, número 396094.

Na tentativa de defender Marie Russi, Getúlio Gouveia declarou já estar no ônibus, quando viu os policiais a abordando e, portanto, ele foi ao seu encontro para evitar a prisão dela, mas ele garantiu não ser verdade que tenha puxado uma arma no incidente. Ele ainda asseverou não saber dos motivos pelos quais Marie Russi utilizou carteira de identidade falsa, quando estava de viagem para São Paulo e não conhecia Nemésio Garcia da Silva. Além disso, ele salientou não saber a que atribuir o fato de Marie Russi afirmar ter sido a viagem dela combinada na véspera com ele, através de Nemésio Garcia da Silva.

Em relação às anotações existentes numa caderneta, encontrada com Getúlio Gouveia, em que aparece algumas quantias, dentre as quais: quinhentos e trinta e sete cruzeiros novos e cinquenta centavos, referente a saldo; mais duzentos e cinquenta cruzeiros novos, relacionado a custo; mais cento e dez cruzeiros novos, totalizando oitocentos e noventa e sete cruzeiros novos e cinquenta centavos, ele desconversa. As contas e anotações existentes na página seguinte falam de viagem de ida e volta à São Paulo, onde as contas somam seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros novos.

Getúlio Gouveia declarou que, em 1968, foi ao Estado de São Paulo ao endereço já mencionado para descansar, e que desconhece a relação onde aparecem várias anotações relativas às despesas sobre saúde, armas (dois mil e cem cruzeiros novos), munição (quinhentos cruzeiros novos), capacitação (seiscentos cruzeiros novos) e aparelhos.

No interrogatório, Getúlio disse não saber a razão de Marie Russi asseverar ser a relação citada de propriedade dele. No que diz respeito a uma revista “Veja”, datada de 15 de agosto de 1969, em que aparece uma fotografia na capa de um mascarado com o título “Os terroristas,” é de propriedade dele. Entretanto, ele ressaltou que nunca pertenceu a partido político e nem fez parte de Diretoria Estudantil, nada tendo mais a declarar sobre o assunto. E nada mais disse e nem lhe foi perguntado. O termo foi encerrado e assinado pelo delegado, Bel. Waldomiro Santos Pereira, e pelo depoente, Getúlio Gaspar Gouveia, em 02 de setembro de 1969.

O termo de declaração de Getúlio Gouveia exemplifica a forma como os militares trabalhavam e cruzavam as informações. O documento evidencia que Marie Russi foi interrogada primeiro e a partir das informações concedidas por ela foi montado o interrogatório de Getúlio. A Declaração de Getúlio foi mais contida e

demonstra a tentativa de ocultar informações, num esforço para não revelar as articulações e estratégias do grupo. Contudo, é importante elucidar que esses interrogatórios eram feitos, em sua maioria, sob tortura, das mais diversas e cruéis, ocasionando até mesmo a morte de alguns interrogados, considerados subversivos e perigosos, segundo as representações anticomunistas propagandeadas no Brasil e em vários outros países do mundo. A tese de Mariana Joffily trata sobre os interrogatórios na Operação Bandeirante e no Destacamento de Operações e Informações (DOI) de São Paulo. Esta autora estudou a forma como a repressão agia para desarticular seus opositores. De acordo com suas análises, as informações obtidas nos interrogatórios constituíam um ponto privilegiado na estratégia de combate aos movimentos de resistência, com destaque para a esquerda armada. Ela evidenciou também como esse processo era bem articulado e afinado entre os aparelhos repressivos (JOFILLY, 2013).

6.4 Prisões de Nemésio e Chantal na Fazenda Bom Jesus, em São Miguel das Matas: esconderijo contra os “lobos”

O processo de desarticulação do grupo foi acelerado com as prisões na rodoviária de Salvador. Quatro dias após a detenção de Getúlio Gouveia e Marie Russi, Claudionor Couto foi procurado por Ari, seu companheiro de organização, pedindo ajuda para conduzir Nemésio Garcia e Chantal Russi à cidade de Aracajú, pois estavam sendo procurados pela Polícia Federal.

> Na noite seguinte, os encontrei junto ao Cine Guarani, no centro da cidade. A praça estava com uma suave claridade, e bastante movimentada. Os levei para meu fusca, solicitando-lhes que fossem de olhos fechados e de cabeça baixa, para evitar problemas de identificação, durante todo o trajeto. Os conduzir ao meu apartamento em Brotas, próximo a Rua Don João VI, no Matatú, que aluguei para o companheiro Fernando Mesquita e esposa, que haviam chegado do Rio, para se integrar à organização na Bahia, ficaram isolados (COUTO, [s. d.], p. 4).

No outro dia, eles foram levados para Aracaju, mas segundo o documento, o grupo estava tendo dificuldades de se comunicar com os militantes da Bahia para discutir o programa da organização e, por isso, decidiram voltar e ir para um sítio próximo à cidade de Feira de Santana.

Na semana seguinte, Claudionor retornou para Feira de Santana levando comida e documentos políticos da organização. “Era uma manhã bonita de primavera, faltando, mais ou menos 15 quilômetros para a cidade de Feira de Santana, após uma curva na estrada a 100 metros havia uma barreira dirigida por tropas do Exército fortemente armadas.” As tropas o deixaram passar mandando seguir em frente. “Ah! Que alívio, senti calafrios, que horror, eu ia levando documentos da organização, armas e alimentos para o grupo. Mas Deus me ajudou, os homens foram hipnotizados” (COUTO, [s. d.], p. 4).

Ao chegar à cidade de Feira de Santana, Claudionor foi até à casa de uma simpatizante, deixou o material comprometedor e seguiu para a casa onde estavam os companheiros. Na saída da cidade, no Posto da Polícia Rodoviária Federal, estava outra Patrulha do Exército, o seu veículo foi parado e vasculhado. “Opa!!!, a situação estava quente, tropas do exército nas estradas da Bahia? Nos estados de Minas, Rio de Janeiro e sul do país já era praxe, as organizações de esquerda sofriam duros golpes” (COUTO, [s. d.], p. 6).

Quando Claudionor Couto chegou à fazenda, Nemésio informou que o lugar onde se encontravam não era seguro e que gostaria que ele conseguisse outro esconderijo para levá-los. Na semana seguinte, eles foram conduzidos até a fazenda de Claudionor, situada no Município de São Miguel das Matas, distante de Salvador cerca de 180 quilômetros.

> Chegamos ao anoitecer sendo recebidos por minha mãe, os apresentei como estudantes perseguidos pela ditadura. Minha mãe via tudo isso com naturalidade, ela não apoiava a Ditadura, só me alertava para ter cuidado. Minha mãe estava acostumada a receber amigos de esquerda e estudantes. Quando se deu o golpe militar em 1964, alguns amigos passaram vários dias por lá, fugindo dos novos ditadores (COUTO, [s. d.], p. 6).

Nessa escrita de si, um contexto de luta no Recôncavo Baiano contra a tirania dos militares é revelado, e a Fazenda Bom Jesus, de Claudionor Couto, se fez palco importante de resistência e por isso, durante alguns meses dos idos de 1969, foi habitada e vigiada pelos militares. Quanto à sua mãe, Dona Idalina, viúva e com a responsabilidade de criar seis filhos, não deve ter sido fácil lidar com esse contexto vivido, mas, como demonstra a narrativa de Claudionor Couto, ela se posicionou a seu favor, lhe concedeu apoio e abrigou os seus companheiros por mais de uma vez.

Para os militantes que idealizaram uma resistência armada e não armada ao governo militar, a fazenda foi um espaço de reuniões e esconderijo. Para outros, espaço de subversão, reduto de comunistas, que oferecia perigo à região, sendo necessária a presença de militares por longos meses após a prisão de Nemésio Garcia e Chantal Russi, a fim de garantir paz e ordem naquela localidade, como também servir de exemplo e coagir outras possibilidades de resistência ao governo.

No entanto, não podemos perder de vista que São Miguel das Matas, o município onde está localizada a referida fazenda, era visado pelos militares por conta da atuação religiosa do Padre Gilberto Vaz Sampaio e dos movimentos Jacistas em especial, a Juventude Agrária Católica. Essas ações da paróquia miguelense se enquadram na perspectiva de uma igreja liberadora e progressista em voga nos anos de 1960 e alcançava parte da Igreja Católica, caracterizada como popular e atenta aos sofrimentos dos menos favorecidos. Esse contexto de São Miguel das Matas e do Pe. Gilberto Sampaio foi abordado no segundo e quarto capítulos.

A casa da Fazenda Bom Jesus está situada numa meia encosta, à margem do rio Vermelho e da estrada que vai para São Miguel das Matas. Uma barragem construída nas proximidades represa o rio bem em frente à casa. Ao longe, a vista é emoldurada pela topografia montanhosa, entremeada de matas e pastos. A Fazenda dista 5 km de São Miguel das Matas. A casa foi construída por Severiano Couto, em 1888. Em 1927, seus dez filhos a herdaram, mas João Batista Couto casado com Idalina Froes Couto, por sua vez pai e mãe de Claudionor, compraram a parte dos irmãos que, posteriormente, também deixaram a propriedade para os seus seis filhos. A Fazenda era muito conhecida, local insuspeito sem qualquer risco, família tradicional, enfim filhos da terra. Na casa grande da Fazenda, Claudionor Couto guardou algumas armas e explosivos. A mais recente arma era um pequeno foguete com dispositivo eletrônico, que os americanos usaram na guerra do Vietnã[111]. Esse armamento foi endereçado à Escola Militar das Agulhas Negras, para os futuros oficiais do Exército. Como os guerrilheiros tinham contato com elementos que

[111] A Guerra do Vietnã foi um conflito armado que começou no ano de 1959 e terminou em 1975. As batalhas ocorreram nos territórios do Vietnã do Norte, Vietnã do Sul, Laos e Camboja. Esta guerra pode ser enquadrada no contexto histórico da Guerra Fria. Em 1964, os Estados Unidos resolveram entrar diretamente no conflito, enviando soldados e armamentos de guerra. Os vietcongues utilizaram táticas de guerrilha, enquanto os norte-americanos empenharam-se no uso de armamentos modernos, helicópteros e outros recursos.

cursavam essa escola, um aluno fez chegar o material ao COLINA: “Ora! Era um precioso presente para ser usado em ações futuras” (COUTO, [s. d.], p. 6).

Decorridos alguns dias, Claudionor retornou à Fazenda e constatou que o ambiente estava tranquilo. Contudo, a sua mãe se ausentaria por uma semana para fazer exames em Salvador. Os companheiros Chantal Russi e Nemésio Garcia ficaram com Cassimira, uma funcionária, que morava na Fazenda desde a década de 1930. Com a ausência de D. Idalina, eles passaram a caminhar nas regiões circunvizinhas e logo começaram a ser observados. “Certo dia, apareceu na fazenda Dona Ocrenilda, esposa do ex-prefeito Ademário Vilas Boas, com o pretexto de visitar minha mãe. Na verdade, ela desejava conhecer os nossos hóspedes. Ela sabia que nos encontrávamos ausentes.” (COUTO, [s. d.], p. 6).

No dia seguinte, mais uma visita ocorreu na Fazenda, desta vez foi o Pe. Walter de Andrade. Conforme Claudionor Couto, ele foi como espião, mensageiro da igreja local e do prefeito Ademário Vilas Boas. Ele fala com muita mágoa desse episódio que dá nome ao seu texto: *O Dedo do Padre e a Ditadura Militar.* O Padre Walter Jorge Pinto de Andrade, chegou à cidade de São Miguel das Matas após o golpe militar de 1964, em 20 de janeiro de 1967, ficando na Comarca até 3 de janeiro de 1976. Ele foi Monsenhor da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim, em Salvador, Bahia. Desse modo, ele substituiu o Pe. Gilberto Vaz Sampaio, acusado de envolvimento com a formação do sindicato rural pelo ex-prefeito da época, Ademário Vilas Boas. Naquele contexto, Pe. Gilberto Sampaio foi chamado à Salvador para prestar esclarecimentos às autoridades militares, sendo mais tarde transferido para a Paróquia na cidade de Varzedo, vizinha à São Miguel das Matas.

Alguns estudos analisam o posicionamento da Igreja Católica frente ao golpe e à implantação da ditadura em 1964. Todavia, na presente pesquisa, o nosso olhar esteve voltado para a perspectiva progressista e libertadora, que partes da igreja adotaram ao se aproximarem dos segmentos populares, ajudando-os no combate às injustiças do governo militar. No entanto, sabemos que setores mais conservadores e reacionários optaram pelo discurso de combate ao comunismo, concebendo a atuação dos militares como salvadora para as garantias dos valores morais da sociedade brasileira.

Por essa vertente, Célio Roberto de Araújo analisa o posicionamento da igreja baiana, com destaque para o papel desempenhado pelo Arcebispo de Salvador, o

Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva[112], que se posicionou a favor dos militares, concebendo aquela intervenção como combate à dominação comunista. Além das congratulações, o Cardeal convocou um Tríduo de orações com "benção solene do Santíssimo Sacramento" em todas as igrejas paroquiais. Durante o Tríduo, os Sacerdotes explicaram aos fiéis o significado cívico religioso do acontecimento, que encheu de incoercível júbilo a alma de toda a nacionalidade (ARAÚJO, 2008).

Os estudos de Célio de Araújo contribuem para compreendermos a atitude do Pe. Walter de Andrade, em São Miguel das Matas, em denunciar os militantes que estavam na Fazenda Bom Jesus. Vale lembrar que o referido padre foi escolhido pelo então mandatário da cidade Ademário Villas Boas. Ambos eram vistos como os guardiões da ordem e defensores do regime naquele município. Dessa forma, temos o exemplo numa mesma cidade de posicionamentos distintos da Igreja Católica com relação à ditadura: o exercício sacerdotal de Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio, que mobilizava a construção de sindicatos dos trabalhadores, os movimentos jacistas; e, por outro lado, o Pe. Walter de Andrade, visto como espião e "dedo duro da ditadura".

Voltando a analisar o período em que Nemésio Garcia e Chantal Russi ficaram na fazenda em São Miguel das Matas, Ademário Villas Boas continuou com as investidas para descobrir quem eram e o que estavam fazendo lá. "Não satisfeito com a ida de sua mulher a nossa casa, necessitando [de] mais informações, sobre os nossos hóspedes, enviou para lá o padre Walter, seu confidente de batina, que jamais havia nos visitado" (COUTO, [s. d.], p. 8). Dessa maneira, ao retornar para a cidade, informou à Ademário Vilas Boas que, na sua presença, Nemésio entrou no quarto e apanhou um fuzil e à grande distância matou um passarinho. Cabe mencionar o relato do mesmo episódio por parte de Ademário Vilas Boas no seu

[112] "Nascido em Recife, estudou no Seminário Diocesano de Olinda, sendo ordenado padre em 5 de março de 1899. Eleito bispo de Floresta, diocese recém criada, em 12 de maio de 1911, sendo consagrado em 22 de outubro, por Luís Raimundo da Silva Brito, arcebispo de Olinda. [...] Foi transferido para a diocese de Barra do Rio Grande em 25 de junho de 1915. Promovido à sé metropolitana de São Salvador da Bahia em 18 de dezembro de 1924. Em agosto de 1935, recebeu o título de conde do Papa Pio XI e foi assistente no Trono Pontifício em 22 de fevereiro de 1936. Seu governo como Arcebispo de Salvador foi marcado pela demolição da antiga Sé da Bahia em 7 de agosto de 1933 mudando-se para a atual catedral. Foi criado cardeal-presbítero no consistório de 12 de janeiro de 1953, recebendo o barrete cardinalício e o título de Santo Ângelo em Pescheria, diaconia elevada *pro illa vice* a título em 15 de janeiro. Frequentou a Primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, no Rio de Janeiro, entre 25 de julho e 4 de agosto de 1955. Frequentou o Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965. Faleceu em 14 de agosto de 1968, em Salvador. Foi sepultado na Catedral-Basílica Primacial de São Salvador. Na sua morte, ele era o mais antigo membro do Colégio dos Cardeais" (AUGUSTO..., 2021).

depoimento, que falou da habilidade dele em manusear a arma para matar o passarinho e, portanto, a sua decisão em denunciar a presença de Nemésio Garcia e Chantal Russi ao Exército. “Assim tínhamos um grande inimigo que usava batina, tinha o missal nas mãos, mas não postulava com os ensinamentos do evangelho. Achava que os opositores da ordem constituída haviam de ser exemplarmente castigados” (COUTO, [s. d.], p. 8).

Claudionor ressalta que daquela data em diante, Pe. Walter de Andrade passou a usar o confessionário como meio de obter informações “dos mais secretos pensamentos”. Ademário Vilas Boas, que já atuava como espião do Exército por ser um ex-militar, viajou à Salvador, indo ao Quartel da 6ª Região Militar, onde procurou o Major chefe da 2ª Seção do Exército, homem ligado aos serviços de informações do Exército em Brasília, Major Bião Luna[113].

A primeira providência do Major Antônio Bião Luna foi mobilizar uma caravana, composta de 3 sargentos e 12 soldados, que seguiram em várias viaturas da Petrobras, “pois havia muito perigo, segundo eles.” Além disso, um agente da Polícia Federal acompanhou esse comboio. “O Padre dizia que os hóspedes da fazenda eram gente muito perigosa e poderia haver uma grande batalha. Sempre seguindo Ademário, que nesse momento se sentia importante guiando uma caravana com muitos homens armados até os dentes na calada da noite” (COUTO, [s. d.], p. 9). Claudionor Couto relata que foram durante a madrugada, silenciosamente, eles percorreram 180 quilômetros, chegando na fazenda por volta das 05:00, da manhã.

> A 100 metros daquela casa, bem em frente, o comboio parou. Silenciosamente, os bravos soldados aproximaram cercando o casarão, um em cada porta e janela tomaram posição, armados com fuzil automático, pois o casal era muito perigoso segundo informações do Padre Walter. Portanto, essa operação deveria ser muito cuidadosa. Mas, naquele momento, os famosos guerrilheiros dormiam placidamente. O bravo comandante da grande expedição se dirigiu até a porta principal e bateu fortemente e gritou: abram à porta... Cassimira, nossa governanta, perguntou nervosamente e assustada, quem é? Lá fora o grande chefe, preocupado e nervoso respondeu, é do Exército abram a porta. Os nossos hóspedes, Nemésio e Chantal acordaram assustados, acenderam o candeeiro juntou os documentos considerados subversivos e fez uma grande fogueira (COUTO, [s. d.], p. 9).

[113] Antônio Bião Martins Luna foi Secretário de Segurança Pública, Coronel do Exército, chefe do Setor de Informações da 6ª RM, um dos implantadores do Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), no período da ditadura civil-militar.

Conforme os relatos de Claudionor Couto, rapidamente o soldado e o sargento passaram pela sala de jantar, seguiram pelo corredor e chegaram à sala de visita. O soldado abriu a porta principal, o fogo continuava devorando os últimos documentos subversivos, restando como testemunhas as cinzas, que já não podiam figurar como prova no processo da subversão. “Um sargento bateu violentamente na porta gritando: abram a porta, abram a porta. Bem devagar a porta abriu-se e os hóspedes foram logo algemados sem disparar um só tiro, não portavam armas e nem possuíam formação militar” (COUTO, [s. d.], p. 9).

Claudionor Couto segue a narrativa, contando sobre as buscas feitas na Fazenda, após as prisões. Eles vasculharam tudo, quebraram armário, quebraram o guarda roupa, abriram as gavetas e encontraram em uma velha arca, onde estava “o precioso” material, reservado para futuros embates. Os futuros embates, porque a luta não tinha pressa, eles, os “lobos”, eram os apressados, ceifando qualquer movimento que fosse de encontro à ordem estabelecida. “Que pena!!! Levaram os nossos instrumentos de trabalho: 9 rifles, 2 revólveres, diversas espingardas, munições e um pequeno foguete capaz de derrubar aeronaves, de uso exclusivo para treinamento dos futuros oficiais da academia militar das Agulhas Negras” (COUTO, [s. d.], p. 11).

Dias antes, Claudionor Couto havia levado para outro lugar alguns pacotes de dinamite. Segundo suas memórias, o local ficou impregnado do odor característico dos militares, deixando a marca da sua passagem, que infernizou a vida de todo o pessoal que trabalhava na fazenda, pois os militares queriam saber onde os pacotes de dinamitas se encontravam. Desse modo, os militares empreenderam uma série de interrogatórios, foi um “Deus nos acuda”, mas o pessoal nada sabia. Em toda a região não se falou em outra coisa, ou seja, os comentários versavam sobre a “Fazenda do Comunista”: “O Exército havia prendido os terroristas na fazenda, agora aquilo ali não presta para mais nada, todos estavam com medo” (COUTO, [s. d.], p. 11).

Para compreendemos a dimensão desse episódio, ocorrido na década de 1960, em uma cidade do interior da Bahia, é preciso lembrar que vivíamos os anos da Guerra Fria e que na luta entre os Estados Unidos e União Soviética para a manutenção dos seus ideais, o primeiro saiu na frente ao propagar para o mundo o perigo comunista associando essa ideologia a todo mal e destruição de um povo. No

Brasil, o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985) foram os dois contextos mais favoráveis à disseminação do anticomunismo, que já tinha se enraizado no país a partir da Revolta Comunista[114] de 1935. A construção da representação anticomunista estava pautada em associar o comunismo ao demônio, às doenças, à ameaça estrangeira e à destruição dos princípios religiosos e familiares. “Criaram-se, assim, bases para o estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos [...]” (MOTTA, 2002, p. XXII).

Por conta de intensas propagandas desse teor, muitos brasileiros tinham medo e rejeitavam qualquer pensamento e atitude que pudesse ter alguma relação com o comunismo. Diante disso, os articuladores e os apoiadores do regime militar se aproveitaram dessas representações anticomunistas para caracterizar toda oposição ao seu governo como “subversiva e comunista”, e, por essa via, obter respaldo de grande parte da população para prosseguir com os projetos desenvolvimentistas e repressores. Claudionor Couto revelou que sua mãe ficou relativamente isolada na Fazenda e, até a sua morte, ela não foi mais à São Miguel das Matas, por considerar traidores os que antes se diziam amigos de mesa. Esse isolamento demonstra que a ditadura não atingiu somente os militantes, mas também os seus familiares e amigos, que passaram a temer a política repressiva dos militares.

Na biografia e no depoimento, Claudionor Couto aponta Ademário Vilas Boas como mandatário da cidade e o principal espião em São Miguel das Matas, visto como homem de confiança do Exército: “Ademário informou aos fazendeiros da região que eu estava me preparando para bombardear as suas fazendas e apoderar-me de suas terras. [...] ele estava feliz, agora era o grande ‘senhor’ da região, nada acontecia sem que ele tomasse as decisões” (COUTO, [s. d.], p. 9). O discurso de Ademário Villas Boas está pautado no que se convencionou relacionar

[114] Movimento armado, também conhecido como Intentona Comunista. Esta última designação foi cunhada pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa, já que o termo intentona significa “intento louco, plano insensato”. O movimento foi deflagrado a 23 de novembro de 1935, em Natal, pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores (BC). No dia 24 de novembro, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, sediado na Vila Militar de Socorro, a 18km de Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Todos esses levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). (ABREU, 2009).

os militantes aos terroristas. No Brasil, algumas das ações de guerrilha, nas décadas de 1960 e 1970, eram noticiadas como práticas terroristas, influenciando ainda mais o temor dos brasileiros a todos que se opuseram ao governo militar.

Conforme Rodrigo Patto Sá, um aspecto conveniente em caracterizar o comunismo como inimigo da Pátria é que facilitava e encorajava a formação de frentes anticomunistas. Se os revolucionários ameaçavam a integridade do país, todo bom patriota brasileiro deveria se sentir na obrigação de repudiá-los, colaborando com as autoridades (MOTTA, 2002). No caso de Ademário Vilas Boas, esse interesse em ajudar os militares é acrescentado por outros objetivos, como ser bem quisto pelos militares e se manter no poder local. “A tentação de cair nos braços dos militares e de estar de mãos dadas com os senhores donos da vida e da morte, lhe iria permitir ser eleito prefeito da cidade seis vezes.” (COUTO, [s. d.], p. 12).

A ideia de uma fazenda ocupada por comunistas foi difundida na região, tendo a presença ostensiva das tropas militares que lá permaneceram por alguns meses. Segundo Claudionor Couto, diariamente Ademário Villas Boas enviava as refeições para os policiais militares, que ficaram acampados na Fazenda, e muitos deles participavam de pescaria no açude, “fazendo do local uma colônia de férias”. O mato tomou conta das pastagens e o prejuízo para recuperar o perdido foi grande. “Mais tarde, o meu irmão Pedro [Froes Couto] se dirigiu até o Quartel da 6ª RM e efetuou diligências, para que se efetuasse a desocupação do pessoal militar” (COUTO, [s. d.], p. 19). Ainda sobre a prisão na Fazenda, Nemésio Garcia, Chantal Russi e as armas foram levados para o Quartel da 6ª RM, em Salvador. De forma complementar, segue o relatório da apreensão:

> Relatório do Departamento de Policia Federal
> Delegacia Regional da Bahia
>
> Senhor Delegado Regional:
>
> Cumprindo determinação verbal de V. Senhoria, compareci no dia 13 do corrente no QG da 6ª RM, onde me apresentei ao Senhor Major Antônio Lima Cerqueira Bião, a fim de participar de diligência no interior do Estado.
>
> Assim é que, às 02,00h., do referido dia, em viatura da “Petrobras”, em caravana chefiada por aquela autoridade militar e mais os Sargentos Roberto, Williams e Fernando, nos deslocamos para a localidade de São Miguel das Matas, no Município de São Felipe, onde, na Fazenda de Dona Idalina, foram presos os estudantes

> Nemesio Garcia e Chantal Russi, acusados de subversão e que ali se encontravam homiziados.
>
> Outrossim, informo que naquela Fazenda foram apreendidos 9 "Rifles, 2 revólveres, diversas espingardas, 1 (uma granada de bazuca, além de duas caixas de balas, calibres 22 e 38, sendo tudo levado para o QG da 6ª RM, inclusive os detidos)".
>
> Finalmente, esclareço que fui liberado pelo referido Oficial, às 16 horas do dia de ontem.
>
> Salvador, 15 de outubro de 1969.
> Edward Telles Barreto
> Ag. Aux. De Pol. Federal (COUTO, [s. d.], p. 12-13).

O parágrafo acima exemplifica um pouco da atuação dos militares na conjuntura repressiva da ditadura e como essas diligências eram organizadas e planejadas. Ademais, demonstra a obediência à hierarquia militar no cumprimento de ordens na desarticulação dos movimentos de oposição ao governo vigente. Ao forjar um ideal de legalidade, a escrita do termo revela uma atuação comprometida com a ordem e tranquilidade do país e camufla toda a truculência dessas abordagens policiais do período e o massacre vivido pelos militantes antes e após as prisões.

6.5 A desarticulação da luta armada no Recôncavo Baiano: fugas, prisões e torturas

No texto escrito e no depoimento, Claudionor Couto cita nomes de outros companheiros baianos, que tiveram suas trajetórias marcadas pela resistência aos governos militares e viram na luta armada a possibilidade de combater os seus algozes. Desse modo, três nomes se destacam: O primeiro é Eudaldo Gomes da Silva, ex-guerrilheiro, que entrou para a clandestinidade faltando quinze dias para se graduar como engenheiro agrônomo, pela Escola Agronômica da Bahia (EAB) em Cruz das Almas, e morreu no que ficou conhecido como o "Massacre da Chácara São Bento"[115]. O segundo militante é Amílcar Baiardi, igualmente estudante da EAB, foi preso seis vezes e torturado duas. E, por fim, o terceiro é Rui Patterson, natural de Ilhéus, também preso e torturado, escreveu uma autobiografia sobre sua luta,

[115] Lucileide Cardoso aborda sobre esse episódio no artigo intitulado *Entre o movimento estudantil e a luta armada:* Eudaldo Gomes da Silva e o "Massacre da Chácara São Bento" (CARDOSO, 2012).

intitulada: *Quem Samba Fica: memórias de um ex- guerrilheiro* (PATTERSON, 2011).

Para tratar sobre as organizações armadas no Recôncavo Baiano, centraremos a análise em Claudionor Couto, bem como na militância de Amílcar Baiardi, Rui Patterson e as ligações entre Salvador, Cruz das Almas e São Miguel das Matas. Nesse sentido, fizemos uma entrevista em abril de 2018, com Amílcar Baiardi em seu apartamento, localizado na Pituba, em Salvador. A narrativa dele é entusiasmada, porém o semblante triste apareceu, quando relatou sobre as seis vezes em que foi preso e as duas sessões de torturas. Mesmo assim, pareceu não se incomodar em relembrar sua luta durante a ditadura e os primeiros meses após o golpe, quando precisou, juntamente com outros estudantes, empreender fuga de Salvador para Cruz das Almas e organizar algum tipo de resistência. Ele se colocou como autor de sua história e líder do projeto de luta armada no Recôncavo.

Amílcar Baiardi foi uma das principais lideranças do ME em Cruz das Almas, além de ex-guerrilheiro e responsável por "cooptar" pessoas para a militância armada. No ME, ele atuou como presidente do Diretório Acadêmico Landulfo Alves (DALA), em 1964. Amílcar Baiardi nasceu em 10 de maio de 1941, se formou em engenheiro agrônomo. Antes mesmo do desferimento do golpe, ele foi preso, em fevereiro de 1964: "[...] servindo como oficial para o 28º BC [Batalhão de Caçadores], Baiardi foi preso por duas semanas, acusado de aliciar os sargentos da sua unidade com finalidade subversiva e de fazer referências pouco elogiosas aos seus superiores" (PATTERSON, 2011, p. 97). No transcorrer da ditadura, ele foi encarcerado mais cinco vezes e alvo de duas sessões de tortura.

Sobre o início de sua militância política, ele a identifica enquanto secundarista, estudante do Colégio Central, em Salvador. "Provavelmente nos anos de 1959/1960, mas era uma coisa meio difusa e ligada a movimentos nacionalistas." Em seguida, ele ingressa na EAB e lá encontra um ambiente propício a um ativismo político, começando a participar do ME, junto com colegas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (BAIARDI, 77 anos, 2018).

O regime ditatorial se estabelece num período caracterizado "por contradições e conflitos típicos de uma sociedade de base tradicional, em um momento crucial de seu processo de modernização", no governo de Antônio Lomanto Júnior (UDN-PTB). Segundo Muniz Gonçalves Ferreira, diante dessas coligações partidárias, Lomanto Júnior exercia sua governabilidade por meio de um malabarismo, a fim de agradar

interesses distintos. Uma parcela da população ansiava, através do período modernizador que a Bahia estava sendo palco, ascender economicamente. A outra, de firmar seus propósitos através de reformas, que comportassem melhor a distribuição de renda e igualdade em variados setores da sociedade (FERREIRA, 2004, p. 01).

Voltando à militância de Amílcar Baiardi, na ocasião do golpe, ele participou das últimas tentativas de resistência em Salvador como estudante e, quando elas se revelaram completamente inviáveis, ele se deslocou para o interior do Estado. Na época, gente da rede de Lomanto Júnior sugeriu resistência, porque ele era ligado à João Goulart, porém o governador se posicionou ao lado dos militares, dificultando o processo de resistência. Amílcar Baiardi se reuniu em Salvador com um grupo de estudantes para tentarem resistir, mas diante do cenário soteropolitano e da atitude de Lomanto Júnior, os estudantes decidiram acompanhar Amílcar Baiardi para Cruz das Almas.

> E lá nós chegamos a organizar, vamos dizer assim, um grupo de mais ou menos cinquenta pessoas ou mais, com as armas disponíveis, com coquetel molotov, para participar de alguma resistência, porque acreditávamos que Francisco Pinto, em Feira de Santana, e Pedral, em Conquista, que eram prefeitos na época considerados progressistas iriam resistir, mas logo ficamos sabendo que eles também não conseguiram nada e que não havia praticamente mais nenhuma resistência na Bahia (BAIARDI, 77 anos, 2018).

Segundo o entrevistado, em Itiruçu terminou por ocorrer alguma coisa, muito possivelmente por conta dos trabalhadores do polo ferroviário do município, mas eles só ficaram sabendo depois, não houve nenhuma possibilidade de contato de coordenação para articular alguma ação conjunta: “Tínhamos notícia no rádio de que Brizola estava tentando algo, lá no Rio Grande do Sul.” No entanto, eles avaliaram que era necessário dispersar, “mas isso ficou, chegou ao conhecimento do comando da 6ª Região Militar, essa tentativa de resistência em Cruz das Almas” (BAIARDI, 77 anos, 2018).

No depoimento, ele rememorou Cruz das Almas como uma cidade que se destacou nas lutas nacionalistas e se revelou como ambiente propício para as articulações do ME, do sindicato dos trabalhadores, com destaque para o setor fumageiro, a Associação de Mães Pobres e a Frente Nacionalista de Cruz das Almas (FNCA). Segundo suas lembranças, esse era um local privilegiado,

comparado com a outras cidades do interior da Bahia, por ser dotado de um curso superior, além do cenário sócio-político mais atuante.

> Então, Cruz das Almas era um local no interior, inclusive eu fui dirigente da UEB – União do Estado de estudantes da Bahia, como diretor, para o Interior, porque o interior era só Cruz das Almas, entende? Era onde tinha atividade política. E lá alguns políticos tradicionais, entende, Jorge Guerra é um deles. E também em Cruz das Almas havia o Movimento das Mães e outros Movimentos, digamos assim mais de caráter nacionalista e eu também sempre fui uma ponte de aproximação do ME com esses movimentos da sociedade civil. Então, isso durou entre 1961, 1962 e 1963. Com o golpe, então aí houve uma radicalização e houve inclusive uma tentativa de resistência na Escola de Agronomia, da qual eu participei (BAIARDI, 77 anos, 2018).

Em Cruz das Almas, a participação de Amílcar Baiardi consistiu em fortalecer uma ligação do ME com o Movimento de Trabalhadores rurais e outros movimentos sociais. O depoimento dele demonstra a polarização política em Cruz das Almas nos anos anteriores ao golpe, assim como estava acontecendo no Brasil com o crescimento dos sindicatos dos trabalhadores, das Ligas Camponesas e outros movimentos sociais. O golpe de 1964 iniciou um processo de retração e até mesmo estancamento desses movimentos. Em Cruz das Almas, esse desmonte foi marcado pela invasão da EAB “por uma tropa de mais de 150 homens”, renúncia do prefeito Jorge Guerra, deposição de vereadores e prisão de militantes do ME e de outros movimentos. Amílcar Baiardi destacou ainda, a instalação de um Inquérito Policial Militar (IPM), específico para Cruz das Almas.

A militância política/partidária de Amílcar Baiardi, nos anos de 1961 a 1963, está ligada à atuação no PCB e também no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), porém ele afirmou que uma vinculação mais orgânica partidária aconteceu no final de 1963, quando ingressou na POLOP. Na época, suas impressões sobre a POLOP era de uma organização que elaborava bons diagnósticos sobre a realidade brasileira, especialmente no âmbito político. No contexto de 1964, a POLOP alertou para a possibilidade de um golpe, “[...] então, a rigor nós da POLOP, fomos só em parte surpreendidos com o golpe, né?” Amílcar enfatiza que, no período, nenhuma organização achava que haveria um golpe, ao contrário, havia uma crença na capacidade e no esquema militar de João Goulart de resistência.

A organização Revolucionária Marxista-Política-Operária (POLOP) foi criada em 1961, agrupando elementos de tendências alternativas ao PCB, sobretudo nos meios universitário. As análises sobre a POLOP elucidam o seu caráter mais teórico

e doutrinário. Ela contestava as posições pacifistas e reformistas do PCB, concebendo a luta armada como um caminho para o socialismo. Os já citados livros *Brasil Nunca Mais* e *O Fantasma da Revolução Brasileira* não trazem informações sobre a atuação da POLOP na Bahia, as análises estão pautadas na militância em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, como a maioria das obras, que tratam sobre luta armada, oposição e resistência ao governo ditatorial. Jacob Gorender discute um pouco sobre a atuação da POLOP no Estado baiano, como também de outras organizações, e chega a mencionar umas das prisões de POLOP Baiardi, em 1970, quando este já integrava a VAR-PALMARES; a morte de Eudaldo Gomes; e narra também os assassinatos de Lamarca e Zequinha, no Oeste baiano.

Muitos desses grupos de oposição tinham células na Bahia e mantinham ligações e articulações com os outros Estados. Ainda na POLOP, Amílcar Baiardi manteve os primeiros contatos com Claudionor Couto, depois os dois passaram a integrar o Comando de Libertação Nacional.

> Já ligado ao COLINA né, com mais pessoas que tinham saído da POLOP, como Claudionor, nós Criamos aqui uma base do COLINA, mais precisamente em 1968 e parte de 1969, entende? Aí, no fim de 1969, ocorreram essas prisões, lá o episodio do sítio, eu já estava na clandestinidade, não tive nenhum envolvimento com elas e então tinha ido, depois fui para o Rio de Janeiro, me ligaram ao setor de luta armada no campo da VAR, que era coordenado por Carlos Alberto Vale de Freitas, o Breno, entende, então permaneci ali tentando organizar a escola de Guerrilha da VAR, seria no Maranhão e foi nesse processo de transferência de quadros e armas para a escola de guerrilha, onde eu seria o primeiro comandante da escola, dali sairia a primeira coluna, né, e então a minha prisão. Aí já é no início de 1970 (BAIARDI, 77 anos, 2018).

De acordo com as análises de Jacob Gorender, ao sair do Congresso de Teresópolis, a VAR articulou um setor de treinamento de Guerrilha. O plano consistia na estruturação de uma escola de guerrilha em uma fazenda comprada no Pará, programada para cursos de três a cinco meses. Dessa forma, a estimativa projetada foi a de treinar 150 combatentes, logo, com este objetivo, a transferência de quadros, armas e materiais diversos começou e essa tarefa ficou sob a responsabilidade de Amilcar Baiardi, junto a um grupo restrito de militantes (GORENDER, 1987). Contudo, a VAR-PALMARES sofreu abalos na passagem para 1970: “Em 1969, um dos encarregados da preparação da escola de guerrilheiros

caiu em Minas e veio parar na OBAN[116]. Seguiram-se as prisões de Amílcar Baiardi e de outros, o que liquidou o projeto da escola" (GORENDER, 1987, p. 18).

Amílcar Baiardi revelou que a sua prisão, em 1970, decorreu da declaração de um companheiro preso sob tortura, que entregou todo o movimento. Ele relembra que aquela prisão foi diferente das outras, como estudante e como militar.

> [...] a barra foi extremamente pesada, mas sobrevivi e como em decorrência de bom advogado e ausência de alguns fatos mais materiais que a justiça militar tinha. Pelo menos, algumas raras jurisdição da justiça militar tinham essa preocupação também, dependendo do juiz e de provas materiais (BAIARDI, 77 anos, 2018).

No caso de Amílcar, os militares não tinham provas materiais, nem de assalto a banco e nem de ações armadas, por conseguinte, depois de um ano e meio encarcerado, ele foi liberado. Naquele contexto, em meados de 1971, a VAR-PALMARES estava sofrendo um processo de desmonte e muitos dos seus integrantes, que não foram assassinados ou mantidos prisioneiros, partiram para o exílio.

Diante da desintegração da VAR, Amílcar Baiardi se aproximou do MR-8, organização que também defendeu a luta armada, mas que, por conta das baixas sofridas pelos grupos armados, estava em um processo de autocrítica e passou a defender um movimento de massa. Por conta da vinculação ao MR-8, ele foi preso e torturado mais uma vez. "Então, eu estava em Recife, em condições terríveis, foi uma segunda tortura, assim desnecessária, entende? Até porque eu não tinha mais nada, supostamente aparelho ou coisa assim para entregar, né?" Nesse momento da entrevista, Amílcar Baiardi relembrou as prisões de Getúlio Gouveia e Marie Russi, na rodoviária de Salvador, e Chantal Russi e Nemésio Garcia, na Fazenda de Claudionor, em São Miguel das Matas, mas ressaltou que não estava presente nos episódios: "Eu estava na clandestinidade quando soube, através de uma mensagem de Claudionor, que tinha ocorrido as quedas e que apressasse a minha saída da Bahia" (BAIARDI, 77 anos, 2018).

Um fato curioso para época e que indagamos ao nosso depoente, diz respeito à chegada de informações, na década de 1960, no interior, onde o serviço de

[116] A Operação Bandeirantes (OBAN), criada em junho de 1969 no âmbito do II Exército (São Paulo), foi uma operação de combate às organizações que faziam oposição política ao regime militar. Com o objetivo de identificar, localizar e capturar militantes considerados "subversivos" pelo regime, a OBAN era composta por militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, policiais federais, agentes do SNI, e policiais da DOPS.

telefonia era restrito e precário. Amílcar Baiardi relatou sobre uma casa no Litoral Norte, na Estrada do Coco, que tinha uma fachada de casa de repouso, onde circulavam homens e mulheres de vários estados, a exemplo de Sergio Furtado, estudante de economia, que foi assassinado no Rio de Janeiro quando ainda estava na clandestinidade, e um outro, que ele chamou de Juca. Segundo Amílcar Baiardi, na época, os dois eram os únicos que circulavam com mais liberdade levando informações, além de outras pessoas da VAR, do COLINA e do ME que ficaram nessa casa, quando entraram para a clandestinidade. “E aí nós ficamos lá, eles traziam notícias, traziam dinheiro e nós nos mantínhamos né, um grupo de oito ou nove pessoas” (BAIARDI, 77 anos, 2018).

Naquela conjuntura, as notícias demoravam de chegar, dificultando as articulações do grupo e possibilitando prisões inesperadas. Assim ocorreu a prisão de Rui Patterson. “Bom, o Rui, ele passou por tudo, é esse processo aí. Ele também estava no sítio né, ou estava chegando, eu não sei bem detalhe” (BAIARDI, 77 anos, 2018). Essa lembrança de Amílcar Baiardi evidencia que o registro da memória é seletivo e opera entre lembrança e esquecimento, no tecer e destecer (SELIGMAN-SILVA, 2004). Antes de analisar a prisão de Rui Patterson, quando chegou na Fazenda em São Miguel, sem saber das quedas de Chantal Russi e Nemésio Garcia e da permanência dos policiais naquela localidade, situaremos melhor sobre esse personagem.

Rui Patterson nasceu em 1945, em Ribeirão da Visagem, município de Ilhéus. Em 1969, ele foi aprovado no vestibular para cursar Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia. “Meu destino era outro, deixar de ser bancário e integrar a luta por liberdades democráticas, por uma causa e por considerações de ordem política”. Ao chegar em Salvador, ele se aproximou de Marie Hélène Russi e de Carlos Sarno, que já estavam sendo cassados pelos militares: “[...] conversamos sobre problemas estudantis no particular e brasileiro, no geral”. A principal fonte para constituir um pouco da trajetória de Rui Patterson é a sua autobiografia: *Quem samba fica: memórias de um ex-guerrilheiro* (PATTERSON, 2011, p. 85).

No terceiro capítulo dessa obra, Rui Patterson fala das organizações e, em especial, da origem do seu grupo, descrita no tópico *Uma dissidência do Partidão na Bahia*. Segundo suas memórias, esse grupo foi formado por Carlos José Sarno, sua namorada Jurema Augusta Ribeiro Valença, Nemésio Garcia da Silva, Getúlio

Gaspar de Gouveia, Marie Hélène Russi, Chantal Russi e Denilson Vasconcelos, todos eram estudantes do Colégio Central, com exceção de Denílson Vasconcelos, estudante da Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) (PATTERSON, 2011). No transcorrer dessa narrativa, discutiremos a integração de outros companheiros ao ideal de fazer revolução através da luta armada, bem com os rachas e restabelecimentos em outros grupos na luta para resistir à política ditatorial.

Com a finalidade de relatar sua prisão na Fazenda Bom Jesus, em São Miguel das Matas, Rui Patterson escreveu o capítulo "*Prisão do quinto militante: Roque".* Roque, portanto, era um dos codinomes utilizados por Rui Patterson. Por conseguinte, ele tinha ido fazer a cobertura do ponto e entregar algumas correspondências e bilhetes dos companheiros para Nemésio Garcia e Chantal Russi, bem como a sua missão consistia também em discutir com eles sobre as quedas de Marie Russi e Getúlio Gouveia. Rui Patterson se deslocou com o fusca que pertencia a VAR-PALMARES, na companhia de Raimundo Nonato, um infiltrado no grupo, que posteriormente passou informações importantes para o serviço de repressão, contribuindo para o aprofundamento das sessões de torturas de Rui Patterson e Nemésio Garcia e a desarticulação da organização.

Claudionor Couto relatou algumas participações de Raimundo Nonato na organização e demonstra em seus registros não desconfiar de que ele era um espião. Conforme os seus escritos, Raimundo Nonato já tinha ido outras vezes à São Miguel das Matas. Claudionor Couto relembra o dia que levou Rui Patterson para encontrar Nemésio Garcia e Chantal Russi na Fazenda: "Pedi a Raimundo Nonato que me deixasse no centro da cidade. Fiquei próximo ao Colégio Dois de Julho, caminhei devagar até desaparecer da vista do retrovisor de seu fusca" (COUTO, [s. d.], p. 14). Ele ressaltou que Raimundo Nonato já conhecia a Fazenda e fazia algum tempo que eles tinham se reunido com companheiros de outros estados lá. Todavia, nos autos do processo na ocasião da prisão de Rui Paterson, Raimundo Nonato aparece como testemunha de acusação.

"Era madrugada e fazia frio, dia 17 do mês de outubro de 1969, plena primavera naquela fazenda em São Miguel das Matas, município da região de Santo Antônio de Jesus, na Bahia" (PATTERSON, 2011, p. 18). Ao chegar à Fazenda, Rui Patterson e Raimundo Nonato se depararam com Cabo da Polícia Militar que os abordou, examinou o fusca que estavam conduzindo, enquanto o Sargento apontava

a arma na direção deles. Em seguida, os conduziram para a sala, algemaram e iniciaram um interrogatório: “Como é o seu nome? Você é o Roque, o estafeta, que traz a correspondência? Estávamos te esperando. O que você é do pessoal que foi preso aqui? E do pessoal da fazenda? Onde está Claudionor? De quem são as armas que estavam na fazenda?” Rui Patterson relatou que resolveu não responder às questões, porém o seu companheiro o surpreendeu quando tomou a palavra e começou a se defender: “Não tenho nada a ver com esse pessoal, dei uma carona no posto de combustível para esse cidadão, chamado Roque, nem notei que ele estava armado” (PATTERSON, 2011, p. 24).

Nas suas memórias, Rui Patterson afirmou demonstrar desconfiança em relação à Raimundo Nonato. Ele assevera que só o conheceu na véspera da viagem para São Miguel das Matas, por intermédio de Claudionor Couto e que não sabia nada sobre aquele sujeito, mas Claudionor Couto havia garantido se tratar de um homem de confiança, militante da esquerda e em processo de integração na VAR-PALMARES. Desse modo, como simpatizante, ele recebia tarefas e uma destas era conduzir Rui Paterson até a Fazenda. “O ponto foi marcado em um posto de gasolina na saída de Salvador. Depois das apresentações mínimas: ‘- Esse é o Roque’. ‘- Esse é o motorista que vai te levar até a fazenda’. Claudionor despediu-se e sumiu” (PATTERSON, 2011, p. 18).

Depois do interrogatório inicial, os militares foram procurar o prefeito de São Miguel das Matas, Ademário Villas Boas para providenciar uma viatura, a fim de conduzir Raimundo Nonato e Rui Patterson (Roque) até a prisão em Salvador. Vale lembrar que o prefeito Ademário Villas Boas se comportava como um agente de informação e homem de confiança do Exército e que tinha sido ele o informante sobre a presença de Nemésio Garcia e Chantal Russi na Fazenda, sendo estes presos em seguidas. Sobre a prisão de Rui Patterson, a sua situação ficou ainda mais difícil por conta da atuação do infiltrado. No percurso de São Miguel das Matas para Salvador, o policial acabou cochilando e permitiu que Rui Patterson fizesse um buraco no forro da Rural (modelo do veículo) e escondesse as correspondências. “A operação passou despercebida para o Cabo, não para Raimundo Nonato, lançando-me olhares de reprovação que eu respondia com olhares de fique calado” (PATTERSON, 2011, p. 25).

Ao chegarem no Forte do Barbalho, em Salvador, Rui Patterson ainda permanecia na Rural, quando observou que Raimundo Nonato estava cercado por

soldados, sem algemas e à vontade atrás dos oficiais, que acompanhavam o General, subindo a rampa com destino à sala de Comando da 4ª. Companhia de Guardas. Segundo ele, essa foi a última vez que viu Raimundo Nonato. No entanto, Rui Patterson foi conduzido para uma cela isolada e alternava pensamentos de medo e alívio por ter se livrado das correspondências. Quando em meio a assovios e passadas, o Sargento Vick, o mesmo que o conduziu de São Miguel das Matas até a prisão em Salvador, exclamou: "- Seu Roque, achamos as cartas que você dispensou no forro da viatura. Seu amigo nos contou a sua esperteza. Para você nada de água, comida, xixi ou cocô. Hoje à noite você faz nas calças" (PATTERSON, 2011, p. 27).

Como Rui Patterson já suspeitava, Raimundo Nonato era um infiltrado na organização e complicou ainda mais sua vida como preso político, que em meio à sessão de tortura era pressionado a explicar os conteúdos das cartas. Um dos textos que chamou a atenção dos militares foi um poemeto[117] de versos de pé quebrado, que falava sobre o incêndio do Mercado Modelo, contando sobre o desastre que foi para o povo e a expressão P.O.R.R.A. – escrita em maiúsculas e letras seguidas de pontos, que para os militares só podia ser um código. Por conta da delação de Raimundo Nonato sobre a existência dessas correspondências, Nemésio Garcia, que já estava sendo torturado na prisão no Forte do Barbalho, sofreu ainda mais para explicar sobre o teor daquelas informações. De acordo com os registros de Rui Paterson, Nemésio Garcia afirmou que era uma brincadeira entre alguns companheiros e que "porra, era porra mesmo". Com a tortura intensificada, ele falou que a palavra era a sigla da organização; Partido Operário Revolucionário Retado e Armado. Rui Patterson assegurou ser essa informação verdadeira: "tratava-se de uma brincadeira entre Denílson e Getúlio. O Tenente Hemetério ficou satisfeito" (PATTERSON, 2011, p. 30).

Na obra *Galeria F: Lembranças do Mar Cinzento*, Emiliano José se refere sobre esse episódio, no capítulo denominado *A descoberta do Porra.* Na sua narrativa, porra era porra mesmo, mas Nemésio Garcia não conseguiu convencer os militares e sob tortura foi construindo um nome para aquela sigla: "o *P* era de Partido. *O* de Operário, depois completou com a palavra Armado. Os militares insistiam que faltava uma letra. Sob intensa tortura Nemésio idealizou a sigla inteira:

[117] Poema curto, com definições claras, sem rimas, mas que diz tudo que precisa poeticamente.

Partido Operário Revolucionário Retado e Armado". Em relação à Raimundo Nonato, Emiliano José elucida em sua obra que Claudionor Couto e Rui Patterson acharam que Raimundo Nonato teria sido preso naqueles dias e, sem que eles soubessem, ele fez um acordo com a repressão (JOSÉ, 2000, p. 50).

Para a repressão, aquele processo ficou conhecido como "O processo do P.O.R.R.A" e Nemésio Garcia e Rui Patterson como os "militantes do P.O.R.R.A., ou porristas". Já Rui Paterson, também sob tortura, demonstrou desconhecimento sobre aquela expressão e relatou que sua ida à Fazenda era de cunho afetivo, pois ele era namorado de Chantal Russi. Ele, portanto, tentou traçar uma linha de que fora envolvido pelos militantes para levar as correspondências.

No entanto, Rui Patterson foi surpreendido pela segunda pergunta: "Quem é o 'cabeça pensante', 'seu' Roque. Nome, endereço, o que faz na vida, onde pode ser encontrado nesse momento? O senhor se considera um revolucionário Marxista leninista?" Ele repondeu que não, porque exigiria um aprofundamento que ele não possuía. Na verdade, as cartas revelavam que Rui não era apenas um simpatizante, mas um dos "cabeça pensante": "o discurso se estendeu por esse lado e todas as perguntas a respeito da minha participação no grupo, das soluções que eu tinha encontrado para os contatos com as organizações nacionais, esbarravam na justificativa de que eu ainda não tinha a 'cabeça pensante'" (PATTERSON, 2011, p. 33).

Naquele contexto, os revolucionários eram chamados de marxistas por conta do ideal de revolução, repúdio à propriedade privada e à idealização de uma sociedade sem luta de classes, embora, nos anos ditatoriais, a primeiríssima questão para os militantes fosse derrubar o governo militar e estabelecer eleições livres e direta. Cabe ressaltar que as representações anticomunistas eram fortíssimas desde a Guerra Fria, associando o comunismo a todo mal e destruição de uma nação. Esse temor contribuía para a perseguição de vários setores da sociedade aos que ousaram lutar contra a ditadura, fato que favoreceu à prisão e desarticulação de grupos de oposição por conta de denúncias da sociedade civil.

Entretanto, a pergunta que mais aterrorizava Rui Paterson era sobre o incêndio do Mercado Modelo. Na carta, Ari, codinome de Denílson Vasconcelos, informava a Nemésio Garcia sobre o incêndio no antigo Mercado Modelo, atual monumento Mário Cravo, ocorrido meses antes, e comentava sobre o desastre cultural e o prejuízo para o patrimônio da cidade. "Fui nessa linha, deixando claro

que para mim o incêndio tinha sido desastroso e que a esquerda jamais queimaria um santuário, local quase sagrado frequentado por todos os esquerdistas em busca de contato com o povo". Contudo, continuando com seus registros, Rui Patterson revela que para os militares o incêndio tinha o objetivo de incompatibilizar a população com as autoridades e a admissão da culpa o complicaria e, por isso, resolveu resistir (PATTERSON, 2011, p. 34). Nessa parte, o texto traz evidências de que o incêndio foi realmente cometido pelos militantes de esquerda, nos permitindo supor o envolvimento de Rui Paterson.

Em seguida, Rui relata sobre a sessão de tortura, entre socos e pontapés, descreve com detalhes o que demostra ter sido o momento mais traumático de sua prisão no Forte do Barbalho, quando foi levado para o consultório odontológico do quartel:

> [...] abriram-me a boca, colocaram uma ponta do cassetete entre os dentes e começaram a vasculhar os dentes frontais, enquanto gritavam e exigiam que eu confessasse que havia incendiado o Mercado Modelo. Depois nas junções com as gengivas, bochechas e ponta dos dentes, a dor aumentando quando a broca alcançava partes sensíveis. Movia a cabeça tentando me livrar da broca e feria a gengiva, língua e bochecha, urrava de dor, xingando o tenente dos piores nomes. De repente perdi a voz, enquanto os esfíncteres soltavam, o mijo e a merda escorrendo entre as pernas. Desmaiei, apaguei completamente, e não vi nem senti mais nada (PATTERSON, 2011, p. 35).

A prática de tortura se estabeleceu desde o início da ditadura e foi se se tornando cada vez mais cruel e institucionalizada pelo governo ditatorial. A partir de 1969, com o surgimento da OBAN, organização clandestina que agia às margens da lei, os mecanismos de tortura foram intensificados, além do sumiço de muitas pessoas consideradas subversivas e militantes de esquerda. A partir da OBAN, o Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operação e Defesa Interna (CODI) foram criados. O DOI-CODI se tornou uma máquina de repressão e tortura. Esses órgãos recebiam financiamento de grandes empresas, como a General Motors, Ford e Ultragaz. Eles eram dotados de tecnologias e suas práticas estavam orientadas pela lógica da disciplina militar. O método das torturas era científico e, portanto, ele estava pautado na aplicação dosada no limite da resistência humana para obtenção de informações.

Isso posto, Rui Patterson narra seu retorno para cela após a sessão de tortura, sem condições para abrir os olhos e nem mesmo responder ao companheiro

Daniel, da cela ao lado, que estava ansioso para saber sobre o seu estado: “Não conseguia respirar, qualquer movimento era doloroso, as costelas pareciam fora do lugar, perfurando literalmente os pulmões.” Seu companheiro Daniel, na tentativa de passar força e esperança, exclamava: “Está mal não é? Você se recupera. O importante é que o deixaram em paz. Já sabem o que querem, estão checando informações. Fique calmo, não vai apanhar mais” (PATTERSON, 2011, p. 35).

Naquele momento, o sentinela se compadeceu com seu estado e levou um copo com água e informou que Nemésio Garcia seria transferido para outro quartel. Depois de algum tempo, Daniel se identificou, dizendo fazer parte do mesmo grupo de Rui Patterson e pertencia ao setor petroleiro e rural. Ele foi preso quando viajava para Alagoinhas e cidades da região para recrutar e orientar simpatizantes e militantes. Segundo o seu desabafo para Rui Patterson, a sua prisão aconteceu por conta de denúncias de lavadeiras incomodadas com a sua presença no local e também a Petrobras o delatou à polícia por imprimir um panfleto rebelde no mimeógrafo do seu local de trabalho. Segundo as narrativas de Rui Patterson, Daniel permaneceu oito meses preso no Forte do Barbalho, depois foi transferido com Nemésio Garcia para o Quartel de Artilharia da Costa de Amaralina e de lá para a Penitenciária Lemos Brito, depois de liberado, ele foi para o Chile.

Um fato interessante nos escritos de Rui Patterson, que igualmente está presente em diversas literaturas sobre luta armada e oposição ao regime, se refere aos títulos e mudanças de cargos dos militares, que perseguiam e prendiam os opositores na ditadura instalada em 1964. Ele registra um momento em que um militar, de nome Hemetério passa em suas celas para exibir “as reluzentes estrelas de capitão que recebera: – Vejam o presente que vocês me deram. Muito obrigado” (PATTERSON, 2011, p. 38). Hemetério[118] foi promovido a Capitão e, em breve, o General Argus Lima[119] seria promovido a General de Divisão e de Exército,

[118] “Hemetério Chaves Filho. Capitão da Infantaria do Exército, servia em Salvador-Bahia (1971)”. (TORTURADORES..., 2010).

[119] “Argus Lima, nasceu em Porto Alegre no dia 14 de julho de 1913, filho de José Felício Monteiro de Lima e de Francelina Rodrigues Lima. Filho de militar fez os primeiros estudos no Colégio Militar de Porto Alegre, ingressando em abril de 1931 na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro (RJ), então Distrito Federal, que o declarou aspirante-a-oficial na arma de cavalaria em janeiro de 1934, dando inicio a uma longa carreira militar. Em março de 1967 foi promovido a general-de-brigada e no mês seguinte tornou-se comandante da 3ª Divisão de Cavalaria. Em janeiro do ano seguinte deixou este comando para assumir a 1ª Brigada de Infantaria (RJ). Em maio de 1971 afastou-se dessas funções, devido à nomeação para comandar a 6ª Região Militar, sediada em Salvador. A partir de fevereiro de 1975 passou a responder cumulativamente pela vice-chefia do Departamento Geral de Pessoal (DGP). Em abril do ano seguinte foi exonerado da Diretoria de Movimentação e nomeado

comandando o IV Exército com sede em Recife. “Prender integrantes da luta armada era ouro puro nas mãos dos militares.” No livro *Quem Samba Fica: memórias de um ex-guerrilheiro*, Rui Patterson registra na íntegra seu depoimento, concedido em trinta de novembro de 1969, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, no Quartel da Quarta Companhia de Guardas, na presença do Capitão encarregado do Inquérito, João Nolasco de Carvalho, e do 3º Sargento, Clóvis de Matos Leal, escrivão. Ele foi interrogado sobre os fatos que deram origem ao IPM, que estamos discutindo nesse trabalho.

A partir dessas prisões, os militares cruzavam as informações, continuavam no encalço de outros companheiros e seguiam no processo de desarticulação da resistência armada na Bahia e na tentativa de calar as vozes que se mantinham na luta contra o governo ditatorial. Nos relatos e no depoimento, Claudionor Couto afirmou que a prisão de Getúlio Gouveia e Marie Russi, na rodoviária de Salvador, assinalou o aligeiramento da repressão e desarticulação do grupo no Estado baiano. Desse modo, correlacionar as prisões ao fim das organizações é a marca recorrente nas lembranças da maioria dos militantes do país, no período da ditadura, e faz parte da memória coletiva que sobrevive a esse projeto de luta armada na Bahia.

6.6 “A vida clandestina é dura, difícil e cruel”: a saga de Claudionor para escapar dos militares e sua experiência no exílio

“E também rastejais comigo
pelos túneis das noites clandestinas
    sob o céu constelado do país
    entre fulgor e lepra
debaixo de lençóis de lama e de terror
    vos esgueirais comigo, mesas velhas,
armários obsoletos gavetas perfumadas de passado,
    dobrais comigo as esquinas do susto
    e esperais esperais
que o dia venha
    E depois de tanto

vice-chefe do Departamento de Material Bélico (DMB). Permaneceu nesta função até agosto de 1976, quando foi nomeado comandante do IV Exército, com sede em Recife, substituindo o general Moacir Potiguara. Declarando em seu discurso de posse ser um fiel seguidor dos rumos delineados pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964, manifestou sua preocupação com o combate à subversão - identificada principalmente com o comunismo -, e colocou-se a favor de uma ‘democracia enérgica, provida dos instrumentos adequados à sua autodefesa’” (LIMA, 2009).

que importa um nome?”

Ferreira Gullar (2008) – Trecho de Poema Sujo, 1976

Os olhos lacrimejando de Claudionor ao falar de sua vida na clandestinidade revelam mais que o medo de ser preso, de ir para lugares desconhecidos, da insegurança constante do fazer e refazer amizades: “Confiar em quem? Pergunta estranha, ele pensa: o que será que fulano faz? Será um espião?” Cada lágrima retrata também um amor interrompido, o adeus para a mãe que mal sabia que aquela seria a última vez que veria seu filho, a voz do irmão pedindo que desistisse da luta por medo de perdê-lo, os amigos, o comércio, suas lembranças materiais, tudo ficou para trás. Em nome do ideal de fazer a Revolução contra o governo militar, com prisão já decretada à revelia, Claudionor passou por vários Estados até chegar ao Chile, se envolver em outras frentes naquele país na luta por justiça e liberdade, conhecer um novo amor, ter um filho, até ser preso pelo governo chileno, na era Pinochet, e depois deportado para a França.

A historiografia sobre clandestinidade, no período da ditadura civil-militar, evidencia um espaço ainda íngreme que revela o silenciamento de um tempo difícil e doloroso de ser lembrado, mas importante para descortinar o contexto ditatorial e ouvir outras vozes que, embora sofridas, querem narrar suas experiências e evidenciar detalhes ainda desconhecidos daqueles tempos sombrios.

A dissertação de Carolina Dellamore Batista Scarpelli (2009) analisa as marcas da clandestinidade e as memórias da ditadura militar brasileira. Para isso, ela utilizou como fontes principais os depoimentos orais e analisou como a experiência da clandestinidade favoreceu para que a memória desses sujeitos se tornasse também clandestina. Nas entrevistas com Claudionor Couto e Amílcar Baiardi, falar sobre o período que viveram na clandestinidade foi também demonstrar no olhar, às vezes perdido e lacrimejando, as incertezas, o medo, as perdas e distâncias. Todavia, suas falas demonstraram igualmente que valeu a pena lutar contra o autoritarismo e a restrição das liberdades, mesmo quando essas lembranças revisadas e enquadradas no tempo e espaço, permitem questionamentos referentes ao desequilíbrio de forças das organizações contra o engendramento militar no contexto ditatorial.

É notório que a opção pela clandestinidade resultou do fechamento político, após 1964, e da consequente perseguição às organizações, instituições estudantis,

sindicatos e partidos políticos considerados ilegais. Muitos militantes presenciaram o esfacelamento dos seus grupos e não viam na legalidade perspectiva de luta, por isso, restaram poucas alternativas para continuar no país e manter estratégias de resistência, como ajudar os companheiros e restabelecer a organização, que faziam parte contra o opressor. “Neste aspecto, a escolha da clandestinidade era uma questão de sobrevivência, decorrente da condição de perseguido e considerado inimigo pelas forças que assaltaram o poder.” (ARANTES, 2014).

O tom da narrativa de Claudionor Couto expressa com veemência as dificuldades da vida como clandestino. Ele inicia, no tópico nomeado *Clandestinidade: “*A vida clandestina é dura, difícil e cruel. Especialmente quando os nossos inimigos são covardes e desumanos, tendo como prática a tortura, supliciando todos aqueles que caiam em suas garras” (COUTO, [s. d.], p. 15). Viver na clandestinidade significava permanecer em território pátrio, com o objetivo de participar da luta de resistência e de combate ao inimigo, bem como ajudar na continuidade da organização, pensar em estratégias para manter-se vivo e longe da mão forte dos militares e ainda ajudar aos companheiros. “A liberdade de ir e vir, conviver com os amigos e familiares é substituída pela liberdade de continuar a defender as mesmas ideias de outro lugar tornado escondido dentro do próprio país” (ARANTES, 2014). O clandestino lida o tempo todo com a contradição entre desejar fazer e não poder, desejar ir e não poder ir.

“O momento era difícil!!!” Claudionor Couto relembrou sobre a difícil missão de se proteger e preservar os seus companheiros, por isso ele precisava se livrar das provas que o atrelasse aos outros militantes e tentou se desligar das pessoas que mantiveram contato com o grupo de Getúlio Gaspar Gouveia, preso na rodoviária de Salvador, como também de Raimundo Nonato, pois, posteriormente, Claudionor Couto ficou sabendo se tratar de um espião. Assim, ele precisou abandonar os negócios em Salvador e se desligar de todos. Segundo Claudionor Couto, essas precauções diminuíam a possibilidade dos militares cruzarem informações, caso prendesse um companheiro, pois nenhum saberia o paradeiro do outro. Ele afirma que o pessoal da VAR-PALMARES era bem fechado, mas que “no sobe e desce do pau de arara, tudo poderia acontecer”. Claudionor se refere às sessões de torturas, cuja estratégia era fazer o prisioneiro revelar informações sobre a organização que participava e sobre os companheiros.

Outro fato que Claudionor Couto evidenciou no texto foi a importância das conexões e o bom relacionamento com os outros companheiros, não só da Bahia como também de outros estados do país, para se manter na vida clandestina: “Procurei durante todo trabalho organizativo manter um amplo leque de alternativas”. Por isso, ele contou com um vasto apoio de simpatizantes e colaboradores, que não hesitaram em o acolher. Em sua narrativa, ele fala do início de sua clandestinidade ainda na Bahia, as mudanças contínuas dos esconderijos por perceber vizinhanças suspeitas. Um ponto que chamou atenção do nosso depoente foi a ausência de divulgação, por parte da imprensa, sobre a atuação dos militantes: “os meios de comunicação estavam totalmente amordaçados, pois na Bahia era só mar azul, o tempo passava e nada de notícias sobre os terroristas como éramos conhecidos na época” (COUTO, [s. d.], p. 15-16).

Esse desabafo nos permite pensar que a falta de notícias parece ter contribuído para a existência de poucos estudos sobre a resistência armada no Estado baiano e de que a Bahia se configurou apenas como área de recuo para militantes de outros estados. Contudo, as fontes revelam poucas ações em solo baiano, demonstrando mais projetos de resistência armada, que foram desbaratados, em sua maioria, ainda no processo de estruturação. Por outra via, a carência de divulgação sobre a ação das organizações de esquerda pode ser entendida como manobra para os militares agirem e facilitar a desarticulação dos grupos de oposição à ditadura e, de alguma forma, manter a imagem daquele período como um momento auspicioso, de desenvolvimento econômico e paz.

Naquele contexto, outros companheiros, do mesmo modo, precisaram sair e redirecionar suas lutas: Amílcar Baiardi, já havia viajado para o Rio de Janeiro; Eudaldo Gomes, do grupo VAR-PALMARES, seguiu logo depois para o Rio de Janeiro; Baixinho (Galvão), seguiu para o Pará e se integrou ao trabalho no campo; Paulo foi para Belo Horizonte. Com tom de tristeza, Claudionor Couto relatou a saída de vários companheiros de forma inesperada, criando um vazio, levando à perda de todo o trabalho da organização. “Vários simpatizantes e colaboradores deixaram de ser contatado tanto na capital como no interior. Perdeu-se toda comunicação com aquele pessoal. Era um trabalho de base lento e seguro, mas...” (COUTO, [s. d.], p. 18). Outros companheiros, por falta de infraestrutura, ou seja, eles não tinham fachada legal, se tornaram presas fáceis para os militares.

Nesse processo de cruzamento de informações, os órgãos repressivos da ditadura conseguiram ligar Claudionor Couto ao grupo COLINA / VAR-PALMARES. Segundo ele, ainda não tinha sido identificado, porque não deixava rastros. Alguns dos seus parceiros comerciais foram intimados a depor, mas sempre diziam que nada sabiam sobre as atividades políticas dele. Um desses foi José Pimentel, que declarou: “Senhor Major Bião, de política eu não entendo nada, mas de boi eu entendo do chifre ao rabo”. Assim, na entrevista, quanto nos relatos, o depoente demonstrou sagacidade para driblar o serviço de informação, fazia manobras arriscadas para não ser preso: “[...] eu vivia como uma ostra. Lentamente me movimentava, mas me fechava com muita rapidez” (COUTO, [s. d.], p. 19).

Outrossim, ele aproveitava a sua atividade no ramo das carnes para se aliar aos sectores progressistas, e tinha alguns empresários como simpatizantes e colaboradores. No setor militar, Claudionor Couto também tinha relação amistosa com vários elementos, ouvindo, às vezes, relatos sobre as suas atividades e a certas instruções relacionadas ao combate das ideologias de esquerda. Alguns desses simpatizantes passavam informações constantemente para ele.

Para tratar da sua saída do Estado baiano, Claudionor escreveu uma seção, carregada de muita emoção e sentimento, com o título *“Adeus Bahia”*. A imagem do último adeus para a sua mãe, Dona Idalina, que estava na janela do prédio onde moravam em Salvador, não lhe sai da memória e ainda lhe emociona relembrar aquele instante. “Vejo mamãe naqueles momentos de minha fuga, quando levantei as mãos acenando levemente que seria um adeus. Ela não entendeu. Perguntava por que ele não parou? O que aconteceu? Era hora de partirmos...” (COUTO, [s. d.], p. 22).

Talvez seja esse o aspecto mais difícil de viver na clandestinidade. Tal como Claudinor Couto, Eudaldo Gomes, militante do Recôncavo Baiano que partiu para a luta armada, abriu mão de laços fraternais, amorosos, vínculos de amizade e até mesmo de um diploma, pois precisou entrar para a clandestinidade quinze dias antes da data marcada para a colação de grau na EAB. Escolhas difíceis que eram superadas pelo desejo de fazer revolução, lutar pela liberdade, contra o braço opressor do Estado. Claudionor Couto, lucidamente, nos transmite a emoção de sua experiência de deixar a Bahia e adentrar em um território de incertezas:

> Era doloroso ter que deixar a minha terra para não ser supliciado pelos terroristas do poder. Não sabia se algum dia voltaria a esta

> terra na qual tinha passado grande parte de minha juventude. Nestes dias sombrios, que a ordem do dia era massacrar seus opositores, especialmente os coordenadores das organizações revolucionárias vistos como perigosos e irrecuperáveis. Era processo de vida ou morte. Do alto da Avenida do Contorno, lá de cima, eu já sentia saudades. Admirando aquela grande baia, majestosa, com muitas embarcações sulcando aquele mar esverdeado, que lá do alto parecia barquinhos de brinquedo, naquela tarde de primavera de novembro. Por ali, eu havia passado muitas vezes, aos domingos me dirigia para a ilha de Itaparica e Madre de Deus, pequeno povoado de estrutura familiar e só retornava ao entardecer. Agora, só me restava esperança de retornar algum dia... (COUTO, [s. d.], p. 20).

O tom saudosista é tomado também pela tristeza de deixar para trás todo o trabalho organizativo que ajudara a construir e de perceber o esfacelamento da organização, as prisões e a tortura. Mesmo sendo difícil viver de forma clandestina, essa situação surge como única esperança de se manter na luta e dificultar possíveis prisões.

Os escritos de Claudionor Couto têm como características relatos permeados por desafios e emoções de quem viveu no chamado fio da navalha por um longo período. Todavia, quando narra sua intensa história de amor antes de entrar para a clandestinidade, é possível entender os desafios de ser um clandestino em sua Pátria e, em seguida, ir para outros países, ficando ainda mais distante daquela experiência romântica, que permaneceu em sua memória. Esse registro possibilita uma compreensão mais sensível sobre quão pode ter sido difícil a escolha por continuar o processo revolucionário, mesmo tendo que abrir mão de tantas coisas significativas na vida de cada militante. Aqui, com destaque para a experiência clandestina de Claudionor Froes Couto.

Quando pegou a embarcação em Nazaré das farinhas, cidade situada a 76 Km de Salvador, se lembrou de muitas vezes ter utilizado aquele transporte para se encontrar com o seu “grande amor”. “Como o amor é mais forte, enfrentei tempestades, frio, calor, estradas lamacentas e empoeiradas. Noites de escuridão e noites de luar” (COUTO, [s. d.], p. 21). Ele viajou de navio, de caminhão e a cavalo, usou até mesmo disfarce para não ser reconhecido. Naquele instante contemplativo, o barco foi se afastando do porto, como daquele amor se afastou para se reunir a outros companheiros, que se organizavam para lutar contra a opressão, postergando os seus projetos pessoais.

A narrativa de Claudionor é tomada por emoções que parecem reviver o passado, ao mesmo tempo, sobressai um sentimento do que não vivenciou para se

tornar clandestino e passar quase uma década longe da sua terra e de seus amores. Ao contemplar aquele mar azul numa tarde de primavera, ele guardou em suas lembranças o calor dos braços do seu amor: “Os meus lábios guardavam a doçura e a chama dos seus beijos. Os meus olhos fixaram a sua imagem na minha alma, para nunca mais esquecer” (COUTO, [s. d.], p. 22). No texto, ele rememorou as lembranças das noites de luar, deitado na relva ao lado do seu amor, quando pensavam em viver juntos. Envolvido nas recordações, ele ainda sente presente as noites de tempestades, com os raios perigosamente iluminando o espaço e eles, de forma inocente, se protegendo debaixo de uma árvore.

> Sinto a tristeza dos momentos de despedidas, nas altas horas da madrugada, ela triste e silenciosa caminhando vagarosamente de volta ao seu casulo, acompanhada por seus cães que faziam guarda à distância. Ainda a tenho no cantinho do meu peito cheio de lembranças e emoções. COUTO, [s. d.], p. 22).

Contudo, ele se recobra, pois precisava continuar vivendo e vivendo em liberdade, mesmo diante dos sacrifícios, ele batalhou pelo ideal de contribuir com a luta pela democracia. Já na clandestinidade, Claudionor Couto se juntou a outros grupos, que tinham o mesmo desejo de prosseguir combatendo o sistema que utilizava as baionetas para controlar o país, daqueles que lhes opõem. Na narrativa sobre aquele período, ele destaca os encontros e desencontros, os vários momentos em que quase foi preso e as formas como conseguiu, de múltiplas maneiras, driblar o cerco policial.

O personagem aqui analisado também revelou que lia sobre espionagem, por isso estava sempre atento. Nos encontros, ele chegava antes e observava de longe o clima do lugar, por isso, conseguiu escapar da prisão várias vezes. Ao descer no Rio de Janeiro, ele encontrou alguns companheiros para pactuar a sua estadia na cidade. “Ficou acertado que eu iria morar com Maria Auxiliadora, Roberto Espinoza e Chael. Estava estruturado um Grupo Tático Armado (GTA)” (COUTO, [s. d.], p. 29).

No mês de junho de 1969, o COLINA e a VPR, depois de serem duramente golpeados, resolveram unir forças formando uma só organização com comando único. No entanto, após três meses, eles decidiram se separar novamente, em decorrência das discordâncias internas. A VPR voltou às suas origens e o Ex-COLINA ficou com a denominação VAR-PALMARES. Com o divórcio, a VPR saiu fortalecida, muitos militantes que antes integravam o COLINA passaram para a VPR,

levando consigo mais dinheiro e armamentos. Com calma, a VAR-PALMARES procurava se estruturar. Entretanto, Claudionor Couto relatou sobre o assalto ao cofre de Adhemar de Barros, que garantiu, por um período, o financiamento para as ações da VAR. Nesse sentido, várias obras sobre a luta armada narram esse assalto, que garantiu por um tempo tranquilidade financeira à VAR-PALMARES.

> Meses antes a Var-Palmares havia retirado da casa do irmão da amante do Ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros, aquele que dizia: “Eu roubo mas faço, um cofre recheado de dólares que estava bem guardado em um casarão no alto de Santa Tereza, no Rio de Janeiro, havia 2.500.000 dólares”. Dois milhões e quinhentos mil dólares. Dinheiro que daria para fazer a revolução. Essa ação foi possível graças à informação de um simpatizante, Gustavo Buarque Schiller, que morava no bairro de Santa Tereza, sobrinho de Anna Gimel Benchimo Capriglione, amante de Adhemar. Ele ficou sabendo que no casarão de seu tio, que morava na Rua Bernardino dos Santos, havia milhões de dólares, levou esse dado à organização Var-palmares; logo caíra na clandestinidade, sendo preso meses depois. Foi banido para o Chile em troca do embaixador da Suíça (CARDOSO, 2016).

Esse episódio é narrado com detalhes no livro *O cofre do dr. Rui*, cujo título faz referência ao codinome que Adhemar de Barros se referia à amante, Anna Capriglione. A obra relata o processo de organização do assalto, excursão e o uso do dinheiro pela organização. As revelações se sucedem a cada capítulo e culminam com os desencontros políticos no combate à ditadura civil-militar e, sobretudo, na peleja pela partilha de milhões de dólares (CARDOSO, 2016).

Voltando a Claudionor Couto, no transcorrer de 1969, com o aparato repressor a todo vapor, sua situação ficou ainda mais difícil e exigiu dele muita esperteza para escapar dos militares. Já conhecido e rastreado pelo SNI, no dia 19 de dezembro de 1969 foi decretada à revelia sua prisão preventiva, que teve como presidente do inquérito o Bel. Waldomiro Santos Pereira. Claudionor Couto anexou ao seu texto o relatório da referida sentença. No documento, a Polícia Federal informou que Claudionor Froes Couto não tinha antecedentes criminais naquela delegacia e que seu modo cauteloso de agir contribuiu em demasia para que fosse desconhecido.

O documento destaca estar devidamente provado ser Claudionor um velho militante do COLINA. Além disso, houve o resgate do episódio na Fazenda Bom Jesus, de sua propriedade, em São Miguel das Matas, quando foram apreendidos dois militantes de esquerda, armamentos e munições de uso proibido a particulares.

Por isso, o documento alertava que a sua conduta e atitudes evidenciavam ser ele um dos grandes chefes da subversão naquela região. Diante do que considerou devidamente provado, amparado pela lei Processual própria, tendo como representante o Senhor Coronel, Delegado Regional da 6ª RM, foi decretada a Prisão Preventiva de Claudionor Couto, que estava foragido. “Nesse momento, passei a estar com a cabeça a prêmio. Portanto, todo o cuidado era necessário. Eu pisava devagar e muito atento” (COUTO, [s. d.], p. 37).

Depois de saber que estava com prisão decretada, Claudionor Couto continuou na clandestinidade ainda mais atento, mas não desistiu do seu ideal e estava focado em auxiliar na montagem de uma guerrilha rural pela VAR-PALMARES e mesmo correndo riscos, viajou para o sul com o objetivo de retirar algumas armas do Batalhão do Exército, na Ilha de Florianópolis. “Eu já conhecia a ilha e todo o vale de Itajaí. Havia trabalhado com produtos farmacêuticos naquela região.” Nas linhas seguintes do seu relato, ele ressaltou as inúmeras vezes em que quase foi capturado pelos “lobos”, mas com sagacidade escapou de todas**.** “Sempre procurei construir minha infraestrutura de maneira que com a quebra de um degrau eu pudesse utilizar o seguinte. Era uma loucura a vida clandestina, ‘legal’ andar entre os homens sem alma, sem ser visto” (COUTO, [s. d.], p. 51).

Depois de perceber a impossibilidade de continuar no Brasil, ele fez um relato das suas peripécias e comunicou que não havia mais condições de permanecer naquela “luta inglória” e que iria deixar o país. Em seguida, pediu a um companheiro para providenciar documentação legal, visto que o custo para tirar o passaporte era alto, ele pediu ajuda à sua família, na pessoa do seu irmão Pedro Couto.

Sobre a luta armada na Bahia, um Processo de Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar está anexado ao texto escrito por Claudionor Couto, que permite, por sua vez, algumas impressões a partir da ótica do governo ditatorial na época. Segundo o processo, a ocorrência sistemática de ações de guerras revolucionárias em determinados estados vinham sofrendo gradativa intensificação, através de ação de terrorismo, roubo a banco, assaltos às sentinelas e quartéis, explosões, furtos de armamentos e munições. Desse modo, o relatório sinalizou que tais práticas confirmavam a extensão e gravidade do movimento e planos revolucionários, objetivando a subversão do regime e a ordem social.

Ainda na perspectiva dos militares e enfocando as organizações que se opuseram ao regime, o texto enfatizou a ação e atuação das cúpulas estudantis de

esquerda no Estado da Bahia, e citou como exemplo o inquérito, cuja investigação originou a prisão de Getúlio Gouveia e Marie Russi, no dia 2 de setembro de 1969, na estação Rodoviária de Salvador; quando ambos pretendiam viajar para São Paulo. Nesse sentido, o texto do processo descreve ter sido:

> [...] possível às autoridades deste Estado, desbaratar a formação de um perigoso grupo subversivo com destaque ideológico comunista, cujo programa bipartia-se entre o grupo COLINA – Comando de Libertação Nacional e a "ala Carlos Marighela", e os seus integrantes Getúlio, Nemésio, Sarno, Marie, Jurema e Claudionor. Atuavam através de discussões de problemas políticos, distribuições de tarefas e setores. Participação de passeatas ilegais e movimentos estudantil-universitário de incitamento as massas (PROCESSO..., 1970, p. 77).

Por conseguinte, como confere o termo do inquérito, a incontestável prova colhida nos autos confirmam que eram membros do grupo e atuavam com os seguintes codinomes: Getúlio Gouveia era Aragão, Nemésio Garcia era Mateus, Marie Russi era Vera, Carlos Sarno era Ricardo, Claudionor Couto era Custodio, Jurema Valença era Mariana e Rui Patterson era Roque. No texto foi destacado que todos os réus eram primários juridicamente, como atestou seus antecedentes penais. Após a explanação sobre o grupo e seus militantes, as sentenças foram estabelecidas: pena de dois anos de reclusão para Getúlio Gaspar de Gouveia, Nemésio Garcia Silva, Marie Héléne Russi, Carlos José Sarno, Jurema Augusta Ribeiro Valença e Rui Pinto Patterson; e, de três anos de reclusão, para Claudionor Froes Couto.

De acordo com o documento, o Conselho Permanente de Justiça do Exército resolveu por unanimidade de votos aplicar ao acusado Claudionor Froes Couto a pena acessório de suspensão de direitos políticos por seis anos. O mandado de prisão preventiva dele foi expedido em 15 de abril de 1971, após 18 meses de sua saída do Brasil. Por essa via, podemos supor que a sentença diferenciada para Claudionor Couto tem relação com as declarações, sob tortura, dos companheiros de militância, onde os indícios apontaram ter sido ele o articulador e peça fundamental para chegada de informações; para encontrar esconderijos insuspeitos a fim de se protegerem dos militares; como também providenciar munições. A análise desse processo permitiu percebermos o clima entre militares e militantes na Bahia, bem como a sanha daqueles policiais na caça dos que ousaram contrariar o governo. Dessa forma, é aquele contexto de prisões, torturas e desaparecimentos percebido por Claudionor Couto e que inviabilizou a sua permanência no Brasil.

No que concerne às preparações para a sua saída do país, ele foi se encontrar com o seu irmão, Pedro Couto, que estava acompanhado da esposa e filho para não levantar suspeita. Após os primeiros cumprimentos, Pedro Couto perguntou: “rapaz você está conseguindo dormir? Tem muita gente da polícia atrás de você! Fez-me entrega do dinheiro para comprar o meu passaporte, me desejou boa sorte e nos despedimos rapidamente” (COUTO, [s. d.], p. 53). Depois daquele encontro, ele só pôde rever o irmão novamente treze anos depois.

Com a ajuda Pedro Couto e um companheiro da organização, chamado Rafa, ele conseguiu uma nova documentação com o nome de Renato Lino de Souza, natural de Fortaleza-Ceará; filho de Marlene Lino de Souza e Francisco Amaro de Souza. Com dois anos a menos nas costas, homônimo de um primo próspero, comerciante, bem estabelecido na Rua Antônio Barros, Bairro de Tatuapé, cidade de São Paulo, “pessoa totalmente apolítico e bem situado financeiramente”.

De forma complementar, ele mudou também a aparência, penteando o cabelo para frente e tirou o bigode. O passo seguinte foi embarcar rumo ao exílio, num momento confuso e perigoso, pois toda a polícia estava na rua em decorrência do sequestro do embaixador alemão[120]. As buscas eram intensas, ruas cercadas por horas a fio. Claudionor Couto trajava paletó e gravata, calça e sapato social, com uma pasta de representante comercial. Depois de viajar para Porto Alegre, ele comprou passagem para Buenos Aires, na Argentina. Claudionor Couto demonstrou o seu medo quando pediram o passaporte, mesmo utilizando o nome de um empresário desconhecido pela polícia, ele temia ser descoberto e não ter a oportunidade de continuar em liberdade:

> Eu ia partir a caminho do exílio, abandonando muitos companheiros que não tiveram a mesma oportunidade de se desvincular dos seus perseguidores. Aqueles que sofreram as mazelas dos porões, que com o seu sangue alimentam a fome e a ira dos seus inquisidores. Abandonar a família, os amigos, as atividades, a pátria, mas nunca, renegando aos meus ideais (COUTO, [s. d.], p. 56).

[120] Esse sequestro, mencionado por Claudionor Couto, está vinculado ao grupo VPR, que fez mais uma ação sequestrando o embaixador alemão, Von Holleben, em troca de 40 presos políticos. Após intensas negociações, as reinvindicações foram atendidas e os prisioneiros foram enviados para Argélia. Anteriormente, no mês de setembro de l969, os militantes haviam sequestrado o embaixador americano, Charles Elbrick, e em troca conseguiram a libertação de 15 companheiros, que foram levados para o México. Mais tarde chegaria a vez de ser sequestrado o embaixador da Suíça, Giovani Bucher, obtendo-se em troca 70 presos políticos, que foram enviados ao Chile.

Na corrida para se manter livre, ele se estabeleceu no Chile e casou com Margarita Erika, com quem teve um filho, Ivan. Naquele país, ele cogitou participar da resistência pela continuidade de Salvador Allende na presidência, eleito pelas vias da legalidade, mas a burguesia, juntamente com as forças estadunidense, empreendeu luta contra o seu governo. Mesmo depois de um plebiscito, que reiterou a vontade do povo a favor da permanência de Allende no poder, seu governo foi derrubado. Com o golpe de Pinochet, Claudionor Couto ficou preso no Estádio Nacional, sendo libertado por uma Comissão das Nações Unidas. Ele ficou como asilado numa escola da Embaixada da Suíça e depois foi transferido para a França, Alemanha Oriental e Portugal. Após a Anistia[121] de 1979, enfim pôde retornar ao Brasil com documentos legais (PATTERSON, 2011).

Naquela ocasião, o estádio foi utilizado como uma espécie de prisão nos dois primeiros meses do regime de Pinochet. Ao todo, 40 mil pessoas passaram pelo local, com estimativa de 400 mortos. A obra *La cancha infame: a história da prisão política no Estádio Nacional do Chile*, do jornalista e historiador Maurício Brum, elucida que milhares de chilenos foram presos por conta de sua orientação política, sendo que mais de um terço dos detidos não tinham qualquer relação partidária. Como em outros países da América Latina, o governo militar perseguiu, sobretudo, supostos militantes dos partidos de esquerda. Conforme suas análises, do total de prisioneiros, 36% não tinham nenhuma relação com a militância. Ele destaca ainda, que muitos casos de violência psicológica foram reportados: militares davam tiros para o alto, simulando execuções (BRUM, 2017).

Sobre os dias em que ficou encarcerado no Estádio Nacional no Chile, Claudionor Couto explicou que foram momentos difíceis. A alimentação era limitada: “A qualidade de comida era irrisória, pela manhã um pequeno pão de 50 gramas,

[121] A Lei de Anistia foi o ápice de um processo de mobilização política, que começou em meados dos anos setenta, formado por militantes dos Direitos Humanos, ex-presos políticos, exilados, cassados, militantes de partidos democráticos, do movimento estudantil, etc., os quais se organizaram em movimentos sociais e associações civis, se destacando o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e o Comitê Brasileiro pela Anistia, com várias unidades estaduais, os quais foram ganhando apoio de diversas entidades da sociedade civil organizada. Em 28 de agosto de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei no 6.683/79, que concedeu Anistia nestes termos: “Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”. Cabe ressaltar, que existem várias discussões em torno da Lei de Anistia que mesmo a concebendo como um passo importante no processo de abertura política, discute também como estratégia para manutenção do governo militar (MIALHE; PARRA, 2012).

seco e duro, entre as 16 e 17 horas, lá apareciam com um grande tacho com uma sopa rala e mal cheirosa". Eles viviam também sob ameaças constantes, companheiros foram torturados e alguns fuzilados. Outra questão esteve relacionada à presença da Polícia Brasileira naquelas instalações, levando alguns instrumentos de tortura, como a máquina de dar choques e os aparatos para montagem do pau de arara. "Baixou o pau, vi um companheiro que, além de torturado, perdeu alguns dentes. Outro companheiro ficou três dias sem poder caminhar" (COUTO, [s. d.], p. 93).

No terceiro dia após a chegada da Polícia Brasileira naquele campo de concentração, uma representação do Alto Comissariado das Nações Unidas se fez presente para se inteirar das condições e tratamento dos prisioneiros. Os presos fizeram um relato dos maus tratos sofridos por parte dos policiais brasileiros e suas práticas de torturas, bem como denunciaram sobre a situação de fome que estavam sendo submetidos. Após analisar a situação, o chefe da delegação afirmou que, a partir daquele momento, todos os brasileiros que se encontravam naquelas instalações ficariam sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas e, em seguida, seriam encaminhados para um abrigo com proteção diplomática e, por último, expulsos e levados para outros Países.

Ainda no Estádio Nacional, Claudionor Couto foi chamado para interrogatório e, de acordo com seus registros, ele conseguiu sair pela tangente e driblar as investigações. Depois tiraram uma fotografia sua e informaram que ele seria libertado: "Epa!! Será que descobriram alguma coisa? Mas, de pronto recusei a oferta, informei que só deixaria aquele local com todo o grupo, conforme determinava o Alto Comissariado das Nações Unidas. Enfim me deixaram em paz" (COUTO, [s. d.], p. 94).

Assim, decorridos 33 dias de prisão, representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas, à frente de um comboio, retiraram Claudionor Couto e os outros brasileiros do campo de concentração do Estádio. Eles foram levados a um colégio, transformado em abrigo, onde, no alto de seu telhado, tremulava a bandeira da Suíça. Nesse espaço, vários representantes de embaixadas europeias passaram a visitá-los. Claudionor Couto decidiu escolher a França para morar: "Foi marcada a minha viagem com a família para o dia 19 de dezembro daquele ano." Era o ano de 1973 e, como já mencionado, após a Concessão de Anistia, Claudionor Couto retornou para o Brasil, em 1979.

Naquela conjuntura, a luta armada era o caminho que acreditavam ser factível para enfrentar os militares. No entanto, o tempo permitiu compreender que a postura do PCB, de não afastamento das massas, era mais viável. Outro ponto é sobre o "Foco Revolucionário", experiência cubana, que no Brasil, mesmo encontrando ressonância, não foi capaz de enfrentar a Força Militar Brasileira, possibilitando até mesmo um maior fechamento político e uma repressão mais dura e acirrada, que contribuiu para o desmantelamento de vários grupos e colocou um fim no sonho de liberdade, sobretudo, nos anos de 1968 a 1970. Em relação à luta armada, Amílcar Baiardi, a partir de um olhar revisado pelo distanciamento do tempo e as produções historiográficas do período da ditadura, profere seus sentimentos acerca das tais ações:

> Bom, minha avaliação hoje é que foi um grande equívoco, entende, um equívoco que levou à perpetuação, perpetuação não, mas a, a..., levou a que a ditadura durasse mais, mais do que se esperava, ou do que teria durado se não houvesse radicalização. Porque o que a luta armada fez foi instigar e fortalecer os grupos mais radicais de extrema direita que havia dentro das forças armadas. Demos de sobra argumentos a eles, entende? Então, se tivéssemos seguindo as recomendações do PCB, entende, lugar de luta armada, desde 1968, entende? Movimento de massa, entende? A sociedade civil denunciando a ditadura, denunciando os abusos. Talvez isso tivesse apressado o fim da ditadura, tivesse apressado. Eu tenho quase convicção. Hoje, dentro do remanescente do PCB há quem se proponha a contar esta história, mas eu acredito que... as resoluções do 6º Congresso do Partido Comunista Brasileiro foram as melhores, porque apontava nessa direção, ou seja, de uma resistência não armada e através da sociedade civil, porque a sociedade civil estava muito receptiva, muito receptiva, o que ficou demonstrado depois. Ficou amplamente demonstrado com o Movimento das Diretas e tudo mais. Então isso poderia ter se antecipado, então a luta armada. Agora, por outro lado, não havia muita saída na época, porque praticamente você não tinha nenhum canal para fazer política. Depois do AI-5, praticamente todos os canais foram... parlamento fechado, os partidos políticos extintos, depois é que eles permitiram a criação do MDB e da Arena. Então... mas era ter paciência, o correto era ter paciência e acumular forças para uma atuação junto da sociedade civil e não radicalizar, como nós fizemos. Um erro que custou muito a todos nós, mas a história é isso (BAIARDI, 77 anos, 2018).

Ao mesmo tempo em que Amílcar Baiardi evidencia os equívocos de optar pelas armas, que segundo ele, muniu de alguma forma os militares e prolongou a ditadura, ele também ressalta que, após o AI-5, os grupos de oposição ficaram sem alternativas de luta. Esse olhar dele sobre o prolongamento do governo militar por conta das organizações armadas é justificado, porque, na época, o governo

propagandeava que os militantes eram terroristas, ou seja, atacavam, sequestravam e desapropriavam, além de usar o discurso anticomunista, para justificar a permanência dos militares no comando do país.

Por outro prisma, é necessário evidenciar a importância da oposição armada como expressão de resistência e ideal de um país mais justo e possível. Certamente a coragem e luta dos guerrilheiros incomodaram o governo e os apoiadores do regime, contribuindo para que a sociedade passasse a enxergar as mazelas do período e se posicionasse a favor do Movimento pela Anistia, em meados da década de 1970, na luta pela democratização, culminando com o clamor por Diretas Já, nos anos de 1980. Numa perspectiva mais ampla, Daniel Aarão Reis Filho discute sobre o processo revolucionário para além da resistência imediata à ditadura militar, mas com um projeto de revolução socialista (REIS FILHO, 2004).

No tocante à trajetória de Claudionor Froes Couto para essa pesquisa, é possível afirmar que ela permitiu um olhar mais apurado e revelador sobre a luta armada na Bahia, ao evidenciar algumas ações no Estado, além das conexões com outros Estados e países. Um dos pontos de maior interesse dessa tese é demonstrar que os impactos da ditadura civil-militar não ficaram restritos aos grandes centros. Nesse sentido, vários trabalhos já explanaram sobre deposições, prisões, torturas, a experiência da clandestinidade e do exílio em várias cidades do Estado baiano. Os relatos de Claudionor Couto contribuíram sobremaneira para a compreensão das minúcias do processo guerrilheiro na Bahia, como: recrutamento de militantes e munições, orientações político/ideológica, divisões de setores estratégicos e a preparação para as ações armadas.

Destarte, a postura de Claudionor Couto como sujeito cauteloso, que lia sobre espionagem e driblava a repressão, conseguindo transportar militantes e armas de um lugar para o outro, fazer cobertura de ponto, usar sua Fazenda em São Miguel das Matas como espaço de refúgio e não ter sido alcançado pelos militares, nos impressionou. Sobre a habilidade de Claudionor, Amílcar Baiardi ressalta:

> Não, deu uma sorte extraordinária, inclusive o maior risco que ele correu, foi no Rio. Ele se tornou uma pessoa muito hábil e muito atento, entende? Houve um risco muito grande no Rio de Janeiro, onde ele tinha um ponto com uma pessoa que já foi levada ao ponto pela repressão e ele por intuição chegou muito mais cedo e aí ele viu de longe essa movimentação, e aí foi para o exilio entende? Então, conseguiu escapar (BAIARDI, 77 anos, 2018).

Desse modo, ele frisa a importância de Claudionor Couto para o grupo e fala sobre a sua formação intelectual e política. Conforme as palavras de Amílcar Baiardi, ele não tinha formação superior nem integrava o Movimento Estudantil, mas tinha alguma ligação com Luiz Pomponet Sampaio, que foi um dirigente da POLOP. Logo, essa ligação dele com a POLOP permitiu a sua aproximação com o grupo: “Ele era comerciante, mas era uma pessoa culta, entende? Uma espécie de autodidata, lia bastante sobre economia. Ele não era, digamos assim, uma pessoa desqualificada não, intelectualmente, ele tinha todo um esforço de autodidatismo” (BAIARDI, 77 anos, 2018).

A maioria, senão toda a historiografia que trata da luta armada, questiona sua aplicabilidade no contexto ditatorial. Cabe ressaltar que a principal divergência das organizações que romperam com o PCB foi a opção pela luta armada ao invés de mobilizar as massas, o que não significa dizer que esses grupos não utilizavam as duas alternativas. No entanto, a opção pelas armas era vista como um recurso extremista, mas muitos militantes a conceberam como única alternativa, sobretudo, nos idos de 1968 e 1969.

Claudionor Couto tem uma avaliação parecida com a de Baiardi sobre a militância armada, mas tanto no seu texto como no depoimento, ele parece acreditar que, com mais estratégia e compromisso com os ideais revolucionários, as organizações não se desarticulariam tão precocemente. Claudionor Couto falou com tristeza dos depoimentos dos companheiros após as prisões:

> Em São Miguel, Nemésio porque que caiu, todo mundo conhecia todo mundo, tem relatos deles mesmos eu não criei nada, esses relatos estão no grupo aqui de anistia da Bahia. Eu consegui em Brasília, no Exército de Brasília, tudo lá, eu dei aqui pra ele o arquivo deles, se alguém quiser fazer pesquisa vai lá. Então, o grande problema é isto, a pressa de aparecer, ah botou uma bomba ali, os terroristas, um absurdo, baste ler sobre e ver (COUTO, 79 anos, 2017).

Dos relatórios citados por Claudionor Couto, dois foram analisados nesse capítulo, o de Marie Russi e de Nemésio Garcia, ambos estão anexados na sua autobiografia. O texto de Claudionor, o de Rui Patterson e as entrevistas evidenciaram que o SNI cruzava esses depoimentos a outras fontes, no processo de prisão e desarticulação das organizações armadas.

Nessa perspectiva, a trajetória de Claudionor Couto permitiu analisarmos os versos e reversos da luta armada no Recôncavo Baiano. Os seus escritos e as

entrevistas possibilitaram desvelar as estratégias das organizações, sobretudo do COLINA e VAR-PALMARES no combate à ditadura e luta por garantia de liberdades. De forma complementar, rastreamos as ligações do Movimento Estudantil com a militância armada e como o ME precisou se reinventar e continuar resistindo. Nesse capítulo, Claudionor Froes Couto e a sua Fazenda Bom Jesus foram as peças centrais para evidenciarmos o papel de São Miguel das Matas como espaço de resistência às arbitrariedades do governo militar. A partir da Entrevista de Amílcar Baiardi, o município de Cruz das Almas foi revelado também como lugar fortalecido pelo ME, por conta dos estudantes da EAB, em oposição à ditadura. A experiência daqueles alunos favorecera empreender luta e resistência contra o desferimento do golpe civil-militar, em 1964, e no transcorrer da ditadura.

Assim, a esquerda armada na Bahia forjou na luta de muitos militantes a esperança de liberdade para reconquistar o direito do exercício democrático como cidadã e cidadão brasileiro. A militância de Claudionor Couto durante a ditadura e o papel desempenhado por ele evidenciam a relevância de direcionarmos nossas lentes para outros espaços e sujeitos na escrita da história e na luta pela permanência de uma memória plural, mas que deve seguir firme na busca por singularizar, através de experiências cotidianas, os desafios vivenciados pelos indivíduos em um determinado contexto histórico.

Por fim, as investigações, com base na trajetória de Claudionor Froes Couto, explicitam os impactos dos primeiros governos militares no interior, bem como evidenciam as estratégias e articulações dos sujeitos que resistiram e empreenderam luta. Essas atuações demarcam, portanto, a interiorização do golpe no Recôncavo Baiano, tomando como base as especificidades de atuação dos indivíduos no tempo e no espaço.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1964, com o golpe civil-militar desferido e a ditadura instalada no Brasil, muitos municípios foram impactados e sofreram redirecionamentos em sua dinâmica local, como vimos nas investigações sobre a interiorização do golpe de 1964 no Recôncavo Baiano, a partir de Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas e Cruz das Almas. Essas cidades não escaparam da sanha dos militares e civis golpistas que, ao derrubarem o governo de João Goulart, pretenderam dominar o país com a ideologia de Desenvolvimentismo Econômico e Segurança Nacional. Para tanto, eles encontraram apoio em parcelas da sociedade civil, oriundas dos setores médios ou classes médias e populares, com destaque para o empresariado que dominava uma grande fatia da economia do Estado brasileiro. Desde o processo de desestabilização do presidente João Goulart, aqueles setores se organizaram e resgataram os discursos moralistas, sustentados pela tríade Deus, Pátria e Família, que foram construídos no contexto da Guerra Fria e, portanto, no bojo das representações anticomunistas.

De fato, vários municípios brasileiros sentiram os impactos dos governos militares, porém a história de cada localidade singularizou a intervenção das Forças Armadas, que ocorreu conforme a trajetória sócio-política daqueles espaços, anterior aos anos de 1960. As mudanças foram sentidas e o modo de vida modificado, foi necessário falar mais baixo, olhar para o chão, não questionar, pois desde os idos de 1964, os cidadãos brasileiros precisaram se enquadrar no modelo autoritário, que não permitia a liberdade de expressão, até mesmo o direito de ir e vir foi cerceado pela repressão. Nesse sentido, Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas e Cruz das Almas, assim como outras cidades brasileiras sentiram o peso das mãos que perseguiram, prenderam, torturaram todos que se opuseram àquela conjuntura e vigiaram até mesmo os que marcharam e apoiaram o estabelecimento e a permanência duradoura de uma ditadura no país.

As investigações, através da história comparada por meio de um variado acervo documental e o expressivo uso de fontes memorialísticas, corroboram com a nossa tese no entendimento das semelhanças da recepção ao golpe nas Câmaras Municipais, como em vários setores da sociedade civil, com suas marchas e homenagens; e também sobre as estratégias da oposição e resistência àquela

conjuntura. Entretanto, as análises permitiram acompanhar as singularidades dos impactos sentidos a partir da trajetória de cada município anterior ao golpe.

Diferente de Cruz das Almas, que o prefeito Jorge Guerra renunciou por temer a cassação do seu mandato e consequente prisão, em Santo Antônio de Jesus, o prefeito José Trindade Lobo (UDN) se manteve no poder até o final do seu mandato. Ele administrou Santo Antônio de Jesus entre 7 de abril de 1963 e 7 de abril de 1967, sendo eleito novamente para o período entre 1 de fevereiro de 1971 e 31 de janeiro de 1973, pela ARENA 2, derrotando o empresário Aurino Leal Sales, candidato pela ARENA 1. Em São Miguel das Matas, Manoel Lemos Sandes, também eleito pela UDN, continuou no cargo, contudo, cabe registrar o fato dele ter sido o candidato indicado por Ademário Villas Boas, que no contexto da ditadura atuava como porta voz dos militares. O uso do comparatismo para essa pesquisa descortinou cenários sensíveis, porém alinhados às experiências construídas e vividas em cada realidade aqui investigada.

Para compreender a interiorização do golpe no Recôncavo Baiano, investigamos as construções sociopolíticas desses lugares, seus conflitos e entreveros. Todos os municípios pesquisados têm a sua história entrelaçada pelo domínio de terminadas famílias, que detinham o poder econômico e político local. Por conta da concentração de poder, a desigualdade era acentuada e as disputas eram esboçadas de diversas formas.

A história de Santo Antônio de Jesus, ligada ao desenvolvimento comercial, está atrelada à sua construção geográfica, vista como espaço de interligação entre os municípios vizinhos para o escoamento de mercadorias, além de ser cortada pela BR-101. Dado a essas características, no início da década de 1960, a cidade passou por diversas mudanças motivadas por uma “série de acontecimentos auspiciosos”, como o desenvolvimento econômico, baseado no comércio local. As investigações evidenciaram que essa perspectiva de crescimento culminou com o apoio do executivo e do legislativo local, além de outras parcelas da sociedade, ao primeiro governo militar do Marechal Castelo Branco. Por hora, ela foi caracterizada como uma cidade adesista, por ter seus anseios alinhados às práticas militares, mas outras vozes ecoaram e forjaram luta e resistência. Ezequias José de Almeida Sampaio, José Carneiro Neves, Geraldo da Bicicleta, Gonzalo Blanco Quesada, Olga Laert Quesada foram considerados, através das fontes, como sujeitos que não

se calaram e não perderam a crença em uma sociedade democrática, por isso, seus nomes integram os autos dos inquéritos como subversivos e desordeiros.

A história de São Miguel das Matas é marcada pelo domínio do PSD e da UDN, personificado por Ademário Villas Boas. O ambiente de intensas disputas, acentuado pelas desigualdades sociais de um povo que não encontrava amparo nos projetos políticos locais, abriu espaço para a atuação de uma igreja libertadora e atenta aos suplícios dos seus fiéis. Diante daquela realidade, a religião parecia o caminho possível para encontrar acalanto e tecer lutas por sobrevivência e garantia de direitos usurpados pelos mandatários locais. Aquela configuração desencadeou movimentos de oposição e resistência à ditadura civil-militar. No entanto, o confronto não se deu entre os políticos locais. A bandeira da resistência foi erguida, portanto, pelas mãos dos movimentos jacistas e pelo sindicato dos Trabalhadores Rurais, e essas mãos foram sustentadas e direcionadas pela vivência pastoral do Padre Gilberto Vaz Sampaio.

A cidade “Planalto” não fugiu à regra e tem a sua história marcada pelo domínio da Oligarquia dos Passos. Essa família tradicional dominou os diversos setores do município, a exemplo, do econômico e do político. Todavia, o cenário educacional, através da atuação do Movimento Estudantil secundarista e superior, reconfigurou aquele lugar. A luta da Frente Nacionalista de Cruz das Almas, associações e sindicatos, perpassados pelo ME polarizou a política local e o PTB conseguiu fazer diferença e redirecionar as disputas, como ficou expresso no pleito de 1962. Com a instalação da ditadura, os militares conceberam aquele município como campo fértil da subversão e montaram guarda na cidade. Os vereadores da Bancada Democrática Trabalhista não puderam mais voltar ao legislativo e o prefeito Jorge Guerra renunciou. Esse panorama provocou um rebuliço na cidade, com perseguições, prisões, torturas, além do assassinato de Eudaldo Gomes da Silva, no “Massacre da Chácara São Bento”. Mesmo sob o encalço dos militares, aqueles sujeitos reinventaram formas de luta e resistência, entraram para a clandestinidade, armaram-se como caminho possível frente à estrutura da repressão militar e conectaram seus anseios, como visto nas fontes, que demonstraram a ligação dos movimentos religiosos nos municípios do Recôncavo Baiano.

Sobre a resistência armada no interior baiano, seguimos alguns rastros a partir da trajetória de Claudionor Froes Couto. A luta de Claudionor Couto, que usou a sua fazenda em São Miguel das Matas como espaço de organização da

resistência armada, apareceu entrelaçada à militância de Amílcar Baiardi. Eles tiveram as suas bases no ME de Cruz das Almas, seguida da experiência em outras organizações como a POLOP, o COLINA e a VAR-PALMARES. Assim, a esquerda armada na Bahia, por meio da luta de muitos militantes, reafirmou o sonho de revolução, mesmo com as baixas sofridas e os diversos reverses, os combatentes mantiveram a certeza de que aprofundariam as condições revolucionárias. Contudo, esse projeto de revolução deu lugar a uma repressão tão traumática com as prisões, torturas e mortes, que teve como uma das consequências a reavaliação da experiência da luta armada por parte das organizações e de seus integrantes. A militância de Claudionor Couto durante a ditadura e o papel desempenhado por ele evidenciam a relevância de direcionarmos nossas lentes para outros espaços e sujeitos na escrita da história e na luta pela permanência de uma memória plural, mas que deve seguir firme na busca por singularizar, através de experiências cotidianas, os desafios vivenciados pelos indivíduos em um determinado contexto histórico.

A escolha em finalizar as investigações, sobre a interiorização do golpe de 1964 no Recôncavo Baiano, sustentada no estudo de uma trajetória, se deve à possibilidade de demonstrar, a partir da experiência de Claudionor Couto, as reverberações nos municípios, bem como as conexões entre as cidades e estados brasileiros em nome do ideal de liberdade. Nesse sentido, foi possível apreender como uma trajetória fala de si e do seu entorno. O processo de reconstituição de uma vida revela a complexidade de um indivíduo, alinhavada pelos acontecimentos que impactam a sua vivência e que também são impactados pelas suas escolhas. As análises permitiram observar grandes mudanças na vida das pessoas, como também minúcias, que às vezes se caracterizaram em apoio e sustentação aos governos militares, e muitas outras, como a atuação de Claudionor e seus companheiros, em oposição e resistência ao contexto ditatorial, porque uma trajetória não revela apenas sobre si, mas também os contextos experienciados.

Ao finalizar essa pesquisa, as semelhanças e diferenças referentes aos impactos do golpe de 1964 e dos primeiros anos ditatoriais em Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas e Cruz das Almas e a sua interiorização no Recôncavo Baiano ficaram explícitos. Percebemos as relações de força e poder em todos os âmbitos pesquisados. Os conflitos se estabeleceram não só nas esferas institucionais, mas nos diversos setores sociais, que defenderam o projeto ditatorial,

se opuseram, ou até mesmo se acomodaram ou foram condizentes com a política estabelecida.

As investigações demonstraram a viabilidade e relevância em redirecionar nossas lentes para sujeitos e espaços que ainda não encontraram lugar na historiografia, mas que tem muito a revelar sobre períodos difíceis e sensíveis da nossa história, a exemplo da ditadura. O anseio por pesquisar essas cidades, e consequentemente alguns sujeitos que as integram, possibilitou uma percepção mais acurada sobre os impactos das decisões no dia a dia das pessoas e de como os indivíduos se reinventam em nome de um ideal para sustentar um modelo social.

A experiência adquirida a partir das análises demonstra os nossos problemas estruturais, atravessados pela necessidade de uma educação que forme o sujeito para a autonomia e a liberdade. Os caminhos escolhidos pelos indivíduos desta pesquisa dizem muito sobre o ideal de Nação e se esse ideal está atrelado aos anseios pessoais ou ao desejo de uma sociedade que garanta com equidade os direitos de todos.

Nos fios dessas investigações, há muito para compreender sobre a interiorização do golpe de 1964 e dos primeiros anos ditatoriais na Bahia e no Recôncavo Baiano. As fontes sinalizaram a possibilidade de estudos sobre os comportamentos sociais, sem tomar como referência principal os polos mais visíveis. Além da relevância em investigar mais detidamente os movimentos sociais desses municípios, ou concentrar as análises nas instituições políticas. Outro caminho possível e necessário seria uma análise mais apurada fora do eixo adesão/oposição para melhor compreender a acomodação de alguns setores sociais, assim como a relevância de pesquisar a interiorização do golpe a partir de outros municípios do Recôncavo Baiano.

Em síntese, o comparatismo entre as três cidades evidenciou as semelhanças e as singularidades na interiorização do golpe de 1964 no Recôncavo Baiano, suas estratégias, adesões e oposições entre os anos de 1962-1970. O uso diversificado de documentações e a expressiva utilização das fontes memorialísticas revelaram minúcias e tramas dos impactos do período ditatorial nos municípios e de como os sujeitos se comportaram e vivenciaram aquela conjuntura. A experiência em trabalhar a partir do cruzamento de um variado acervo documental e a tentativa de não hierarquizar esses indícios reiteram a importância de perceber as relações de poder a partir de lugares e experiências distintas, além de apontar diversas

possibilidades de pesquisas futuras, que intencionem pensar na última ditadura brasileira como um fenômeno amplo, deslocando os estudos da capital para o interior, ou ainda, das regiões mais ricas para as mais pobres do país. As relações de poder macro e micro são possíveis de serem entrelaçadas nas tramas que articulam comportamentos sociais diversos. Temos muito o que avançar na consolidação de estudos sobre os homens comuns, que passaram pela cultura do medo, imbricados em silenciamentos, autocensura, perdas econômicas e emocionais. Por fim, creditamos à pesquisa aqui desenvolvida um primeiro esforço de compreensão e desejamos um alargamento de novas fontes e problemáticas, que avancem no entendimento do nosso passado recente que ainda não passou.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. Trabalho apresentado à mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”. *In:* SEMINÁRIO De HISTÓRIA ORAL, 2, 19 a 20 de setembro de 1996, Belo Horizonte. Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas gerais (UFMG). Belo Horizonte: UFMG, 1996.

ALMEIDA, Luciane Silva de. *“O Comunismo é o ópio do povo”*: Representações dos Batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia, (1963-1975). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, 2010.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).* Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1964.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Clandestinos e revolucionários: Como era a vida daqueles que militavam contra a ditadura? Quais foram os efeitos daquele período? *Carta Capital*, 10 abr. 2014. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/clandestinos-e-revolucionarios-6270.html. Acesso em: 28 jul. 2018.

ARAÚJO, de Roberto Célio. *O voto, o terço e as armas:* Atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964. Dissertação (Mestrado em História Social) –Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BAHIA. *Guia Cultural da Bahia:* Recôncavo. 1º Mapeamento Cultural da Bahia. Secretaria da Cultura e Turismo, Coordenação de Cultura. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1997. v. 2.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENEVIDES. Maria Victória. *A UDN e o Udenismo:* Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. Aventuras estudantis em tempos de opressão e fuzis. *In:* ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura militar na Bahia:* novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: Edufba, 2009.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. 8. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da Memória e da Biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma Vida (1874-1940). *In:* BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.). *Memória e (res)sentimento:* indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004. p. 283-308.

BRITO, Antônio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma história do Movimento Estudantil na Ufba (1964- 1969).* Salvador: Edufba, 2016.

_____. O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

_____. *Capítulos de uma história do Movimento Estudantil na Ufba* (1964- 1969). Salvador: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2003.

BRUM, Maurício. *La cancha infame:* a história da prisão política no Estádio Nacional do Chile. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BURDICK, John. *Procurando Deus no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CALDAS, Mayra Sara Teixeira. *Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio:* uma importante liderança na construção político social no Recôncavo Sul Baiano 1952-2008. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2012.

CARDOSO, Célia Costa. Governo Castelo Branco, Contragolpe e Frente Ampla nas Memórias de Militares e Civis (Brasil: 1964-68). *Perseu: história, memória e política*, v. 8, p. 71-88, 2014. Especial.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctos Pérez. *Os métodos da História*: introdução aos problemas, métodos e técnicas da História Demográfica, Econômica e Social. São Paulo: Edições Graal, 1979.

CARDOSO, Lucileide Costa. *1968, Memória e esquecimento:* como recordar a Bahia? *In:* NUNES, Paulo Giovani Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). *Utopia e Repressão:* 1968 no Brasil. Salvador: Sagga, 2018.

_____. Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil. *Revista da FLUP Porto*, IV Série, v. 4, p. 33-49, 2014.

_____. *Criações da memória:* defensores e críticos da ditadura (1964-985). Cruz das Almas / BA: UFRB, 2012.

_____. Entre o movimento estudantil e a luta armada: Eudaldo Gomes da Silva e o “Massacre da Chácara São Bento” (1960/1970). *História Oral*, v. 15, n. 2, p.193-216, jul./dez. 2012.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento.* Brasil: JK-JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Tom. *O cofre do Dr. Rui*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: A POLOP, o golpe e a ditadura militar. *Contenciosa*, Dossiê Ditadura Militar no Brasil, ano VI, n. 8, 2018. ISSN 2347-0011

CONCÍLIO VATICANO II. *Compendio do Vaticano II:* Constituições, decretos, declarações. Pacto das Catacumbas. Petrópolis: Vozes, 1966. p. 526-528. v. 5.

CORDEIRO, Janaína Martins. Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972. *Confluenze,* Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna, v. 4, n. 2, p. 82-102, 2012. ISSN 2036-0967.

CORRÊA, Diego Carvalho. *O futuro do passado:* Uma cidade para o progresso e, o progresso para a cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, 2009.

COSTA, Cléria Botelho da. *A escuta do outro:* os dilemas da interpretação. História Oral. v. 17, n. 2, p. 47-67, jul./dez. 2014.

CZAJKA, Rodrigo. “A luta pela cultura”: Intelectuais comunistas e o IPM do PCB. *In:* NAPOLITANO, Marcos; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; CZAJKA, Rodrigo. *Comunistas Brasileiros:* cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: EDUFMG, 2013. p. 231-250.

D’ARAÚJO, Maria Celina. Raízes do Golpe: ascensão e queda do PTB. *In:* D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *21 Anos de Regime Militar:* Balanços e Perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon (Org.). *Visões do Golpe:* a memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma:* A política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. *In:* DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.) *O tempo da experiência democrática:* da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *PTB:* do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. (1960-1970). *In:* DELGADO, Lucília de Almeida Neves;

FERREIRA, Jorge; (Org.) *O tempo da ditadura:* regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o Incomparável.* Aparecida/São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

DIAS, Benedito Reginaldo. Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 8, n. 1, p. 155-181, jan./jun. 2012. Disponível em: file:///C:/Users/TIANE/Downloads/Dialnet-SentidosPoliticosDaToponimiaUrbana-5703146.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

DIAS, José Alves. *Rumo ao palácio:* as estratégias de dominação do espaço político na Bahia durante a ditadura. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2016.

_____. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista. *In:* ZACHARIADLES, Grimaldo Carneiro (Org.). *Ditadura Militar na Bahia:* novos olhares, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. As estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1983). *In: Anais das Jornadas de 2007.* Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *1964:* a conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). *In:* DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O tempo da ditadura:* regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano:* a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão.* São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda, 1982.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964*: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. Um capítulo não escrito da história do comunismo brasileiro: a trajetória e a função da Revista Internacional (problemas da paz e do socialismo) no período: 1958-1990. *In:* SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Capítulos de uma história dos comunistas no Brasil*. Salvador: Edufba, 2016.

_____. *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia***.** Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2004.

FERREIRA, Rafael Leite. *Uma flor fura o asfalto:* o MDB em Pernambuco (1965-1979). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife, 2018.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. *In:* MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). *O golpe e a ditadura militar:* 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004a.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n.47, 2004b.

_____. *Como eles agiam.* Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, Record, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil. *In:* ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (ANPEC), 36, Salvador, Bahia, 9-12 dez. 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula; THOMSON, Alistair. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha; SILVA, Shirlene Linny da. A questão do acesso aos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de Minas Gerais numa abordagem multidimensional. *Perspectivas em Ciência da Informação,* v. 14, número especial, p. 105-119, 2009.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas.* A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática S. A., 1987.

GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório:* Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. *In:* MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). *O golpe e a ditadura militar:* 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004.

GUIMARÃES, Ary. Partidos e Comportamento Eleitoral em 1978. *In.:* FLEISCHER, David Verge (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.

GULLAR, Ferreira. *Poesia completa, teatro e prosa.* Org. e prefácio de Antônio Carlos Secchin. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

_____. *A Memória Coletiva.* São Paulo: Vértice / Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas*: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

INFÂNCIA Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014

JACOBINA, André Teixeira. *Clivagens Partidárias:* ARENA e MDB em tempos de distensão (1974-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2010.

JOFFILY, Mariana. *No Centro da Engrenagem:* Os Interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo, 1969-1975. São Paulo: Edusp, 2013.

JOSÉ, Emiliano. *Galeria F:* Lembranças do mar cinzento. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. Lamarca: o capitão da guerrilha. 17.ed. São Paulo: Global, 2015.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

KINZO, Maria D'Alva Gil. O Legado Oposicionista do MDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. *In:* SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO Maria Celina (Org.). *21 Anos de Regime Militar*: Balanços e Perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

LAFER, Celso. *O Sistema Político Brasileiro:* estrutura e processo. São Paulo: Perspectiva. 1978.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. *In: História e Memória.* São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*: de Rousseau à Internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, Thiago Machado de. *Entre a política e a religião:* O golpe civil-militar de 1964, na cidade de Esplanada, Bahia. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MIALHE, Jorge Luís; PARRA, Jorge Barrientos. Lei de Anistia: Comentários à sentença do Supremo Tribunal Federal no caso da ADPF 153. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 49, n. 194, abr./jun. 2012.

MICELI, Sérgio. Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós-1930. *In:* Fausto, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III. *O Brasil Republicano*: Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1986.

MIRANDA, Cristian Barreto de. *Rebuliço no coreto:* conflitos entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2012.

MOTA, Cristiane Lopes da. *O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus*. Salvador: Sagga, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar:* cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Em Guarda contra o perigo vermelho:* o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. *Partido e Sociedade:* a trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil:* do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura Militar e Crescimento Econômico: A Redundância Autoritária. *In:* REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *O golpe e a ditadura militar:* 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004.

OLIVEIRA, Heber José Fernandes de. *O Movimento de Luta Nacionalista em Cruz das Almas–Recôncavo Baiano* (1957-1964). Dissertação (Mestrado em História

Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2013.

PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve:* O Nordeste do Brasil, 1955-1964. Tradução de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Copyright, 1972.

PASSERINE Luisa. A ética da memória europeia: o que deve ser feito? *In:* LOFF Manuel, SOUTELO Luciana; PIEDADE Filipe. *Ditaduras e Revolução:* Democracia e políticas da memória. Coimbra: Almedina. 2014.

PASSOS, Mauro. *Depois do Dilúvio a bonança*: O movimento político-religioso em Belo Horizonte na década de 1970. Religião e política na modernidade. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), [s. d.]. Disponível em: https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/simposioteologia/pdf/Mauro%20Passos.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PROST, Antoine. Como a História faz o historiador? *Anos 90*, Porto Alegre, n. 14, dez. 2000.

QUADROS, Edilma Oliveira Souza. *Transformações na cidade*: Vivências Urbanas em Santo Antônio de Jesus: 1950-1970. 2009. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro*: Os Comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Ditadura e sociedade, as reconstruções da memória. *In:* REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar:* 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EdUSC, 2004.

REMOND, René*. Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e Mitificação da Resistência Armada contra a Ditadura. *In:* REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar:* 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EdUSC, 2004.

_____. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. *Não calo, grito*: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

_____. O comunismo e outros perigos: memórias sobre o medo entre católicos. *Revista História Oral*, v. 10, n. 2, 2009.

_____. *O diabo é vermelho:* imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974. *In:* MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. *Por uma Revisão Crítica*: Ditadura e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Sagga, 2021.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários:* legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 3 v.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

SANTANA, Charles D' Almeida. As filarmônicas e a Música urbana no Recôncavo. *In:* CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington; LEAL, Maria das Graças de Andrade; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira (Org.). *Capítulos de uma história da Bahia:* Novos enfoques novas abordagens. São Paulo: Annablume, 2009.

SANTANA, Cristiane Soares de. Notas sobre a história da Ação popular na Bahia (1962-1973). *In:* ZACHARIADLES, Grimaldo Carneiro (Org.). *Ditadura Militar na Bahia:* novos olhares, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTANA, Ediane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango: as 'donas' saem às ruas! *In:* ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura militar na Bahia:* novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: Edufba, 2009.

SANTOS, Miguel Cerqueira dos; SANTOS, Maria Gonçalves Conceição. Riscos ambientais e juventude no recôncavo baiano. *In:* CORREIA, Sandro dos Santos; ESTEVAM, André Luiz Dantas; SANTOS, Elba Medeiros Punski dos (Orgs.). *Recôncavo Baiano:* Trajetórias e dinâmicas territoriais. Salvador: Assembleia Legislativa, 2015.

_____. *O dinamismo urbano e suas implicações regionais:* o exemplo de Santo Antônio de Jesus, BA. Salvador: Ed. UNEB, 2002.

SANTOS. Soanne Cristino Almeida dos. *Nacionalismo de Esquerda:* Frente de Mobilização popular em Una (1963-1965). 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2010.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado:* cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Marcas da Clandestinidade: Memórias da Ditadura Militar Brasileira. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009

SELIGMAN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. *In:* SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *História, Memória, literatura.* O testemunho na era das catástrofes. Campinas: UNICAMP, 2004.

SILVA, Paulo Santos*. Âncoras de Tradição:* luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 -1949). Salvador: EDUFBA, 2011.

SINGER, Paul. *A crise do milagre:* interpretação crítica da economia brasileira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil:* de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964. Apresentação de Francisco de Assis. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. *Lei e Costume:* Experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. *Lei e costume:* experiências de trabalhadores na justiça do trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estados e Partidos Políticos no Brasil* (1930-1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. *Revista de Cultura Teológica*, v. 14, n. 55, abr./jun. 2006. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226. Acesso em: 25 abr. 2020.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Ousar lutar, ousar vencer*: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: Edufba, 2013.

TAVARES, Flávio. *1961:* o golpe derrotado. Luzes e sobras do movimento da legalidade. Porto Alegre: L&PM, 2011.

TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Escrita autobiográfica e construção subjetiva. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2013.

THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informações e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, número especial, p. 06-22, jan./mar. 2019.

TIERRA, Pedro. *A palavra contra o muro = Zeit der Widrigkeiten.* Tradução/übertragem von Curt Meyer-Clason e Sarita Brandt. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

TRAVERSO, Enzo. Memórias europeias. Perspectivas emaranhadas. *In:* LOFF Manuel, SOUTELO Luciana; PIEDADE Filipe. *Ditaduras e Revolução:* Democracia e políticas da memória. Coimbra: Almedina, 2014.

VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo*: Bahia (1942-1947). 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

ZANLOCHI, Terezinha. *Mulheres Leigas na Igreja de Cristo.* Bauru, SP: EDUSC, 2001.

FONTES ESCRITAS

- **Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus (APMSAJ)**

PETIÇÃO de *Habeas Corpus* de 1976. Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus, Bahia, 1976.

PETIÇÃO de *Habeas Corpus* de 1970. Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus, Bahia, 1970.

PROCESSO crime de 1970. Santo Antônio de Jesus: Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus, 28 out. 1970.

- **Atas da Câmara Municipal de Vereadores**

CRUZ DAS ALMAS. *Ata da 13ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* realizada em 2 de junho de 1964. Cruz das Almas, 1964a.

_____. *Ata sessão ordinária da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* com o fim especial de tomar conhecimento da renúncia do prefeito Jorge Guerra e a escolha do novo prefeito, realizada em 15 de maio de 1964. Cruz das Almas, 1964b.

_____. *Ata da 8ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* realizada em 12 de maio de 1964. Cruz das Almas, 1964c.

_____. *Ata da 4ª sessão extraordinária da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* realizada em 06 de maio de 1964. Cruz das Almas, 1964d.

_____. *Ata da 5ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* realizada em 28 de abril de 1964. Cruz das Almas, 1964e.

_____. *Ata da 4ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* realizada em 23 de abril de 1964. Cruz das Almas, 1964f.

_____. *Ata da 1ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* realizada em 09 de abril de 1964. Cruz das Almas, 1964g.

_____. *Ata da Sessão de Reabertura da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* realizada em 7 de abril de 1964. Cruz das Almas, 1964h.

_____. *Ata da 6ª Sessão Ordinária,* realizada em 07 de novembro de 1963. Cruz das Almas, 1963a.

_____. *Ata da 4ª Sessão Ordinária* realizada em 31 de outubro de 1963. Cruz das Almas, 1963b.

_____. *Ata da 2ª Sessão Ordinária,* realizada em 14 de outubro de 1963. Cruz das Almas, 1963c.

_____. *Ata da 9ª Sessão Ordinária,* realizada em 03 de junho de 1963. Cruz das Almas, 1963d.

_____. *Ata da Sessão Especial de Posse da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* realizada em 07 de abril de 1963. Cruz das Almas, 1963e.

_____. *Ata da Primeira Sessão Solene de Instalação da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* munícipio do Estado da Bahia, realizada em 07 de abril de 1963. Cruz das Almas, 1963f.

_____. *Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* realizada em 13 de dezembro de 1962. Cruz das Almas, 1962.

_____. *Ata da 12ª Sessão Ordinária,* realizada em 30 de novembro de 1961. Cruz das Almas, 1961a.

_____. *Ata da 3ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cruz das Almas,* realizada em 19 de outubro de 1961. Cruz das Almas, 1961b.

_____. *Ata da Sessão Solene em Comemoração ao 64º Aniversário de Emancipação Política do Município de Cruz das Almas,* de 1961. Cruz das Almas, 1961.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS. *Ata da 6ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo (8ª do ano, 34ª de Legislatura), da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus*, Estado Federado da Bahia, realizada no ano de 1970. Santo Antônio de Jesus, 1970.

_____. *Ata da Sessão de Encerramento do segundo período Legislativo da Câmara de Vereadores da Cidade de Santo Antônio de Jesus,* no ano de 1969. Santo Antônio de Jesus, 1969a.

_____. *Ata da 6ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores da Cidade de Santo Antônio de Jesus no 2º período de 1969.* Santo Antônio de Jesus, 1969b.

_____. *Ata da 4ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus referente ao 1º período de 1969.* Santo Antônio de Jesus, 1969c.

_____. *Ata da 2ª Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus,* referente ao exercício de 1969. Santo Antônio de Jesus, 1969d.

_____. *Ata da 1ª Sessão Ordinária do 2º Período Legislativo da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus,* referente ao exercício de 1969. Santo Antônio de Jesus, 1969e.

_____. *Ata da 1ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus,* referente ao exercício de 1969. Santo Antônio de Jesus, 1969f.

_____. *Ata da 4ª Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara de Vereadores do Munícipio de Santo Antônio de Jesus,* referente ao exercício de 1968. Santo Antônio de Jesus, 1968.

_____. *Ata da 2ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus,* referente ao exercício de 1967. Santo Antônio de Jesus, 1967.

_____. *Ata da 1ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus,* referente ao exercício de 1966. Santo Antônio de Jesus, 1966.

_____. *Ata da sessão de instalação do primeiro período legislativo da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus,* 1964. Santo Antônio de Jesus, 1964a.

_____. *Atas da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus,* junho de 1964b. (Esse livro de atas estava queimado, por isso não consegui a informação completa).

_____. *Ata da 4ª Sessão Ordinária, do Primeiro Período Legislativo, da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus,* 27 de maio de 1964. Santo Antônio de Jesus, 1964c.

_____. *Ata da Sessão Especial da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Jesus,* realizada em 21 de maio de 1964. Santo Antônio de Jesus, 1964d.

_____. *Ata da Sessão Solene para a Posse do Exmo. Prefeito Municipal de Santo Antônio de Jesus, José Trindade Lobo, Eleito no Pleito de 07 de outubro de 1962,* realizada na primeira sessão ordinária da Câmara de Vereadores do município de Santo Antônio de Jesus, em 14 de abril de 1963. Santo Antônio de Jesus, 1963a.

_____. *Ata da Sessão Solene para a Posse dos Vereadores Eleitos no Pleito de 07 de outubro de 1962 e Eleição da Mesa,* realizada em 07 de abril de 1963. Santo Antônio de Jesus, 1963b.

_____. *Ata da 6ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Santo Antônio de Jesus,* realizada em 09 de junho de 1960. Santo Antônio de Jesus, 1960.

_____. FICHA de Assentamento Individual de Vereador da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus, Bahia (1947-1981).

SÃO MIGUEL DAS MATAS. *Ata da Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia,* realizada 05 de maio de 1967. São Miguel das Matas, 1967.

_____. *Ata da Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia,* realizada em 07 de abril de 1964. São Miguel das Matas, 1964.

_____. *Ata da 1ª Sessão Solene de instalação da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia,* realizada em 07 de abril de 1963. São Miguel das Matas, 1963a.

_____. *Ata da 1ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia,* realizada em 02 de abril de 1963. São Miguel das Matas, 1963b.

_____. *Ata da Primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia,* realizada em 05 de setembro de 1962. São Miguel das Matas, 1962.

_____. *Ata da Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia,* realizada em 07 de abril de 1961. São Miguel das Matas, 1961.

- **Jornais e Periódicos**

A BAHIA está crescendo com paz, trabalho e confiança. *Jornal da Bahia*, Salvador, 17 dez.1970.

A TARDE. Salvador, Bahia, mar. 1966.

ABSTENÇÃO no pleito preocupa candidatos. *Jornal da Bahia*, Salvador, 17 nov. 1970.

ARENA briga no Interior e aumentam pedidos de tropas. *Jornal A Tarde*, Salvador, 06 nov. 1970.

MDB toca diretórios. Jornal *Tribuna da Bahia*, Salvador, 5 nov. 1969. 1º Caderno.

O ALVITRE. Nazaré, Bahia, 1973.

O ALVITRE. Jornal local. Nazaré, Bahia, 05 jul. 1972

O ALVITRE. Nazaré, Bahia, 25 fev. 1972.

POLÍTICA Nacional. Jornal *Tribuna da Bahia*, Salvador, 5 nov. 1969. 1º Caderno.

- **Livros de Memórias, Documentários e Relato Escrito**

15 FILHOS. Direção de Maria Oliveira e Marta Nehring. [*S. l.: s. n.*], 1996. Documentário, (20 min), P & B.

COSTA, Alex Andrade. *História e Memória da Administração Pública Municipal de Santo Antônio de Jesus.* Secretaria Municipal de Educação. Santo Antônio de Jesus, 2012.

COUTO, Claudionor Froes. *O dedo do Padre e a Ditadura Militar.* [*S. l.*: *s. n.*, s. d.].

CRUZ, Marialva. 75 anos. Relato escrito por Marialva Cruz e entregue à autora em março de 2013. Professora aposentada e esposa de Geraldo Martins Santos, conhecido popularmente como Geraldo da Bicicleta, preso político em 1964. Depoimento concedido em: mar. 2013.

CUNHA, Mario Pinto da. *Aquarela de Cruz das Almas.* Salvador: Anais cruzalmenses, 1983.

MENEZES, Durval Lemos. *A República dos Miguelenses*. Vitória da Conquista, Bahia: [*s. n.*], 2016.

OLIVEIRA, Emanoel Castro. *Cartografia da Memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

PATTERSON, Rui. *Quem samba fica:* memórias de um ex-guerrilheiro. Salvador: EGBA, 2011.

PROCESSO da Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar: Exército, Marinha e Aeronáutica. Processo número 1/70. 1970. *In:* COUTO, Claudionor Froes. *O dedo do Padre e a Ditadura Militar.* [*S. l.*: *s. n.*, s. d.]

QUEIROZ, Fernando Pinto de. *A capela do padre Matheus*. Feira de Santana, Bahia: Sagra, 1995.

SAMPAIO, Gilberto Vaz. *Emancipação de Varzedo: Quatro Anos de Luta* (2007). [*S. l.*: *s. n.*, s. . d.].

_____. *Paróquia de São Miguel Arcanjo*: Antes da criação da Diocese de Amargosa (1802-1942). [*S. l.*: *s. n.*, s. d.].

_____. *Se você não conhece as suas origens (sua história) não terá sabedoria para conhecer a história da humanidade*. [*S. l.*: *s. n.*, s. d.].

SANTANA, Alino Matta. *O Livro do Centenário:* marcos do progresso de Cruz das Almas (1897-1997). Cruz das Almas, Bahia: Prefeitura Municipal, 1997. Edição Especial: Centenário de Cruz das Almas.

SANTANA, Alino Matta. *Das Minhas Raízes*. Salvador: Contemp, 1982.

SOUZA, Lauro. *Memórias da ditadura em Santo Antônio de Jesus.* 2012. Documentário apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Campus V da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2012.

VALADÃO, Hélio. *Santo Antônio de Jesus, Sua Gente e Suas Origens.* Santo Antônio de Jesus: [*s. n.*], 2005.

VILAS BOAS, Ismar Araújo. *O livro do Tombo:* A história de São Miguel das Matas e do seu povo. [*S. l.*: *s. n.*, s. d.].

- **Sites**

AS MULHERES e o sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras da indústria do fumo. 2020. Disponível em: https://almanaquecruzalmense.com/2020/10/01/as-mulheres-no-sindicato-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-da-industria-do-fumo/. Acesso em: 05 nov. 2021.

ATIVIDADES do Clero. Relatório de viagem de Agente, referente às atividades do Clero da Cidade de são Miguel das Matas - BA. DPF/BA, NASF/SNI, 1970. Disponível em: pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado_SIAN.asp?v_CodReferencia_id=1975305&v_aba=1. Acesso em: 21 dez. 2020

AUGUSTO Álvares da Silva. Biografia. *In: Wikipédia:* A Enciclopédia Livre. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_%C3%81lvaro_da_Silva. Acesso em: 14 nov. 2021

BANDEIRA RAMOS, José Alberto. Difusão: ARJ e AC/SNI, 1971. Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado_SIAN.asp?v_CodReferencia_id=1820456&v_aba=1. Acesso em: 12 já. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Apelante:* José Alberto Bandeira Ramos, condenado a dois anos e seis meses de detenção, incurso nos artigos 33, incisos I e IV e 36, Lei314/67 c/c o artigo 79 do CPH. Apelado: A sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª CIM, de 14 de fevereiro de 1970a. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_04&PagFis=73469&. Acesso em: 14 jan. 2021.

_____. Superior Tribunal Militar - *Termo de Inquirição de Testemunha.* 1970b. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_04&PagFis=73469&. Acesso em: 14 jan. 2021. p. 691-692

CARTA. Padre Gilberto Vaz Sampaio. São Miguel das Matas – Bahia. ACE Nº 3191/ASV/76 – 2º DN – 6ª RM – COMCOS – SR/DPF/BA – SSP/BA, 1977. Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado_SIAN.asp?v_CodReferencia_id=1974776&v_aba=1. Consultado em: 23 de dezembro de 2020

DESPACHO. IPM, 709. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1964. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=116553&Pesq=emerita+andrade+ramos. Acesso em: 17 maio 2021.

DITADURA militar em Cruz das Almas. 2016. Disponível em: https://almanaquecruzalmense.com/2016/08/18/a-ditadura-militar-em-cruz-das-almas-e-o-nacionalismo/. Acesso em: 05 nov. 2021.

EUDALDO Gomes da Silva. *In:* BINGRE, Edisandro Barbosa. *Blog Almanaque Cruzalmense*. Cruz das Almas/Bahia, 2020. Disponível em: https://almanaquecruzalmense.com/2020/05/08/eudaldo-gomes-da-silva/. Acesso em: 14 jun. 2021.

GANDRA, Alana. Aos 60 anos, Petrobras é exemplo de política desenvolvimentista da década de 50. *Agência Brasil*, Brasília, 2013. Disponível em: https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/10/aos-60-anos-petrobras-e-exemplo-de-politica-desenvolvimentista-da-decada-de. Acesso em: 10 nov. 2021.

HISTÓRIA da Cidade. Disponível em: http://www.mma.com.br/mma3/?open=saj_hist. Acesso em: 18 jul. 2012

MUNICÍPIO de Amargosa. Site Cidade Brasil, 2021. Disponível em: http:// https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-amargosa.html. Acesso em: 18 jan. 2021.

O CLUBE da Mães Pobres. *In:* BINGRE, Edisandro Barbosa. *Blog Almanaque Cruzalmense*. Cruz das Almas/Bahia, 07 abr. 2019. Disponível em: https://almanaquecruzalmense.com/2020/09/26/o-clube-das-maes/. Acesso em: 14 jun. 2021.

PINTO FILHO, Renato Passos da Silva. A Cruz da Matriz. *In:* BINGRE, Edisandro Barbosa. *Blog Almanaque Cruzalmense*. Cruz das Almas/Bahia, 07 abr. 2019. Disponível em: https://almanaquecruzalmense.wordpress.com/2019/04/07/a-cruz-da-matriz/. Acesso em: 27 maio 2019.

RELATÓRIO de Sindicância (Santo Antônio de Jesus/Bahia). Of. nº 106/ CONF/NASF/SNI/70. IV EX. – DPF/BA – NASF/SNI – 2º DN – COMCOS – PMBA. Origem 6ª RM – Movimento Subversivo em Santo Antônio de Jesus. Salvador

/Bahia, 16 de setembro de 1970. Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado_SIAN.asp?v_CodReferencia_id=1974842&v_aba=. Acesso em: 22 dez. 2020.

SANTOS, Marieta Aquino dos. Entrevista realizada por João Neto. Contexto político de São Miguel das Matas. 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DhxlA-6wu4Q. Acesso em: 16 jun. 2017.

SNI – Serviço Nacional de Informações, Agência de Salvador. Ofício n. 679/03/CONF/ASV/SNI/73. Assunto: Carlos Alberto Oliveira dos Santos. "Betinho", 1973. Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado_SIAN.asp?v_CodReferencia_id=1973716&v_aba=1. Acesso em: 21 set. 2021.

SCHREIBER, Mariana. *Oito descobertas da Comissão da Verdade*, 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140328_comissao_verdade_ms. Acesso em: 03 nov. 2021.

TORTURADORES de A a Z. Hemetério Chaves Filho. Capitão da Infantaria do Exército, servia em Salvador-Bahia (1971). Por B., 12 jan. 2010. Disponível em: https://biakushnir.wordpress.com/2010/01/12/pequena-lista-para-ser-lembrada-neste-momento/. Acesso em: 09 jul. 2018.

UM POUCO sobre a história da Rodovia "Bar 101" ou "Rio-Santos", 2011. Disponível em: http://ubatubense.blogspot.com/2011/07/um-pouco-sobre-historia-da-rodovia-bar.html. Acesso em: 18 out. 2018.

- **Sites: verbetes**

ABREU, Alzira Alves de. Comando de Libertação Nacional (COLINA). *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-de-libertacao-nacional-colina. Acesso em: 05 mar. 2017.

ARAÚJO NETO, Gorgônio (verbete). *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/araujo-neto-gorgonio. Acesso em: 12 jul. 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965). *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

(CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/busca/buscaconsultar.aspx. Acesso em: 21 jul. 2012.

FRAGA, Antônio Magalhães (Verbete). *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fraga-antonio-magalhaes. Acesso em: 23 ago. 2013.

FRENTE Parlamentar Nacionalista (Verbete). *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: http:// http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-parlamentar-nacionalista-fpn. Acesso em: 28 maio 2019.

HIPPOLITO, Regina; MONTENEGRO, Darlan. *Dilma Russeff* (Verbete). *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff. Acesso em: 24 abr. 2019.

LAMARÃO, Sergio. *Grupo dos Onze* (Verbete). *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/grupos-dos-onze. Acesso em: 28 maio 2019.

LIMA, Argus (verbete). *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-argus. Acesso em: 09 jul. 2018.

PARTIDO Comunista Brasileiro (verbete). *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb. Acesso em: 19 nov. 2020.

PASSOS, Lauro de Almeida. (Verbete). *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lauro-de-almeida-passos. Acesso em: 13 maio 2019.

REFORMAS de Base. *In:* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base. Acesso em: 19 maio 2021.

FONTES ORAIS

BAIARDI, Amílcar. 77 anos. Ex-militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), do Comando de Libertação Nacional (COLINA), e outras dissidências do PCB Baiano. Depoimento concedido em: abr. 2018

COUTO, Claudionor Froes. 79 anos. Ex-militante do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e outras dissidências do PCB Baiano. Depoimento concedido em: dez. 2017

CUNHA, Faustino Almeida. 86 anos. Vice-prefeito em Santo Antônio de Jesus pela ARENA 1, em 1976. Depoimento concedido em: 26 mar. 2012.

DIAS, Maria do Carmo Santos Dias (81 anos). Membro da Juventude Agrária Católica e Professora Leiga do Programa Movimento de Educação de Base, a partir da década de 1960 em São Miguel das Matas. Depoimento concedido em: 29 ago. 2016.

IRMÃ BENEDITA. Estudante do Colégio Santo Antônio, no transcorrer do regime. Depoimento concedido em: 27 abr. 2010.

PITHON, Yuri. 49 anos. Comerciante e filho de Ezequias José de Almeida Sampaio, preso político em 1964. Depoimento concedido em: 10 mar. 2011.

REIS, José Pereira. 83 anos. Vereador em Santo Antônio de Jesus pela UDN em 1964. Depoimento concedido: 19 abr. 2010.

SANTOS, Italino Camilo dos. 69 anos. Aluno do Ginásio Oito de Dezembro e posteriormente professor de São Miguel das Matas. Depoimento concedido em: 22 jul. 2017.

SANTOS FILHO, Hermes Peixoto. 82 anos. Estudante da EAB e integrante da FNCA, nos primeiros anos da década de 1960. Depoimento concedido em: 04 fev. 2021

VILLAS BOAS, Ademário. 96 anos. Prefeito de São Miguel das Matas durante seis mandatos. Depoimento concedido em: 22 jul. 2017.